



A HISTÓRIA DA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL

REDE HISTEDBR

VI SEMINÁRIO NACIONAL
DE ESTUDOS E PESQUISAS
HISTÓRIA, SOCIEDADE E
EDUCAÇÃO NO BRASIL

CADERNO DE RESUMOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
REDE HISTEDBR
2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

REITOR
Prof. Dr. José Fernandes de Lima

VICE-REITOR
Prof. Dr. Josué Modesto dos Passos Subrinho

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E
EDUCAÇÃO NO BRASIL

COORDENADOR NACIONAL:
Prof. Dr. Dermeval Saviani

COORDENADOR EXECUTIVO:
Prof. Dr. José Claudinei Lombardi

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E
EDUCAÇÃO DE SERGIPE

COORDENADORA:
Prof.^a Dra. Marta Vieira Cruz

Universidade Federal de Sergipe
Departamento de Ciências Sociais
Núcleo de Pesquisa Sociedade e Educação/HISTEDBR
São Cristóvão - Sergipe
2003

CADERNO DE RESUMOS



10 a 14 de novembro de 2003

ORGANIZADORES:

ACÁCIO NASCIMENTO FIGUERÊDO

DILMA MARIA ANDRADE DE OLIVEIRA

HAMILCAR SILVEIRA DANTAS JÚNIOR

MARTA VIEIRA CRUZ

ROGER CARLOS FERREIRA ALVES SANTOS

ROSA GOMES VIEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

REDE HISTEDBR

2003

© Nenhuma parte desta obra deve ser reproduzida por meios impressos ou eletrônicos, sem a devida autorização expressa dos organizadores. Todos os direitos reservados e protegidos por lei.

Revisão:

© 2003 HISTEDBR

Capa:

Fernando Athayde

Editoração Eletrônica:

Adilma Menezes/CEAV

Tiragem:

650 exemplares

Catálogo na Publicação (CIPP) elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe

S471p

Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (6.: 2003: Aracaju)

Programação e Resumos dos trabalhos do VI Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”: realizado de 10 a 14 de novembro de 2003 / Organização de Dermeval Saviani, José Claudinei Lombardi, Marta Vieira Cruz. — Aracaju, SE: Universidade Federal de Sergipe; Campinas: HISTEDBR, 2003.

238p.

Tema central: A história da escola pública no Brasil.

1. Escola pública - Brasil. I. Saviani, Dermeval. II. Lombardi, José Claudinei. III. Cruz, Marta Vieira. IV. Título.

CDU 371.217.42(81)

COMISSÃO ORGANIZADORA DO VI SEMINÁRIO
NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA,
SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
“A HISTÓRIA DA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL”

Coordenação Geral:

Prof^a Dr^a Ana Maria Moura Lins (UFAL)
Prof. Dr. Dermeval Saviani (FE/UNICAMP)
Prof^a Ms. Dilma Maria Andrade de Oliveira (UFS)
Prof. Dr. José Claudinei Lombardi (FE/UNICAMP)
Prof^a Dr^a Marta Vieira Cruz (UFS)

Secretaria Geral e Executiva

Prof^a Maria José do Nascimento
Secretária Executiva: NPSE/HISTEDBR/UFS

Prof^a Dr^a Maria Isabel Moura Nascimento
Secretária do HISTEDBR/UNICAMP

Coordenação Executiva:

Acácio Nascimento Figuerêdo
Ademir da Costa Santos
Adriana Maria de Menezes
Ana Carrilho Romero Grunennvaldt
Ana Cristina Vieira Dias
Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas
Antônio da Conceição Ramos
Dilma Maria Andrade de Oliveira
Elvoclébio de Araújo Lima
Hamilcar Silveira Dantas Junior
Ilná Andrade Lobo
Jorge Uilson Clark
Manoel Nelito Matheus Nascimento
Mara Regina Martins Jacomeli
Marcos José de Souza
Maria Rosenilde de O. Carvalho
Randeantony C. Nascimento
Roberto Araújo Menezes
Roger Carlos F. Alves Santos
Rosa Gomes Vieira
Sônia Cristina Pimentel de Santana



Comissão Científica:

Prof. Dr. Ademir Gebara
Prof.^a Dra. Ana Maria Moura Lins
Prof.^a Dra. Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro
Prof.^a Dra. Ângela Maria Souza Martins
Prof.^a Dra. Dayse Martins Hora
Prof. Dr. Dermeval Saviani
Prof. Dr. Elias Boaventura
Prof.^a Dra. Elizabeth Madureira Siqueira
Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo
Prof. Dr. José Claudinei Lombardi
Prof. Dr. José Luís Sanfelice
Prof. Dr. José Maria de Paiva
Prof.^a Dra. Livia Diana Rocha Magalhães
Prof. Dr. Manoel Isaú
Prof.^a Dra. Maria Cristina Gomes Machado
Prof.^a Dra. Maria Elisabeth Blanck Miguel
Prof.^a Dra. Maria Teresa Penteadó Cartolano
Prof.^a Dra. Marta Vieira Cruz
Prof. Dr. Nicanor Palhares Sá
Prof.^a Dra. Olinda Maria Noronha
Prof. Dr. Paulino José Orso
Prof.^a Dra. Rita Filomena Andrade Januário Bettini
Prof.^a Dra. RONALDA BARRETO SILVA
Prof.^a Dra. TERSA JUSSARA LUPORINI
Prof.^a Dra. Valéria A. C. Medeiros Weigel

Organizadores dos Anais:

Acácio Nascimento Figuerêdo
Dilma Maria Andrade de Oliveira
Hamilcar Silveira Dantas Junior
Marta Vieira Cruz
Roger Carlos Ferreira Alves Santos
Rosa Gomes Vieira

Coordenadores das Sessões de Comunicações Científicas:

Acácio Nascimento Figuerêdo
Ademir da Costa Santos
Albany Mendonça Silva
Ana Carrilho Romero Grunennvaldt
Ana Maria Moura Lins
Antônio da Conceição Ramos
Daisy Laraine Moraes de Assis
Dilma Maria Andrade de Oliveira
Diogo de Melo Farias
Edson Leal Menezes Neto
Hamilcar Silveira Dantas Junior
Ilná Andrade Lobo
Marcos José de Souza
Maria Amália Façanha Berger
Maria Lúcia de Gois
Marta Vieira Cruz
Neuza Severo Ribeiro Dias
Roger Carlos Ferreira Alves Santos
Rosângela Marques Silva
Thiago Oliveira Santana
Wilma Porto de Prior

Instituições Promotoras:

Universidade Estadual de Campinas
Universidade Federal de Sergipe

Instituições Representadas:

Centro Universitário do Triângulo
Centro Universitário Salesiano de São Paulo
FACIPAL - Faculdades Integradas de Palmas
Faculdade de Educação Padre Anchieta
FAM - Faculdade de Americana
FIP - Faculdades Integradas de Patrocínio
FMB - Fundação Manoel de Barros
IEC - Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada
ISCA - Faculdades
PUC/PR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUCCAMP - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Secretaria de Estado da Educação de Alagoas



UEL - Universidade Estadual de Londrina
UEM - Universidade Estadual de Maringá
UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UEPA - Universidade do Estado do Pará
UEPB - Universidade Estadual da Paraíba
UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFAC - Universidade Federal do Acre
UFAL - Universidade Federal de Alagoas
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFPA - Universidade Federal do Pará
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFS - Universidade Federal de Sergipe
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos
UFU - Universidade Federal de Uberlândia
UNC - Universidade do Contestado
UNEB - Universidade Estadual da Bahia
UNESP - Universidade Estadual de São Paulo - Presidente Prudente
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
UNIDERP - Universidade para o Desenv. do Estado e da Região do Pantanal
UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIPAM - Centro Universitário de Patos de Minas
UNIRIO - Universidade do Rio de Janeiro
UNISO - Universidade de Sorocaba
Universidad de San Andrés (Argentina)
Universidade da Amazônia
Universidade do Porto (Portugal)
Universidade do Vale do Itajaí
Universidade São Marcos
Universidade Tuiuti do Paraná
USP - Universidade de São Paulo

Instituições de Apoio:

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Universidade Federal de Alagoas
Universidade Tiradentes

8



Sumário

Apresentação	11
I. PROGRAMAÇÃO	15
II. PROGRAMAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES CIENTÍFICAS	17
III. RESUMOS	35
1. Educação Infantil	37
2. Ensino Fundamental	51
3. Ensino Médio	81
4. Ensino Profissional	87
5. Ensino Superior	103
6. Formação de Professores	115
7. Escolas, Cursos e Programas Especiais	135
8. História da Escola Pública	155
IV ÍNDICE REMISSIVO DE AUTORES E COMUNICAÇÕES CIENTÍFICAS	225

APRESENTAÇÃO

A realização do VI Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” consagra os 17 anos do HISTEDBR. Resgatando a sua trajetória, inicialmente perspectivou-se a socialização das pesquisas produzidas no âmbito do Doutorado em História e Filosofia da Educação da UNICAMP. Posteriormente, com o retorno dos jovens doutores às suas instituições de origem, espalhadas por todo o país, objetivou-se a criação de um grande grupo de trabalho, articulado com a Faculdade de Educação da UNICAMP, que ampliasse as possibilidades de estudos e pesquisas de natureza historiográfica, visualizando o fenômeno educacional pela mediação com a sociedade.

Dessa forma, urdiu-se o projeto geral do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, intitulado: “*Levantamento e Catalogação das Fontes Primárias e Secundárias da Educação Brasileira*” (para uso de historiadores da educação e outros pesquisadores). O projeto consolidou-se nacionalmente, objetivando a realização desse amplo levantamento e catalogação de fontes vitais para as pesquisas em História da Educação.

Após a realização de cinco seminários nacionais, com sede na UNICAMP, em que se foi consolidando o grupo e se materializando o resultado das pesquisas, o VI Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” acontece no período em que o HISTEDBR impõe-se um novo desafio, o projeto de pesquisa enunciado: “*Reconstrução Histórica da Escola Pública no Brasil (1870-1996)*”.

Esse projeto objetiva a produção de um conhecimento articulado e de longo alcance sobre o desenvolvimento histórico da escola pública no país. A princípio, pauta-se em três eixos básicos: o delineamento do contexto histórico em que os debates e os projetos de construção da educação pública brasileira se realizaram, sob a coordenação do Prof. Dr. José Claudinei Lombardi; as idéias pedagógicas orientadoras das ações educativas, coordenado pelo Prof. Dr. Dermeval Saviani e a organização institucional, visualizando as ações do Estado sobre a expansão da oferta educacional e a sua distribuição no espaço e tempo escolares, sob a coordenação do Prof. Dr. José Luís Sanfelice. Nesse sentido, o VI Seminário expressa a possibilidade de socialização e de debate acadêmico das pesquisas temáticas na direção desse novo projeto.

Pari passu, o VI Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” tem outra significação histórica. Pela primeira vez, o seminário do HISTEDBR desloca-se da UNICAMP para outra instituição. O trabalho vigoroso de 12 anos do “Núcleo de Pesquisa

Sociedade e Educação” imputou ao estado de Sergipe, através da Universidade Federal de Sergipe, a responsabilidade de sediar o evento e materializar coletivamente a discussão em torno dos objetivos, quais sejam:

- propiciar o debate e o exame crítico da produção histórico-educacional, bem como das principais correntes teórico-metodológicas da investigação historiográfica, levando-se em conta os pressupostos filosóficos e as suas aplicações na área;

- criar um espaço para que os pesquisadores dos diversos grupos de trabalho apresentem e debatam os resultados de suas pesquisas em andamento ou o produto de projetos vinculados ao grupo;

- convidar pesquisadores de outros países que desenvolvem projetos semelhantes ao que está em andamento no grupo, para a troca de experiências e intercâmbio de informações.

Com efeito, revela-se o compromisso das instituições públicas de ensino superior com a discussão de temas emergentes, em escala internacional, ao tempo em que se denota o esforço da Universidade Federal de Sergipe em inserir o Norte/Nordeste em debates cruciais relativos ao avanço das ciências humanas na sociedade brasileira.

Assim, após os cinco seminários anteriores e considerando esse novo desafio, o VI Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” propõe-se a discutir a temática “A História da Escola Pública no Brasil”, no período de 10 a 14 de novembro de 2003. Seguindo o formato dos eventos do HISTEDBR, este seminário pauta-se em discussões da temática central através de conferências e mesas-redondas, bem como em sessões de Comunicações científicas.

Abrindo o evento, o Prof. Dr. Dermeval Saviani, coordenador geral do HISTEDBR, proferirá a conferência de abertura, intitulada: **A História da Escola Pública no Brasil**.

Nos dias subseqüentes, estão previstas três mesas-redondas, a serem realizadas no turno matutino. A primeira debaterá o tema **Historiografia da Escola Pública no Brasil**, contando com as conferências do Prof. Dr. José Luís Sanfelice, da Prof.^a Dra. Marta Maria Chagas de Carvalho e da Prof.^a Dra. Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier, sob a mediação da Prof.^a Dra. Ana Maria Moura Lins. A segunda, com a temática **História comparada da Escola Pública**, contará com a atuação acadêmica da Prof.^a Dra. Margarida Felgueiras, da Prof.^a Dra. Silvina Givrtz e da Prof.^a Dra. Diana Gonçalves Vidal, com a mediação dos debates ao encargo do Prof. Dr. José Claudinei Lombardi, coordenador executivo do HISTEDBR. A terceira mesa discutirá o tema **Escola Pública brasileira na atualidade: lições da História**, tendo como conferencistas a Prof.^a Dra. Vanilda Pereira Paiva, o Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto e o Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira, sendo a mediação

dos debates de responsabilidade da Prof.^a Ms. Dilma Maria Andrade de Oliveira.

Os turnos vespertinos serão dedicados à socialização das produções acadêmicas dos pesquisadores dos grupos de pesquisa nacionais. A distribuição das comunicações científicas obedece ao parâmetro de oito recortes temáticos: Educação Infantil; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Educação Profissional; Ensino Superior; Formação de Professores; Escolas, Cursos e Programas Especiais; História da Escola Pública.

O seminário engloba ainda trabalhos de todas as regiões do país, revelando a pluralidade de objetos, metodologia, espaços e tempos históricos de análise. Foram inscritos 148 trabalhos, dos quais 29 são da Região Norte/Nordeste, 8 da Região Centro-Oeste, 56 da Região Sudeste e 55 da Região Sul. No que tange aos recortes temáticos serão apresentados:

- 9 trabalhos inscritos em Educação Infantil;
- 24 trabalhos inscritos em Ensino Fundamental;
- 3 trabalhos inscritos em Ensino Médio;
- 12 trabalhos inscritos em Ensino Profissional;
- 8 trabalhos inscritos em Ensino Superior;
- 17 trabalhos inscritos em Formação de Professores;
- 17 trabalhos inscritos em Escolas, Cursos e Programas Especiais;
- 58 trabalhos inscritos em História da Escola Pública.

Esses dados revelam a sintonia dos pesquisadores em direção à discussão da temática central do Seminário. As discussões a serem travadas revelam, por sua vez, as possibilidades de diferentes recortes espaço-temporais e de bases teórico-metodológicas, partindo de diferentes regiões do país.

Torna-se necessário referendar o esforço coletivo envidado pelos pesquisadores de todo o Brasil, mais especificamente do coordenador geral do HISTEDBR, Prof. Dr. Dermeval Saviani, do seu coordenador executivo, Prof. Dr. José Claudinei Lombardi, e dos coordenadores dos GTs estaduais, dos membros da Coordenação Geral, da Coordenação Executiva, das Secretarias Nacional e Executiva, da Comissão Científica, das instituições representadas e das instituições de apoio, a quem agradecemos. Sem esses esforços seria impossível a realização deste evento.

Desejamos as boas-vindas a todos os participantes do VI Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, esperando que esses dias sejam ricos e proveitosos para o debate acadêmico-científico e para o avanço das perspectivas acerca dos rumos da Escola Pública no Brasil.

Comissão Organizadora dos Anais
Aracaju, 10 de novembro de 2003



PROGRAMAÇÃO

Local: Centro de Convenções de Sergipe

10/11/2003 – Segunda-feira

• 9:00-13:30 horas: Credenciamento

- Local: Auditório Atalaia - Centro de Convenções de Sergipe.

• 14:00 horas: Sessão Solene de Abertura

- Prof. Dr. José Fernandes de Lima (Magnífico Reitor da UFS)

- Prof.^a Dra. Lílian Cristina Monteiro França (Pró-Reitora de Graduação da UFS)

- Prof. Dr. José Claudinei Lombardi (Coordenador Executivo do HISTEDBR)

- Prof.^a Dra. Marta Vieira Cruz (Coordenadora do NPSE/HISTEDBR/UFS)

• 15:00 horas: Conferência de Abertura:

- Tema: **A História da Escola Pública no Brasil**

- Prof. Dr. Dermeval Saviani (Coordenador Geral do HISTEDBR).

- Local: Teatro Tobias Barreto.

• 17:00 horas: Apresentação Cultural:

- Lira Sancristovense João Batista Prado.

- Maestro: José Fortunato da Silva.

- Local: Teatro Tobias Barreto.

11/11/2003 – Terça-feira

• 9:00 – 12:00 horas: 1ª Mesa-redonda:

- Tema: **Historiografia da Escola Pública no Brasil**

- Prof. Dr. José Luís Sanfelice (UNICAMP)

- Prof.^a Dra. Marta Maria Chagas de Carvalho (PUC – SP)

- Prof.^a Dra. Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier (UNICAMP)

- Mediadora: Prof.^a Dra. Ana Maria Moura Lins (UFAL)

- Local: Auditório Atalaia - Centro de Convenções de Sergipe

• 12:00 horas - Almoço

• 14:00- 17:30 horas: Sessão de Comunicações Científicas

- Local: Salas do Centro de Convenções de Sergipe

• 17:00 horas - Encontro de Coordenadores do HISTEDBR

- Local: Sala Crasto - Centro de Convenções de Sergipe.



12/11/2003 - Quarta-feira

• 9:00 - 12:00 horas: 2ª - Mesa-redonda:

- Tema: **História comparada da Escola Pública**
- Prof.ª Dra. Margarida Felgueiras - Universidade do Porto (Portugal)
- Prof.ª Dra. Silvina Gvirtz - Universidad de San Andrés (Argentina)
- Prof.ª Dra. Diana Gonçalves Vidal (USP)
- Mediador: Prof. Dr. José Claudinei Lombardi (UNICAMP)
- Local: Auditório Atalaia - Centro de Convenções de Sergipe

• 12:00 horas - Almoço

• 14:00- 17:30 horas: Sessão de Comunicações Científicas

- Local: Salas do Centro de Convenções de Sergipe

• 17:00 horas - Encontro de Coordenadores do HISTEDBR

- Local: Sala Caueira - Centro de Convenções de Sergipe

13/11/2003 - Quinta-feira

• 9:00 horas: 12:00 horas: 3ª - Mesa-redonda:

- Tema: **Escola Pública brasileira na atualidade: lições da história**
- Prof.ª Dra. Vanilda Pereira Paiva (IEC) - Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada (Organização Não Governamental)
- Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto (UFF)
- Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira (UNISO)
- Mediadora: Prof.ª Ms. Dilma Maria Andrade de Oliveira (UFS)
- Local: Auditório Atalaia - Centro de Convenções de Sergipe

• 12:00 horas - Almoço

• 14:00- 17:30 horas: Sessão de Comunicações Científicas

- Local: Salas do Centro de Convenções de Sergipe

• 18:00 horas - Sessão de Encerramento

- Plenária - Rede HISTEDBR
- Apresentação Cultural: Grupo de Ginástica Rítmica Desportiva / Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Rita de Cássia
- Local: Auditório Atalaia - Centro de Convenções de Sergipe

14/11/2003 - Sexta-feira

• Atividades Culturais

PROGRAMAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES CIENTÍFICAS

11 DE NOVEMBRO DE 2003

SALA ARUANA - Recorte temático: *Educação Infantil*

Horário	Título da Comunicação	Autor(es)
14:00 h.	O Programa Nacional de Educação Pré-Escolar em Sergipe	Ilná Andrade Lobo
14:20 h.	Revivendo uma experiência de Educação Infantil em Uberlândia (1967-1972)	Polyana Aparecida Roberta da Silva
14:40 h.	Considerações sobre a Legislação e as Políticas Públicas e Sociais para a Educação Infantil	Ângela Mara de Barros Lara; Shirlene Vieira de Almeida
15:00 h.	Educação, Imprensa, Moral e Religião: a Educação das crianças na visão de Miguel do Sacramento Lopes da Gama, o Padre Carapuceiro	Marcília Rosa Periotto
15:20 h.	A História da Educação Infantil no estado do Paraná: 1904-1920	Ângela Mara de Barros Lara
15:40 h.	A naturalização da infância e a Pedagogia centrada na criança - uma análise do pensamento de Montessori e Claparède e de suas interfaces e filiações com o pensamento de Pestalozzi e Froebel para a Educação Infantil	Alessandra Arce
16:00 h.	A Teoria Froebeliana e a Educação Infantil na defesa da escola brasileira	Heloisa Toshie I. Saito; Guaraciaba A. Tullio
16:20 h.	Influência de Froebel na Educação da infância na capital da Paraíba	Roberta Costa de Carvalho
16:40 h.	Práticas escolares no Jardim de Infância Augusto Maynard (1932-1934)	Paulo Heimar Souto

SALA PIRAMBU - Recorte Temático: **Ensino Fundamental**

Horário	Título da Comunicação	Autor(es)
14:00 h.	Preceitos Gerais de Higiene e Exercícios Físicos: uma matéria do Ensino Primário	Ana Carrilho Romero Grunennvaldt
14:20 h.	Análise do trabalho didático na escola pública moderna: a expressão prática dos princípios e do método da Pedagogia Comeniana no século XVII	Olga Maria dos Reis Ferro; Iara Augusto da Silva
14:40 h.	A infância nas linhas e nas imagens dos <i>Livros De Leitura</i> (1890/1950)	Diane Valdez
15:00 h.	História da Educação Pública no Brasil: representações sociais sobre a Escola Estadual Uberlândia nos primeiros tempos (1929-1950)	Giseli Cristina do V. Gatti
15:20 h.	O Método de Ensino Intuitivo nos debates educacionais na capital do Império: apropriações e entendimentos	Anaete Regina Schelbauer
15:40 h.	Ensino de Ciências : para uma Pedagogia do <i>Corpo Humano</i>	Ortenila Sopelsa
16:00 h.	O Universal contido no manual “O Ensino Prático de Aritmética”	Maria Angélica Cardoso; Luana A. M. Pampolha; Sandino Hoff
16:20 h.	Considerações sobre a reforma da gestão escolar e as políticas públicas implementadas no Brasil na década de 1990	Isaura Mônica Souza Zanardini
16:40 h.	Programas escolares e métodos de ensino na documentação sobre instrução pública na Parayba do Norte de 1835 a 1864	Cláudia Engler Cury
17:00 h.	Municipalização do ensino: primeiras leituras	Valdelice Borghi Ferreira

SALA CRASTO - Recorte Temático: *Ensino Médio*

Horário	Título da Comunicação	Autor(es)
14:00 h.	Os determinantes históricos do Ensino Médio no Brasil	Manoel Nelito M. Nascimento
14:20 h.	Literatura e seu ensino	Roseni Ronchezelli Mariano
14:40 h.	Ensino Médio: as concepções de Max Weber e Karl Marx presentes na proposta de Ensino de Sociologia da SEED/PR de 1994	Aluisio de Almeida Andriolli; Guaraciaba Aparecida Tullio

SALA CAUEIRA - Recorte Temático: *Formação de Professores*

Horário	Título da Comunicação	Autor(es)
14:00 h.	A profissão docente nas reformas educacionais em Uberabinha na primeira República	Flávio César Freitas Vieira; Wenceslau Gonçalves Neto
14:20 h.	A mulher, o público e o privado: uma articulação necessária para a profissionalização feminina no magistério primário	Michelle Pereira Silva; Geraldo Inácio Filho
14:40 h.	Projeto Veredas: um estudo do Curso de Formação de Professores a Distância no estado de Minas Gerais	Huagner Cardoso da Silva; Admário Luiz de Almeida
15:00 h.	Proposta educacional da APP-Sindicato (1988-2002): primeiras aproximações	Leonir Borges; Maria Rosemary C. Campos Sheen
15:20 h.	A expressão do pensamento pedagógico brasileiro no Curso de Formação de Professores em Londrina-PR	Anilde Tombolato Tavares da Silva
15:40 h.	Formação docente e proposta curricular: as possibilidades para o ensino de História nas séries iniciais	Ana Cláudia Urban; Teresa Jussara Luporini

SALA CAUEIRA - Recorte Temático: *Formação de Professores*

Horário	Título da Comunicação	Autor(es)
16:00 h.	Trajatória de professoras normalistas da década de 50 na região dos Campos Gerais- PR: um recorte histórico através da História Oral	Rosana Nadal de Arruda Moura;Silvana Maura Batista de Carvalho
16:20 h.	A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado na formação do professor de História na UEPG-PR: propostas curriculares e suas mudanças no contexto político-econômico nas décadas de 1950 - 2000	Silvana Maura Batista de Carvalho
16:40 h.	Capitalismo, transformações sociais e Educação	Rosana Cristina Kohls dos Reis
17:00 h.	Sociedade, Educação e currículo no Brasil:dos jesuítas aos anos 80	Solange Zotti

SALA TERRA CAÍDA - Recorte Temático: *História da Escola Pública*

Horário	Título da Comunicação	Autor(es)
14:00 h.	Debate sobre a Educação pública na década de 1920	Maria Inalva Galter
14:20 h.	Algumas reflexões com base na concepção de Educação e Democracia de John Dewey	Claudemir Galiani; Maria Cristina Gomes Machado.
14:40 h.	O sonhado e o pensado: a escola defendida pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em seu 1º e 2º Encontros Nacionais de Educação	Tatiana Polliana Pinto de Lima
15:00 h.	A história escondida: análise de documentos primários sobre as escolas alemãs no interior de São Paulo	Maria Cristina dos Santos Bezerra
15:20 h.	Conflito e ambigüidade entre jesuítas e protestantes no Brasil-Colônia através da depredação dos prédios escolares da Companhia de Jesus	Rachel Silveira Wrege

Horário	Título da Comunicação	Autor(es)
15:40 h.	Um olhar sobre as justificativas para o tráfico de escravos africanos para o Novo Mundo, Século XVI	Carmelindo Rodrigues da Silva
16:00 h.	A Instrução pública em Sorocaba – 1850/1860	Jorge Luis C. González; Wilson Sandano
16:20 h.	Notícias das <i>Geraes</i> : o Grupo Escolar de Ituiutaba no Triângulo Mineiro como uma realização republicana	Betânia de Oliveira L. Ribeiro; Elizabeth Farias da Silva; José C. Souza Araújo
16:40 h.	Avanços e retrocessos da Educação no Brasil	Luiz Bezerra Neto
17:00 h.	A luta de libertação nacional e sua relação com a Educação popular	Manuel Brito Neto

SALA ABAÍIS - Recorte Temático: *História da Escola Pública*

Horário	Título da Comunicação	Autor(es)
14:00 h.	A formação do professor primário no Brasil - 1823-1996: as aulas de ensino mútuo, a Escola Normal e os programas de capacitação à distância	Ana Maria Moura Lins
14:20 h.	História da Educação Escolar no Brasil: reflexões acerca dos fundamentos ordenadores de uma Pedagogia	Guaraciaba Aparecida Tullio
14:40 h.	José Augusto da Rocha Lima (1897-1969): uma biografia	Maria Neide Sobral da Silva
15:00 h.	O CECR: resgate de uma experiência educacional na Bahia	Iracly Silva Picanço
15:20 h.	As metamorfoses da matriz ideológica do Capital na Educação brasileira a partir da década de 30	Lucelma Silva Braga
15:40 h.	A influência dos <i>Irmãos da Vida Comum</i> na obra <i>Didáctica Magna</i> de Comenius	Samira Saad Pulchério Lancillotti

Horário	Título da Comunicação	Autor(es)
16:00 h.	A dimensão política da Memória na História da Educação	Maria de Fátima Felix Rosar
16:20 h.	Escola pública, transformação social em Quirinópolis, GO(1945-1971)	Maria da Felicidade Alves Urzedo; Décio Gatti Júnior
16:40 h.	A Educação brasileira no período colonial: considerações historiográficas	Anselmo Alencar Colares
17:00 h.	Albary Guimarães: um político de visão em torno da Educação pública em Ponta Grossa - PR, 1932 - 1945	Cirlei Francisca Gomes Carneiro; Joselfredo Cercal de Oliveira

12 DE NOVEMBRO DE 2003

SALA PIRAMBU - Recorte Temático: *Ensino Fundamental*

Horário	Título da Comunicação	Autor(es)
14:00 h.	O ensino de primeiras letras no Grão Pará: algumas referências históricas	Maria do P. Socorro Gomes de S. Avelino de França
14:20 h.	Reformas do ensino e a construção da escola pública republicana – 1889/1930: o caso de Sergipe	Dilma Maria Andrade de Oliveira
14:40 h.	A fotografia como suporte didático para professores do Ensino Fundamental	Waleska Dacal Reis
15:00 h.	O impacto da expansão escolar no mercado de material didático-pedagógico	Elcia Esnarriaga de Arruda; Giovane Silveira da Silveira
15:20 h.	Civilização e Instrução pública primária em Minas Gerais, no período de 1892 a 1898	Vera Lúcia Abrão Borges
15:40 h.	Escola pública primária: identidades étnicas, memória e legitimidade republicanas – um recorte a partir do estado paulista (1912-1920)	Ednéia Regina Rossi
16:00 h.	Os Congressos Agrícolas de 1878 e o debate acerca da Educação pública	Maria Cristina G. Machado; Daniele J. Alves Ribeiro
16:20 h.	As transformações sociais e a Instrução pública: uma análise dos projetos de reforma educacional e dos relatórios ministeriais de 1868 a 1879 no Brasil	Lourdes Margareth Calvi; Maria Cristina Gomes Machado.
16:40 h.	Os PCNs como proposição de currículo do contexto histórico, político e econômico das políticas educacionais neoliberais	João Batista Zanardini
17:00 h.	A universalização do Ensino Fundamental no estado do Paraná como resultado do processo de construção da “Centralidade da Educação Básica” nos anos 90	Ireni Marilene Zago Figueiredo



SALA CAUEIRA - Recorte Temático: *Ensino Profissional*

Horário	Título da Comunicação	Autor(es)
14:00 h.	Os aprendizes artesãos da Paraíba (1909-1942): mais artesãos que aprendizes	Wojciech Andrzej Kulesza
14:20 h.	Origens da escola pública vocacional em Uberlândia: Escola Estadual Américo Renê Giannetti	Maria Odete P. Mundim; Wenceslau G. Neto
14:40 h.	A história do SENAI e a Educação Profissional: capacitação, competência ou alienação (1942 - 2002)	Janio de Souza Alcantara; Carlos Lucena
15:00 h.	Educação, Trabalho e Qualificação Profissional: considerações preliminares	José Claudinei Lombardi; Carlos Lucena; Cássia Ferri
15:20 h.	Os vínculos históricos entre Educação e sistemas de produção: características e perspectivas em redes de empresas de economia solidária	Leda Cíntia Assis de Souza; Carlos Alberto Lucena
15:40 h.	A escola da vida e a formação intelectual do Visconde de Mauá	Marli Maria Silva Quintanilha; Celina Midori Murasse

SALA ARUANA - Recorte Temático: *Ensino Superior*

Horário	Título da Comunicação	Autor(es)
14:00 h.	A Educação Superior nos projetos de LDB - 1988 a 1996	Regina Tereza Cestari de Oliveira
14:20 h.	Universidade Estadual de Mato Grosso 1969-1979	Nedina Roseli Martins Stein
14:40 h.	O público e o privado na reforma do Ensino Superior brasileiro nos anos 90	Lalo Watanabe Minto
15:00 h.	Influências do Iluminismo e do Liberalismo na organização da Educação Superior pública no Brasil	Evelcy Monteiro Machado
15:20 h.	A criação da Universidade e o projeto burguês de Educação no Brasil – II	Paulino José Orso
15:40 h.	A produção acadêmica das dissertações de mestrado em História da Educação brasileira: leituras e interpretações da história	Maria Teresa Penteado Cartolano
16:00 h.	A Universidade e a diversidade de um novo público: PQD - Projeto de Qualificação Docente em Sergipe	Sônia Cristina Pimentel de Santana; Rivaldo Sávio
16:20 h.	A transnacionalização da Educação e a escola pública: uma abordagem histórica sobre o antigo conflito entre a escola assistida e a escola atribuída	Maria Helena Candelori Vidal; Michelle Pereira Silva

SALA CRASTO - Recorte Temático: *Escolas, Cursos e Programas Especiais*

Horário	Título da Comunicação	Autor(es)
14:00 h.	Os princípios políticos e a prática educativa do CESEP: processos formativos de uma ONG em Sergipe (1988-1998)	Acácio Nascimento Figueiredo
14:20 h.	Faculdades Integradas de Palmas : a memória da Educação Superior na região sudoeste do Paraná	Teresa Jussara Luporini; Madalena Margarida Mergen Lima; Mariná Holzmann Ribas; Rosilda Baron Martins
14:40 h.	“Livro Preto” nas escolas da região dos Campos Gerais - PR	Neiva de Oliveira Moro
15:00 h.	Grupo Escolar “General Osório”: uma história de liderança educacional e organização escolar	Luzia Borsato Cavagnari
15:20 h.	O Ensino Mútuo no Brasil e a organização do trabalho didático	Gilberto Luiz Alves
15:40 h.	Educação, Ordem e Civismo: as falas em torno da construção de Nação na imprensa (Uberabinha-MG 1920-1930)	Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho; Carlos Henrique de Carvalho
16:00 h.	Educação e Modernidade: o problema do ensino público em Uberabinha-MG (1910-1920)	Carlos Henrique de Carvalho; Wenceslau Gonçalves Neto
16:20 h.	Século XIX, o público e o privado na Educação brasileira	Ademir Gebara
16:40 h.	Integralismo, anos 30: mais uma concepção de Educação integral?	Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho
17:00 h	O Integralismo em Sergipe: as propostas educacionais e a propagação do ideário (1933-1938)	Ademir da Costa Santos

SALA ABAÍIS - Recorte Temático: *História da Escola Pública*

Horário	Título da Comunicação	Autor(es)
14:00 h.	Educação e sentimento nacional: uma análise histórica da intelectualidade brasileira da década de 30	Aparecida Favoreto
14:20 h.	História, Sociedade e Educação: a contribuição de Adam Smith na ordenação da filosofia que expressa a defesa da escola pública no Brasil	Maria Estela Gozzi Camillo; Guaraciaba Aparecida Tullio
14:40 h.	Reflexões sobre a ideologia na historiografia da Educação	Ângela Maria Souza Martins
15:00 h.	Educação e Violência em Piracicaba-SP: de 1900 a 1910	Ademir Gebara; José Luís Simões
15:20 h.	Florestan Fernandes e a defesa da escola pública nos anos 80	Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão
15:40 h.	José de Melo e Silva e os problemas de diversidade cultural e educacional na fronteira do Mato Grosso (1930-1947)	Carla Villamaina Centeno
16:00 h.	A Educação Escolar pública na Colônia brasileira	Sérgio E. M. Castanho
16:20 h.	A História do Ensino Religioso na escola pública: o conflito entre República e Igreja	Michelle Pereira Silva; Geraldo Inácio Filho
16:40 h.	A valorização da escola pública pela nacionalização das escolas alemãs na região do Contestado em Santa Catarina	Nilson Thomé
17:00 h	Gênero e desvalorização profissional do magistério: o mito e a realidade histórico-cultural representado na fala das professoras londrinenses	Adriana Regina de Jesus Santos; Teresa Jussara Luporini

SALA TERRA CAÍDA - Recorte Temático: *História da Escola Pública*

Horário	Título da Comunicação	Autor(es)
14:00 h.	A inspeção escolar na primeira República: um olhar através da Legislação Educacional paranaense	Vera Lucia Martiniak
14:20 h.	Positivismo e reforma educacional no pensamento de Benjamin Constant	João Carlos da Silva
14:40 h.	Carneiro Leão e o debate sobre a Educação Popular no Brasil	Josie Agatha Parrilha da Silva; Maria Cristina Gomes Machado
15:00 h.	Fundamentos teóricos da Política Educacional brasileira: da ditadura militar à atualidade	Rita de Cássia Ribeiro Barbosa
15:20 h.	A Instrução pública primária em Mato Grosso na primeira República: 1891 a 1927	Mara Regina M. Jacomeli
15:40 h.	A Pedagogia Experimental e a Educação Física em Sergipe	Hamilcar Silveira Dantas Junior
16:00 h.	Museu Pedagógico: a intervenção acadêmica como ação de preservação de fontes para a História da Educação do sudoeste da Bahia	Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro; Lívia Diana Rocha Magalhães; Ruy Hermann de Araújo Medeiros
16:20 h.	A Educação repulicana em Uberabinha, MG, nas atas da Câmara Municipal entre 1906 e 1915	Cristiane N. Martins; José Carlos Souza Araújo
16:40 h.	Hesíodo e a gênese da consciência individual	Ana Lúcia Guidotti de Freitas Borghi; Jean Vincent Marie Guhur
17:00 h	Grécia Arcaica: rituais que educam	Mônica Regina Nascimento dos Santos

13 DE NOVEMBRO DE 2003

SALA PIRAMBU - Recorte Temático: *Ensino Fundamental*

Horário	Título da Comunicação	Autor(es)
14:00 h.	A organização do ensino primário na fronteira oeste do Brasil	Silvia Helena Andrade de Brito
14:20 h.	Os Grupos Escolares como expressão republicana: as especificidades no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	José Carlos Souza Araújo
14:40 h.	Teoria e Prática na Educação Física: uma Análise das ações e proposições públicas em Sergipe no período pós-LDB (1996-2003)	Roger Carlos Ferreira Alves dos Santos; Hamilcar Silveira Dantas Junior
15:00 h.	A era das Escolas Rurais Primárias na Paraíba (1935 - 1960)	Antonio Carlos Ferreira Pinheiro

SALA ARUANA - Recorte Temático: *Ensino Profissional*

Horário	Título da Comunicação	Autor(es)
14:00 h.	A Educação e a Qualificação Profissional no Paraná	Ana Lucia Tomaz Cardoso; Amélia Kimiko Noma
14:20 h.	A Educação Profissional instituída no Brasil a partir dos anos 90: uma análise crítica do PLANFOR	Michel Marcelino Rodrigues; Amélia Kimiko Noma
14:40 h.	A história recente do financiamento externo para a Educação brasileira	Roberto Antonio Deitos
15:00 h.	As políticas públicas de qualificação de trabalhadores e a Legislação Educacional: uma breve revisão histórica da década de 1920 até a década de 1990	Maria Lúcia Melo de Souza Deitos
15:20 h.	Estado moderno e instituições profissionalizantes: o caso de Uberlândia-MG, de 1942 a 1983	Vera Lúcia Abrão Borges
15:40 h.	Educação e Trabalho: a Escola Estadual Américo Renê Giannetti em Análise (1977-1999)	Karla Patrícia Resende; Vera Lúcia Abrão Borges

SALA CAUEIRA - Recorte Temático: *Formação de Professores*

Horário	Título da Comunicação	Autor(es)
14:00 h.	O perfil do professor de Filosofia no estado do Acre	José Cláudio Mota Porfiro
14:20 h.	A Escola Normal em Paulínia: história e concepção do saber/fazer docente	Maria José de Souza Martinelli
14:40 h.	A Escola Normal e a feminização do magistério em Mato Grosso	Elizabeth Lannes Bernardes
15:00 h.	Política de Educação para uma escola aberta: uma proposta curitibana para formação de professores	Elaine Rodrigues
15:20 h	Presença de educadoras paraibanas nos noticiários políticos de 1930	Charlton José dos Santos Machado
15:40 h	Memórias de professoras normalistas e discursos sobre qualidade na sua formação (1930/1990)	Antônia de Araújo Farias
16:00 h	A experiência na formação de professores da UFU/MG: 1960-1990	Lilian Calaça; José Carlos S. Araújo

SALA CRASTO - Recorte Temático: *Escolas, Cursos e Programas Especiais*

Horário	Título da Comunicação	Autor(es)
14:00 h.	O Estado Novo: as novas perspectivas no processo educacional brasileiro e os reflexos na expansão do ensino ferroviário (1937-1945)	Maristela Iurk Batista
14:20 h.	Grupos escolares na região dos Campos Gerais - PR: resgate das fontes históricas	José Claudinei Lombardi; Maria Isabel Moura Nascimento
14:40 h.	Escola Honorato Borges: sua História e importância para a cidade de Patrocínio, MG	Eliles Regina Ribeiro; Hedmar de Oliveira Ferreira; Sônia Maria Ferreira do Nascimento
15:00 h.	Escola pública x escola confessional: as escolas presbiterianas rurais na região do Alto Paranaíba, MG (1946-1966)	Viviane Ribeiro;Geraldo Inácio Filho
15:20 h	O Jornal <i>A Voz da Infância</i> (1936-50) - fonte de pesquisa para a história da Educação	Azilde L. Andreotti
15:40 h	Educação e imprensa 1875-1889	Mário Ferreira de Castro
16:00 h	A escolarização feminina em estabelecimentos públicos arcajuanos nas primeiras décadas do século XX	Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas

SALA ABAÍIS - Recorte Temático: *História da Escola Pública*

Horário	Título da Comunicação	Autor(es)
14:00 h.	Educação e Sociedade: um debate educacional no final do século XIX	Elenita Conegero Pastor Manchope
14:20 h.	A pesquisa com fontes educacionais em História da Educação: uma possibilidade de interpretação	Maria Elisabeth Blanck Miguel
14:40 h.	Lazer-skate: sua origem e relação com o modelo da instituição escolar (1960-1970)	Tony Honorato; Ademir Gebara
15:00 h.	A crise da Educação brasileira - dois educadores, duas visões	Isabel Cristina Rossi Mattos
15:20 h	A evolução histórica da instrução pública e privada na cidade de Campinas	Jorge Uilson Clark
15:40 h	As primeiras iniciativas do escolanovismo em âmbito internacional e nacional: a transposição das experiências de caráter privado para o público	Paulo Edyr Bueno de Camargo
16:00 h	A ótica pós-moderna e a condição fragmentária do conteúdo histórico: um breve olhar sobre a historiografia no contexto da pós-modernidade	Raquel Pereira da Silva
16:20 h	Legislativo Municipal e Educação: a organização escolar em Uberabinha, MG, 1892-1899	Wenceslau Gonçalves Neto
16:40 h	A Pedagogia revolucionária de Frei Caneca (1779-1825)	Celina Midori Murasse; Ademir Quintilio Lazarini; Elaine Albanes de Mello
17:00 h	A memória do patrimônio tombado no currículo escolar	Maria Julieta Weber Cordova; Teresa Jussara Luporini

SALA TERRA CAÍDA - Recorte Temático: *História da Escola Pública*

Horário	Título da Comunicação	Autor(es)
14:00 h.	O privado e o público na história da educação do município de Paulínia	Meire Terezinha Müller Soares
14:20 h.	A Instrução pública primária na província de São Paulo: Lei n.º 310 de 16 de março de 1846. primeiros apontamentos	Mauricéia Ananias
14:40 h.	A atuação da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC na Educação baiana (1953-1964)	Ronalda Barreto Silva
15:00 h.	Por entre os registros e a história sobre o trabalho e a Educação em jornais da época	Ana Elizabeth Santos Alves
15:20 h	500 anos de descobrimento do Brasil: subterfúgio para comemoração ou espaço para reflexão?	Simone da Silva Negri Carrosi; Maria Rosemary Coimbra. C. Sheen
15:40 h	Estado e Igreja na trajetória do ensino na Capitania de São Paulo (1797-1802)	Ivana Veraldo
16:00 h	Reflexão sobre os paradigmas historiográficos para a pesquisa histórico-educacional sobre a escola pública	Décio Gatti Júnior
16:20 h	História da Educação em Vitória da Conquista - BA: um relato das primeiras ações de catalogação de fontes	Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro; Lívia Diana Rocha Magalhães

Resumos



01

Educação Infantil



CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Ângela Mara de Barros Lara

Shirlene Vieira de Almeida

Universidade Estadual de Maringá

Depois de um longo período de ditadura militar no Brasil, a década de 80 estimulava e prometia uma intensa luta pelos direitos sociais tão almejados e tão pouco alcançados até o momento. O primeiro governo civil depois da ditadura foi de José Sarney, que teve como ponto forte à eleição da Assembleia Nacional Constituinte, que possibilitou a elaboração da Constituição de 1988. Esta Constituição, foi a que mais garantiu direitos sociais, talvez pela euforia em redemocratizar o país ou pela longa espera de alguns direitos que em alguns países já tinham sido adquiridos desde o final da II Guerra Mundial. A mobilização da sociedade na década de 80, na luta por conquistas sociais em especial a questão da infância garantiu a introdução de duas emendas populares na atual Constituição que garante as crianças e aos adolescentes muitos direitos, inclusive, a educação, sendo dever da família, sociedade e do Estado a garantia de tais conquistas (Art. 227). A Constituição ainda garantiu as crianças e aos adolescentes os direitos sugeridos neste artigo com prioridade absoluta, pois se encontram em processo de desenvolvimento. Se a redemocratização do país garantiu leis que amparam a infância de forma que ela possa se desenvolver tornando-se cidadãos, as políticas públicas e sociais para esta não caminham na mesma direção das leis, pois com as reformas neoliberais, impostas nos últimos anos ao país pelos governantes, levaram a condução de políticas para a educação onde a prioridade não é a infância. O texto visa um contraponto entre a legislação vigente para a infância dando ênfase à educação e as políticas públicas e sociais adotadas para a mesma, tentando demonstrar que elas caminham em sentidos opostos, ou seja, enquanto a legislação amplia os direitos sociais da infância, entre elas a educação de qualidade, o Estado mínimo imposto pela política neoliberal, não permite o desenvolvimento de políticas à educação que viabilizem os direitos adquiridos. Para o estudo utilizamos, a Constituição de 1988 o Estatuto da Criança e do Adolescente e as políticas públicas e sociais desenvolvidas para a educação no período de 1985 a 1995, buscando mostrar a morosidade e não prioridade a educação infantil. A utilização de alguns autores relacionados à temática dá respaldo ao assunto e amplia o momento histórico para o desenvolvimento do trabalho dentro de um contexto sócio-político-econômico. Ao contextualizarmos nossa problemática, concordamos com Hobsbawm (1998) que para a discussão da pesquisa moderna dentro de um contexto só é possível através das categorias de Marx.

Neste sentido utilizamos o materialismo histórico como base teórico-metodológica do nosso texto. Observa-se no estudo que prevalecem para as políticas públicas e sociais os interesses econômicos, que desde o início da colonização, são ditados pela tendência liberal e, atualmente, neoliberal que dificultam ainda mais políticas coerentes para a população. A conquista de uma legislação com direitos sociais coerentes não são suficientes para a garantia das condições mínimas de uma educação de qualidade para as crianças e adolescentes do Brasil.

EDUCAÇÃO, IMPRENSA, MORAL E RELIGIÃO: A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS NA VISÃO DE MIGUEL DO SACRAMENTO LOPES DA GAMA, O PADRE CARAPUCEIRO.

Marcília Rosa Periotto

Universidade Estadual de Maringá

A imprensa brasileira no século XIX tem se constituído em fonte inestimável para a compreensão das transformações sociais pelas quais passou o Brasil naquele período. Seu papel transcende ao aspecto meramente informativo, assumindo na maioria das vezes caráter profundamente educativo pois não se contentava apenas em debater, criticar ou apoiar fatos e acontecimentos, mas, em muitos momentos, apontava e alicerçava discussões que versavam sobre o modelo que deveria ser adotado para o desenvolvimento da nação brasileira, indicando os valores e princípios que consubstanciariam essa prática. O jornal *O Carapuceiro*, fundado em 1832 na província de Pernambuco pelo padre Miguel do Sacramento Lopes da Gama, foi um dos maiores representantes desse tipo de manifestação ao enveredar pelo campo da crítica dos costumes sociais e por fustigar as instituições familiares que desmoronavam diante da adoção de práticas progressistas trazidas da Europa.

Este estudo se propõe a realizar uma análise histórica das idéias educacionais presentes nos artigos que publicava em seu jornal onde, entre tantos temas, sobressaíam aqueles que versavam sobre a educação das crianças, a seu ver, conspurcada pela benevolência dos pais e professores quanto aos modismos importados do Velho Mundo, principalmente os franceses, cuja adoção ou imitação, afastavam a juventude do conhecimento espiritual e da prática de vida mais compatível com os ensinamentos religiosos e morais. Suas propostas educacionais fundavam-se num forte conteúdo reformador, onde moral e religião fundiam-se num só corpo, em dependência e complementaridade, e em cuja conciliação escondia-se o segredo dos princípios fundamentais à formação dos indivíduos necessários para que uma nação pudesse se tornar próspera e bem-aventurada.

O objetivo deste estudo se concentra principalmente em dois pontos: o primeiro refere-se a extrair das idéias educacionais defendidas por Lopes Gama sua vinculação com o movimento da história, exatamente aquele presente no momento em que foram elaboradas. Importa estabelecer a relação entre o singular e o geral, vinculação obrigatória quando se pretende dar à análise a verdadeira dimensão histórica dos empreendimentos humanos. Num segundo momento, a leitura analítica de suas propostas permitirá o conhecimento de manifestações até pouco tempo atrás limitadas à educação institucional, contribuindo para uma reflexão mais aprofundada e não restritiva dos acontecimentos vivenciados no campo da história educacional brasileira, possibilitando o entendimento das lutas estabelecidas para a construção da sociedade brasileira.

A realização deste trabalho exigirá consulta às fontes primárias- jornal *O Carapuceiro* e documentos pertencentes ao período histórico em questão. Outros autores, da época e contemporâneos, serão chamados para que se permita um leque maior de idéias no debate que se pretende travar com Lopes Gama. Este debate visa, sobretudo, buscar no pensamento da época as respostas dadas por esse autor às necessidades trazidas pela iminência do progresso e da consolidação, ainda que lenta, da idéia de nação e dos rumos que o país deveria tomar para partilhar em igualdade do desenvolvimento mundial.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO ESTADO DO PARANÁ: 1904-1920.

Prof^a Dra. Ângela Mara de Barros Lara
Universidade Estadual de Maringá

Este texto procura discutir os aspectos que deram origem a educação infantil no Estado do Paraná, bem como a relação do contexto econômico-político-social brasileiro no período e suas implicações. O objeto de investigação é a origem da educação infantil no estado do Paraná. A busca dos aspectos contextuais do período possibilita a compreensão de que a questão da assistência foi uma preocupação da família Moncorvo: pai e filho, médicos sanitaristas, assim como profissionais de outras áreas, naquele período, se preocupavam com esta questão. Estes respondem por esse problema que sempre esteve relegado a um plano secundário pelo governo federal. Sob a responsabilidade do Dr. Moncorvo Filho esteve o “Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro”, instalado em 14.07.1901. Após essa data ocorreram algumas manifestações em favor das crianças com idade superior a sete anos, mas somente em 1909

é que foi inaugurado o “Jardim de Infância Campos Salles”, o segundo no país, pois o Paraná desde 1904 já possuía o seu primeiro. A educação, neste momento no país, é proposta como moralizadora, ou seja estes estão imbuídos em “proteger” as crianças para salvá-las, pois elas eram consideradas perigosas, e aqueles tinham com intuito de salvar o país. A filantropia, neste modelo assistencialista, propunha uma “assistência científica” que viabilizaria pela medicina os cuidados necessários a uma raça vigorosa, porém adestrada. Os moralistas apresentavam as famílias como indignas e o objetivo era a reeducação do indivíduo através de uma educação de caráter repressor e punitivo. A proteção e a assistência possuem uma certa ambigüidade, pois procuravam proteger as crianças e a sociedade através de políticas excludentes. A preocupação do Brasil no início do século XX era transformar-se numa nação culta e civilizada, neste sentido buscamos perceber através dos relatórios dos inspetores da província do Paraná estes aspectos na sociedade brasileira. Procura-se discutir os percursos que efetivaram a educação infantil no Paraná de 1904 a 1920. Num primeiro momento, discute a relação entre o estado do Paraná e o Brasil procurando entender os condicionantes econômicos, políticos e sociais; o processo de viabilização da instrução pública no estado neste período, bem como os métodos propostos para os jardins de infância. No segundo e último momento do texto procura apresentar as propostas educacionais e as instalações provenientes desta segunda década; a Reforma pedagógica como uma mudança na legislação; a proposta de instituir uma educação da infância que as preparasse para o ensino primário; a importância da I Conferência Nacional de Educação, sediada em Curitiba, bem como a estratégia disciplinar, suave e sutil de educar as crianças. A questão da assistência à infância no Brasil é aqui discutida na busca de compreensão dos parâmetros que orientaram a trajetória da educação infantil no Paraná. A contribuição desta discussão possibilita aos educadores da infância perceber os acontecimentos e os condicionantes da sociedade brasileira na política pública da educação naquele período da história.

INFLUÊNCIA DE FROEBEL NA EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA NA CAPITAL DA PARAÍBA

Roberta Costa de Carvalho

Universidade Federal da Paraíba

Este trabalho procura caracterizar a educação da infância na capital paraibana, na fase que abrange a década de 30 do século XX, a partir da influência da teoria froebeliana aplicada no *kindergarten* (jardim de infân-

cia). Perpassando pela historiografia da educação da infância brasileira e por documentos primários, a pesquisa se propõe a conhecer os sentidos imersos nas práticas de educação da infância na capital da Paraíba, sob a influência de Froebel, em analogia a outros Estados do Brasil. Para tanto, elegi como condutora para a progressão das interpretações, a seguinte questão: Como os princípios da teoria froebeliana influenciaram as práticas de educação da infância, nos anos de 1930 na Paraíba? O interesse para a compreensão desta questão, passa pela tentativa de posicioná-la frente aos novos ideais educacionais que eclodiram com a Revolução de 30. Foram utilizados os pressupostos presentes na revisão da historiografia para fundamentar, através da interpretação e da escrita, a realização deste trabalho. A matéria-prima utilizada foi selecionada dentre documentos de fontes oficiais, livros, jornais e publicações da época referida. Os critérios utilizados para esta seleção, pautaram-se na intenção de tentarmos entender o pensamento dos intelectuais da época que servirão para a discussão teórica. Os resultados apontam para o início do desvelamento deste trabalho à medida que foi sendo encontrada documentação que sugeria a utilização do método froebeliano na cidade de João Pessoa. De modo sumário, eles foram introduzidos pela diretora do primeiro jardim de infância oficial, após sua estadia, pelo prazo de um ano, no Rio de Janeiro. Desta forma, e utilizando esta opção metodológica, vai-se alicerçando a construção da historiografia da educação da infância em João Pessoa, capital da Paraíba.

A NATURALIZAÇÃO DA INFÂNCIA E A PEDAGOGIA CENTRADA NA CRIANÇA - UMA ANÁLISE DO PENSAMENTO DE MONTESSORI E CLAPARÈDE E DE SUAS INTERFACES E FILIAÇÕES COM O PENSAMENTO DE PESTALOZZI E FROEBEL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Alessandra Arce

USP/ffclrp

O presente trabalho é fruto do projeto de pesquisa “A Naturalização da Infância e a Pedagogia Centrada na Criança - uma análise do pensamento de Montessori e Claparède e de suas repercussões no ideário escolanovista no Brasil”, desenvolvido junto ao HISTEDBR/GT UNICAMP e ao Departamento de Filosofia e História da Educação sob a forma de bolsa de Recém-Doutor concedida pelo CNPq, durante o ano de 2002 e primeiro semestre de 2003. Este trabalho está intimamente ligado, e portanto, dando continuidade a investigação que realizamos durante nosso doutorado, a respei-

to do pensamento de Pestalozzi e Froebel. O objetivo deste trabalho é responder de forma preliminar as seguintes questões: as idéias de Montessori e de Claparède a respeito da infância e da educação infantil manteriam uma relação de continuidade com o pensamento de Pestalozzi e Froebel? Que rupturas poderiam ser observadas? Quais relações poderiam ser observadas, entre o contexto social do capitalismo do final do século XIX e início do século XX e as idéias educacionais de Montessori e Claparède? E a mulher enquanto educadora, continuaria a exercer o papel de mãe/educadora nata tão defendido por Pestalozzi e Froebel? Haveria uma continuidade na descaracterização do papel do professor e na secundarização do ensino? A educação também deve, para Montessori e Claparède, seguir o desenvolvimento natural da criança?. Para tanto realizamos a pesquisa sobre as idéias de Montessori e Claparède em dois momentos: o primeiro dedicado ao estudo da obra destes autores e sua época de produção; o segundo momento voltado para a análise das interfaces e filiações das idéias desses autores com o ideário pedagógico para educação infantil produzido por Pestalozzi e Froebel. As conclusões a que chegamos, ainda preliminares, apontam para uma continuidade na concepção de Montessori e Claparède das visões de infância e educação presentes nas obras de Pestalozzi e Froebel, guardadas as devidas peculiaridades de cada uma delas. A desvalorização do papel do professor, bem como sua forte ligação com a maternidade, aparecem como centrais na Pedagogia Montessoriana. Ambos Montessori e Claparède produzem sob a égide do Capitalismo do final do século XIX início do século XX e são profundamente marcados pelos ideais de homem, educação e sociedade difundidos neste período. Conseqüentemente a educação infantil integra-se neste quadro como a primeira etapa na educação do homem liberal, adaptado ao modo de produção vigente e suas exigências.

PRÁTICAS ESCOLARES NO JARDIM DE INFÂNCIA AUGUSTO MAYNARD (1932 – 1934)

Prof. Paulo Heimar Souto

Universidade Federal de Sergipe

No Brasil, o estudo da história das instituições escolares faz parte de uma recente tendência da historiografia, que, de acordo com Gatti Jr., “*confere relevância epistemológica e temática ao exame das singularidades sociais em detrimento das precipitadas análises de conjunto, que, sobretudo, na área educacional, faziam-se presentes*” (Gatti Jr.: 2002). Buffa (2002) observa que pelo fato de as instituições escolares estarem

repletas de idéias e valores educacionais, ao serem pesquisadas, possibilitam o estudo da história da educação e da filosofia. Destaca a importância das investigações, pois, se bem realizadas nas instituições escolares apresentam “*a vantagem de superar a dicotomia entre o particular e o universal, o específico e o geral, o concreto e o conceito, a história e a filosofia*” (Buffa: 2002). Com intuito de reconstruir e valorizar o cotidiano escolar do primeiro jardim de infância público sergipano, o presente estudo, visa examinar no período de 1932 a 1934, as primeiras práticas educacionais que fundamentaram o projeto educacional do Jardim de Infância Augusto Maynard (inaugurado no dia 17 de março de 1932, em Aracaju) e de que forma elas foram materializadas. Este estudo é parte integrante de uma investigação mais ampla desta instituição que tem como objetivos compreender a concepção, criação, instalação e o seu funcionamento. Pautado em referenciais da Nova História e, particularmente, da Nova História Cultural, os estudos de Chartier (1991) acerca das representações e seus respectivos significados e, a importância e o papel atribuídos aos documentos destacados por Le Goff (1990), nos auxiliaram no aprofundamento das reflexões desta investigação. Várias fontes investigadas nos possibilitaram informações importantes: documentos levantados no Arquivo Público de Sergipe, no Instituto Histórico Geográfico de Sergipe, na Biblioteca Pública Epifânio Dória, no arquivo do Jardim de Infância Augusto Maynard (*Livro de Actas da “Casa da Criança” [Jardim da Infância] 1932 – 1989; Livro para Registro de Impressões de Visita à “Casa da Criança” de Sergipe [1932-1983].*), relatórios e pareceres da Instrução Pública, relatórios da *Higiene Pública*, plantas arquitetônicas, jornais, revistas, fotografias, entre outros). De acordo com a análise do programa do Jardim de Infância de 1934, enviado ao Diretor da Instrução Pública pela primeira diretora, professora Penélope Magalhães dos Santos, constata-se que este pouco difere do programa do Jardim da Escola Normal de São Paulo (1916), da diretora do Jardim, professora Ernestina Varela, no que diz respeito aos seus objetivos gerais e a sua forma de organização, como por exemplo, os exercícios de linguagem; trato com os dons froebelianos como as esferas, os cubos, cilindros; trabalhos manuais; trabalhos com números; ginástica; músicas, entre outros. A utilização dos jogos de Decroly, e a distinção das formas, nas 1ª e 2ª séries de cartões Montessori, também exerceram forte influência nestes programas pedagógicos. Tais fatos corroboram com a idéia de que a influência destes moldes pedagógicos oriundos do centro-sul do país foi expressiva para o funcionamento do primeiro Jardim da Infância público sergipano, refletindo na formação e na posição social dos alunos oriundos desta instituição.

O PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM SERGIPE

Ilná Andrade Lobo

Universidade Federal de Sergipe

A pesquisa em pauta analisa a trajetória da educação pré-escolar na Rede Estadual de Ensino de Sergipe durante o período do Regime Militar até a abertura política na década de 80, com destaque para o “Programa Nacional de Educação Pré-Escolar” (1981), em vista do impacto quantitativo no atendimento às crianças das classes populares do Estado. A implantação do programa integra a política social do governo militar (III PND), visando a cooptação das massas para sua sustentação no poder. Pretende, a pesquisa, resgatar um momento da história da educação pré-escolar no Estado, ressaltando sua contribuição para a discussão e implantação de políticas públicas para esse nível de ensino, e a repercussão disso na escolarização das crianças das classes populares. A pesquisa está integrada ao Núcleo de Pesquisa “Sociedade e Educação” em Sergipe (NPSE/UFS), que compõe o grupo de pesquisa “História da Educação Brasileira” (HISTEDBR/UNICAMP). Segue a direção teórico-metodológica de investigar a História da Educação pela mediação da Sociedade, o que indica a busca de uma compreensão global da educação em seu desenvolvimento. Desta forma, foram utilizadas nesse processo de investigação as categorias do materialismo histórico. O referido programa, de características assistencialista e compensatória, foi implantado pelo Ministério de Educação no sistema nacional de ensino em 1981, por influência de organismos internacionais e de questões sociais e político-econômicas internas, constituindo-se até aquela data, na iniciativa mais incisiva do MEC em favor dessa área de ensino. A contribuição teórica advinda dos estudos da filosofia da história, dos clássicos da modernidade, do contexto sócio econômico e político nacional e estadual e sua determinação na política educacional brasileira, além da sistematização e análise dos dados empíricos fornecidos pelas fontes orais e documentos oficiais, nos possibilitaram conclusões das quais que se seguem algumas: - o conceito de infância é uma construção histórica de base material; - as concepções hodiernas de infância, com caráter único e universal, são herdeiras da modernidade, bem como as políticas de educação; - as políticas de educação infantil de baixa qualidade para as crianças das classes populares, da rede pública de ensino, decorrem da falta de vontade política dos governantes e da permanência da estrutura político-econômica e social do país; - o programa nacional em Sergipe serviu como estratégia de barganha político-eleitoreira visando o pleito de 1982 para o governo do Estado. Extinto em 1985 pelo

MEC, o programa nacional se constituiu, dentro do jogo dialético do governo militar de concessão e conquista da classe média, num ponto de partida para a democratização da pré-escola, até então privilégio, salvo ações isoladas dentro da rede pública, das classes mais favorecidas e abrindo brechas também para o debate teórico-metodológico desse nível de ensino, principalmente na escola pública, contribuindo para o avanço legal, a exemplo do ECA e da Lei nº 9.394/96, não obstante ainda muito distante do real. Ficou evidente que a contradição presente no espaço escolar e nas instituições de poder do Estado, tanto pode negar, quanto fazer proposições contrárias às impostas pelo poder.

REVIVENDO UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM UBERLÂNDIA (1967-1972)

Polyana Aparecida Roberta da Silva
Universidade Federal de Uberlândia

INTRODUÇÃO: Este trabalho originou-se de pesquisas que, como graduanda do Curso de Pedagogia da UFU, tive a oportunidade de participar como bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq e FAPEMIG, no período de 1997 a 1999. Na época, desenvolvi o projeto “História e memória educacional: Construindo uma Primeira Interpretação Acerca do Processo de Instalação e Consolidação da Educação na Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (1880-1960)”. Durante a pesquisa, observou-se a ausência de estudos sobre a educação infantil, temática que vem sendo objeto de estudos desde então, por considerá-la de grande relevância para profissionais da área e para a sociedade. Estudar a história dessa área temática permite perceber uma grande mudança, provocadas pelas transformações sócio-econômicas, tanto na forma de conceber a infância, bem como quanto ao atendimento de suas necessidades, o que tem implicações pedagógicas. **OBJETIVOS:** Nesse sentido, trata-se de resgatar uma experiência da Educação Infantil em Uberlândia no período de 1967 a 1972 do *Jardim de Infância Suzana de Paula*, visando investigar a gênese desta instituição pública estadual, bem como seu curto ciclo de vida. **METODOLOGIA:** Tal estudo passará por uma revisão bibliográfica sobre a história da educação infantil no Brasil desde os finais do século XIX, sem perder de vista suas origens em contexto europeu sobretudo desde as teorizações de Froebel. Do ponto de vista documental, o objeto deste estudo conta com um acervo inexplorado em órgãos vinculados à Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais, bem como na imprensa local. Uma outra possibilidade metodológica se encontra no campo da história oral temática, podendo

contar com os depoimentos de várias educadoras que se ocuparam com tal instituição em apreço. RESULTADOS: Até o presente momento encontramos documentos tais como: livro de ponto, atas de reuniões pedagógicas, boletins, planos de curso, entre outros. CONCLUSÃO: Percebe-se, pelo atual estágio de pesquisa, ainda em caráter exploratório, que a formação intelectual e moral (está vinculada, por exemplo, aos bons hábitos) compuseram o cotidiano escolar daquela instituição, visando a preparação para o ingresso no Ensino Fundamental.

A TEORIA FROEBELIANA E A EDUCAÇÃO INFANTIL NA DEFESA DA ESCOLA BRASILEIRA

Heloisa Toshie Irie Saito

Guaraciaba Aparecida Tullio

Universidade Estadual de Maringá

O artigo em questão faz parte de uma pesquisa voltada para a elaboração da dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Maringá e tem como objetivo destacar a importância atribuída por Friedrich Wilhelm August Froebel (1782–1852), educador alemão, à educação e à formação da mulher educadora (jardineira) no processo de implantação do capitalismo no seu país durante o século XIX. Numa revisão da literatura infantil no Brasil deparamos, na atualidade, com uma profusão de citações do pensamento do autor. Por outro lado, suas obras principais ainda não tiveram tradução para a língua portuguesa. Na verdade, a defesa de seu pensamento no país vem sendo feita desde as últimas décadas do século XIX. Em 1875 o dr. Joaquim José de Menezes Vieira criou o primeiro jardim de infância no Brasil e publicou um “Manual para os Jardins de Infância” fazendo a defesa das idéias do autor. Com incorporação de seus ideais educativos, dentre outros, foram criados neste final de século outras escolas voltadas para a educação infantil tendo como fundamento o método froebeliano. Assim, tanto no passado como na atualidade, os ideais educativos do autor deitaram e deitam raízes na discussão educacional brasileira. No terreno do método entendemos que a defesa da educação está sempre intimamente ligada à defesa de uma ou mais teorias expressadas pela filosofia e/ou pelas ciências humanas em geral. Nesse sentido, ela não é um ponto de partida, mas uma expressão historicamente determinada. Sua análise possibilita a compreensão da própria totalidade que lhe dá forma. Ao assumir um traçado do pensamento da época, Froebel não só defendeu que o homem ao seguir a lei de natureza pode elaborar um pensamento que se aproxima da verdade, mas trouxe essa

defesa para o terreno da educação: a criança deve viver em contato com a mesma, aprender a lei que dela emana. Defensor de uma dada unidade entre Deus, a lei de natureza e a sociedade, para ele, a educação infantil traduzida em três etapas (a primeira infância, o menino e o garoto) aponta para a defesa de uma normatização de conduta moral do homem burguês para a vida coletiva. Esta questão não está desvinculada da luta pela implantação do capitalismo industrial na Alemanha. Em seus escritos o autor sempre enfatizou o pressuposto moral e nele sustentou a sua pedagogia. Na Alemanha, comparando a criança a uma planta que para desabrochar rumo a um dever ser necessita de cuidados, Froebel criou uma instituição infantil denominada “kindergarten”, palavra que possui um sentido metafórico de “jardim de crianças”. Dedutivamente, existe sempre esse a priori no seu projeto educacional que aponta para a metodologia dos dons. Vontade de uma sociedade identificada com progresso e educação não são questões separadas na obra do autor comprometido com as necessidades de sua época. Vale aqui ressaltar que esses dois aspectos motivaram a incorporação de seu pensamento na gestão das idéias republicanas no Brasil que inclui toda uma preocupação com a educação.

02

Ensino Fundamental



51

ANÁLISE DO TRABALHO DIDÁTICO NA ESCOLA PÚBLICA MODERNA: A EXPRESSÃO PRÁTICA DOS PRINCÍPIOS E DO MÉTODO DA PEDAGOGIA COMENIANA NO SÉCULO XVII.

Olga Maria dos Reis Ferro/UEMS/UNIDERP/IESF

Iara Augusta da Silva/SED/UNIDERP

Este texto tem como objetivo analisar as condições históricas que presidiram o nascimento da escola moderna e os fundamentos da educação e da organização do trabalho didático que lhe correspondem, conforme pesquisas que vem sendo realizadas no Estado de Mato Grosso do Sul intituladas: *O discurso sobre a qualificação do professor da educação básica: um estudo da experiência desenvolvida pela Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul na década de 90*, da Prof^a Iara Augusta da Silva e *O plano de desenvolvimento da escola – PDE na escola pública de ensino fundamental em Mato Grosso do Sul: o gerencial e o pedagógico*, da Prof^a Olga Maria dos Reis Ferro. Nessas pesquisas, analisa-se o trabalho em geral, no seu fundamento mais amplo, e o trabalho didático da escola pública moderna, na sua singularidade, enquanto uma categoria que permite apreender as relações sociais de produção da sociedade moderna. No ponto de partida da investigação destas pesquisas a tese é que para compreender, na sua totalidade, a escola moderna e o trabalho didático por ela desenvolvido é preciso analisar o desenvolvimento do trabalho em geral, uma vez que na atividade laborativa do homem está expressada a organização social, política e econômica da sociedade de seu tempo. Com base nesse pressuposto, consubstancia-se na metodologia de pesquisa, o princípio de que, o fenômeno só pode ser apreendido na sua origem através de dados empíricos contidos, por exemplo, nos textos documentais e, da leitura dos textos clássicos do pensamento humano que souberam captar, com clareza, os móveis sociais de seu tempo histórico. Na análise da origem da escola moderna, para efeito deste trabalho, situamos a obra *Didáctica Magna* de João Amós Comênio. Este reformador, com base nas condições materiais de seu tempo, foi de “proa a popa” de sua *Didáctica magna*, produzindo um método que possibilitasse “ensinar tudo a todos”. Essa perspectiva de análise acerca da escola pública moderna, focada na *ciência da história*, referida por Marx na *Ideologia alemã*, vem sendo orientada pelo Prof^o. Dr^o. Gilberto Luiz Alves a partir de sua obra *A produção da escola pública contemporânea*. O resultado dessa orientação é um conjunto de dissertações oriundas do Curso de Mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, entre as quais estão as que serão discutidas neste trabalho. Considera-se como relevante neste trabalho além da busca de compreensão do trabalho didático, também, o enraizamento da

perspectiva de análise, já anunciada, acerca da produção da escola pública moderna postulada por Gilberto Luiz Alves, e que, já acena como uma linha de pesquisa que vem sendo desenvolvida pelo grupo de pesquisadores do HISTEDBR de Mato Grosso do Sul.

CIVILIZAÇÃO E INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA EM MINAS GERAIS, NO PERÍODO DE 1892 A 1898.

Dr^a. Vera Lúcia Abrão Borges

Universidade Federal de Uberlândia

No período em que se deu a organização e estruturação da República no país (1882-8), percebeu-se um intenso debate sobre a instrução pública elementar nos recém-criados *Estados Federativos da República dos Estados Unidos do Brasil*. Este, insere-se no processo de modernização da sociedade brasileira iniciado por volta de 1870 mas só se efetivando nos anos sessenta do século XX. Além do mais, passou por uma crise hegemônica de poder no espaço temporal delimitado, uma vez que o nascente modelo urbano-industrial vai colocando em cheque os valores tradicionais da sociedade agrária brasileira. Duas rupturas ocorreram, em um tempo relativamente curto – a libertação dos escravos em 1888 e a Proclamação da República em 1889 – propiciando avanços significativos da modernização no país. Destas e de outras transformações eclodem importantes problemas. Um deles, refere-se à necessidade de moralizar e disciplinar o recém-liberto escravo, de forma a torná-lo civilizado e produtivo e não um entrave ao desenvolvimento brasileiro. Outro, à urgência de uma higienização do espaço urbano-industrial, o que significava, dentre outras coisas, a formação da nova civilidade do brasileiro. A educação, em especial a escolar, passa a ser representada como a via fundamental nesse intento civilizatório e ordenador.

Nesse contexto, surgiu o interesse em compreender a forma como essas representações sociais foram construídas pela elite mineira (deputados estaduais), especificamente no tocante ao ensino público primário, no período de construção do Estado de Minas na República recém-implantada, ou seja, de 1892 a 1898.

Assim, as fontes priorizadas na investigação foram as legislações educacionais e os *Anais* da Câmara dos Deputados Estaduais de Minas, desde 1892 até a consolidação do Estado Republicano, em 1898. Ao lado das fontes secundárias selecionadas, foi possível compreender as representações de ensino elementar pela elite em estudo, tendo em vista as mudanças e as conservações na política educacional empreendida no Estado de Minas Gerais.

Imbuída por aquelas crenças, a elite mineira não apenas debateu sobre a escolarização elementar pública, como também procurou montar um sistema escolar elementar em Minas Gerais. Os novos assentamentos que se estabeleceram, impregnados de valores tradicionais, imprimiram formas de produção, maneiras de vida e, conseqüentemente, idéias, moral e formas de instrução, em que o “novo” se achava extremamente imiscuído ao “velho”. Pela análise dos temas concernentes ao ensino primário, constantes nas legislações e nas discussões políticas desencadeadas no *Congresso Mineiro*, percebeu-se que os valores e juízos, explícitos e implícitos nestes temas, expressavam os diferentes interesses em jogo, e que a “nova” racionalidade imputada à instrução elementar inaugurara muitos aspectos do discurso escolanovista, contrariando a tese em voga de que tal discurso se iniciara no movimento modernista dos anos vinte.

OS CONGRESSOS AGRÍCOLAS DE 1878 E O DEBATE ACERCA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Maria Cristina Gomes Machado (Orientadora)

Daniele Jaqueline Alves Ribeiro (PIBIC/CNPQ)

Universidade Estadual de Maringá

Este estudo tem como objetivo compreender os problemas enfrentados pela sociedade brasileira a partir da análise das discussões travadas pelos proprietários de terras durante os Congressos Agrícolas realizados em 1878, bem como evidenciar a preocupação desses proprietários com a educação pública, uma vez que esta se torna objeto de debate tanto da sociedade civil como dos políticos na segunda metade do século XIX. Nesse período, o Brasil foi marcado por intensas transformações, como a passagem do trabalho escravo para o livre e a passagem do Império para a República. Esses processos de mudança apresentaram diversos problemas, os quais mobilizaram o governo e a população em geral para resolvê-los. Assim, o Imperador convocou um Congresso Agrícola no Rio de Janeiro, realizado no Município da Corte, de 08 a 12 de julho de 1878, reunindo os grandes proprietários de terras da região sudeste do país, cuja produção restringia-se à lavoura de café. Os proprietários das regiões norte e nordeste, que não foram convocados para participar desse Congresso, organizaram outro Congresso Agrícola em Recife, no mesmo ano, de 06 a 13 de outubro. A produção dessa região baseava-se, quase exclusivamente, no cultivo da cana-de-açúcar. Durante os Congressos, os proprietários de terras mostraram seu desagrado pela política do governo imperial e reivindicaram medidas que incentivassem a agricultura nacional. Solicitaram, também, a criação de cré-

dito agrícola e a adoção de eleições diretas. Cabe destaque a séria preocupação desses agricultores com a abolição da escravatura, que se mostrava iminente, e com a necessidade de incentivar a imigração para o Brasil. Fica evidente que as fontes estudadas retratam as relações e diálogos que se estabeleceram entre proprietários rurais e o governo com relação ao principal problema da época: realizar a transição entre o trabalho escravo e o livre sem arruinar a agricultura. Dessa forma, os proprietários, mobilizados em função da situação econômica enfrentada pela lavoura, buscavam soluções para resolver o problema da mão-de-obra. Alguns projetos foram oferecidos para análise durante o Congresso do Rio de Janeiro, dentre eles destaca-se o projeto, apresentado pelo Sr. J. C. de M. Monteiro de Barros, sobre a instrução primária obrigatória. Este projeto previa a criação, em cada paróquia do Império, de uma escola pública, em prédios apropriados, para meninos e, se possível, uma para meninas. Estas deveriam oferecer um curso de seis anos no qual se ensinaria ler e escrever, aritmética teórica e prática, geometria, geografia, história e geografia do Brasil, ciência naturais e, finalmente, destaca o ensino dos deveres morais do homem, para que ele conhecesse seus direitos e deveres de cidadão brasileiro. Dentre as soluções apontadas – ao lado da imigração –, a educação foi vista como saída para garantir a substituição dos braços escravos. Ela poderia treinar e disciplinar o ex-escravo e o trabalhador livre nacional que estivesse fora do processo produtivo. Para tanto, dever-se-ia oferecer-lhes uma sólida educação moral, religiosa, cívica, intelectual e profissional. Em resumo, este projeto pretende sistematizar as questões abordadas nas discussões feitas no interior dos Congressos – fontes pouco utilizadas pelos historiadores da educação – quanto à necessidade de organização da educação pública.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A REFORMA DA GESTÃO ESCOLAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS NO BRASIL NA DÉCADA DE 1990

Isaura Mônica Souza Zanardini

Unioeste/Unicamp

Na década de 90 do século XX, por conta de uma série de reformas feitas em torno da gestão dos sistemas e unidades escolares, inúmeras pesquisas foram produzidas em torno desta temática. No entanto, a maioria delas reduziu-se à uma análise interna das transformações produzidas em torno da gestão, melhor dizendo, restringiram-se à análise da organização escolar, sem avançar na investigação dos fatores históricos, políticos e econômicos responsáveis pela produção destas transformações. A fim de superar este quadro, e

empreender uma análise histórica das políticas de gestão escolar implementadas em nível nacional na década de 1990, entendemos que é premissa fundamental, compreender o processo histórico, social, político e econômico que produz esta reforma. Isto significa dizer que é fundamental investigar as razões que orientam a reforma da gestão escolar e aprofundar a análise a respeito de como são produzidas as políticas públicas, dentre as quais, inserem-se as políticas educacionais. Para tanto, o trabalho ora apresentado traz algumas reflexões sobre as políticas públicas, e seu processo de implementação. O conceito de políticas públicas, tomado aqui, será o de que constituem uma ação intencional e deliberada do Estado, que por ser datada historicamente, tem em vista a obtenção de metas específicas, dentre as quais, a afirmação/consolidação de um projeto de sociedade. A partir destas reflexões, situamos a reforma da gestão escolar neste processo de implementação de políticas públicas, como estratégia para consolidar a reforma da educação básica que por sua vez, tem em vista a adequação da educação à reforma econômica em curso. Para caracterizar esta reforma da gestão escolar e sua inserção nas políticas públicas, discutimos sua articulação à Reforma do Estado, tendo em vista a implementação da lógica mercadológica de eficiência. Em articulação ao quadro de reformas da gestão escolar, apresentamos ainda reflexões sobre a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais enquanto estratégia de construção do consenso em torno da reforma educacional, e tratamos da avaliação enquanto mecanismo de controle de resultados, de controle e fiscalização dos níveis de eficiência política e financeira da escola e das demais políticas públicas. A pesquisa que ora apresentamos vem sendo realizada através do levantamento e análise de fontes primárias (legislação, diretrizes curriculares, documentos e relatórios ministeriais e de organismos internacionais) e também de fontes secundárias (teses, dissertações, relatórios de pesquisa, anais de eventos sobre a temática pesquisada, livros, revistas, jornais, periódicos). Através do desenvolvimento desta pesquisa pretendemos subsidiar a reflexão de docentes da educação básica e de pesquisadores das áreas de Política Educacional e História da Educação, quanto a reforma da gestão escolar implementada no Brasil na década de 1990.

ENSINO DE CIÊNCIAS: PARA UMA PEDAGOGIA DO *CORPO HUMANO*

Ortenila Sopelsa

UnC –Universidade do Contestado – Concordia -SC

Este é um trabalho de pesquisa qualitativa, na modalidade narrativa, sobre o Ensino de Ciências, especificamente relacionado à abordagem ci-

entífico-pedagógica do '*corpo humano*', em termos processuais de aulas. A investigação da prática de *ensino do corpo humano* foi desenvolvida com um grupo de trinta e cinco alunos e sua Professora, nas aulas de Ciências de uma 4ª série do Ensino Fundamental, em uma escola pública, do Estado de São Paulo, com o objetivo de configurar como emergem e são explicitadas as dimensões do *corpo humano* enquanto conteúdo pedagógico no Ensino e na Aprendizagem de Ciências, nos anos iniciais de escolaridade. A construção da prática enfocada se deu a partir de entrevistas semi-estruturadas, com a Professora e seus alunos, as quais originaram abordagens alternativas do *corpo humano* pela realização de pesquisas organizadas e realizadas com a participação efetiva dos alunos. Estas pesquisas foram desenvolvidas por meio de (a) entrevistas e questionários levados a pessoas da comunidade de inserção dos alunos, como sujeitos de 'suas pesquisas', envolvendo questões relativas ao *corpo humano* por mim elaboradas e, posteriormente, discutidas sob a orientação da Professora, com o 'grande grupo de alunos' em sala de aula; (b) narrativas dos alunos apresentadas durante as atividades de ensino em sala de aula; (c) textos variados produzidos pelos alunos; (d) anotações de campo produzidas por mim e, por vezes, pela Professora da classe, no período referente ao ano letivo de 2001. A análise dos referidos materiais desvela uma prática construída/desenvolvida em incessante diálogo nas situações reais de trabalho do grupo de alunos com a Professora e a Pesquisadora, esta sempre presente como convidada na sala de aula. Destes diálogos, emergiu a aprendizagem significativa do *corpo humano*, no ensino de Ciências, claramente construída e imbricada com as histórias de vida de cada aluno envolvido, implicando seus conflitos, angústias, desafios, saberes, vivências sociais e emocionais. Sendo assim, evidenciou-se, continuamente, criatividade na construção do conhecimento, possibilitada pela abertura de espaço pedagógico em aula para desenvolvimento da *autonomia de voz ou da palavra de cada aluno, de seus pensamentos e de suas ações* em termos interativos com seus pares, Professora e até mesmo com familiares e vizinhos. A natureza coletiva deste trabalho revelou que os alunos - de forma individual, independente e ao mesmo tempo interativa de partilhar conhecimento à medida que o adquirem - manifestam capacidade de envolver-se com e de desenvolver Pesquisa no Ensino para aprender Ciências. A abordagem científico-pedagógica adotada na prática investigada evidencia a importância do professor envolver o conteúdo de Ciências, definido por ele ou pela escola, na vida cotidiana do aluno, a fim de contribuir para facilitar a compreensão dos conceitos científicos por cada um e cada qual. A consideração da auto-estima do aluno, dada a mediação significativa da Professora nas aulas, possibilitou aos alunos oportunidades claras

de socialização em aula e mesmo de consolidarem habilidades específicas de *leitura* e de *escrita* ainda consideradas instáveis. A experiência adquirida com esta prática investigativa de ensino de Ciências, ao meu ver, evidenciou ainda a responsabilidade que os professores formadores precisam assumir de (i) participar efetivamente dos processos de sala de aula, (ii) propiciar a ajuda pedagógica imprescindível aos alunos, bem como (iii) ressaltar isto tudo como parte fundamental da formação docente desejável para redimensão do processo de ensino e de aprendizagem de quaisquer conteúdos ou conceitos, usualmente tratados na escola, especialmente nas séries iniciais do ensino regular.

O ENSINO DE PRIMEIRAS LETRAS NO GRÃO PARÁ: ALGUMAS REFERÊNCIAS HISTÓRICAS

Maria do Perpetuo Socorro Gomes de S. Avelino de França

Universidade do Estado do Pará e Universidade da Amazônia

O presente trabalho tem por objetivo analisar o ensino de primeiras letras no Grão-Pará, na segunda metade do século XIX. A descentralização do ensino instituída pelo Ato Adicional de 1834 delegou às províncias, entre outras coisas, a responsabilidade de criar e manter escolas primárias, deixando assim a educação básica sujeita aos reveses econômico-financeiros dos governos regionais. A inexistência de uma diretriz geral, que orientasse as províncias no seu trabalho sobre o ensino, por outro lado, fez com que cada uma delas arcasse com a definição da política interna de organização escolar. Atendendo à determinação da política imperial, os Presidentes da Província do Grão-Pará decretaram várias reformas com vistas a reorganizar a instrução pública primária nessa região, contudo, as medidas tomadas só serviram para agravar ainda mais a precariedade desse nível de ensino. Os programas de estudos adotados limitavam-se ao aprendizado da leitura, cálculo e doutrinas religiosas. Muito se falou, nessa época, sobre a falta de preparo do professor, mas pouco se fez para a implantação de uma escola normal. Tal escola, criada nas últimas décadas do século XIX, sujeita à interferência de toda ordem teve uma vida muito irregular. Apesar do poder público ter propalado uma preocupação com a educação popular pouco se fez para que ela se tornasse uma realidade. A difusão do ensino primário fora sempre adiado por razões de ordem estritamente políticas. Utilizamos para compor esse quadro histórico os relatórios da instrução pública e a legislação educacional produzida a época, assim como de autores que já desenvolveram estudos nessa área.

A ERA DAS ESCOLAS RURAIS PRIMÁRIAS NA PARAÍBA (1935 - 1960)

Antonio Carlos Ferreira Pinheiro
Universidade Federal da Paraíba.

Nos meados dos anos de 1930 surgiu no contexto das políticas públicas implementadas pelo governo Vargas, no âmbito educacional, uma nova modalidade de escola no Brasil – a Escola Rural. Esse tipo de instituição escolar visava *fixar o homem ao solo* e seria responsável *pela melhoria do habitat rural brasileiro e pela formação perfeita e integralizada da sua gente*. Na Paraíba essa iniciativa educacional-escolar se estendeu até o início dos anos sessenta do século XX, período que estou denominando de a Era das Escolas Rurais.

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de organização e expansão das escolas rurais na Paraíba como parte do movimento de interiorização do “sistema” escolar nacional tão preconizado e defendido pela elite intelectual e política brasileira. Por se tratar de um estado assentado na economia agropastoril, na Paraíba, o projeto das escolas rurais (ou do ensino rural) já fora defendido pela intelectualidade local desde o final do século XIX. Assim, as diretrizes educacionais propostas pelo governo Vargas foram rapidamente absorvidas e implementadas pelos gestores paraibanos, uma vez que nas escolas rurais dar-se-ia “*ao ensino popular uma feição mais prática e coerente com as necessidades regionais*”. É importante salientar que tanto nos discursos políticos referentes à expansão dos grupos escolares nos espaços urbanos como nos referentes às escolas rurais, no campo, o objetivo era vencer o analfabetismo.

Em 1948, o estado dispunha de 28 escolas rurais, havendo ainda 100 dessas unidades em construção. Até então, na história da educação escolar paraibana, jamais ocorrera tão rápido e significativo crescimento numérico de escolas públicas. Entretanto, a implementação de escolas rurais do ponto de vista pedagógico enfrentou grandes dificuldades, entre elas destacamos a “*falta de pessoal habilitado para pôr em prática, com eficiência, esse ramo de ensino*”. Neste sentido, será analisada a proposta de implementação de escolas rurais e escolas normais rurais pelo seu principal articulador no Estado da Paraíba – Sizenando Costa, observando as convergências e divergências de interesses mais gerais do governo federal e as especificidades locais. Algumas categorias propostas por Gramsci foram adotadas durante o processo de análise dos documentos e na construção textual.

Utilizamos, entre outras fontes, as mensagens dos presidentes da República para o Congresso Nacional, as mensagens dos governadores enviadas à Assembléia Legislativa paraibana, os relatórios dos diretores da instrução

pública e periódicos locais: a Revista do Ensino e o Jornal A União, além do livro de Sizenando Costa - A Escola Rural, publicado em 1941.

A implementação de escolas rurais primárias tornou a organização escolar mais complexa e possibilitou aos grupos subalternos das regiões rurais a terem um maior acesso a escolarização pública. É sabido, todavia, que apesar da sua popularização esse tipo de escola não logrou sucesso no sentido de vencer o analfabetismo como também não foi suficiente para evitar fluxos migratórios do campo para os centros urbanos.

ESCOLA PÚBLICA PRIMÁRIA: IDENTIDADES ÉTNICAS, MEMÓRIA E LEGITIMIDADE REPUBLICANAS – UM RECORTE A PARTIR DO ESTADO PAULISTA (1912-1920)

Ednéia Regina Rossi

Uem/Unesp

As reflexões que apresentamos fazem parte de nossa pesquisa de doutoramento. Optamos por fazer um recorte dos estudos realizados e apresentar nossas reflexões a partir dos relatórios de inspetores escolares e diretores gerais de ensino no período de 1912 a 1920, além de fazermos uso de memórias de professores primários deste período. Dentre a heterogeneidade de questões presentes nessas fontes, nosso propósito foi o de assinalar que o processo de institucionalização do ensino primário público e a constituição e aprimoramento do sistema estadual de ensino republicano paulista, nesse momento, foram atravessados pela multiplicidade étnica ao mesmo tempo em que se operou um clima de tensão entre as finalidades formativas da escola pública primária e as das demais instituições de ensino estrangeiras existentes. A presença marcante da imigração em todo o Estado de São Paulo resultou, por um lado, num elevado número de crianças estrangeiras ou filhas de estrangeiros estudando nas escolas públicas. Por outro lado, houve uma multiplicação de escolas particulares das mais variadas origens. Os estabelecimentos de ensino estrangeiros, com identidades múltiplas, manipularam quanto puderam a lei, desafiando as idéias de nacionalidade, de tradição e dos símbolos a serem conservados na memória coletiva. O processo que gestou a institucionalização da escola primária, criando estruturas educativas mais formais, foi subtraindo, ao longo do tempo, as diferentes instituições de ensino. A cultura diversificada do imigrante desafia o projeto homogeneizador da escola pública e as investidas para se instituir uma cultura capaz de legitimar a identidade nacional a partir da noção republi-

cana. A constituição da escola pública primária se fazia no movimento de eliminação, no campo educacional, das múltiplas identidades culturais. Utilizou-se para isso de estratégias que atuavam em vários campos – no consciente ou no subconsciente, na razão ou na emoção – ainda que com a imposição da lei. Mais do que ser considerada como a principal, a escola pública queria se legitimar como a melhor agente na missão educativa. Essa estratégia de afirmação evidencia que a construção da representação da escola pública como majoritária se fez no movimento de enfrentamento com outras identidades culturais. Os grupos escolares, espaços cuidadosamente concebidos, foram símbolos também de representação e de construção da escola primária pública como o melhor agente de formação. O modelo organizado se impunha às demais instituições educativas. Por outro lado, essa materialização da imponência só tem sentido no conjunto das significações sociais. Os grupos escolares nasceram como espaços privilegiados de civilidade, em que o caráter formativo era o elemento constituinte da identidade da nova escola primária. Com teor civilizatório, os saberes de valor formativo veiculados pela escola pública ligaram-se à identidade nacional e à memória e tradição republicana. Aos saberes veiculados pela escola se conjugaram outras práticas de caráter ritual e simbólico. Festas, comemorações, hinos, bandeiras, desfiles e iniciativas similares marcaram os esforços despendidos pela escola para legitimar a forma de vida e governo republicano.

A FOTOGRAFIA COMO SUPORTE DIDÁTICO PARA PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Waleska Dacal Reis

Secretaria de Estado da Educação/AL

O ensaio que ora se apresenta, com idéias e ideais que primam pela melhoria da qualidade do ensino brasileiro, busca promover a utilização da fotografia na sala de aula como uma das muitas possibilidades de trabalhos pedagógicos existentes na inter-relação Educação/Comunicação Visual. Trata-se de um estudo teórico-prático, aplicado nas séries iniciais do Ensino Fundamental, que se utiliza da pesquisa bibliográfica em livros, revistas, artigos e reportagens, fundamentando-se nos estudos de BORDENAVE, BRANDÃO, FREIRE, MORAN, KUBRUSLY, entre outros, que muito contribuíram para a compreensão de questões referentes à Educação, à Comunicação e à Fotografia. Dispõe-se, ainda, a uma reflexão acerca das aplicações da fotografia em sala de aula relacionando-a com a postura teórica do professor, de modo a contribuir com a melhoria das relações de

Ensino/Aprendizagem, com o desenvolvimento do olhar crítico de professores e alunos diante das imagens, possibilitando, assim, um avanço significativo de ambos em direção a uma educação comprometida com o desenvolvimento da criticidade.

OS GRUPOS ESCOLARES COMO EXPRESSÃO REPUBLICANA: AS ESPECIFICIDADES NO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

José Carlos Souza Araujo

Faculdade de Educação

Universidade Federal de Uberlândia

O objeto desta comunicação é compreender a política republicana em torno dos grupos escolares como manifestação de uma política educacional pública, e buscar explicitar os norteamientos da mesma nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a oeste do Estado de Minas Gerais, no período da Primeira República.

A primeira metade do século XIX brasileiro se ocupou da unidade nacional do ponto de vista político. Na transição brasileira, do Império (1822-1889) para a República (a partir de 1889), a educação é objeto de profundas discussões. Proclamada a República brasileira, esta se viu diante de uma tarefa por fazer, a da configuração da educação escolar seja em nível quantitativo e qualitativo. E os grupos escolares institucionalizados por diferentes Estados aqui exemplificados, com suas respectivas datas de criação - em São Paulo (1893), Minas Gerais (1906), Mato Grosso (1908), Espírito Santo (1908), Paraíba (1911), Goiás (1918) -, expressam o esforço e a resposta republicanos em torno da disseminação da escola pública sob esse ideário.

No Estado de Minas Gerais, tal disseminação se realiza a partir de uma legislação decretada em 28/09/1906, com regulamentação firmada em 16/12/1906. Especificamente, com relação às regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a oeste do referido Estado, é preciso caracterizar que o povoamento urbano em tais regiões é basicamente presente a partir do século XIX, embora já hajam alguns arraiais anteriores ao mesmo. A ocupação pelo branco, em termos de povoamento urbano basicamente se circunscreve a partir do século XIX, mas sempre em disputa com várias tribos indígenas presentes na região. Nas regiões em apreço, a organização municipal se constituiu no decorrer do século XIX em número de catorze, sendo quatro na primeira metade do século XIX. O projeto de instauração dos grupos escolares encontra nessas regiões, realizações efetivas a partir

de 1908, pela seguinte ordem em algumas de suas cidades: Prata, 1908; Araguari, 1908; Ituiutaba, 1908; Uberaba, 1909; Uberlândia, 1911; Araxá, 1911; Patrocínio, 1912; Patos de Minas, 1913, Conquista, 1917 e Sacramento, 1921. Tais exemplos nos convocam a estar atentos a esse processo de escolarização promovido pela iniciativa pública estadual em período republicano. Vinculando à organização municipal, a política educacional centrada nos grupos escolares a partir de 1906 encontra em tais regiões quinze municípios: isto é, além dos quatorze mencionados anteriormente, que tiveram sua municipalização no decorrer do século XIX, apenas Ituiutaba realizara a sua em 1901.

As fontes que inspiram essa comunicação estão vinculadas à legislação escolar educacional mineira referente ao período, às atas de Câmaras Municipais e à imprensa regional.

Em conclusão, nas referidas regiões, tem se defrontado, do ponto de vista histórico-educacional, com uma tímida e incipiente política pública em torno da educação escolar, que vai vagarosamente se disseminando pelos seus municípios. No entanto, ao lado da política pública, também se realiza uma expansão escolar de caráter privado, confessional ou não, que concorre com a dimensão pública, seja auxiliando-a ou com ela estabelecendo parceria, seja socorrendo a nascente pressão pela escolarização.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A ESCOLA ESTADUAL UBERLÂNDIA NOS PRIMEIROS TEMPOS (1929 - 1950)

Giseli Cristina do Vale Gatti

Universidade Federal de Uberlândia

(Introdução) Trata-se da comunicação dos resultados alcançados em investigação no campo da História da Educação, especificamente, na área da História das Instituições Educacionais. (Objeto do Estudo) A instituição em exame é a Escola Estadual de Uberlândia, sediada em Uberlândia, Minas Gerais. Objetivou-se analisar sua História a partir de sua passagem à estabelecimento público, em 1929, por meio do exame das representações sociais construídas pela comunidade da cidade e região. (Categorias Históricas) Às categorias básicas de espacialidade e temporalidade acrescentou-se a de representação, na acepção corrente encontrada na obra de Roger Chartier. (Periodização) A investigação abrange a cidade de Uberlândia e seu entorno, no período de 1929 (época de estadualização da instituição escolar) a 1950 (década anterior à expansão quantitativa da

instrução secundária no Brasil). (Fontes) No decorrer dessa investigação foram consultadas a bibliografia nacional e internacional sobre o assunto, os documentos do acervo da escola, bem como jornais de época, fotografias e documentos do acervo do arquivo público municipal. Além disso, foram muito importantes os depoimentos recolhidos junto à ex-alunos e ex-professores do colégio. (Resultados Finais) Os resultados alcançados demonstraram que as representações sociais construídas em torno da Escola Estadual de Uberlândia conferiram centralidade a essa instituição de ensino público na cidade e região do Triângulo Mineiro, o que contribuiu para legitimar seus egressos como futuros dirigentes dos setores público e privado. Além disso, foi possível apreender a dimensão conservadora e tradicional da escola, com a valorização da pátria e da disciplina como modeladoras dos espíritos, mediante a ação dos professores vocacionados para a missão educacional. Sem dúvida, o cenário educacional uberlandense refletia o contexto nacional e, sobretudo, no período enfocado, o ideário do Estado Novo, no qual as idéias de Nação, Ordem, Disciplina e Centralização povoavam as mentalidades de dirigentes e, de maneira diferenciada, eram divulgadas e apropriadas junto a sociedade. Ao examinar os discursos manifestados nos depoimentos percebe-se que a escola assumiu um papel nuclear na cidade de Uberlândia, tornando-se, simultaneamente, pólo cívico, cultural e esportivo, moldando, desse modo, o comportamento urbano e a mentalidade de modernização desejadas para a cidade. A coordenação das atividades de comemorações cívicas oficiais, com destaque para os adventos da Independência e da Proclamação da República, deixam claro a valorização social dada aos movimentos coordenados pelas elites dirigentes, legitimando e justificando os arranjos políticos de então. Ao oferecer para seus alunos e comunidade atrações culturais e eventos esportivos, obviamente, vinculados aos ideais de ordem e civismo, a escola supria carências importantes da cidade, tornando-se *locus* privilegiado para a divulgação da cultura legítima e dos esportes, com suas regras e normas, que inspiravam e modelavam os comportamentos sociais esperados para o cidadão ordeiro e nacionalista. A escola, por seu turno, significou uma evolução, não só pelo espaço físico disponível ao saber, mas também pela organização curricular e de conteúdos, com a entrada de livros, etc., conferindo à cidade uma oportunidade real de incremento educacional e cultural, por meio da possibilidade de socialização de conhecimentos. Enfim, pode-se perceber, após o exame destas considerações que a Escola Estadual de Uberlândia firmou sua imagem de qualidade calcada em um ideário pedagógico e político conservador, no qual ordem, centralização, disciplina, memorização, civismo e nacionalismo deram o tom e o compasso.

O IMPACTO DA EXPANSÃO ESCOLAR NO MERCADO DE MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

Elcia Esnarriaga de Arruda

Giovane Silveira da Silveira

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

O presente artigo tem como objeto de estudo a produção, a circulação e o consumo de material didático-pedagógico. A revisão de literatura acerca da temática privilegiou, produções acadêmicas na área de educação e permitiu várias constatações: primeiro, apontou para o fato de que a indústria de material didático-pedagógico não tem sido eleita como objeto de pesquisa de profissionais vinculados à educação; segundo, apenas o livro didático tem merecido a atenção de estudiosos e, neste caso, a maior parte dos estudos discute somente seu conteúdo. Quando o livro didático é concebido como mercadoria, enfatizam-se apenas duas vertentes: domínio do mercado por poucas empresas e o governo enquanto consumidor; terceiro, verificou-se uma lacuna com relação a estudos que visam verificar o lugar que a comercialização de produtos relacionados à oferta de serviços escolares ocupa no mercado. Entendemos que uma análise dessa natureza poderia contribuir para oferecer elementos que sustentem a discussão acerca da função da escola contemporânea. Nesse sentido, o pressuposto é o de que as categorias apontadas pela crítica da economia política são indispensáveis como aporte teórico-metodológico para a compreensão das formas de materialização da escola, no capitalismo monopolista. Este estudo pleiteou esse caminho. Espera-se que esta investigação possa contribuir para oferecer dados que esclareçam a seguinte questão: Em que medida o aumento no número de matrículas atua para “aquecer”, de forma significativa, o setor de livrarias em Campo Grande/MS? O objetivo geral consistiu em realizar uma análise preliminar da expansão escolar e seu impacto no mercado de produtos escolares. Considerando que a partir da década de 1990 registrou-se um aumento significativo no número de matrículas, o presente estudo definiu esse período para investigação. Delimitou-se também como campo empírico, a educação infantil e o ensino fundamental. Em conformidade com o objetivo geral, definiu-se como objetivos específicos: 1) identificar a expansão do número de matrículas na educação infantil e no ensino fundamental; 2) analisar a diferenciação de produtos exigidos pela escola; 3) levantar junto à Secretaria de Receita e Controle do Estado de Mato Grosso do Sul, dados relacionados ao volume de vendas no setor. O procedimento metodológico percorreu as seguintes etapas: revisão de literatura; entrevistas com proprietários de livrarias para levantar dados sobre o aumento de vendas no setor de mate-

rial didático-pedagógico; coleta de dados sobre volume de vendas de material escolar na Secretaria de Receita e Controle; entrevistas com proprietários de escolas para verificar a diversificação de material que a escola utiliza; levantamento e análise das listas de material escolar solicitadas pelas escolas; análise de catálogos de material escolar. Os resultados apontam que a escola tem criado a necessidade de um conjunto muito diversificado de produtos e serviços para atender ao seu planejamento didático-pedagógico. Os proprietários de livraria que foram entrevistados, embora não tivessem apresentado dados objetivos do volume de comercialização, afirmaram o indiscutível crescimento do setor. Esse fato pode ser confirmado pelos dados fornecidos pela Secretaria de Receita e Controle sobre o volume de vendas desse setor, em Campo Grande/MS, que apontou para uma expansão nos últimos anos.

A INFÂNCIA NAS LINHAS E NAS IMAGENS DOS LIVROS DE LEITURA (1890/1950)

Diane Valdez

Doutoranda FE/UNICAMP

Ao abordar sobre a concepção de infância na escola do período citado em minha tese de doutorado em andamento, achei relevante investigar qual era o papel delegado à infância nos *Livros de leitura* que para elas eram direcionados, ou seja, como as crianças aparecem nos textos e nas ilustrações. As obras conhecidas como *Primeiro, Segundo ou Terceiro livro de leitura* são fontes relevantes para investigarmos qual era a concepção de criança idealizada na época. São livros de autores brasileiros que inauguram em meados do século XIX uma série de obras destinadas à infância brasileira, obras essas que se tornaram populares e utilizadas até meados do século XX. São livros considerados inovadores na época por substituírem os escassos materiais impressos destinados à infância que freqüentava as escolas. Os autores escolhidos para essa investigação são: Dr. Abílio César Borges (o Barão de Macaúbas); Zalina Rolim; João Köpke; Francisco Viana; Antonio Firmino de Proença e Thomaz Galhardo. Importante salientar que o objetivo dessa pesquisa é situar a infância nessas obras em um período no qual a ordem republicana reivindicava um espaço primordial para a criança, pois ela tinha um significado de começo que contrapunha com a velha ordem imperial. Esses livros eram instrumentos importantes na divulgação dessa nova ordem, pois são incisivos no que se refere à moral, ao comportamento ideal, às posturas consideradas “modernas”, a higienização, às regras de boa convivência e obediência além de outros

elementos considerados essenciais para a construção de um nacionalismo necessário para esse período histórico. Selecionei esses livros que foram adotados nas escolas públicas do Brasil, tendo como foco a região de Goiás. São obras que foram delimitadas pela ordem cronológica: 1890/1950; pelo recorte temático: livros de leitura para a infância; pelo recorte geográfico: a região goiana; pelas produções nacionais e fundamentalmente pelas obras destinadas ao ensino em que a faixa etária dos leitores fosse demarcada pela idade (não de forma rígida) entre 06/12 anos.

O MÉTODO DE ENSINO INTUITIVO NOS DEBATES EDUCACIONAIS NA CAPITAL DO IMPÉRIO: APROPRIAÇÕES E ENTENDIMENTOS

Analete Regina Schelbauer

Universidade Estadual de Maringá.

O método de ensino intuitivo esteve em destaque nos debates educacionais que marcaram as últimas décadas do século XIX, em âmbito mundial. Esteve presente, sobretudo, nas exposições internacionais, nos congressos pedagógicos, nos relatórios oficiais, além de ser tema constante nos compêndios de pedagogia e manuais de ensino. Esses veículos foram responsáveis por colocar em circulação esse novo saber pedagógico, veiculando a idéia de que o método intuitivo se constituía como um instrumento pedagógico capaz de reverter a ineficiência do ensino escolar e como o método mais apropriado à difusão da instrução elementar entre as classes populares. Com esta roupagem desembarcou na realidade brasileira traduzindo as expectativas de renovação educacional de nossos intelectuais que acreditavam poder modificar o cenário da nação, modernizando-a através da educação. No Brasil, a apropriação e a divulgação do método intuitivo ocorreu através desses intelectuais ilustrados: homens públicos, reformadores, médicos, juristas, proprietários de escolas, diretores e professores, que se destacaram no meio educacional. Este trabalho teve como objetivo evidenciar as apropriações e entendimentos que esses intelectuais fizeram acerca do método, assim como as estratégias por eles utilizadas para colocá-lo em circulação. Para tanto, levou-se em consideração o contexto histórico e seus sujeitos, partindo do pedagógico, sem desconsiderar as múltiplas dimensões que inserem o método intuitivo no mundo social, político e cultural. Este trabalho esteve circunscrito às experiências educacionais que ocorreram no âmbito da iniciativa pública, na capital do Império, nas décadas de 1870 e 1880, focalizando, assim, o período que antecede a consagração do método de ensino intuitivo como

símbolo de renovação educacional nas reformas da instrução pública, decretadas no período republicano. As fontes analisadas abrangeram desde projetos de reforma, leis e pareceres, às traduções de obras vinculadas ao tema, assim como as discussões desencadeadas nas exposições, congressos e conferências pedagógicas do período. Identificar essas experiências e os intelectuais que nela estiveram envolvidos permitiu acompanhar a própria trajetória do método intuitivo. A ressonância que o método encontrou na realidade brasileira permite inferir que ele se constituiu como núcleo central da renovação pedagógica que se queria ver implantada nas reformas da instrução pública. As lições de coisas, forma pela qual também foi vulgarizado o método intuitivo, foram preconizadas, pela primeira vez na legislação brasileira, através da reforma liberal Leôncio de Carvalho, em 1879. No entanto, é importante salientar que o método já havia sido anunciado em algumas iniciativas educacionais, no âmbito do ensino público e privado, trazendo à tona os intelectuais vinculados a elas e evidenciando o seu papel de destaque no movimento de renovação pedagógica que se instaura no país a partir da década de 1870.

MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO: PRIMEIRAS LEITURAS

Valdelice Borghi Ferreira

Universidade de Sorocaba

Na história da educação brasileira a discussão sobre a municipalização do ensino ganhou centralidade na década de 90, sobretudo após a adesão compulsória dos municípios ao processo, com a promulgação, em 1996, de legislação federal que garantiu sua implementação em todo o país. A nova legislação deu concretude às idéias e proposições de grupos representativos governamentais e da sociedade civil; traduziu-se como resposta às pressões de agências financeiras internacionais, que coordenaram o programa de ajuste estrutural do país, incluindo programas sociais para sua sustentação; definiu, ainda, os caminhos para o cumprimento da meta proclamada da educação para todos, direcionada à universalização do ensino fundamental, por meio da descentralização das ações, via municipalização do ensino. A pesquisa enfoca o processo de municipalização do ensino em Sorocaba, Estado de São Paulo, no período de 1997 a 2002, investigando a ocorrência de um possível impacto da reforma educacional no município. Procurando apreender a dialética do cotidiano, analisa as contradições geradas pela coexistência de realidades simultâneas, mas não contemporâneas, e as possíveis transformações ocorridas. O estudo apóia-se em fontes primárias, bibliográficas, bem como na

experiência pessoal, enquanto participante do processo, atuando em órgãos estaduais e municipais e em conselho gestor – Conselho Municipal de Educação de Sorocaba. Apresentando o recorte direcionado ao município, a pesquisa parte do estudo do cotidiano educacional de Sorocaba, em 1996. Analisa suas contradições, a existência de demanda escolar não atendida e suas razões, entre outras, o descompromisso no cumprimento das determinações constitucionais, de priorização do ensino fundamental. Sorocaba optou, em 1998, por um modelo alternativo de municipalização, através de construção de novas escolas e ampliação de centros de educação infantil, para instalação de classes de 1ª a 4ª série, em bairros periféricos, com demanda escolar não atendida. A análise da realidade educacional do município em 2002, em fase de conclusão, possibilita algumas leituras iniciais. O acesso à escola pública de ensino fundamental está universalizado, na faixa etária dos 7 aos 14 anos; ainda precisa ser alcançada a universalização do ensino fundamental, considerando-se a qualidade da educação - retenção, permanência, conclusão e aprendizagem efetiva; o governo municipal ampliou a rede escolar de ensino fundamental, passando de 05 para 31 escolas no período estudado; não houve privatização da educação básica, como em alguns países; a rede particular aumentou significativamente o número de escolas (de 34 para 91), mas teve o número de alunos diminuído; apesar do aumento populacional (de 431 mil para 517 mil habitantes), houve decréscimo de cerca de 7 mil alunos nas matrículas de ensino fundamental, o que pressupõe, entre outras razões, a regularização do atendimento à demanda e a diminuição da defasagem idade/série; a municipalização é considerada como sinônimo de descentralização; está em andamento um processo de desconcentração de ações, que, não necessariamente, levará à descentralização; inicia-se, com todas as dificuldades, o processo de democratização da gestão educacional - funcionamento do Sistema Municipal de Ensino, exercício da autonomia escolar.

A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NA FRONTEIRA OESTE DO BRASIL (1930-1945)

Silvia Helena Andrade de Brito

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS/CPCO

O objeto do presente trabalho é a organização do ensino primário — hoje conhecida como primeira etapa do ensino fundamental — na cidade de Corumbá, município pólo da fronteira Brasil-Bolívia, tanto em sua vertente pública, como em sua vertente privada, no período histórico que se

estende dos anos 30 até o final da Segunda Grande Guerra. A análise está dividida em duas seções. Na primeira o objetivo central é a exposição do contexto histórico que marcou este período histórico, em Mato Grosso e em sua fronteira Oeste. Tal apresentação é fundamental visto serem os determinantes materiais deste processo de organização do ensino primário na região de fronteira os elementos analíticos centrais para o entendimento dos limites e perspectivas abertas à escola primária. Entre eles, ganha papel destacado a forte presença da pecuária como atividade produtiva em Mato Grosso e em sua região de fronteira, o que vai trazer conseqüências para a forma de inserção da escola na região, tanto nas zonas rurais como urbanas do município de Corumbá. Contraditoriamente, no entanto, serão as mesmas determinações concretas inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista em curso na região, condicionado por uma conjuntura favorável nos planos nacional e internacional, que explicarão o florescimento de algumas das experiências mais destacadas no plano educacional da fronteira, tanto na esfera pública, como na esfera privada.

Na segunda parte analisam-se os desdobramentos relativos à questão educacional nesse período, considerando-se principalmente a organização do ensino primário nesta região do então estado de Mato Grosso. Assim, enquanto no período ora analisado assistir-se-á a gênese de uma significativa expansão do ensino primário na região — transformação quantitativa que será importante para a gestação de mudanças qualitativas nos anos seguintes, como o crescimento quantitativo da forma mais avançada de organização interna da escola primária, as escolas agrupadas, ou a organização de um sistema de ensino primário — simultaneamente este ainda não foi suficiente para gerar um salto qualitativo que se generalizasse por todo os estabelecimentos, visto que as escolas isoladas (e as formas/conteúdo do trabalho didático a ela associados) ainda estarão fortemente presentes, assim como ainda é precária a organização de um sistema de ensino primário na região.

Não se pode deixar de assinalar, ainda, que isso também não aconteceu com a mesma intensidade e conteúdo na escola pública e na escola particular — visto que a primeira sofre com as limitações materiais imposta à máquina pública neste período de reorganização do Estado, em todo o país, já que depende do papel indutor deste último. Ao se colocar tais limitantes, contudo, existe a se considerar a circunstância de que os móveis da ação do governo, bem como os rumos tomados pela iniciativa privada na área educacional respondem a necessidades histórica e socialmente determinadas, peça fundamental para o entendimento destes processos.

O presente trabalho foi realizado a partir da pesquisa de documentação primária sobre o período, encontrada em diferentes instituições de pesquisa e ou ensino, nacionais e regionais, como os Arquivos Nacional, Estadual/Mato Grosso, da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica Regional/NDHIR-UFMS etc.

OS PCNS COMO PROPOSIÇÃO DE CURRÍCULO DO CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICO E ECONÔMICO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS

João Batista Zanardini

Unioeste/Uem

O presente trabalho objetiva mostrar algumas reflexões acerca da articulação existente entre a proposição de políticas curriculares e o contexto socioeconômico em que são produzidas. Para tanto, procura mostrar a partir de considerações sobre as Leis 4.024/61, 5.692/71, 9.394/96 e dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, bem como sobre o contexto histórico, político e econômico que as produzem, as exigências que foram e que vão sendo requeridas para a educação nacional a fim de adequá-la as necessidades da sociedade capitalista. Nossa preocupação é evidenciar que a letra da lei traz em seu bojo um conjunto de princípios, preceitos, orientações relacionados a realidade material que se pretende construir num dado momento histórico, e que a análise da lei representa um importante instrumento na tentativa de discriminar e desvelar a realidade. Ao tratarmos do contexto neoliberal e seus conseqüentes reflexos sobre as reformas da educação, particularmente sobre a reforma curricular, procuramos evidenciar que a proposição contida nos Parâmetros Curriculares Nacionais ao elencar uma determinada concepção de conhecimento pautada em um conjunto de habilidades, atitudes, comportamentos, está em consonância com as exigências postas pela “sociedade moderna” sob os desígnios do neoliberalismo, que tem em vista regular as relações sociais através das regras mercadológicas. A pesquisa está sendo realizada portanto, a partir do levantamento e análise de fontes primárias e secundárias e tem em vista contribuir com a reflexão acerca da reforma curricular que historicamente é empreendida, bem como levantar elementos para novos estudos.

PRECEITOS GERAIS DE HIGIENE E EXERCÍCIOS FÍSICOS: UMA MATÉRIA DO ENSINO PRIMÁRIO

Ana Carrilho Romero Grunennvaldt - UFS

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação - Unicamp

O estado de Sergipe procura acomodar-se a recém proclamada República, isso estimula que os governantes locais instituem legislação educacional que procura abarcar princípios correntes nas nações mais cultas, ao mesmo tempo, que enfrenta os impasses das reformas passadas. Alguns aspectos dos programas de intervenção pública, identificados com novos padrões educacionais estavam profundamente imbricados com os referenciais políticos e epistemológicos que se fizeram marcantes no panorama cultural a partir da década de 70 do século XIX. Com efeito, visando acompanhar a virada que as novas idéias anunciavam, assim ocorre um alargamento da pauta do debate que buscava a modernização condizente com a “ruptura” do novo tempo e das novas exigências que marcaram a virada da monarquia para a república, recentemente instituída.

O estudo toma como referência o Decreto nº 30 de 15 de março de 1890 que estabelece o Regulamento da Instrução Pública em Sergipe para observar as matérias constitutivas do ensino primário definidas pelo art.5, focalizando a matéria IX - preceitos gerais de higiene e exercícios físicos. Isso implica apreender e analisar as determinações que movem escolhas de disciplinas, conteúdos, práticas e questões metodológicas em detrimento de outras. A periodização é circunstanciada pela implantação do referido decreto e sua repercussão em torno dos seguintes elementos: a) ampliação das possibilidades de acesso às instituições, costumes e modos de pensar, ajustados com a civilização moderna, sendo que a educação é uma das bases do bem-estar comum; b) uma nova proposição metodológica para ser adotada no ensino público; c) o modelo de organização escolar arraigado nos argumentos científicos. Nesse jogo de movimento e posição, os governantes pretendem estabelecer uma linha demarcatória entre o novo/república e o velho/monarquia.

A proposta apresenta a marca de vanguarda que traz à cena local, implicações universais que se confrontam com as relações de força políticas estabelecidas, despertando uma reação dos valores tradicionais. Essa oposição é exteriorizada pelas alterações que a proposta recebe nas administrações ulteriores evidenciando os interesses correntes, mas por outro lado, antecipa uma discussão que permite a posterior penetração de pressupostos para a adoção do ideário posteriormente implementado.

PROGRAMAS ESCOLARES E MÉTODOS DE ENSINO NA DOCUMENTAÇÃO SOBRE INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PARAYBA DO NORTE DE 1835 A 1864

Cláudia Engler Cury

Professora Substituta do Centro de Educação, DME/UFPB

Prendemos, primeiramente, discutir critérios metodológicos utilizados pelos pesquisadores envolvidos no trabalho de catalogação de fontes sobre instrução pública, na Paraíba de 1835 a 1889. Em seguida, analisaremos no material coletado, as informações selecionadas a respeito dos métodos de ensino e organização dos *programas escolares* sugeridos pela legislação.

A análise dos métodos de ensino e organização dos *programas escolares* explicitados na legislação sobre Instrução Pública na Parayba do Norte entre 1835-1864 é o foco central de nossa discussão. Sabemos que a introdução do método intuitivo, na formação do magistério primário, deu-se com os Decretos de 1878 e nº 7.274 de 1879. Entretanto, a obrigatoriedade da utilização do método simultâneo, como aplicação direta do método intuitivo, está presente desde 1849, na Paraíba. Esta *precocidade*, em uma província distante dos locais de referência clássicos para a história da educação brasileira, nos chamou a atenção e motivou a realização de uma pesquisa mais cuidadosa sobre o tema.

O Regulamento de 20 de janeiro de 1849 é um dos exemplos da preocupação dos legisladores com relação aos métodos de ensinar: “Na porta de toda escola estarão inscritas as seguintes palavras: - Instrução primária pelo método simultâneo dirigido por (nome do professor)”.

O primeiro marco cronológico deveu-se à legislação mais antiga que encontramos, publicada em 1835. Com a criação de cadeiras isoladas, identificamos os primeiros contornos dados ao cotidiano escolar. O segundo referencial de periodização foi o ano de 1864 quando houve uma grande reforma na Instrução Pública da Paraíba que dividiu a instrução primária em elementar e superior. Para tanto, realizamos uma espécie de inventário do conjunto de “procedimentos didáticos” encontrados na documentação.

O levantamento, a seleção e a transcrição das leis e regulamentos sobre a antiga Província da Parahyba do Norte, hoje Estado da Paraíba, realizaram-se a partir das Collecções das Leis Provinciais (1835-1889), publicadas, ordinariamente, todos os anos, no período em questão. Esses documentos foram localizados no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR-UFPB), no Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, e no Arquivo do Estado de São Paulo.

Considerando que os documentos oficiais procuram encaminhar uma ordem e determinar o perfil do cotidiano escolar podemos dizer que esta suposta ordem sempre estará em diálogo com este mesmo cotidiano. É neste diálogo ou, neste movimento no interior da própria legislação que o historiador pode ir percebendo as adequações que a ordem estabelecida pelo governo provincial vai adquirindo ora, de forma a conter atitudes tanto de professores como alunos ora, tentando incorporar tendências de práticas escolares que estão sendo implantadas em outras localidades do Império ou mesmo instaurando “novos” métodos de ensino. É com esta perspectiva analítica que procedemos à leitura e interpretação do material que transcrevemos de vários arquivos.

REFORMAS DO ENSINO E A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA REPUBLICANA – 1889/1930: O CASO DE SERGIPE

Dilma Maria Andrade de Oliveira

Professora da Universidade Federal de Sergipe

Doutoranda da Universidade Federal de São Carlos

O presente trabalho pretende discutir a construção da escola pública republicana e como esta foi sendo concebida através dos mecanismos legais que lhes deram sustentação e legitimidade no período de 1889 a 1930. Para tanto, foi tomado como fonte primária o conjunto de Regulamentos à Instrução Pública, Leis, Decretos e relatórios oficiais de dirigentes públicos, com destaque para os dirigentes da educação.

Foi analisado o conjunto de Reformas e Atos que determinaram o funcionamento e a organização da escola primária, normal e secundária tomando como pressuposto que estas revelam a nível político e jurídico-institucional os pressupostos educativos dos segmentos dominantes da sociedade, enquanto parte de um processo histórico-social em que os segmentos dominantes buscam através dos instrumentos disponíveis a manutenção e consolidação de uma determinada forma de poder e ordena as relações sociais.

O conjunto de Reformas e Atos no período de 1889 a 1930, expressivos até do ponto de vista quantitativo; 36 para o ensino secundário, 27 para o ensino primário e 33 para o ensino normal, mostram a descontinuidade político/administrativa local face a falta de unidade de uma política nacional, e ainda, profundas divergências quanto à organização do Estado Republicano em relação à instrução pública.

Esse processo não ficou isento de contradições. A chegada da República representou o coroamento dos ideais liberais na filosofia, na pedagogia,

na literatura, e na política. Herdeira do iluminismo, as idéias circulavam guardando a crença no poder da ciência, da cultura, e da certeza de que a educação intelectual e a escola seriam os únicos caminho para melhorar os homens, salvar a nação do atraso em relação aos outros povos e desenvolver o país. A República proclamada educaria, instruiria, e formaria os homens cultos e os cidadãos livres. Das reformas da educação e do aperfeiçoamento da instrução pública nasceriam os homens com uma nova mentalidade para superar o atraso intelectual e cultural do país.

As formulações legais refletiam as idéias, tendências dominantes, espírito e direção jurídico-institucional de como se intencionava modificar a realidade. No entanto, o sistema de dominação política preservou os laços paternalistas e as relações oligárquicas em nada favorecendo a difusão de ensino público à maioria da população. Para a formação das elites e parte da classe média a atenção se voltava para os níveis médio e superior do ensino. Não se fez sentir, no período, nenhuma mobilização concreta dos poderes constituídos no sentido da difusão do ensino às camadas mais pobres da população. A farta legislação educacional resultou em fraco desempenho educacional.

TEORIA E PRÁTICA NA EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA ANÁLISE DO TRABALHO PEDAGÓGICO EM SERGIPE NO PERÍODO PÓS-LDB (1996-2003)

Roger Carlos Ferreira Alves Santos

Hamilcar Silveira Dantas Junior - Orientador

Depto. de Educação Física - UFS

O presente estudo constitui-se em trabalho monográfico de conclusão do Curso de Licenciatura em Educação Física e versa sobre a relação teoria e prática na Educação Física. Objetiva-se empreender uma investigação da configuração histórica dessa relação a partir da ótica dos professores de Educação Física que atuam como dirigentes dos órgãos responsáveis pelas ações político-educacionais no estado de Sergipe, buscando evidenciar os motivos pelos quais se instituíram aulas “teóricas” no cotidiano pedagógico desta área. O marco conceitual partiu: da construção do debate filosófico acerca dos conceitos Teoria, Prática e Práxis; da análise da materialização desses conceitos na realidade escolar sob o viés da Sociologia do Conhecimento, configurando, nesse âmbito, uma concepção pseudoconcreta do real; da fragmentação dos Cursos de formação de professores de Educação Física oriunda dessa pseudoconcreticidade; finalizando com a demarcação da relação teoria e prática frente à legitimação

da Educação Física como componente curricular. O trabalho orienta-se pela Concepção Materialista da História, nas bases da Pedagogia Histórico-crítica, configurando-se numa pesquisa social do tipo descritivo-documental. A base documental do estudo são: as Portarias reguladoras da Educação Física, os documentos oficiais orientadores da intervenção, os Encontros Estaduais de Educação Física e os textos publicados em suas Coletâneas. Todos os documentos foram produzidos pela Secretaria de Estado da Educação, Desporto e Lazer/Coordenadoria Estadual de Educação Física (SEED/COEF), no período de 1998, após a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9393/96), até o presente momento. O trabalho encontra-se em processo de análise dos dados, momento que intentamos estabelecer um confronto das fontes com as categorias centrais do estado: Práxis, Teoria, Prática e Prática Pedagógica. Objetivamos, portanto, estabelecer este debate em âmbito estadual, perspectivando aprofundar as condições de superação do quadro apresentado pela Educação Física em Sergipe.

AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E A INSTRUÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE REFORMA EDUCACIONAL E DOS RELATÓRIOS MINISTERIAIS DE 1868 A 1879 NO BRASIL

Lourdes Margareth Calvi

Maria Cristina Gomes Machado

Universidade Estadual de Maringá

Este estudo se define por buscar compreender quais as questões sociais, políticas e econômicas que influenciaram os discursos oficiais e a elaboração de propostas de reformas destinadas à instrução pública no Brasil, no período compreendido entre 1870 e 1879. O estudo focaliza a necessidade que se colocava para a sociedade brasileira de instruir o povo, criada pelas alterações nas relações de trabalho, impulsionadas pela reorganização do capital em sua fase concorrencial. No início da década de 1870, com o fim da guerra do Paraguai, o Brasil viu-se pressionado pelos países desenvolvidos industrialmente no sentido de libertar seus escravos e priorizar o trabalho assalariado, bem como realizar as reformas administrativas e judiciárias que possibilitassem o pleno desenvolvimento do capital. A educação passou a ser enfatizada como responsável pelo combate à ignorância e, sobretudo, pelo treinamento de mão-de-obra e disciplinarização para o trabalho livre. Ao pensar na educação como meio capaz de treinar e disciplinar o ex-escravo, a fim de reintegrá-lo ao traba-

lho regular exigido na cafeicultura e indústria, iniciou-se uma intensa discussão sobre a necessidade de se criar escolas públicas destinadas a ofertar instrução elementar. A escola poderia educar o ex-escravo para a liberdade e disciplinar o trabalhador livre nacional. Essa educação destinada a instruir os ingênuos, os escravos e os trabalhadores nacionais livres deveria oferecer educação moral, religiosa, cívica, intelectual e profissional e estar a cargo do Estado. A educação moral e cívica fortaleceria a unidade nacional, a educação profissional treinaria e disciplinaria para o trabalho. As fontes utilizadas para este estudo foram determinados Relatórios dos seguintes Ministros do Império: Paulino José Soares de Souza, de 1870; João Alfredo Corrêa de Oliveira, de 1871 e 1875, e Carlos Leôncio de Carvalho, de 1878, bem como seus Projetos de Reforma, oferecidos à Assembléia Geral Legislativa, visando desenvolver a instrução pública brasileira. Em seus Relatórios, esses Ministros do Império vislumbravam a educação como o elemento de moralização e de progresso do país. Para tanto, entendiam ser necessário que a instrução primária se generalizasse, sem mais protelações, pelo país, ensinando a cada indivíduo os rudimentos da arte de ler, escrever e contar. Embora a instrução do povo fosse considerada, nos discursos dos homens da época, como um instrumento importante para o desenvolvimento do país rumo à modernização pretendida, as reformas projetadas não ocorreram e o Sistema Nacional de Ensino não se efetivou no século XIX. Outras questões se sobrepunham à educação nas discussões do Parlamento brasileiro nesse período, como a Lei do Ventre Livre, a reforma eleitoral, a luta pela industrialização do país, dentre outras. O Brasil ainda estava produzindo as condições de modernização exigidas pelo capital para que a instrução do povo se consubstanciasse numa necessidade.

O UNIVERSAL CONTIDO NO MANUAL “O ENSINO PRÁTICO DE ARITMÉTICA”

Maria Angélica Cardoso

Luana A. M. Pampolha

Sandino Hoff – Universidade do Contestado

O manual didático “O Ensino Prático de Aritmética. Para as escolas alemãs no Brasil” foi editado em janeiro de 1915 pela Editora Rotermund & Co, de São Leopoldo, RS. O livrinho, objeto deste estudo, pertence ao Museu do Contestado e faz parte da 7ª edição de 1925, contendo exemplares que vão do número 31 a 35 mil. Seu conteúdo são as quatro operações da série de número 1 a 100. O autor, Otto Büchler, nas 13 edições do

manual (ao todo: 160 mil exemplares), inseriu melhorias no livro, atendendo às sugestões dos professores nas Reuniões das Assembléias Gerais de Professores e dos alunos que cursavam as escolas normais teuto-brasileiras. O livro foi composto em alemão e, posteriormente, traduzido para o português.

Este estudo, ao analisar o manual didático como um objeto singular, aborda-o através de dimensões, em busca de sua universalidade. Assim, através da análise do livrinho, revelam-se várias determinações, nele existentes, que se sistematizam em: lição de coisas, realismo pedagógico e organização da escola comunitária. Essas três dimensões confirmam: um conteúdo voltado para a realidade do aluno e da comunidade; operações matemáticas feitas mentalmente nas circunstâncias da vida agrária, como exercício prático para o cotidiano da realidade dos alunos; cálculos práticos para o aproveitamento das circunstâncias locais, mantendo a atenção concentrada na observação do meio social; e um ensino organizado à semelhança da comunidade rural.

Dessa forma, o livrinho em análise está carregado de universalidade, desvelada através das teorias do realismo pedagógico, da lição de coisas e de aspectos da escola nova, presentes no manual. A própria “vida” do livrinho teve caráter universal: serviu para 160 mil alunos das escolas paroquiais católicas e evangélicas dos estados sulinos e sua tradução para o português foi feita porque as escolas públicas o requisitaram.

A análise faz do manual um locus de intersecção entre o passado e a atualidade. O objetivo do livrinho é o estudo dos números, a partir de contextos significativos para os alunos e de resolução de situações-problema, envolvendo o cotidiano da criança. É, também, o que consta nos PCN, de 1998 (3:97). Os exercícios, propostos em livros atuais são muitas vezes os mesmos do manual analisado. Na época moderna, Ratke e os Regulamentos de Weimar e de Gotha propuseram que se devia entender os algarismos e conhecer seu significado; Büchler e os PCN sugerem levar o aluno a construir o significado do número.

Neste confronto histórico, aparece a universalidade do manual que se expressa em três dimensões: o método utilizado deve partir da realidade do aluno e capacitá-lo para atuar na sua comunidade; as aulas devem ser organizadas de tal maneira que “se tornem, para ao professor e para o aluno, horas de prazer” (Prefácio); o manual é atualizado constantemente, recolhendo os progressos dos novos tempos e os aproveitando para as circunstâncias locais.

Em resumo, os resultados deste estudo conectam o passado à atualidade e produzem conhecimentos sobre o que de pretérito está presente no presente.

A UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO ESTADO DO PARANÁ COMO RESULTADO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA “CENTRALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA” NOS ANOS 90

Ireni Marilene Zago Figueiredo

UNIOESTE/UNICAMP

Este artigo é parte da pesquisa realizada no mestrado que teve como objeto de estudo as políticas educacionais do estado do Paraná nas décadas de 80 e 90 do século XX. Portanto terá a finalidade de apresentar algumas reflexões sobre o processo que produziu a passagem da prioridade da Educação Básica, dos anos 80, à “centralidade da Educação Básica” nos anos 90, especialmente das políticas educacionais implementadas no estado do Paraná nestas duas décadas, com vistas à universalização do Ensino Fundamental. Para realizar este percurso, buscou-se compreender a construção da “centralidade da Educação Básica” não somente como resultado das orientações do Banco Mundial e outras secretarias especializadas da ONU (UNESCO/UNICEF), mas também pela própria elaboração nacional de políticas institucionais pelos governos das esferas federal, estadual e municipal, bem como a partir de reivindicações de professores, de alunos e de alguns grupos organizados da sociedade brasileira em busca da erradicação do analfabetismo e universalização da Educação Básica, materializado através da Constituição de 88 e retomado em nível internacional, nacional e estadual, principalmente na década de 90. Desse modo parte-se da compreensão de que a “centralidade da Educação Básica” viabilizou a meta de universalização do Ensino Fundamental, e que no estado do Paraná várias ações contribuíram para atingir esta meta.

03

Ensino Médio



OS DETERMINANTES HISTÓRICOS DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Manoel Nelito M. Nascimento

Faculdade de Americana – FAM

Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCAMP

Este trabalho procura compreender numa perspectiva histórica, os elementos determinantes no estabelecimento das políticas educacionais para o Ensino Médio. O Ensino Médio ao longo de sua trajetória histórica, tem se caracterizado por sua dualidade estrutural, com o estabelecimento de políticas que criam escolas diferentes para as camadas sociais distintas, definidas pela divisão social e técnica do trabalho. Com a recente reforma educacional para o Ensino Médio (propedêutico e profissional), novamente tenta-se superar a dualidade estrutural, pelos menos a nível retórico e político, ao revesti-lo como um novo curso apto a preparar o aluno com formação geral (propedêutica) e dar-lhe uma habilitação profissional, via a formação complementar e optativa, que pode ser feita após ou concomitante ao curso regular de Ensino Médio. Para a compreensão do Ensino Médio revestido desta “nova” concepção, proposta sob as demandas da reestruturação produtiva, da globalização e dos ajustes das políticas neoliberais, se faz necessário a análise do seu desenvolvimento histórico nos contextos econômico, político e social. Desta forma, pode-se observar que as políticas educacionais para o Ensino Médio têm expressado as demandas apresentadas pelos meios econômicos, políticos e sociais nas várias fases históricas do Brasil, determinadas pelas transformações na estrutura econômica e política e nas mudanças na organização da produção capitalista no Brasil.

ENSINO MÉDIO: AS CONCEPÇÕES DE MAX WEBER E KARL MARX PRESENTES NA PROPOSTA DE ENSINO DE SOCIOLOGIA DA SEED/PR DE 1994

Aluisio de Almeida Andriolli

Guaraciaba Aparecida Tullio

Universidade Estadual de Maringá

O presente trabalho está relacionado a uma pesquisa voltada à elaboração da dissertação de Mestrado em Educação da UEM. Seu objetivo centra-se na compreensão dos fundamentos de uma proposta de ensino de sociologia para o nível médio, elaborada pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-Pr), no ano de 1994, baseada em políticas educacio-

nais vigentes no Brasil e no Paraná durante a década de 80 e início de 90. O que se pretende é dar conta de um aspecto fundamental desta proposta curricular: o que ela traduz como conhecimento a ser transmitido pela escola. No presente texto optou-se pela apresentação da reflexão em torno de duas das principais correntes teórico-metodológicas presentes no documento posto para análise: Max Weber (1864-1920) e Karl Marx (1818-1873). Ao produzirem a sua existência material os homens produzem também as suas expressões intelectuais. Cada um dos autores, de formas diferentes, estão produzindo respostas às questões de seu tempo. Partindo da constatação da importância desses autores na construção dos saberes relativos às ciências humanas e sociais, especialmente na sociologia e na educação aqui postas para estudo, não é de se estranhar que os mesmos forneçam elementos teóricos para a reflexão educacional. Em Weber, o centro da discussão é uma das características de sua teoria: a busca da objetividade nas ciências humanas e como isso deriva na defesa de uma pretendida neutralidade que seria necessária aos pesquisadores, segundo o autor. Na sua visão de ciência, ele considera que a questão da objetividade do conhecimento nas ciências sociais não se basearia em conexões objetivas entre as coisas, mas sim em conexões conceituais entre os problemas apresentados à ciência social; seria através do próprio estudo dos problemas, que se desenvolveria um método novo, e daí poderia nascer uma nova ciência. Em Marx, na sua proposta de método de investigação da realidade social, o que se pretende é que sempre se inicie o estudo das sociedades pelo concreto, explicando o autor que as noções que são construídas pelos seres humanos para explicar a realidade são, necessariamente, constituídas pelo pensamento. Enquanto interpretação da história, os conceitos construídos a partir daí pela cabeça dos homens devem traduzir toda a complexidade das relações presentes na materialidade como concreto pensado. Marx procura sublinhar então que somente se o pensamento humano conseguir interpretar a realidade social com categorias e conceitos necessariamente refletindo o concreto real é que essas mesmas categorias e conceitos terão validade para o conhecimento que se propõe científico. As fontes para estudo dos autores utilizados são sempre obras originais e busca-se, nas mesmas, uma dada compreensão da história, da ciência e da educação o que remete a pesquisa, inclusive, para o entendimento do método de conhecimento por eles propostos. Na verdade, é este último que subsidia a própria elaboração da proposta de ensino da sociologia na escola de ensino médio. Neste sentido, uma das questões trabalhadas é a compreensão de como o documento de 1994 sugere ao professor e ao aluno a construção de uma consciência sobre a realidade social.

LITERATURA E SEU ENSINO

Roseni Ronchezelli Mariano

PPG UNIMEP

Este pequeno resumo pretende apresentar uma proposta de análise das questões de vestibular (Exame que se exige aos candidatos que queiram ingressar a um nível superior de ensino) referente à parte literária, mais especificamente às questões envolvendo o poeta Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), em um dado período de tempo ainda não definido, pois o vestibular de alguma forma interfere no ensino ou no conteúdo de literatura a ser ensinado em sala de aula nas escolas, sejam elas: Estatal, Privada ou Comunitária.

Muitos livros didáticos adotados pelos professores ou pelas Instituições de Ensino e até mesmo produzidos por estas para ministrar aulas de literatura como: Curso prático de Língua, Literatura & Redação; Gramática, Literatura & Redação para o 2º grau, de ambos os autores Ernani & Nicola e outros ou os livros produzidos pelo Sistema Anglo de Ensino, CLQ e outros, possuem em seus exercícios referentes parte de literatura, exercícios que se resumem praticamente as questões de vestibular utilizadas anteriormente por órgãos como Fuvest, Unicamp, UFRJ, UFSC, PUC e outros. É dessa maneira descrita acima, por os livros e seus exercícios referirem-se ao vestibular que ele pode interferir no ensino, mais especificamente, nas aulas do Ensino Médio, que possuem maior incidência das aulas de literatura.

Ao observar as questões do vestibular envolvendo a literatura de um modo geral, nota-se que a mesma tem-se disposto a organizar perguntas (quando em teste) envolvendo a gramática normativa, ou seja, as perguntas que deveriam tratar da literatura acabam se restringindo somente a gramática, neste caso, o texto literário acaba servindo como pretexto para as questões gramaticais e seu conteúdo que é riquíssimo é deixado de lado.

Desta forma, o objetivo principal deste projeto é analisar as perguntas do vestibular referentes a parte literária, mas possuindo em seu conteúdo a produção drummondiana referente somente a parte de poemas e não a parte de prosa. Para isso, é necessário demarcar um período e neste período poderemos saber qual é o conteúdo privilegiado do vestibular, qual e/ou quais são os livros ou obra literária de Drummond que caiu com mais incidência e qual o seu conteúdo, e nos livros didáticos e como estavam se dando, pois seu conteúdo pode interferir no ensino das escolas, além de também poder identificar através do vestibular que tipo de história do Brasil pode ser visualizada.

Para isto acontecer será necessário muita pesquisa em cima de alguns órgãos que elaboram o vestibular para poder analisar tais questões. Em cima desta questões também pode abrir duas vertentes de pesquisa, ou seja, dois caminhos de análise.

O primeiro consistiria em uma visão mais histórica, isto é, acompanharia as questões do vestibular ao longo do tempo, suas mudanças, seus temas, qual poeta começou a ser citado no exame antes de Drummond, em que ano e que obra drummondiana apareceu no vestibular pela primeira vez e como isto pode ter interferido no ensino de literatura nas escolas e principalmente analisar as questões poéticas de Drummond tentando visualizar que tipo de história do Brasil está sendo construída nos vestibulares e o segundo consistiria em tratar as questões do vestibular como um embate das questões, já que, o autor delas também é um leitor. Vendo também se este leitor foi fruto ou não da escola ou se a escola colaborou para este ser.

Para a primeira vertente contarei o com apoio da bibliografia básica de Norbert Elias para o estudo histórico da sociedade e para a segunda vertente contarei com Roger Chartier para o estudo o leitor enquanto elaborador das questões do vestibular, sendo assim, para ambas as vertentes o objeto de estudo é o vestibular.

04

Ensino Profissional



OS APRENDIZES ARTÍFICES DA PARAÍBA (1909-1942): MAIS ARTÍFICES QUE APRENDIZES

Wojciech Andrzej Kulesza (UFPB)

O debate atual sobre o ensino profissional no Brasil, especialmente aquele suscitado pelo Decreto 2208/97 e documentos legais e oficiais que se lhe seguiram, envolve a questão do relacionamento entre a formação geral e a formação técnica específica num cenário de reestruturação produtiva no qual o elenco dos postos de trabalho oferecidos pelo mercado apresenta uma extrema mutabilidade. Nos marcos da educação básica, esta mesma questão, embora com outras características, foi enfrentada no Brasil no início da República, também num quadro de mudança nas forças produtivas, naquele momento dirigidas para o incremento da industrialização. A necessidade de mão-de-obra minimamente instruída para tocar o parque fabril em expansão obrigou o governo a projetar escolas profissionais, inicialmente concebidas para adestrar o trabalhador não imigrante à nova realidade produtiva. A Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba, criada em 1909 juntamente com outras semelhantes nos outros Estados da federação se inseriu nesse esforço governamental. Neste trabalho focalizamos a instituição paraibana de 1909 a 1942, objetivando acompanhar e descrever o desdobramento da relação entre a “escola acadêmica” e a “escola profissional”, como a nomeou Anísio Teixeira nos anos 30. Neste sentido, são analisadas as inúmeras propostas de reformulação surgidas no período e avaliados seus impactos no cotidiano do ensino ministrado na Escola. A procura de articulação entre os ofícios oferecidos e o mercado de trabalho, perseguida pela Escola desde sua fundação, será cotejada com as transformações do parque industrial paraibano no mesmo período. Paralelamente, são levantadas as representações sociais da Escola durante suas diferentes fases, especialmente aquelas emanadas pelas autoridades educacionais, com o objetivo de traçar o desenvolvimento da questão do ensino profissional na Paraíba, especialmente no que se refere ao status do profissional formado: se artesão ou operário. Sintetizando os resultados da pesquisa até o momento, podemos dizer que a Escola de Aprendizes, durante este período, atendeu às necessidades do mercado de trabalho do setor tradicional da economia, não contribuindo desta maneira, para a implantação do parque industrial paraibano que então se processava no Estado.

A EDUCAÇÃO E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO PARANÁ

Ana Lucia Tomaz Cardoso

Amélia Kimiko Noma

Universidade Estadual de Maringá

O trabalho tem por objetivo contribuir para o debate sobre a Educação Profissional instituída no Brasil a partir dos anos 1990, abordando as ações e programas propostos nos Planos Estaduais de Qualificação (PEQs) e vinculados ao Plano Nacional de Qualificação dos Trabalhadores (PLANFOR). O diálogo estabelecido com as fontes primárias, os documentos oficiais referentes ao Planfor e PEQ, tem como foco a apreensão: 1) dos fundamentos e as características principais do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador e o Plano Estadual de Qualificação; 2) das condições da implementação dos Planos no Paraná e resultados obtidos. Questiona-se a ambiciosa tarefa atribuída às políticas públicas de educação profissional, indagando se os PEQs e Planfor são, efetivamente, políticas de inserção e reinserção do trabalhador no mercado de trabalho ou instrumentos para garantir a empregabilidade dos trabalhadores paranaenses no contexto da mundialização do capital e das transformações no mundo do trabalho. Pressupõe-se que encontrar respostas para a problemática delimitada significa a compreensão de sua relação com os fenômenos da globalização da economia capitalista e com as transformações técnico-organizacionais do trabalho, os quais apresentam desafios e problemas a serem enfrentados no âmbito da educação em geral e da formação profissional em particular. Implica em compreender como o capital se rearticulou na tentativa de superar a crise de valorização que teve início por volta dos anos 70, através da reestruturação produtiva e da redefinição do papel do Estado. A rearticulação do capital se processou por meio das políticas neoliberais, que resultaram na exclusão de extensas áreas geográficas e populacionais, entre as quais a América Latina, e num processo devastador de deterioração das condições de vida e trabalho. Os resultados obtidos permitem enfatizar a vinculação do Planfor e dos PEQs com as políticas sociais neoliberais, evidenciando sua exata natureza, que é a de ser uma política compensatória e de ajustes, voltada aos setores da população em desvantagem social. Sendo assim, evidencia-se como a nova institucionalidade da educação profissional realizada por meio dos dois planos analisados se insere no conjunto das políticas sociais nacionais, constituindo-se e se instituindo-se, destarte, no processo de adequação da educação brasileira às relações sociais, políticas e econômicas da nova etapa do capitalismo mundial.

EDUCAÇÃO E TRABALHO: A ESCOLA ESTADUAL AMÉRICO RENÊ GIANNETTI EM ANÁLISE (1977 – 1999)

Karla Patricia Resende

Vera Lúcia Abrão Borges

Universidade Federal de Uberlândia

INTRODUÇÃO: O presente trabalho insere-se no campo da História da Educação, particularmente na área da História das Instituições Educacionais. O estudo pretende contribuir com a história das instituições de ensino da cidade de Uberlândia – MG. E inter-relacionar as especificidades locais e regionais às questões maiores da educação Brasileira. O objetivo de nossa investigação é compreender como a Escola Estadual Américo Renê Giannetti contribuiu para a formação de profissionais para o mercado de trabalho em Uberlândia e região, num momento em que temos um contexto sócio político e econômico voltado para o período de governo militar (1964 – 1985) e a chamada abertura política. Neste tempo, os governos federais e estaduais voltam-se para uma política educacional (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 5692/71) que teria como objetivo preparar e habilitar o aluno para o mercado de trabalho, com uma estreita ligação entre educação e trabalho, principalmente no ensino de 2º grau (atual ensino médio) e uma proliferação de escolas públicas profissionalizantes em todo o país.

Funcionando desde de 1962, como escola de 1º grau, a partir de 1977 passa a atender também o 2º grau de caráter estritamente profissionalizante, com várias habilitações e um currículo que conciliava disciplinas teóricas e práticas profissionais em empresas da cidade.

OBJETO: A Escola Estadual Américo Renê Giannetti, objeto em estudo, foi a primeira escola de iniciativa pública estadual a oferecer o ensino profissionalizante em Uberlândia – MG.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO: Para a pesquisa estão sendo realizados, em primeiro lugar um levantamento bibliográfico sobre o ensino técnico profissionalizante, no país e em Minas Gerais, para que se possa ter um respaldo teórico necessário para delinear uma Escola enquanto espaço de formação técnica profissional. Enquanto recurso metodológico complementar, estão sendo utilizadas num segundo momento, as técnicas da História Oral, através dos depoimentos de ex-professores, ex-alunos, e ex-diretores da escola pesquisada. Quanto às entrevistas, temos algumas gravadas e transcritas, faltando a revisão do texto e a autORIZAÇÃO do entrevistado. A fundamentação teórica está sendo feita por meio do estudo das representações sociais.

PERIODIZAÇÃO: A delimitação cronológica vai de 1977, data de instalação e funcionamento da primeira turma técnico-profissionalizante de 2º grau na escola, até 1999, quando houve o último ano de funcionamento desses cursos.

FONTES UTILIZADAS: Ao delimitamos nosso objeto de estudo, procuramos fazê-lo conforme dados encontrados no arquivo morto da secretária da escola, destacando-se: grades curriculares, registros de matrículas, quadros informativos de turmas e alunos, etc, como também serão utilizados jornais encontrados no arquivo público da cidade, e algumas fotografias da escola.

RESULTADOS FINAIS: Os resultados que temos até o momento, é que a escola colaborou de forma significativa para formação técnica em Uberlândia e cidades vizinhas, oferecendo, inclusive, cursos não formais para o atendimento da comunidade. Desde sua criação, a escola sempre procurou incentivar projetos que viabilizassem a relação teoria e prática preparando seus alunos para o trabalho, e procurou estar em consonância com as LDBs 5692/71 e 9394/96.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INSTITUÍDA NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 90: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PLANFOR

Michel Marcelino Rodrigues

Amélia Kimiko Noma

Universidade Estadual de Maringá

Este trabalho tem como objeto de pesquisa a educação profissional instituída pelo Plano Nacional de Qualificação do trabalhador (PLANFOR), o qual se insere no conjunto das denominadas Políticas Públicas de Trabalho e Renda do governo de Fernando Henrique Cardoso. Trata-se de discutir questões relacionadas com as reformas educacionais realizadas na década de 1990 no Brasil, em específico aquelas que implementam a denominada nova institucionalidade de educação profissional, justificando essa educação como necessidade imperiosa do mercado de trabalho, o qual exigiria mudanças técnicas e operacionais na formação profissional. Parte do pressuposto de que o objeto em estudo deve ser inserido no contexto da globalização do capital, por considerar que suas características fundamentais devem ser analisadas no processo mais amplo das relações econômicas e políticas de nível nacional e internacional. Em função disso, articula-se a discussão da temática com as transformações do capitalismo e as reestruturações técnico-organizacionais da produção, as quais apresentam e intensificam desafios e

problemas a serem enfrentados no âmbito da educação em geral e da formação profissional em particular. Essa realidade coloca nacionalmente um debate acerca da necessidade de qualificação da força de trabalho, visando à solução dos problemas do emprego e da competitividade. A pesquisa utiliza como fontes primárias os documentos oficiais referentes ao Planfor, e estabelece com essas fontes um debate crítico. Para isso, ancora-se em bibliografia relacionada à temática tratada, explicitando os conceitos básicos dessa reforma da educação profissional, como qualificação, desqualificação, requalificação, qualidade, competência e empregabilidade. Ao analisar o Planfor como política pública neoliberal, este trabalho opõe-se ao discurso oficial, que afirma tratar-se de uma proposta inovadora de educação profissional, adequada às mudanças do processo produtivo. Isto possibilita enfatizar seu vínculo com as políticas sociais neoliberais, evidenciando sua exata natureza, que é a de ser uma política compensatória e de ajustes voltados aos setores da população em desvantagem social. A crítica feita ao Planfor, enquanto programa de qualificação profissional, tem como alvo a retórica de que a qualificação profissional é a panacéia para o desemprego. Evidencia-se que o referido Plano não atinge, seja em quantidade seja em qualidade, condições necessárias para a efetiva empregabilidade do trabalhador, porque sua efetivação se restringe a cursos de curta duração, que são mais quantitativos do que qualitativos. Isto significa que vultosos recursos estão sendo canalizados para uma educação profissional que não tem como atingir a eficácia e a eficiência pretendidas. Não se nega o fato de o processo de globalização do capital e de reestruturação produtiva ter acarretado mudanças nos requisitos de qualificação dos trabalhadores. Questiona-se a concepção de que a formação profissional seja uma resposta estratégica aos problemas colocados pela globalização econômica, pelas transformações do mundo do trabalho e pelo desemprego estrutural.

EDUCAÇÃO, TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

José Claudinei Lombardi – Unicamp

Carlos Lucena – UFU

Cássia Ferri – Universidade do Vale do Itajaí

Este trabalho se propõe a divulgar os resultados finais da pesquisa intitulada “Educação, qualificação profissional e empregabilidade” desenvolvida em Caçador, no estado de Santa Catarina, junto à Universidade do Contestado. A mesma contou com financiamento da FUNCITEC (Fundação

ção de Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina) e teve como objetivo investigar e problematizar as articulações históricas presentes entre a educação, a formação profissional e o emprego. Para tanto, foram investigadas indústrias do ramo metalúrgico, madeireiro e produtores rurais integrados à Perdigão, atingindo um total de 32010 (trinta e dois mil e dez) trabalhadores. Tendo como recorte histórico o início da década de 1960 até o ano de 2002, analisamos a dialeticidade existente entre a qualificação profissional e as mudanças estruturais do capitalismo monopolista. Foram investigados documentos de empresas e órgãos públicos, manuais de treinamento de funcionários e as propostas curriculares de formação profissional implementadas na região. Como desdobramento dessa investigação foi implementado um Banco de Dados com livre acesso aos futuros pesquisadores. A análise da qualificação profissional na região de Caçador teve como ponto de partida os trabalhadores e sua intervenção nas diferentes formas de organização técnica da produção. Problematizou-se, ao contrário das teses otimistas que apontam para um maior nível escolar na produção capitalista, o desenvolvimento de um processo precarizante em que 62,73% dos trabalhadores possuem apenas o ensino fundamental, 0,56% o ensino técnico, 4,06% a graduação, entre outros níveis de formação escolar. Apesar das empresas apresentarem nível tecnológico semelhante aos centros produtivos mais desenvolvidos do Brasil, a composição dos trabalhadores apresenta baixos índices escolares, comprovando a tese do movimento histórico do capital e sua procura incessante de uma força de trabalho mais barata e com menor resistência sindical. Realizamos um esforço teórico visando articular a teoria da alienação tão bem proposta por Marx na investigação da qualificação profissional em Caçador, problematizando os avanços e, principalmente, os retrocessos presentes no processo.

A ESCOLA DA VIDA E A FORMAÇÃO INTELECTUAL DO VISCONDE DE MAUÁ

Marli Maria Silva Quintanilha

Celina Midori Murasse - Orientadora

Universidade Estadual de Maringá - DFE

É um estudo sobre a educação brasileira durante a construção e consolidação do Império do Brasil, fundamentado no pensamento de Irineu Evangelista de Sousa, o Visconde de Mauá. O período que este gaúcho, - que nasceu, em 1813, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio Grande -, viveu na cidade do Rio de Janeiro, onde desembarcou em

1822, coincide com a duração do Estado Imperial. Diante disso, esta investigação, efetuada sob uma perspectiva histórica, busca no contexto da época os elementos explicativos para as convicções pessoais de Mauá, bem como a compreensão de como se deu sua educação, destacando os fatores que influenciaram a sua formação mercantil-industrial e financeira numa sociedade de economia agrária.

Para tanto utiliza, primordialmente, fontes primárias impressas tais como, autobiografia, texto econômico e cartas de autoria de Mauá. Além destas, examina, as fontes secundárias impressas de autores, tanto contemporâneos quanto do século XX, que abordam a temática e o período delimitado para esta pesquisa.

Em geral, as pesquisas existentes sobre a formação intelectual de qualquer personagem de destaque descrevem, com detalhes, a sua trajetória pelas diferentes instituições escolares até a conclusão de seus estudos. Entretanto a vida intelectual do Visconde de Mauá se efetuou por uma via diversa, longe dos bancos escolares. A sua formação econômica divergia daquela oferecida à população escolarizada da época e estava vinculada às atividades práticas exercidas, tanto por ele como por sua família de descendentes de imigrantes europeus, para garantir a manutenção de suas vidas. Assim o objetivo deste estudo é analisar e compreender a educação brasileira no período imperial (1822-1889) em contraste com a educação recebida pelo Visconde de Mauá (1813-1889).

No Rio de Janeiro, Mauá iniciou sua trajetória profissional em um balcão, como simples caixeiro numa época em que o comércio era considerado uma profissão inferior, destinada aos portugueses pobres e brasileiros analfabetos. O Visconde era uma exceção à regra, pois era filho de estancieiro e letrado. Sua mãe, contrariando os costumes da época que inseria os meninos, mesmo nas famílias de posse, no mundo do trabalho assim que começavam a andar, resolveu colocá-lo no caminho das letras que conhecia, ensinando-o a escrever e a fazer contas. Mais tarde Mauá aprendeu contabilidade, economia e política sob a orientação de alguns fregueses da casa comercial onde trabalhou e, posteriormente, do comerciante escocês Carruthers, enquanto aqueles que freqüentavam as escolas aprendiam humanidades.

Assim ao buscar a compreensão de como ocorreu a educação de Irineu Evangelista de Sousa, verifica-se que, entre a instrução oficial oferecida naquele período, e o aprendizado de Mauá, nada havia em comum. Aquela visava à cultura literária impregnada de retórica que tinha por finalidade a formação da elite, enquanto a educação recebida pelo Visconde possuía fins práticos, seu aprendizado estava relacionado à sua atividade e era, portanto, um instrumento útil para o aperfeiçoamento de suas aptidões para o trabalho.

ESTADO MODERNO E INSTITUIÇÕES PROFISSIONALIZANTES. O CASO DE UBERLÂNDIA-MG, DE 1942 A 1983.

Prof^a Dr^a Vera Lúcia Abrão Borges
Universidade Federal de Uberlândia - MG

Este texto abarca uma breve exposição do Projeto de Pesquisa que estou coordenando, acrescido dos poucos resultados que pude levantar até o momento. Intitulado *HISTÓRIA E MEMÓRIA: As Instituições Educacionais de Uberlândia/Mg e a Profissionalização. (1942 a 1985)*, o mesmo insere-se em uma das preocupações inerentes ao grupo de pesquisa de que faço parte (*Núcleo de Pesquisa em História e Historiografia da Educação*, da UFU), qual seja, a “*História das Instituições Escolares na Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*.”

Recém implantado, o projeto enfocado centra-se na reconstrução da memória e da história das escolas profissionalizantes em Uberlândia, abrangendo duas privadas e voltadas para a formação e especialização da mão-de-obra trabalhadora – *Senai* e *Senac*, e duas públicas, de ensino regular *Escola Estadual Américo Renê Giannetti* e *Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia*. Ou seja, destacou-se quatro diferentes formas de compreensão da problemática *educação para o trabalho*, apontando distintas representações e práticas de ensino profissionalizante.

Tendo por marco inicial 1942, em que foi criada a *Reforma Capanema*, da qual se tem a orientação sobre a criação do *Senai* e do *Senac*, o término da pesquisa coincide com o ano de oficialização do funcionamento do *Senai*, em 1983. Neste espaço, deu-se o processo de criação das outras duas escolas, além de importantes acontecimentos, como a deliberação das duas primeiras Leis de Diretrizes e Bases (LDBs 4.024/61 e 5.692/71), as políticas da chamada “abertura política” instaurada com a deposição de Getúlio Vargas (em 1945) e da fase da ditadura militar (1964-85), de assentamento definitivo do capital monopolista no país.

A pesquisa está sendo feita em fontes secundárias e primárias (jornais da cidade; documentos existentes nos Arquivos das escolas delimitadas), além de envolver um levantamento da memória através de entrevistas com ex-agentes destas.

Nesta fase inicial, duas questões estreitamente imbricadas foram levantadas: como se deu a implantação dessas instituições de ensino profissionalizante? Que tipo de profissionalização cada uma implantou, em vista das políticas sociais e educacionais priorizadas no espaço temporal delimitado? Assim sendo, o empenho foi apenas de tentar compre-

ender a questão da profissionalização no país e a forma como ela foi se desenhando no município uberlandense, abarcando as saídas de ensino profissionalizantes, para atender clientela e objetivos distintos.

A história das instituições escolares centra-se nos estudos referidos aos lugares formais de educação (escola), a partir dos aspectos legislativos ou normativos, do complicado processo que leva dos comportamentos comuns às normas sociais e às normas jurídicas formais, além do processo que se interpõe entre as normas jurídicas e as práticas sociais, e também considerando a forma como a instituição é governada e definida por espaços organizados, tempos administrados e modalidades internas de funcionamento, possuindo figuras profissionais e usuários próprios e estabelecendo relações externas com outras instituições, com os contextos ambientais e a dinâmica social.

Pela *História Oral* está-se resgatando a memória de sujeitos até então não contemplados, mesmo sendo responsáveis diretos pela dinâmica interna da escola (alunos, professores e diretores). As representações sociais, por seu turno, podem ser identificadas através do seu conteúdo, conceitos e imagens construídos nas relações e comunicações sociais, com base em categorias que explicam o real vivido pelos sujeitos coletivos.

Até o momento, tem-se à disposição algumas entrevistas transcritas e assinadas e outras a transcrever, mas restam ainda muitas para serem feitas. Também não foi possível proceder, até o momento, ao devido cruzamento entre as diferentes fontes impressas e orais, de forma a impossibilitar a necessária tecelagem de um texto com considerações mais profundas.

A HISTÓRIA DO SENAI E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: CAPACITAÇÃO, COMPETÊNCIA OU ALIENAÇÃO (1942 – 2002)

Janio de Souza Alcantara

Carlos Lucena

Universidade Federal de Uberlândia

A história da educação dos trabalhadores está em debate nas últimas décadas. As transformações no mundo do trabalho estão influenciando o ensino profissional, trazendo novas questões com velhas explicações. Debater a educação dos trabalhadores implica em verificar as mediações dialéticas que estão presentes no processo. Em um processo estrutural de profundas transformações na organização técnica da produção capitalista, transformações que podem ser compreendidas como respostas do capital às suas sucessivas crises, a formação dos trabalhadores se consolida

entre propostas otimistas e pessimistas. O SENAI, (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) fundado em 1942, vem passando por uma série de transformações em termos curriculares nas últimas décadas. Relacionado diretamente às formas de organização técnica e organizacional da produção, o SENAI vem se reestruturando. Os avanços tecnológicos ocorridos nas linhas de produção capitalista articulado as pressões do capital afetam diretamente as estratégias de formação profissional. Verificam-se transformações nos princípios técnicos da produção, ou seja, de uma formação voltada para a atuação na eletromecânica, passou a atuar na eletroeletrônica e nos últimos anos em processos microeletrônicos. Ao mesmo tempo, o SENAI incorpora, também sobre pressão empresarial, o discurso das competências, privilegiando os interesses de uma classe social em detrimento dos trabalhadores privilegiando processos alienantes de formação profissional.

Tomamos como fontes de pesquisa os documentos do SENAI que permitam investigar as transformações históricas curriculares dos cursos de formação profissional e a mudança do perfil do alunado nas últimas décadas, o material didático utilizado para a formação dos professores e alunos e os documentos do MEC na área de ensino profissional, pretendemos analisar as contradições, os avanços e os retrocessos presentes na história da educação profissional do SENAI.

A HISTÓRIA RECENTE DO FINANCIAMENTO EXTERNO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Roberto Antonio Deitos
Unioeste/Unicamp

Examinamos, neste artigo, a história recente da política educacional brasileira e o seu financiamento externo, particularmente para o ensino médio e profissional, redefinidos através dos Programas Educacionais implementados no país no período de 1990 - 2002, evidenciando e demonstrando as adequações educacionais requeridas para atender as novas exigências sociais, produtivas, financeiras e ideológicas, que expressam novas formulações teóricas e estruturais para justificá-las e dissimulá-las, empreendidas através dos Programas Educacionais, particularmente daqueles que contam com financiamento externo com contrapartida.

Para nossa investigação utilizamos-nos de fontes primárias e secundárias: das diretrizes nacionais, do plano nacional de educação, do contido na Lei número 9.394/96 e legislação educacional complementar, do De-

creto 2208/97, dos Contratos de Empréstimos externos e dos Programas PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional e PROMED – Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio – Projeto Escola Jovem, e dos documentos e relatórios ministeriais e dos organismos internacionais, tais como o BID e o Banco Mundial.

O resultado oriundo de uma análise histórica aponta para um progressivo e mais intenso, do que historicamente tem sido, processo de internacionalização da economia brasileira, avançando sob controle e gerenciamento dos chamados ajustes estruturais e setoriais implementados no Brasil, sob o comando dos organismos internacionais de financiamento e articulado internamente pelas forças e classes hegemônicas militar, financeira e politicamente.

Nesse rumo há um aprofundamento na direção de uma política ostensiva e programada de desregulamentação/regulamentação, descentralização/centralização empenhada num recomposto e ampliado processo de acumulação do capital em âmbito nacional e internacional, tendo o Estado brasileiro como principal instrumento de articulação e recomposição desse processo, no qual a educação brasileira é mais uma componente setorial dos ajustes estruturais realizados no Brasil.

ORIGENS DA ESCOLA PÚBLICA VOCACIONAL EM UBERLÂNDIA: ESCOLA ESTADUAL AMÉRICO RENÊ GIANNETTI

*Maria Odete Pereira Mundim
Wenceslau Gonçalves Neto
Universidade Federal de Uberlândia*

O objetivo deste estudo é investigar no campo da história e historiografia das instituições escolares as origens da Escola Estadual Américo René Giannetti, no contexto sócio-político-cultural e econômico do município de Uberlândia-MG, no período de 1949 a 1962. No Brasil, as políticas econômicas estabelecidas a partir dos anos 40 do século XX focalizaram a estruturação rápida de um parque industrial. Incentivos foram oferecidos para que o capital localizado basicamente no setor agrário migrasse para os centros urbanos para ser investido em indústrias. Dentre as medidas adotadas estava a criação de escolas vocacionais para atender à demanda dessa indústria emergente que necessitava com urgência de formação de mão-de-obra adequada no manuseio das máquinas das fábricas. No período de 1950 a 1960, Uberlândia teve um crescimento populacional anual

de 6,05%, em sua maioria proveniente do campo, sem a capacitação exigida pelo início da instalação de indústrias que se implantavam no município. No resultado desta pesquisa constatou-se que, em Minas Gerais, desde 1947, o Plano de Recuperação Econômica do Estado de Minas Gerais instituído pelo Governador Milton Campos previa a criação de escolas estaduais de cunho profissionalizante. No município de Uberlândia, em 1949, diante da reivindicação de empresários ligados à Associação Comercial e Industrial de Uberlândia, a Assembléia de Minas Gerais aprovou a criação de uma escola vocacional. O projeto previa dotar a escola de cursos técnicos que atendessem os principais ramos da indústria. A princípio, a construção foi orçada em Cr\$3.000.000,00. Em 1950 foi liberada a verba para a construção, porém, insuficiente para o seu término. A Câmara Municipal de Uberlândia, através do Decreto lei nº 321 de 19/11/52, alterado pela Lei 371 de 28/05/53 autorizou a Prefeitura Municipal a contrair empréstimo junto à instituições bancárias para financiar o restante da obra. No entanto, somente em 1961, com a liberação de verba pelo Estado de Minas Gerais é que a construção foi reiniciada e concluída em 1962. A sua inauguração aconteceu em 15 de abril de 1962 e veio atender a uma demanda local e regional de preparação de recursos humanos para a melhoria da produtividade industrial. O desenvolvimento desta pesquisa se constituiu, inicialmente, de leituras de autores que abordam a educação profissional pública e privada no país, coleta de dados junto às fontes primárias, fichamento de documentos e, posteriormente, de análise e construção textual sobre o tema pesquisado. As fontes utilizadas incluíram documentos (Processos, decretos e leis) da Câmara Municipal de Uberlândia, notícias na imprensa escrita da época, encontradas no acervo do Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Uberlândia, Atas da ACIUB e documentos, fotos e depoimentos junto ao Dr. Valdemar Firmino de Oliveira, funcionário público estadual, administrador da construção e, que posteriormente, foi nomeado pelo Governador de MG como diretor da escola. O nome dado à escola foi uma homenagem da comunidade local ao Sr. Américo Renê Giannetti, Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio de Minas Gerais à época que se empenhou pessoalmente em dotar a escola de maquinários especiais importados da Alemanha o que permitiu à Instituição ser considerada um ponto de referência no Estado no que se referia à educação de formação técnica. Como resultados finais espera-se que os dados pesquisados possam contribuir para uma melhor compreensão sobre o processo de criação no município de Uberlândia - MG, de uma escola pública profissionalizante - Escola Estadual Américo Renê Giannetti - num contexto de expansão urbano-industrial vigente no Brasil de meados do século XX.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES E A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: UMA BREVE REVISÃO HISTÓRICA DA DÉCADA DE 1920 ATÉ A DÉCADA DE 1990

*Maria Lúcia Melo de Souza Deitos
Unioeste/Unicamp*

Neste trabalho, buscamos desenvolver uma breve revisão histórica sobre as políticas públicas de qualificação de trabalhadores, no Brasil, no período de 1920 a 1990, articulando-as com a legislação educacional que lhes davam suporte.

A pertinência desta reflexão advém da percepção de que o processo de concepção, elaboração e implementação de políticas públicas, envolve diversas ações, condicionalidades e atores, constituindo-se portanto num processo complexo, que está profundamente atrelado às peculiaridades de cada momento histórico, além de que, para que uma política pública possa se efetivar, deverá estar consubstanciada em um documento que lhe dê o fundamento legal e jurídico, assim, uma política pública antes de ser implementada passa por discussões no poder executivo e legislativo; devendo também estar coerente com a legislação geral vigente no país.

Pode-se perceber também, nesta breve revisão histórica de caráter introdutório, das políticas de qualificação de trabalhadores a partir da década de 1920 até a década de 1990, todo um processo que compreende uma mudança ideológica no sentido de revalorizar o trabalho e a necessidade de preparação para ele, até o atual discurso de que é preciso qualificar-se e requalificar-se permanentemente a fim de inserir-se ou manter-se inserido no mercado e para propiciar a tão necessária competitividade à nossa economia.

OS VÍNCULOS HISTÓRICOS ENTRE EDUCAÇÃO E SISTEMAS DE PRODUÇÃO: CARACTERÍSTICAS E PERSPECTIVAS EM REDES DE EMPRESAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

*Leda Cíntia Assis de Souza
Carlos Alberto Lucena
Universidade Federal de Uberlândia*

O debate sobre a história da educação profissional e suas articulações com as empresas tem proporcionado polêmicas que questionam a sua legitimidade enquanto desencadeador do desenvolvimento auto-sustentá-

vel e a superação das desigualdades. Independente das formas de organização técnica da produção, a educação, em um discurso ideológico implementado por segmentos sociais representantes dos homens de negócios, desponta como elemento central do “*esteio das transformações produtivas*”, o processo que permite a construção de novas atitudes do e pelo trabalho e que propicia mudanças organizacionais que têm influência direta no desenvolvimento das atividades laborativas. Porém, a essa concepção educacional, em especial, em seu recorte voltado para a formação dos trabalhadores, são colocados desafios. Em primeiro lugar, a possibilidade de a educação profissional superar a lógica do trabalho alienado. Em segundo lugar, os limites impostos à formação dos trabalhadores, visto que esse processo está articulado às estruturas do capital que têm como alicerce a perspectiva econômica clássica da acumulação e da propriedade privada tão bem propostas por Marx e Engels. Tendo como referência a história da formação profissional dos trabalhadores relacionada às transformações estruturais do capitalismo monopolista, desenvolvemos uma pesquisa junto ao Pólo de Spartaco, no Município de Vargem Grande Paulista, no estado de São Paulo, que se vincula ao processo de gestão da Economia de Comunhão. Essa forma de organização administrativa empresarial oriunda da década de 1990 conta com empresas como a ECO – AR, indústria química do ramo de limpeza com uma linha de 9 produtos e produção mensal de 500.000 unidades comercializadas junto a redes de supermercados e 146 pontos de venda no varejo. Outras empresas do pólo são a ESPRI S/A, PRÓDIET FARMACÊUTICA, VIA NOVA, UNIBEN, LA TUNICA. Ao mesmo tempo, o pólo possui uma escola para a formação dos trabalhadores e dos seus filhos, denominada “Escola Aurora” que atua dentro dos princípios pedagógicos da Escola Nova. Tomando como fontes históricas de pesquisa os documentos empresariais que apontam as estratégias usadas para a concretização dessa forma de gestão empresarial e os documentos escolares que recuperem a organização curricular dos cursos oferecidos na escola em estudo, este trabalho tem por objetivo problematizar o processo histórico da formação profissional dos trabalhadores desse pólo, verificando as contradições, rupturas e continuidades presentes no processo. Tendo como referência as mediações dialéticas existentes entre a infra e a superestrutura da sociedade, pretendemos debater como uma forma de organização da produção constrói a escola que necessita, criticando as teses que defendem a independência escolar em face às transformações produtivas do capitalismo.

05

Ensino Superior



A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE E O PROJETO BURGUESES DE EDUCAÇÃO NO BRASIL – II

Prof. Dr. Paulino José Orso

Coord. do GT do HISTEDBR da Região Oeste do Paraná

Uma das observações feitas por Karl Marx nas Teses sobre Feuerbach foi de que ao longo da História a Filosofia tem se prestado mais para a interpretação da sociedade de diferentes maneiras do que para transformá-la. Entretanto, diga-se de passagem, que quando se fala em transformação, nem sempre significa que ela está voltada para a superação das condições sociais existentes, para a superação da sociedade de classes. Muitas vezes ela tem sido pensada exatamente no sentido contrário, no sentido de conservação do *status quo*. Este, por exemplo, foi o papel atribuído à Filosofia na FFCL da USP; foi atribuída a função de construir e consolidar um projeto burguês de educação e, por extensão, de sociedade no Brasil. Neste artigo pretendemos explicitar o papel atribuído à FFCL inerente ao projeto de criação da Universidade brasileira, a Universidade de São Paulo, pensada e organizada para servir de modelo a todas as demais universidades a serem criadas a partir daí.

A EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS PROJETOS DE LDB – 1988 a 1996

Regina Tereza Cestari de Oliveira

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

No processo de elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a correlação de forças contraditórias da sociedade manifesta-se e se expressa nas posições tomadas pelos partidos políticos, que absorvem as reivindicações da sociedade civil de forma diferenciada. O conhecimento do processo de elaboração da legislação educacional viabiliza uma compreensão mais abrangente do significado do produto. O objeto deste estudo é a ação dos partidos políticos, presentes no Parlamento, nesse processo, enfatizando as alterações, referentes a educação superior, produzidas nos projetos. A pesquisa compreende o período entre 1988 e 1996, ou seja, desde a entrada do projeto original, em novembro de 1988, na Câmara dos Deputados, até a sua aprovação final, em dezembro de 1996. As categorias históricas que orientam a análise são: Estado em sentido ampliado, abrangendo a sociedade política e a sociedade civil, partidos

políticos, partidos ideológicos e conciliação. A investigação baseia-se nos registros efetuados no Diário do Congresso Nacional e no Diário do Senado Federal, principalmente, nos projetos construídos sob a influência de forças sociais, aqui denominadas “partidos ideológicos”, que acompanham o processo, mantêm contatos com os representantes dos partidos políticos, buscando materializar os seus interesses na legislação. De um lado, aqueles articulados em defesa do ensino público, integrados ao Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) e, de outro, aqueles articulados em defesa do ensino privado, representando o grupo empresarial, a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN), e, representando o grupo confessional, a Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (ABESC) e a Associação de Educação Católica (AEC). Assim, são analisados o Projeto nº 1.258/88, de autoria do deputado Octávio Elísio (PSDB/MG); o projeto aprovado na Comissão de Educação da Câmara, nos termos do substitutivo do relator, deputado Jorge Hage (à época PSDB/BA), em junho de 1990; o projeto aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados, sob a relatoria da deputada Ângela Amin (PPR/SC), em maio de 1993; o substitutivo do relator (Projeto nº 101/93), senador Cid Sabóia de Carvalho (PMDB/CE), aprovado pela Comissão de Educação do Senado Federal, em novembro de 1994; o substitutivo do senador Darcy Ribeiro (PDT/RJ), aprovado pelo Senado Federal, em fevereiro de 1996. Os resultados mostram que: na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, a aprovação do projeto ocorre num processo de “conciliação aberta”; no plenário da Câmara dos Deputados, o projeto é aprovado por meio de acordo entre os líderes partidários, prevalecendo a estratégia da conciliação, com modificações em aspectos essenciais relacionados a educação superior; no Senado Federal, interrompe-se a prática da conciliação e aprova-se um projeto que, entre outros, define a sociedade política como autoridade educacional e divide as instituições de educação superior em diferentes categorias. O projeto de LDB aprovado na Câmara dos Deputados, em 17 de dezembro de 1996, não apresenta alterações substanciais, sendo sancionada, sem vetos, pelo presidente da República, a LDB, Lei nº 9.394, em 20 de dezembro de 1996. Após a sua promulgação, vários instrumentos legais vêm explicitando essa reforma, no que se refere a política e a organização da educação superior no país.

INFLUÊNCIAS DO ILUMINISMO E DO LIBERALISMO NA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA NO BRASIL

Evelcy Monteiro Machado

Universidade Tuiuti do Paraná

O presente estudo, numa perspectiva histórica analisa as influências do iluminismo e do liberalismo na organização da Educação Superior pública no Brasil. Parte-se do pressuposto que as forças determinantes para que a organização e implantação da Educação Superior pública ocorressem no Brasil somente no século XX refletem influências contraditórias a partir das idéias do iluminismo e do liberalismo europeus. Para desenvolver o estudo discute-se: a) conseqüências do iluminismo e do liberalismo europeu na construção do pensamento educacional brasileiro no período da colônia e do império, em relação ao Ensino Superior no país; b) o processo tardio da implantação da Educação Superior no Brasil, relacionando-o não só ao início da colonização portuguesa mas às demais colônias da América Latina, que centrado na formação profissionalizante evidencia um projeto de manutenção da colônia explorada e menos desenvolvida social e culturalmente que a metrópole; c) mudanças ocorridas com a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil em 1808, que alteram o cenário em relação à Educação Superior e o processo de articulação para a criação não só de cursos de ensino superior, mas da Universidade no país; d) influências do iluminismo e do liberalismo na Reforma Francisco Campos que ocorre em 1931 através de três decretos, sendo que no primeiro reorganiza as universidades brasileiras, no segundo decreto reorganiza a Universidade do Rio de Janeiro e o Ensino Superior brasileiro e no terceiro decreto cria o Conselho Nacional de Educação. O texto apóia-se em estudos sobre a construção das idéias filosóficas e sobre a história da Educação Superior no Brasil, destacando-se a organização universitária, referentes à Reforma Francisco Campos, de 1931. O estudo evidencia relações entre conseqüências da influência do iluminismo e do liberalismo e a organização da Educação Superior no país, que viabilizou a consolidação num modelo dual – público e privado – desarticulado em relação ao conceito da universidade moderna que se centra na integração dos três eixos ensino, pesquisa e extensão.

A PRODUÇÃO ACADÊMICA DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: LEITURAS E INTERPRETAÇÕES DA HISTÓRIA

Maria Teresa Penteado Cartolano

Universidade do Contestado/Caçador/SC;FE/UNICAMP

O problema que pretendo colocar em discussão a partir dessa reflexão é o das escritas de história da educação, produzidas e aprovadas como dissertação, no curso de Mestrado em Educação, da Universidade do Contestado, campus de Caçador/SC, no período que vai da criação do curso em convênio com a Unicamp, em 1998, até junho de 2003, quando da consulta a, então, última atualização do quadro “Controle Geral de Defesa”. O interesse em compreender a relação entre história e historiografia da educação brasileira é uma preocupação que surgiu do meu contato com a historiografia marxista e há algum tempo tem feito parte das minhas preocupações teóricas no exercício da profissão e no ofício de historiador da educação. Existem estudos que já tematizaram alguns aspectos da pesquisa histórico-educacional, inclusive críticas historiográficas, dentre outros Warde (1984 e 1990), Lopes (1986), Barreira (1995), Saviani, Lombardi e Sanfelice (1998), Sanfelice (2002), Noronha (2002). Com o mesmo objetivo, seminários e congressos se organizaram para discutir as questões teórico-metodológicas da investigação histórica da educação brasileira. Nesses eventos, os historiadores da educação têm contado cada vez mais com a presença de colegas vindos das ciências sociais e humanas, com formação em diversas áreas: além da história, sociologia, antropologia, política, economia, filosofia, literatura, artes, entre outras. O objetivo comum desses estudos e eventos é compreender e interpretar como os historiadores produzem o conhecimento histórico sobre a educação, como eles fazem história da educação. Esse estudo limitou-se num primeiro momento à leitura, compreensão e interpretação da produção histórica discente, através do “Resumo” contido nos trabalhos de dissertação. O limite desse registro para a compreensão do todo, da produção histórica, levou-me à leitura da Introdução e da Bibliografia dos trabalhos. A análise dessa produção acadêmica deteve-se inicialmente sobre as temáticas exploradas, os períodos históricos focalizados e os critérios de periodização utilizados para, a seguir, fixar-se sobre as perguntas feitas à história da educação brasileira e as modalidades de explicação histórica sugeridas por essas interrogações, o uso das fontes e a importância metodológica atribuída ao contexto, na construção do conhecimento histórico sobre a educação.

Das cinquenta e quatro (54) dissertações aprovadas no Mestrado em Educação, da UnC-Caçador, entre 1998 e junho de 2003, dezesseis (aproximadamente 29%) foram defendidas no Histedbr-Contestado e selecionadas como fontes desse estudo. Destas, a grande maioria deteve-se sobre estudos de política educacional focalizando predominantemente a história republicana e recente, e uma periodização política. De modo geral, as pesquisas referiram-se a um certo “contexto” no tratamento metodológico do seu objeto de estudo, nem sempre, porém, articulado às explicações históricas.

O PÚBLICO E O PRIVADO NA REFORMA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO NOS ANOS 90

Lalo Watanabe Minto

Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação

O objetivo deste trabalho é apreender os fundamentos históricos das transformações que se processaram no ensino superior no Brasil nos anos 90, enfocando seus impactos sobre as universidades públicas. Trata-se de compreender as bases materiais desse processo, fazendo uso das categorias de análise do materialismo histórico, e tendo como eixo central as relações entre Estado e sociedade no momento histórico em que se modifica o capitalismo internacional sob a égide da mundialização. É uma tentativa de qualificar as novas relações entre a educação superior e os interesses dominantes na sociedade brasileira: de um lado, a partir da análise das políticas educacionais para o ensino superior e do amplo debate sobre a necessidade de repensar o chamado “modelo único” de universidade; por outro, da chamada Reforma do Estado no Brasil e os ajustes estruturais da economia.

As fontes utilizadas compõem-se em dois grupos fundamentais: os documentos oficiais, expedidos pelos organismos internacionais responsáveis pela formulação de diretrizes para a educação no mundo, de onde destacam-se o Banco Mundial, a UNESCO, a CEPAL, entre outros; e, no plano nacional, pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo extinto Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE). De outro lado, a principal fonte será a legislação vigente para a educação em geral e aquela que se refere especificamente à educação superior.

Como base de apoio para esse conjunto de fontes, buscamos também analisar parte da ampla literatura produzida sobre este tema no Brasil, abrangendo desde as análises críticas já realizadas sobre as fon-

tes citadas, como também aquelas que forneceram subsídios para que tais políticas fossem implementadas, fazendo aí o contraponto com as primeiras.

Os resultados parciais obtidos até o momento, indicam que a reforma da educação superior no Brasil nos anos 90 marca uma significativa ampliação do processo de privatização do ensino e da pesquisa, em que pese não somente uma maior presença “física” do sistema privado em relação ao sistema público, mas sobretudo pela introdução de uma outra lógica de funcionamento e organização que vem sendo implementada neste último, marcadamente no sistema federal.

A chamada privatização do ensino - ou mesmo o seu “empresariamento” - é a expressão do avanço do capital em relação ao controle dos meios de produção da ciência e da tecnologia no mundo atual, já que estas passam a ser, cada vez mais, elementos fundamentais do processo de acumulação do capital e de reprodução da sociedade capitalista. Esse processo se desenvolve, no entanto, de uma forma extremamente complexa: ao mesmo tempo que interessa ampliar o controle do capital sobre a produção científica e tecnológica (atributo das universidades públicas), avança-se também em outra dimensão, que é a da simples mercantilização do “serviço” educação. Cria-se, assim, uma espécie de duplo movimento de privatização que, de um lado, transforma a educação superior em mero serviço, aproveitando um legado histórico de inúmeras deficiências no setor (que resultou em uma enorme demanda social reprimida) e criando um rentável mercado para as ditas faculdades de ensino e instituições não-universitárias; e de outro, pela manutenção de um sistema universitário restrito, utilitarista mas de “excelência”, onde se busca produzir e ensinar todo o tipo de conhecimento demandado pelas indústrias e pelo mercado em geral.

Esta privatização é, portanto, o pano de fundo das reformas para o ensino superior no Brasil da década de 90. Não ao acaso, temas como o da avaliação, da autonomia universitária e do financiamento do ensino e da pesquisa são os elementos centrais destas políticas, a razão de ser das mesmas e sua forma de legitimação política e social.

A TRANSNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E A ESCOLA PÚBLICA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE O ANTIGO CONFLITO ENTRE A ESCOLA ASSISTIDA E A ESCOLA ATRIBUÍDA

Maria Helena Candelori Vidal

Michelle Pereira Silva

Universidade Federal de Uberlândia

Trata-se de um estudo sobre os processos históricos que desencadearam a transnacionalização no campo educativo, articulados com o crescente conflito que põe em pauta a qualidade e função da escola pública: entre a escola que temos e a que queremos. Considerando que, todos estes conflitos atuais não estão desviados das realidades históricas nas quais eles foram oriundos. Objetiva-se compreender o processo histórico da modernidade e como ela desencadeou novos modelos de vida política, econômica e educacional, desenvolvendo assim, novas conjunturas globais inseridas nas realidades locais (neste caso no Brasil), exigindo da escola pública papéis ou modelos que atendam as demandas deste processo global-local / mercado-trabalho. Este estudo caracterizou-se como uma pesquisa bibliográfica, onde fez-se a localização, o levantamento e a identificação das fontes. Posteriormente realizamos uma leitura exploratória de todo o material selecionado e consequente análise textual, análise temática e análise interpretativa de todos os elementos. Nossa primeira pretensão foi entendermos os processos históricos que se estabeleceram através do domínio e influência dos Organismos Internacionais nas políticas educativas brasileiras e os novos modelos econômicos e sociais a partir da modernidade, centralizando a partir desta abordagem histórica, especificamente o final dos anos 90 e que se estende até o ano 2002, onde tal influência voltada para a transnacionalização da educação, torna-se mais acentuada por tais organismos. A investigação, ancorou num primeiro momento em análise de documentos dos Organismos Internacionais como o Banco Mundial, e as propostas da OMC (Organização Mundial do Comércio) quanto ao processo de transnacionalização no campo da educação. Fez-se ainda uma análise das características históricas sobre a modernidade e o fenômeno da globalização, e como essas características influenciaram as mudanças das políticas educativas no contexto brasileiro, por meio de fontes bibliográficas, observando dentro do contexto histórico a influência do processo de globalização no caso brasileiro. Como resultado, verificamos que a política educacional transnacional, embora debatida de forma tão atual, constitui-se presente no contexto brasileiro desde os tempos coloniais, quando subjugada à Metrópole, recebia de for-

ma violenta toda a influência da cultura portuguesa. Embora consideremos que essa influência não esteja tão explícita e devastadora, não podemos ignorá-la na atualidade sob a exigência do tipo de política que é imposta ao País (Brasil), para atender as recomendações dos organismos internacionais e como a educação pública, no desenrolar dos processos de globalização torna-se alvo da inserção de políticas econômicas. Portanto, ao verificarmos a trajetória da educação pública na sociedade brasileira, constatamos que a educação não está isenta de atender às necessidades e urgências do mercado global, caracterizada por este como desqualificada, ineficiente e improdutiva. Face a isso, atribui-lhe novas posturas e novas exigências que atendam a demanda mercado/trabalho/escola. Nesse estudo, também foi possível, verificarmos os diversos tipos de transnacionalização no campo educacional, considerando seus aspectos predominantemente autocráticos (se voltado acentuadamente para aspectos econômicos) e predominantemente autônomos (se voltado acentuadamente para aspectos éticos, culturais, morais).

A UNIVERSIDADE E A DIVERSIDADE DE UM NOVO PÚBLICO: PQD – PROJETO DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE EM SERGIPE

Sonia Cristina Pimentel Santana

Rivaldo Sávio

Universidade Federal de Sergipe

Estudiosos e integrantes das academias de nível superior, tem percebido nas últimas décadas, mudanças significativas no público discente. Aos poucos as Universidades tem ampliado seu espectro de atuação, gerando mais vagas, diante de uma demanda social cada vez mais crescente. Mais Nessa direção, a Universidade Federal de Sergipe (UFS) avançou significativamente com a criação no ano de 1997 do Projeto de Qualificação Docente I (PQD I), projeto este criado em parceria com o Governo de Estado de Sergipe. No seu âmbito observa-se o vértice da qualificação de docentes da rede pública. Mais adiante surge o Projeto de Qualificação Docente II (PQD II), que vem sendo realizado desde 1998 pela UFS, mantendo a parceria com a Secretaria de Educação e do Desporto e Lazer do Estado de Sergipe (SEED) e com a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe (FAPESE), além do apoio das Prefeituras Municipais do Estado sergipano. Tais projetos visam a formação de docentes para atuarem na educação básica, a qual dar-se-á através dos cursos de licenciatura plena. Esta condição faz-se necessária para o ingresso no quadro permanente da carreira de magistério, conforme as leis nº 9394/96 e 9424/96 da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da

educação brasileira, para formação dos professores. Dessa forma o PQD trata-se de um projeto singular em termos de Brasil, e que busca qualificar em nível superior os professores da rede pública, cujo dado estatístico aponta que 90% desses professores em regência de classe não possuem formação pedagógica necessária para a função que desempenham. Assim, visando descrever e analisar o PQD II e como a UFS tem administrado esse projeto, utilizou-se no universo de 1000 alunos matriculados, uma amostra de 734 (73,4%). Quanto aos professores, do total de 83 docentes, obteve-se uma amostragem de 31 sujeitos (37,3%). Como instrumento, utilizou-se dois questionários estruturados, respectivamente para professores e alunos. Para a análise desses instrumentos, trabalhou-se com o programa estatístico SPSS.11. Dessa feita, conclui-se que a UFS através dos Projetos de Qualificação Docente I e II, buscou ampliar seu processo educacional criando *campus* avançados no interior, gerando assim vagas e oportunidades para professores carentes sócio e economicamente cursarem uma universidade, democratizando assim seu conhecimento com a sociedade. Também com base na visão concreta da análise dos dados obtidos na pesquisa, conclui-se ainda que o PQD tem necessidade de produzir um saber crítico, “libertador” visando transformar o perfil dos seus estudantes, que tratar-se de uma maioria feminina, casada, carente economicamente e com idade média mais avançada que o estudante tradicional, e dessa forma produzir profissionais capacitados para melhorar a educação em Sergipe. Apenas pôr esse aspecto, o Projeto, apesar das falhas inerentes, já justificaria sua existência, pois diminui a exclusão social e ainda vem materializando um dos objetivos básicos das Universidades, qual seja, ampliar seu *campus* para todo Estado, democratizando seu conhecimento e transformando toda a sociedade.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO 1969-1979

Nedina Roseli Martins Stein

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul –UEMS.

A Universidade Estadual de Mato Grosso teve sua origem em 1962 com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia em Campo Grande. Em 26 de julho de 1966, através da Lei Estadual nº.2.620, esses cursos foram absorvidos com a criação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande, que reformulou a estrutura anterior, instituiu os departamentos e criou o curso de Medicina.

Integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá, Rondonópolis e Três Lagoas, a Lei Estadual Nº 2.947, de 16 de setembro de 1969, criou a

Universidade Estadual de Mato Grosso. Em 1970, foram criados os Centros Pedagógicos de Aquidauna e Dourados e incorporados a UEMT. Pela análise realizada do estatuto e outros documentos da universidade parece que esta instituição se estruturou baseando-se nos princípios da reforma de 1968.

O livro de memórias de José Pereira da Rosa (médico, membro da Associação Campo-grandense de Medicina e primeiro Reitor da Universidade Estadual) atribui ao empenho dos membros da Associação Campo-grandense de Medicina a implantação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande, bem como a criação da própria Universidade Estadual.

Já o livro de memórias de Hércules Maymone não nega a participação da Associação Médica na criação da universidade, mas atribui papel relevante à Associação de Farmácia e Odontologia.

Os autores desses livros foram personagens da história aqui focalizada. O professor João Pereira da Rosa foi reitor de 1970 a 1979, ou seja, foi reitor durante todo o período de existência da Universidade Estadual de Mato Grosso. Já o professor Hércules Maymone foi diretor de vários centros pedagógicos e membro de vários conselhos universitários.

O objeto de estudo é a Universidade Estadual de Mato Grosso, de 1969-1979, ou seja, da gênese da instituição (1969) até o processo de federalização (1979) quando se tornou Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O trabalho pretende analisar as relações entre campo de poder e campo intelectual. Ou seja, a relação da universidade com o campo intelectual e a relação deste com o campo de poder mais imediato.

Neste sentido, busca-se em Bourdieu (1999) o conceito de campo, que será utilizado na análise das relações entre campo intelectual e campo de poder. Ou seja, na análise das relações dos intelectuais com os grupos políticos, no sul de Mato Grosso, mais especificamente em Campo Grande.

Outro conceito a ser utilizado é o de intelectual, neste caso, recorrendo-se a Gramsci (2001), que conceitua os intelectuais do ponto de vista histórico, isto é estabelece relação entre estes e os grupos sociais a que pertencem ou a que estão subordinados: [...] *Os intelectuais são os "prepostos" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político* [...]. (GRAMSCI, 2001, p.21).

As fontes que estão sendo utilizadas são: Arquivos da Universidade, Atas da câmara municipal da cidade de Campo Grande, Arquivos dos jornais "Correio do Estado" e do "Diário da Serra", Arquivos públicos e entrevistas.

A pesquisa está em andamento e será concluída até início de 2004, sendo assim não é possível neste momento apresentar os resultados finais.

06

*Formação de
Professores*



CAPITALISMO, TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E EDUCAÇÃO

Rosana Cristina Kohls dos Reis

Universidade do Contestado – UnC, Caçador -SC

Programa de Mestrado em Educação em convênio UnC / UNICAMP

“Capitalismo, Transformações Sociais e Educação”, é resultado de uma pesquisa desenvolvida para dissertação de mestrado em Educação em convênio UnC/UNICAMP, sob orientação do professor Dr. José Luiz Sanfelice. Ao trabalharmos com educadores de escolas públicas estaduais e municipais, coletamos depoimentos sobre questões referentes à concepção e fins da educação. Constatamos que estas concepções revestem-se de um paradoxo, uma dicotomia, no que tange ao sentido que os educadores atribuem à educação, à filosofia presente na missão das escolas e seus próprios conhecimentos acerca da realidade sócio político e econômica em que estão inseridos.

Sendo assim, este texto tem como objetivo elucidar as implicações sobre a formação, modo de ser e pensar dos indivíduos, ocasionadas pelas metamorfoses do modo de produção capitalista. O trabalho, organizado em quatro capítulos, tem como centro de análise a atual crise desencadeada a partir da década de sessenta. Trata-se de uma tentativa de apreender os movimentos históricos do capital e seus desdobramentos sócio culturais. Elegemos algumas questões, as quais entendemos, de maior relevância e impacto sobre a formação, modo de ser e pensar dos sujeitos, sendo elas: as mutações ocorridas no mundo do trabalho; a nova barbárie que se instala mundialmente; os processos de alienação objetiva e subjetiva; o dogma do fim da história e o viver centrado na cotidianidade.

Buscou-se então, discorrer sobre a forma como estes aspectos tem se apresentado nas e para as práticas educacionais. Frente a isso, podemos ressaltar a importância de os educadores estarem se munindo do conhecimento teórico científico capaz de instrumentalizá-los para a desmitificação dos discursos ideológicos, travestidos de modernidade. Este trabalho insere-se no debate teórico em torno da realidade vivida, numa tentativa de contribuir para que os educadores percebam com mais clareza este contexto e possam assim fazer escolhas teórico –metodológicas conscientes e engajadas com o conhecimento, que contribuam para a formação de seres humanos historicamente comprometidos consigo mesmos e com o seu tempo. Neste momento, o trabalho está em fase de redação final para dissertação de Mestrado.

A ESCOLA NORMAL E A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO EM MATO GROSSO

Elizabeth Lannes Bernardes

Universidade Federal de Uberlândia

Este trabalho procura resgatar a trajetória da feminização do magistério em Mato Grosso que inicia no final do século XIX e se consolida nas primeiras décadas do século XX. Como metodologia de pesquisa, utilizou-se a análise de regulamentos da instrução pública e os relatórios dos inspetores gerais de estudo. A entrada das mulheres no exercício do magistério e na Escola Normal foi objeto de várias polêmicas. A primeira Escola Normal foi criada pelo Regulamento de 1837 e era destinada ao sexo masculino.

Essa escola teve uma existência efêmera. Em 1874, a Escola Normal foi recriada e era destinada a formar professores e professoras. Para resolver o problema da presença feminina nesse nível de ensino a solução foi colocar rapazes e moças em dias alternados. Com a fundação do Liceu Cuiabano em 1879, a Escola Normal passou a constituir-se em uma seção desta instituição. Em 1889, a Reforma Souza Bandeira, desmembra a Escola Normal do Liceu e funda o Externato do Sexo Feminino com a finalidade de preparar professoras para o ensino primário. Antigo inspetor de ensino do Rio de Janeiro, Souza Bandeira afirmava que nenhuma mulher estava frequentando o ensino normal porque era ministrado no mesmo local que o ensino secundário e que a escola primária era um prolongamento da vida familiar e, sendo a mulher responsável pelo cuidado dos filhos, deveria ela exercer a atividade educadora no ensino elementar, já que ministrava no lar essa função. Seus sucessores foram contrários a feminização do magistério. Responsabilizaram as mulheres pelas mazelas do ensino. Argumentavam que a falta de preparo das professoras e, sobretudo, a debilidade com que elas lidavam com a questão da disciplina em classes masculinas, era um dos fatores que estavam condicionando a transferência dos meninos para os colégios particulares. Apesar da tendência de discriminar a mulher na regência do ensino primário, este processo se tornou irreversível: em 1905, as mulheres representavam 76,9% da regência do ensino primário em Cuiabá e, em 1925, já não havia nenhum homem no magistério primário.

A ESCOLA NORMAL EM PAULÍNIA: HISTÓRIA E CONCEPÇÃO DO SABER/ FAZER DOCENTE

Maria José de Souza Martinelli

GT - Universidade São Marcos, Paulínia-SP

Neste estudo discutiremos as categorias de análise *teoria e prática*, a relação entre o saber e fazer na formação inicial e continuada dos professores no percurso histórico do curso Normal, na escola pública de Paulínia. Analisamos o curso Normal em sua gênese e desenvolvimento, com o objetivo de contribuir para o debate em torno da formação do professor. Historicamente a Escola Normal, apresenta um descompasso entre a teoria e a prática pedagógica docente. Retratamos um curso que nasceu (suprimido de um projeto pedagógico de formação profissional) no seio de uma escola implantada para prover uma demanda profissionalizante, por isso, com vocação e um perfil mais técnico. É importante a construção de um projeto de escola que ultrapasse o discurso do “precisamos fazer” para o “fazer de fato”; um projeto de curso construído na perspectiva de unidade do saber fazer, da pesquisa e da organicidade do trabalho docente. A escola Normal assim estruturada articula os conhecimentos humanísticos e técnicos específicos da função docente, promovendo a emancipação cultural e ética do homem e do profissional.

A EXPERIÊNCIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UFU/MG: 1960-1990

Lilian Calaça

José Carlos S. Araújo

Universidade Federal de Uberlândia

As pesquisas sobre a formação e a profissão docentes têm apontado para uma busca de compreensão da prática pedagógica do professor. Considera-se assim que este, em sua trajetória, constrói e reconstrói seus conhecimentos, não somente vinculados à formação intelectual, mas também a partir de suas experiências, de seu percurso existencial como ser humano. O intuito desta proposta de comunicação está centrado nos saberes pedagógicos advindos da experiência de vida de professores, que atuaram, desde os anos 60, em diferentes níveis, desde o Ensino Fundamental, e que no decorrer da década de 80 passaram a trabalhar na Universidade Federal de Uberlândia UFU), na qual atuaram em diferentes cursos de licenciatura até a aposentadoria na primeira metade dos anos 90. Pretendeu-se recuperar o papel desses professores, destacando a im-

portância de se pensar a formação envolvendo o desenvolvimento pessoal e, profissional, porém compreendido centralmente em torno e a partir dos saberes de experiência. Tal enfoque implicou enveredar pelas seguintes indagações: O que esse professor viveu e transportou para sua prática docente? O que ele traz para a sala de aula além daquilo que aprendeu no curso de licenciatura? O que foi se firmando e se formalizando no decorrer da carreira, com base em tal experiência? O interesse esteve centrado em como ele se constrói e se reconstrói enquanto professor. O trabalho iniciou-se com uma revisão dos estudos mais significativos sobre experiência, saberes docentes e memória, balizando-se por seus aportes conceituais e metodológicos, produzidos a partir de distintos enfoques teóricos e campos disciplinares. Observou-se, pela pesquisa, que antes mesmo de se tornar professores, estes constroem, ao longo de sua história de vida, como alunos do Ensino Fundamental e Médio, ou mesmo de cursos de formação de professores, em nível superior, uma representação de escola, de ensino, de educação, de ser profissional. Os estudos indicam que, para o professor, os saberes adquiridos através da experiência profissional constituem-se também em fundamentos de sua competência. É a partir também da experiência que o professor julga sua formação anterior ou sua formação ao longo da carreira. É, igualmente, a partir dela que julga a pertinência ou o realismo das reformas introduzidas nos programas ou métodos. Enfim, é ainda a partir dos saberes da experiência que o professor concebe os modelos de excelência no interior da profissão. A cadeia de reminiscências intercala as histórias e possibilita a narração, a conservação e a troca de experiências. Nessa perspectiva, a pesquisa utilizou-se da história oral, enquanto método de investigação, possibilitando a recuperação e a construção de narrativas, (re)construindo memórias que permitirão trazer contribuições à compreensão da história da profissão docente. Lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. Através da investigação dos saberes implícitos construídos e apropriados pelos professores das licenciaturas da UFU, resgataram-se as experiências pedagógicas desenvolvidas no interior da mesma. Este estudo mostrou que, embora reconhecendo a teoria como imprescindível para o redimensionamento da prática, a primeira não pode ser vista como soberana sobre a segunda. Da mesma forma, não se pode entender e superar a prática sem a contribuição da teoria. Prática e teoria devem estar dinamicamente articuladas.

A EXPRESSÃO DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO BRASILEIRO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM LONDRINA-PR

Anilde Tombolato Tavares da Silva
Universidade Estadual de Londrina

A questão fundamental que permeia esta pesquisa é documentar a expressão do pensamento pedagógico brasileiro na cidade de Londrina e sua influência na formação do professor no extinto nível médio, assim como organizar uma fonte de informação a disposição daqueles que se interessarem pelas questões relativas à formação de educadores e ao pensamento pedagógico que os têm norteado. Para tanto, buscou coletar dados históricos das duas instituições públicas que mantinham o curso de magistério em Londrina por meio de análise documental e através de depoimentos de antigos professores e alunos formados nestas instituições. O Instituto de Educação, considerado mais tradicional, fundado na década de 30, mantém claro sua influência escolanovista e o Colégio Maria do Rosário Castaldi, da década de 80, mantém fortes traços na formação tecnicista. A pesquisa encontra-se em fase de finalização, mas já é possível antecipar alguns resultados que nos apresenta traços e idéias pedagógicas do momento histórico e ideológico referente à época de criação de cada instituição.

FORMAÇÃO DOCENTE E PROPOSTA CURRICULAR: AS POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NAS SÉRIES INICIAIS

Ana Cláudia Urban
Profa. Dra. Teresa Jussara Luporini
Universidade Estadual de Ponta Grossa

O presente trabalho tem como objeto a formação docente, com especial ênfase nas séries iniciais. Visa compreender a formação docente, especialmente a formação continuada, como aquela que possibilita reflexões e inovações sobre a prática cotidiana. O currículo foi assumido no decorrer da investigação, enquanto fio condutor do trabalho pedagógico. O instrumento norteador da pesquisa foi o currículo de História das séries iniciais. O trabalho desenvolveu-se em uma escola da Rede Pública Municipal de Ponta Grossa, envolvendo um grupo de cinco profissionais do turno vespertino. Caracterizou-se como um estudo exploratório-descritivo, envolvendo uma pesquisa bibliográfica, análise documental em fontes pri-

márias, e, para a coleta de dados, foi realizado um grupo de estudos com os professores da escola. Inicialmente o trabalho apresenta uma reflexão acerca da formação docente, buscando pontuar elementos acerca da formação inicial, como também da formação continuada; porém destacamos a formação continuada, por entendermos que é a formação continuada que possibilita reflexões e inovações acerca da prática cotidiana do professor. No segundo momento, abordamos a temática do currículo e do ensino de História, tal reflexão procurou pontuar aspectos acerca do currículo e as várias polêmicas que o mesmo causa, visto que atinge todos os profissionais da Educação, especialmente os docentes. Registramos também, aspectos referentes à trajetória do Currículo do Município de Ponta Grossa, especialmente do currículo de História. Na seqüência, estabelecemos uma análise do Currículo de História da Rede Municipal de Ponta Grossa e registramos o trabalho referente ao grupo de estudos, procurando traçar as possíveis articulações entre o plano curricular de História e o cotidiano da escola. Por fim a pesquisa suscitou algumas conclusões que confirmaram a importância da formação continuada, especialmente no ambiente escolar, visto que há na dinâmica cotidiana da escola elementos significativos, capazes de desencadear importantes reflexões acerca da prática cotidiana.

MEMÓRIAS DE PROFESSORAS NORMALISTAS E DISCURSOS SOBRE QUALIDADE NA SUA FORMAÇÃO (1930/1990)

Antônia de Araújo Farias

Universidade Estadual da Paraíba

Diante das questões atualmente postas sobre a qualidade de ensino no Brasil, onde discursos de vários atores sociais se entrecruzam formando um emaranhado de conceitos sobre qualidade, e diante das relações estabelecidas entre a qualidade do ensino e a qualidade da formação dos professores e professoras nele envolvidos, este trabalho teve como objetivo investigar a partir da memória de professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental, suas idéias construídas historicamente, sobre a qualidade da sua própria formação. Buscou-se, então, em suas memórias de formação escolar e profissional, analisar o discurso de dezesseis professoras residentes em Campina Grande-PB, entre 25 e 82 anos, que além do acesso à escolarização comum oferecida na época, tiveram acesso à formação profissional específica em Cursos Normais, entre 1930 e 1990.

Para um melhor estudo, este período foi dividido em três sub-períodos: 1930-45; 1946-70; 1971-90. Esta divisão foi justificada pela marca

histórica que representam em relação à promulgação de leis do ensino que organizaram a educação escolar e o Ensino Normal, especificamente. O estudo é qualitativo, com características de uma pesquisa histórica que se baseia na memória viva de professoras que atuaram ou atuam no magistério.

Partindo de fontes orais especificamente da História de Vida da formação escolar e profissional destas professoras, fez-se entrevistas semi-estruturadas, que originaram as narrativas que registram suas memórias de formação. Estas narrativas transformadas em documentos, segundo a idéia de documento defendida por Le Goff, pretendem contribuir com outra forma de se fazer história da educação, tendo como base documental a fala dos sujeitos históricos que são normalmente silenciados, mas que constroem diariamente a história da educação deste país.

A análise dos dados teve como base teórica a perspectiva lingüística teorizada por Bakhtin, quando se mergulhou na linguagem, apropriando-se da metodologia de análise de discurso, para compreender o sentido de qualidade atribuído nos discursos sobre a formação escolar e profissional. Bakhtin considera que na dialogicidade do signo lingüístico se instaura um verdadeiro campo de batalha ideológica que fundamenta a construção social e histórica dos sentidos das palavras. Com isto se evidenciam os vários atores sociais que interferem na discursividade dos sujeitos interpellando-os a construir determinados discursos que se tornam hegemônicos. Partindo das análises, percebeu-se no sentido atribuído pelas professoras, à qualidade de sua formação, um movimento de significações variando de acordo com as necessidades econômicas do país, seus condicionantes históricos e políticos. As políticas educacionais ao definirem o lócus de formação, o currículo e o tempo de duração desta formação, contribuíram, para a construção de determinados discursos sobre qualidade, por parte das professoras.

Ao término desta pesquisa, outras questões se colocaram diante da temática. Isto sinaliza para futuras investigações historiográficas esclarecedoras das raízes da má qualidade de ensino e suas relações com a falta de compromisso político do governo brasileiro, no passado e no presente, com uma formação de boa qualidade para professores e professoras que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental na escola pública brasileira hoje.

A MULHER, O PÚBLICO E O PRIVADO: UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA PARA A PROFISSIONALIZAÇÃO FEMININA NO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO

Michelle Pereira Silva

Geraldo Inácio Filho

Universidade Federal de Uberlândia

(INTRODUÇÃO) Trata-se de um estudo a respeito da história da mulher brasileira articulada ao crescimento das escolas normais confessionais e à necessidade do crescimento de escolas primárias como resultado das influências políticas republicanas e impulsoras para o desenvolvimento, possibilitando a inserção da mulher como professora, principalmente para as escolas públicas. Pesquisar a mulher permiti-nos configurar uma época de transição, onde se percebe possibilidades e conquistas para ela. Principalmente, envolvendo a sua formação, a qual estava estritamente ligada ao magistério primário.

(OBJETO DO ESTUDO) O propósito da pesquisa foi compreender a imagem da mulher republicana, que por meio de estereótipos coloniais, sacramentados pelos valores éticos e morais da Igreja Católica, que desde os tempos coloniais conseguiu consolidar e perpetuar todo um conjunto de valores que expressavam a submissão da mulher perante a sociedade, atribuindo-lhe a missão de ser a reprodutora e administradora do lar. Esta imagem influenciou a formação feminina para o magistério, no qual, as instituições confessionais, exerceram papel preponderante na formação de professoras primárias para a escola pública.

(REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO) A pesquisa se ancorou, num primeiro momento, no Colégio Normal N. Sra. do Patrocínio (Patrocínio-MG), que desde 1928 tem importante papel de formação de professoras primárias. Fez-se ainda uma análise das características históricas sobre a imagem da mulher e como esta imagem influenciou a profissionalização feminina no magistério.

(PERIODIZAÇÃO) Por estes elementos identificados, o nosso estudo centra-se no primeiro período republicano, que inicia com a Proclamação da República (1889), até a revolução de 1930.

(FONTES UTILIZADAS) Utilizou-se o corpo documental da Escola Normal N. Sr. Do Patrocínio e o histórico da Congregação do Sagrado Coação de Maria de Berlaar, que originou a referida Instituição. Fez-se ainda uma análise de fontes bibliográficas.

(RESULTADOS FINAIS) Como resultado, podemos afirmar que a profissionalização feminina, no magistério primário, aconteceu pelo fato da docência ser considerada uma continuidade do lar, e, a mulher atendia as

condições exigidas por esta forma de profissionalização, pois responsável pela educação dos filhos, era a pessoa mais apropriada para ensinar. Evidentemente, ligada ao estereótipo criado pela própria sociedade brasileira: boa mãe, abnegada, pura. Possibilitando-nos a verificação da relação privado/público na história de professoras do ensino primário, importante para a formação (escolas confessionais) e, para a profissionalização da mulher (escolas públicas). Ao verificarmos a trajetória da mulher na sociedade brasileira, constatamos a sua presença no magistério como primeira conquista do seu reconhecimento social e profissional, ao mesmo tempo, entendemos as origens da feminização do ensino primário no Brasil. Sendo possível confirmar a nossa hipótese: a mulher conseguiu se inserir, num processo social mais amplo, através de sua inserção no magistério. O que de alguma forma, passou a se constituir no embrião para ampliar seus direitos, mesmo que contraditoriamente, pois a modernidade embora acentuasse a necessidade da formação feminina, atribuía-lhe características que amalgamavam os estereótipos criado sobre ela desde os tempos coloniais.

PERFIL DO PROFESSOR DE FILOSOFIA NO ESTADO DO ACRE

José Cláudio Mota Porfiro
Universidade Federal do Acre

Fica evidente que a falta de formação específica dos professores leva a uma carência geral, tanto em níveis metodológicos, quanto em níveis conteudísticos. Além, é claro, de deficiências marcantes no que se refere, inclusive, ao bom uso da língua portuguesa.

É oportuno ressaltar que, há alguns anos, uma escola de filosofia foi instalada no extremo norte do Estado do Acre, por obra de religiosos católicos, o que por si só já leva alguns professores, principalmente os da região, a terem uma visão fundamentada tão somente nos dogmas que norteiam o culto cristão.

Então, a questão a que se prende este trabalho surge a partir do pressuposto jurídico segundo o qual a nova Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira exige, hoje, a obrigatoriedade da disciplina Filosofia no ensino médio.

Desta forma, já que buscamos tratar, aqui, o perfil do professor de Filosofia, são abordadas, então, algumas das suas impressões com relação aos questionamentos colocadas no documento base desta pesquisa.

É observada, em suma, a necessidade urgente da implantação de um curso de pós-graduação *lato sensu* em Filosofia Geral, para atender à sig-

nificativa demanda dos professores da rede estadual de educação que, muitas vezes, não são sequer graduados em cursos da área das ciências humanas. Depois, detecta-se a necessidade, a médio prazo, da implantação de um curso de graduação em Filosofia por parte de organismos competentes, como é o caso da Universidade Federal do Acre.

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA UMA ESCOLA ABERTA: UMA PROPOSTA CURITIBANA PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Dr^a. Elaine Rodrigues

Universidade Estadual de Maringá – (UEM/CCH/DFE)

O documento Política de Educação para uma escola aberta que foi eleito como fonte representativa do período histórico temporalmente circunscrito aos anos de 1983 a 1987 é resultante de um evento denominado I Simpósio Educacional realizado em Curitiba e promovido pelo Departamento de Educação deste município no ano de 1983. O evento caracterizou-se como uma atividade interna desse órgão e objetivou envolver todos os funcionários. Os resultados preliminares deste evento foram divulgados na forma de propostas encaminhadas a todas as escolas municipais. Em decorrência promoveram-se discussões que no decorrer do ano de 1984 constituíram os elementos para a redação final do referido documento. Objetivava-se o reconhecimento de quatro temas: política educacional do Paraná, educação popular, fundamentos filosóficos da educação e diretrizes educacionais. Um dos pressupostos para o encaminhamento das ações do Departamento de Educação era o de que “os problemas educacionais não poderiam ser compreendidos a não ser na medida em que fossem referidos ao contexto histórico em que se situavam.” Destacava-se a importância de se desenvolver no educador uma postura crítica para que, munido por essa consciência, pudesse “incorporar” o comportamento de um “agente pedagógico”. Assumir uma nova postura diante dos desafios educacionais, responsabilidade atribuída aos professores, colocava-se como pressuposto para que a escola pudesse cumprir sua função precípua, que era a “transmissão do saber organizado”. A escola estava sendo requisitada como “articuladora dos conceitos e interesses das camadas da população para com a prática escolar”. O discurso do documento opta por uma espécie privilegiada de explicação: a da competência, eliminando-se outras explicações menores, subalternas para o papel de tal departamento. A postura do departamento de educação remete ao ar-

gumento do discurso competente o qual podemos definir como sendo aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro, porque a outorga do meio a partir do qual foi proferido assim o autoriza. Essa forma do discurso, por assim dizer competente, é o discurso instituído aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que o formaliza como parâmetro. De acordo com essa concepção, a escola, em consonância com o Departamento de Educação de Curitiba, passaria a ser valorizada por exercer a função de divulgadora de um discurso reconhecido, à época, como democratizador. A análise acerca das teses divulgadas pelo documento baseia-se no referencial que compreende um sistema de ensino e seus conteúdos como uma forma de ritualização da palavra que ora qualifica ora desqualifica os papéis dos sujeitos envolvidos na relação com os poderes e saberes. Termos como “competentes” são utilizados com o intuito de atribuir responsabilidades, de equiparar desigualdades pelo viés educacional. Terminologias fortes são utilizadas como elementos discursivos com o intuito do convencimento, por meio do qual se esperava estimular a mobilização dos profissionais da área. Finalizando a reflexão faz-se necessário considerar que o Projeto Curitibano não se explica como um acontecimento isolado. A década de 1980, no Brasil, sobretudo os seus anos iniciais é marcada pela “esperança” depositada na (re)democratização do País. A democracia é, na referida década, conclamada a retirar a sociedade do caos em que se encontrava. Entretanto, o grau de idealização e de conseqüente esperança social criado, discursivamente, pelos recém eleitos, não se efetivou na prática pedagógica.

A PRÁTICA DE ENSINO E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA NA UEPG-PR: PROPOSTAS CURRICULARES E SUAS MUDANÇAS NO CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO NAS DÉCADAS DE 1950 - 2000

Silvana Maura Batista de Carvalho

Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG

Na História da Educação Brasileira, ressalta-se entre outros aspectos, a importância do papel do professor, nos diferentes momentos da trajetória dessa sociedade. Daí, reconhecer-se a relevância da questão, formação do professor para a Educação Básica, como um objeto de pesquisa. Ainda mais, considerando-se a importância histórico-educacional dada à disciplina História, em especial, nos últimos 50 anos, buscou-se, nos arquivos instituição, resgatar as propostas curriculares, do curso de licenciatura

em História, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com a finalidade de caracterizar o lugar da Prática de Ensino e do Estágio Supervisionado constantes nessas, a partir da criação do curso, em 1949 e nas décadas seguintes, correlacionando-as no contexto político-econômico-educacional da sociedade brasileira, a partir dos modelos de desenvolvimento econômico (RIBEIRO, 1993) e das tendências pedagógicas presentes na educação brasileira (SAVIANI, 1995). Dessa forma, através de pesquisa documental, pretendeu-se, além de apresentar as informações contidas nos arquivos, fazer uma leitura crítica desses, procurando saber como e por que foram produzidos, contribuir-se para o enriquecimento da história da formação de professores no Brasil, ao mesmo tempo, oferecer subsídios para as discussões atuais, mediante às novas exigências legais sobre a referida questão.

PRESENÇA DE EDUCADORAS PARAIBANAS NOS NOTICIÁRIOS POLÍTICOS DE 1930

Charliton José dos Santos Machado (UFPB)

O objetivo deste trabalho é destacar a relevância dos discursos e das inserções políticas de educadoras paraibanas propagados nos noticiários locais no decorrer do ano de 1930. Particularmente, o respectivo estudo cumpre uma tarefa de pesquisa: contribuir sob outras perspectivas com a história da educação da Paraíba e do Brasil à medida que se propõe configurar as interdependências e tensões do período investigado. Ressalte-se que a Paraíba da época foi o epicentro dos conflitos de poder que abalaram a vida nacional em 1930, destaque para o levante de Princesa, comandado pelo Deputado perrepeista José Pereira, contra a Presidência do Estado, além das disputas eleitorais do país que envolveram personagens emblemáticos como João Pessoa/Getúlio Vargas, Washington Luiz/Júlio Prestes. O trabalho foi inscrito na abordagem teórico-metodológica da história cultural, por isso, lembra-nos Chartier (1990, p.16) tem como objeto primordial “identificar como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Nesse sentido, permite não apenas compreender uma época, através da atmosfera da própria sociedade, mas desvendar na atuação política, docente e literária um modelo de mulher em conflito, em face da transição dos acontecimentos em curso. A pesquisa restringiu-se ao recorte das inserções e falas femininas difundidas pelo jornal “A União”, órgão da imprensa oficial, bem como, obras literárias, biografias e da revista “Era Nova”, em circulação à época. A exemplo de outra pesquisa já realizada, acerca deste con-

texto, constatou-se, sobretudo nos discursos e nas práticas de escrita das educadoras analisadas, uma significativa relação com as lutas feministas no Brasil na defesa do sufrágio universal, ou seja, em defesa da extensão do direito de voto às mulheres, algo que ainda contrariava substancialmente os códigos culturais referendados como submissão natural do feminino.

A PROFISSÃO DOCENTE NAS REFORMAS EDUCACIONAIS EM UBERABINHA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Flávio César Freitas Vieira

Wenceslau Gonçalves Neto

Universidade Federal de Uberlândia

A presente pesquisa busca compreender o processo de profissionalização que o professor em Uberabinha experimentou, durante a Primeira República. Neste período, nas esferas Federal e Estadual surgem propostas, discussões e reivindicações que consubstanciam-se em leis, decretos, regulamentos – rastros da presença dos ideais da modernidade, imputando aos professores, por meio de uma legislação educacional e de uma ideologia redentora da educação, grande responsabilidade na construção da nação. Na esfera municipal são observados vestígios da constituição de um texto legal educacional que possui outro ritmo, porém, coerente com a esfera Estadual, no processo histórico da profissionalização docente. Fundamentou-se a pesquisa em autores que abordam a historiografia, o processo político brasileiro, a profissão docente, com utilização de fontes primárias: jornais locais, Atas da Câmara Municipal de Uberabinha, entre outras. Verificou-se que a legislação educacional na cidade de Uberabinha foi constituída, em um primeiro momento, num contexto de promulgação de novo regime político no país, a República. As primeiras legislações promulgadas pela Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha estabeleceram uma normalização no processo educacional, caracterizado por regulamentações para o prosseguimento de atividades educativas que estavam em andamento quando da elevação de Freguesia a Município. E, concomitantemente, adequação às legislações estadual e federal republicanas, período este em que os professores, se caracterizavam por possuir diferentes origens de formação, bem como diversidade de atividades profissionais. Em um outro momento, verificou-se o estabelecimento da legislação educacional visando adequar o processo educacional municipal ao ideal transformador implícito na modernidade. Em um terceiro momento, a legislação educacional municipal sofre uma mudan-

ça em suas forma e essência, caracterizada pelo empenho de efetivar em ações as discussões de todo o período anterior. O professor, neste contexto de constantes reformas educacionais, atravessou esse período buscando conquistar espaço e identidade, lutando diante da ambigüidade da profissão docente, autonomia e proletarização, que o moderno Estado Republicano lhe imputou. O corpo docente do século XIX, composto na maior parte por representantes do gênero masculino fora sendo transformado nas últimas quatro décadas e, ao final, possuía na sua maioria a presença do gênero feminino, representado pelas normalistas. Tais transformações ocorriam por balizamento de um Estado republicano que se desenvolvia e impôs aos professores a incumbência de serem um dos agentes potenciadores para a formação do cidadão, referendando mudanças sócio-político-culturais na sociedade brasileira. O resultado no final da Primeira República foi a construção de um novo perfil de professor, superando o voluntarismo do tio-padre pela ação das normalistas, materializando neste profissional, assim, parte do ideal de modernidade.

PROJETO VEREDAS: UM ESTUDO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTANCIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Huagner Cardoso da Silva

Admário Luiz de Almeida

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

INTRODUÇÃO: O presente estudo se situa no campo da formação de professores, tendo em vista as políticas implementadas nos últimos anos na educação brasileira e, em especial, em Minas Gerais. Ao longo dos anos de 1990 vários programas e projetos foram implementados, dentro do campo da formação continuada dos profissionais da área da educação, recorrendo-se, nesses casos, à formação em serviço e à distancia. A partir de 2002, inicia-se um novo projeto de formação profissional, ainda recorrendo-se à recursos da educação à distância e em serviço, porém, agora, como formação inicial de nível superior. OBJETO DE ESTUDO: O presente trabalho de pesquisa investiga, pois, o projeto de formação de professores do Estado de Minas Gerais, implantado no ano de 2002, denominado “Projeto Veredas – Formação Superior de Professores - Curso a distância” e suas implicações para a região norte do referido Estado. A pesquisa se desenvolverá nas Agências de Formação do “Projeto Veredas” nas cidades de Montes Claros, Pirapora e Januária e que encontram-se sob a responsabilidade da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO: A pesquisa será desenvolvida numa abordagem dialético-qualitativa partindo do pressuposto da relação entre o sujeito envolvido no processo de formação suas implicações na sociedade e de sua relação com os movimentos sociais, políticos e mundiais desconsiderando-o como um sujeito neutro e tentando desenvolver um entendimento de seu papel num movimento social constante e inacabado. PERÍODO: A presente investigação abordará o processo de formação de professores no “Projeto Veredas”, no Estado de Minas Gerais, iniciado em iniciou-se em fevereiro de 2002 e com conclusão prevista para julho de 2005. FONTES UTILIZADAS: Está sendo utilizado como fonte de informações os impressos da Secretaria de Estado da Educação do Estado de Minas Gerais – SEE/MG acerca do problema investigado, os manuais impressos que servem como “Guia” para o formação dos professores-cursistas e as leis, portarias, decretos e documentos oficiais que regulamentam os cursos de formação de professores a distância e em obras que discutem o processo de formação de professores num contexto global de transformações pelo qual o mundo vem passando. RESULTADOS: Espera-se ao final da pesquisa conhecer quais as implicações do curso de formação a distância para os professores da região norte do estado de Minas Gerais, dado as características específicas do curso de formação a distância e as condições sócio-econômicas dos professores daquela região. Espera-se ainda, entender a relevância deste curso para a elevação da qualidade do ensino da população envolvida e do grau de importância de um curso de formação a distância para a formação de professores, além de contribuir para futuras pesquisas na área.

PROPOSTA EDUCACIONAL DA APP-SINDICATO (1988-2002): PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Leonir Borges

Maria Rosemary Coimbra Campos Sheen

Universidade Estadual de Maringá

A pesquisa tem como objetivo analisar o projeto educacional – 1988-2002 – da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Paraná, desenvolvido através das ações educativas propostas por este sindicato. Por constituírem os professores uma categoria específica de trabalhadores, faz-se necessário que a pesquisa procure detectar o papel que estes desempenham no processo de trabalho próprio da sociedade capitalista.

As três últimas décadas do século passado, iniciaram-se sob o estigma de uma grande e grave crise econômica, se acentuando de maneira mais

perversa na década de 1990. A nova ordem mundial vem todos os dias acompanhada e sobrecarregada de uma violência social concreta, técnica, impessoal, burocrática e simbólica sem precedentes, ancorada na retomada dos princípios do liberalismo clássico, fundado nos valores do individualismo, da liberdade formal e jurídica, da propriedade particular, da competição, da famigerada “igualdade de oportunidades” e da democracia formal.

No Brasil a destruição dos direitos sociais, somada à entrega do patrimônio público, tem se constituído praticamente na ação única da maioria daqueles que dirigem o País ocorrendo justamente sob um regime de democracia formal, numa tentativa de aliança direta do governo com a massa popular, mediada pela mídia e outros setores contra a sociedade organizada.

No Paraná, a destruição dos serviços públicos, o desmonte da máquina estatal, a destruição de direitos trabalhistas, o enfraquecimento dos mecanismos de controle social, a concentração da riqueza e os valores do livre mercado, pautaram a política do governo Jaime Lerner (1994-2002).

Apesar de toda a repressão, diversos setores da classe trabalhadora, principalmente os da educação, organizaram ações na defesa de seus direitos contra a política desastrosa do governo Lerner, através de movimentos de protestos, atos, marchas, paralisações e greves, amplos projetos e programas de educação sindical.

O que se tem percebido – e os estudos que abordam o tema tem apontado – é que a educação sindical tem privilegiado os processos e sistemas de formação e qualificação do trabalhador enquanto mão-de-obra e o da construção da identidade coletiva que se dá através de pequenas lutas que se forjam nos locais de trabalho e moradia, convertendo-se em movimentos mais amplos como os movimentos grevistas reivindicatórios por melhores condições de moradia, educação, saúde, transporte, de participação política, formação de lideranças, etc.

Ao longo de décadas o movimento sindical brasileiro foi incapaz de entender o processo de desenvolvimento do capitalismo e da industrialização no País e com isso incapaz, também, de intervir socialmente de maneira correta e concreta da perspectiva do trabalho e do trabalhador.

A opção em eleger a APP-Sindicato – que possui um amplo programa de educação sindical e tem pouco mais de 50 mil professores filiados – decorre do fato desta categoria trabalhar diretamente com a formação de vastas camadas da população.

A pesquisa em andamento ainda encontra-se em fase de identificar as questões levantadas no projeto inicial através do processo investigatório, já apresentando seus primeiros resultados.

SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO NO BRASIL: DOS JESUÍTAS AOS ANOS 80

Solange Zotti

*Mestre em Educação pelo convênio interinstitucional UnC/UNICAMP
Professora da Universidade do Contestado – Campus Concórdia /SC*

A presente pesquisa tem por objetivo resgatar e sistematizar a história do currículo oficial no Brasil. Para tal, o exame da legislação se constitui o princípio orientador de nossa análise, pois esta registra as concepções decorrentes do contexto sócio-econômico-político do país. A pesquisa abrange o período que vai da educação jesuítica à década de 80, com ênfase nas propostas curriculares presentes nas Leis Orgânicas do ensino Secundário (1942) e Primário (1946) e na LDB, de 1961, e suas reformas (1971 e 1982). Desta forma, objetivamos responder: “Qual a relação entre o contexto sócio-econômico-político brasileiro, a proposta educacional e as propostas curriculares oficiais presentes na legislação federal? Em que medida as propostas curriculares oficiais atendem ao contexto social, especialmente aos determinantes econômicos e políticos?”. Para isso, o trabalho foi organizado em cinco capítulos, nos quais abordamos uma visão geral do contexto sócio-econômico-político e educacional em cada momento histórico (Colônia, Império e República – 1ª República; 1930-1964; 1964-1985), para adentrar na análise das propostas curriculares oficiais presentes na legislação de ensino e sua relação com o contexto social e educacional. Esta pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, num primeiro momento, teve em obras de História da Educação suas principais fontes e, num segundo momento, além da bibliografia, o respaldo em documentos legais, leis federais e regulamentações do Conselho Federal de Educação (CFE). Este enfoque se justifica, pois o currículo oficial diz muito do que se está querendo da educação, da escola, mesmo que não concordemos com suas diretrizes. Conhecer criticamente as propostas oficiais nos possibilita um papel mais ativo frente a relação currículo oficial/currículo real, pois só poderemos nos contrapor ao que é imposto se conhecermos o seu conteúdo, as razões das escolhas feitas, as implicações sócio-econômicas e políticas presentes nas propostas. O currículo oficial tem uma certa capacidade reguladora da prática educativa, mesmo que “interpretável e flexível”, mas de qualquer forma é um dos determinantes da ação educativa. Em suma, respondendo a questão norteadora, verificamos que há uma relação entre contexto sócio-econômico-político, educação e currículo oficial. Os currículos oficiais, de acordo com os períodos analisados, foram adequados ao contexto, especialmente no sentido de garantia dos interesses dominantes, atendendo às necessidades econômicas e políticas, na medida do desenvolvimento da sociedade.

TRAJETÓRIA DE PROFESSORAS NORMALISTAS DA DÉCADA DE 50 NA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS- PR: UM RECORTE HISTÓRICO ATRAVÉS DA HISTÓRIA ORAL

Rosana Nadal de Arruda Moura

Silvana Maura Batista de Carvalho

Professoras da Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG

O artigo em questão relata a vivência de professoras normalistas, formadas e atuantes em instituições de ensino da Região dos Campos Gerais, no estado do Paraná, no contexto histórico-educacional da década de 1950. Esse recorte histórico deve-se à relevância do processo de industrialização e urbanização da sociedade brasileira, decorrentes das atividades econômicas, políticas e culturais e a exigência de expansão da educação escolar, atinja a uma parcela cada vez maior da população. Nesse contexto, procura-se mostrar como se deu a formação docente em nível de ensino médio, de acordo com a legislação educacional vigente, a atuação docente em espaços sociais diferentes, ou seja, escolas da zona urbana e/ou rural, contemplando assim algumas faces da realidade educacional da época. Os diferentes olhares dentro de um mesmo contexto constituem a riqueza dos dados levantados, pois buscou-se na memória dessas docentes, através da história oral, aspectos de sua formação na Escola Normal, bem como, da iniciação e atuação desses sujeitos em suas trajetórias profissionais.

07

*Escolas, Cursos e
Programas Especiais*



EDUCAÇÃO E IMPRENSA 1875-1889

Mário Ferreira de Castro
FE/UNICAMP

Introdução: O presente artigo situa-se no conjunto de trabalhos desenvolvidos junto ao HISTEDBR a partir da problematização das relações entre Educação e Imprensa.

Objeto do Estudo: Este artigo tem como objetivo apontar a importância e o papel dos liberais republicanos paulistas na sua defesa e atuação em favor da Educação através do jornal “A Província de São Paulo” entre 1875 e 1889, fonte desta pesquisa.

Referencial teórico-metodológico: O procedimento desenvolvido aqui se filia ao materialismo histórico e a metodologia adotada consistiu na técnica de análise documental. Análise da Educação e Imprensa entre 1875 e 1889.

Fonte Principal da Pesquisa: As edições do jornal “A Província de São Paulo” entre os anos de 1875 e 1889 sobre o tema Educação.

Conclusão: Conclui-se que tal estudo revela dados e informações importantes para a História da Educação e Historiografia da Escola Pública no Brasil, contribuindo para os estudos na área.

EDUCAÇÃO E MODERNIDADE: O PROBLEMA DO ENSINO PÚBLICO EM UBERABINHA-MG (1910-1920)

Carlos Henrique de Carvalho
Wenceslau Gonçalves Neto
Universidade Federal de Uberlândia

A República floresceu como uma esperança. Os ideais que haviam mobilizado as forças políticas, de então, estruturavam-se, externamente, em torno da lógica mudancista, promovida, entre outras influências, pelo pensamento positivista e liberal. Intelectuais liberais, exército e fazendeiros do café formavam uma linha de frente, destaque para os dois últimos, no movimento que daria origem à proclamação da República. Euforia em torno da possibilidade de adequação do Brasil e, conseqüentemente, a sua inserção no mundo moderno e civilizado. Neste cenário, a educação era instrumento prioritário, “até porque a chave misteriosa das desgraças que nos afligem é esta e só esta: a ignorância popular, mãe da servilidade e da miséria”. Desta forma, era urgente uma política educacional que fosse responsável pela transformação, uma vez que nas últimas décadas do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, a educação era entendida

como fonte libertadora, capaz de revigorar a sociedade brasileira como um todo, através da implementação de um sistema escolar. O aluno assumia soberanamente o centro dos processos de aquisição do conhecimento escolar: aprendizagem em lugar de ensino. É, pois, neste contexto que desenvolvemos um estudo a respeito da temática educacional, na cidade de Uberabinha-MG, hoje Uberlândia, no período compreendido entre 1910 e 1920, tendo por objetivo identificar, nas atas da Câmara Municipal, as discussões em torno de se promover a ampliação da educação na cidade, em razão do poder legislativo local considerá-la a responsável pelo engedramento de alguns valores, tais como: ordem, progresso, civismo e cidadania, dentre outros. Além do mais, foi possível perceber a preocupação dos vereadores com o problema da organização de uma educação pública no município, em decorrência do crescente processo de urbanização, estando reservada à escolarização a missão de ordenar e disciplinar a população local, alcançando, assim, o progresso e a civilidade, elementos imprescindíveis à consolidação do ideário de modernidade. Portanto, cabia à educação a responsabilidade da formação do indivíduo, tornando-o apto, no sentido de promover o progresso da sociedade uberabinhense, tanto material quanto moral.

EDUCAÇÃO, ORDEM E CIVISMO: AS FALAS EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DE NAÇÃO NA IMPRENSA (UBERABINHA-MG 1920-1930)

Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho

Carlos Henrique de Carvalho

Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM)

A nossa preocupação, nesse estudo, é dar uma visão panorâmica em torno das discussões sobre educação, que circulavam em Uberabinha, no período compreendido entre 1920 a 1930, buscando nos jornais a Tribuna e Triângulo Mineiro, as iniciativas locais no campo educacional e, através delas, identificar quais os objetivos que nortearam a produção dessas falas. Numa primeira aproximação, analisamos a tentativa de consolidar o ideal republicano na cidade, preocupação essa expressada nos artigos do jornalista *Juca dos Campos*, um dos maiores baluartes do pensamento liberal na cidade, que vislumbrava na educação a forma de se promover a unidade social, ao viabilizar a concretização de uma sociedade calcada nos ideais de civilidade, elemento primordial para a edificação da grande nação brasileira. De acordo com as suas idéias, a educação transformar-se-ia em fator de mudança social, capaz de despertar nos indivíduos o

ideal de civismo, conseqüentemente, de nação. Formar-se-ia, então, seres aptos para conduzir o país na direção do progresso. Por meio desses princípios, solidificados pela educação, manter-se-ia a ordem e a regeneração das “anomalias sociais,” ao alçar a sociedade uberabinhense ao estado de ordem e progresso.

Nos jornais de Uberabinha, havia nos anos 20, um forte apelo pela disseminação da instrução, com o intuito de erradicar o analfabetismo e propagar a idéia do homem enquanto cidadão da República, tendo na educação a base primordial da sua própria evolução. Portanto, à educação estava reservado o papel de redentora da nação, marcada pelo analfabetismo, pelo atraso técnico, pela base econômica-política de origem rural. Para se consolidar esta nova sociedade, seria necessário a formação de um novo cidadão, responsável pela nova ordem, respeitando as normas e trabalhando para engrandecimento do país, pois “instrução e trabalho - eis o que precisamos adquirir organizar, com fundada esperança em melhores dias, de uma vida honrosa calcada em pontos de apoio taes que nos garantam firme evoluir.” Ou seja, à educação estava reservada a responsabilidade da formação do indivíduo tornando-o apto para que ele viesse a atuar no sentido de promover o progresso dessa mesma sociedade, tanto material quanto moral. Deste modo, ao proporem educação para todos, estavam colocando ao alcance da sociedade o veículo de acesso ao exercício consciente da civilidade, o que implicava numa série de direitos e deveres. Objetiva-se, então, delegar à educação a função de fornecer os elementos necessários para o estabelecimento de uma sociedade que estivesse amalgamada pelo binômio liberdade-igualdade.

O ENSINO MÚTUO NO BRASIL E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO

Gilberto Luiz Alves

Universidade do Contestado, Campus de Caçador – UnC

Este trabalho é um produto de projeto de pesquisa que investiga as origens e o desenvolvimento da escola pública moderna no Brasil, até o início do século XIX. Seu objeto é a organização do trabalho didático no âmbito do ensino mútuo. Visa dois objetivos. O primeiro é o de demonstrar que o ensino mútuo foi uma pioneira resposta à demanda por universalização da educação e que, como decorrência da carência de recursos materiais e de educadores preparados, consubstanciou-se, desde o início, como proposta precária e transitória. Sob esse aspecto, a interpretação se coloca numa posição divergente em face do juízo exposto por

Fernando de Azevedo, para quem o ensino mútuo foi, tão somente, “*um dos episódios mais curiosos e significativos dessa facilidade, que nos é característica, em admitir soluções simplistas e primárias para problemas extremamente complexos.*” Movidos por esse entendimento ahistórico, os educadores brasileiros relegaram o ensino mútuo ao ostracismo, ignorando a sua contribuição ao processo de produção da escola pública moderna entre nós. O trabalho objetiva, também, discutir a organização do trabalho didático imanente ao ensino mútuo, revelando-a como uma inflexão no sentido de impor um maior domínio das técnicas de atendimento individual na relação entre o educador e o estudante, fazendo retroagir a tendência dominante desde as origens da escola moderna. A teoria que dá sustentação à análise é a *ciência da história*, tal como a concebeu Marx. As fontes são, basicamente, obras clássicas e documentais. A Didática Magna de Comenius oferece o parâmetro quanto à forma mais desenvolvida de concepção da escola moderna, vigente no interregno considerado. Textos de época, inclusive aqueles que circularam pela imprensa, são explorados na medida em que revelam informações importantes para aferir a natureza do ensino mútuo, as demandas que procurou atender e o apreço com que era visto por educadores e pela própria sociedade.

ESCOLA HONORATO BORGES: SUA HISTÓRIA E IMPORTÂNCIA PARA A CIDADE DE PATROCÍNIO, MG

Eliles Regina Ribeiro

Hedmar de Oliveira Ferreira

Sônia Maria Ferreira do Nascimento

FIP - Faculdades Integradas de Patrocínio – MG

OBJETIVOS: O trabalho de pesquisa tem importância significativa pela possibilidade de levantar questões dos supostos e pressupostos da construção do conhecimento e de ajudar na compreensão da sociedade, em seus diversos tempos. O estudo sobre a escola Honorato Borges possibilitou o resgate histórico local, abrindo espaço para novas reflexões sobre o passado, propiciando, ao mesmo tempo, a produção do conhecimento e o enriquecimento do acervo público da cidade de Patrocínio.

O fato da Escola Honorato Borges ter se constituído por 34 anos, a única instituição pública de ensino primário da cidade; a relevância do ensino oficial para a democratização do acesso à educação escolar; a realização da reforma e restauração da rede física, bem como a ausência de registros sistematizados sobre a escola em questão, justifica o tema proposto.

Na realização deste estudo, abordamos o histórico da instrução pública mineira; o surgimento, a organização e o funcionamento dos grupos escolares; a criação do primeiro grupo escolar na cidade de Patrocínio; o tipo de educação oferecida por esse estabelecimento em diversos momentos, desde sua instalação até os dias atuais e os materiais didático-pedagógicos utilizados pelos docentes ao longo do tempo. Listamos as comemorações e atividades sociais, religiosas e culturais, realizadas na escola; as reformas realizadas na rede física do prédio e os diretores do estabelecimento desde a época de sua criação até os dias atuais.

A História da educação pública de Minas Gerais, e o estudo da Escola Honorato Borges, em particular, constituíram o objetivo geral da pesquisa. E como objetivo específico, a elaboração de material bibliográfico para a sistematização de dados e informações uma vez que são poucos os trabalhos e estudos desta natureza realizados na cidade de Patrocínio, MG.

PERIODIZAÇÃO: A Escola Honorato Borges foi criada na cidade de Patrocínio-MG, em 1912, com a denominação de Grupo Escolar Honorato Borges, permanecendo em atividades até os dias atuais. A sua instalação aconteceu através de negociações políticas, envolvendo autoridades estaduais e municipais. Esta instituição constituiu-se e ainda se constitui em um lugar específico para o desenvolvimento de uma educação popular, facilitando a difusão da instrução e possibilitando a democratização do acesso à educação escolar.

FONTES: Informações inerentes à criação, organização e funcionamento dos grupos escolares foram encontradas em fontes bibliográficas específicas. As informações referentes ao cotidiano escolar e ao fazer pedagógico foram encontradas em documentos existentes no arquivo da escola, nos livros “Termo de Posse”, “Atas para Reuniões do Professorado”, “Termo de Visitas Oficiais”, e em jornais publicados pela imprensa local e escola. No entanto, esses documentos não se constituíram em fontes suficientes sendo necessário a utilização de fontes orais.

METODOLOGIA: O estudo constituiu-se em uma pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisados documentos de primeira mão que não haviam recebido nenhum tratamento analítico, realizamos entrevistas semi-estruturadas, aplicadas a pessoas que direta ou indiretamente estiveram ligadas à escola e extensiva a patrocinenses adultos e idosos que estudaram, trabalharam e/ou conhecem a história do estabelecimento. Utilizamos, além de fotografias, documentos escritos, impressos e manuscritos. E para garantir a fidedignidade do estudo, os dados obtidos foram analisados através de verificação cruzada.

CONCLUSÃO: Sendo a escola um espaço de formação intelectual, moral e humana, e a escola pública um local de democratização do acesso ao saber, torna-se relevante, o estudo das instituições educacionais. Procurando difundir a importância desse educandário, preservar a memória e o patrimônio histórico e cultural da cidade de Patrocínio e aproveitando o momento da reforma e restauração do prédio da referida escola, realizamos este estudo. Conversando, pesquisando, coletando dados e informações, descobrimos o valor dessa escola para a comunidade patrocinesense. Percebemos o significado da escola na vida de muitos professores, funcionários e alunos que lá viveram parte de suas vidas.

ESCOLA PÚBLICA X ESCOLA CONFSSIONAL: AS ESCOLAS PRESBITERIANAS RURAIS NA REGIÃO DO ALTO PARANAÍBA, MG (1946-1966)

Viviane Ribeiro

Geraldo Inácio Filho

Universidade Federal de Uberlândia

INTRODUÇÃO: Pretendemos desenvolver um estudo a respeito do processo escolar protestante, visando compreender suas modalidades e características pedagógicas, na região do Alto Paranaíba-MG, a partir da presença de grupos religiosos de origem norte-americana. Para a disseminação da “nova religião”, fez-se necessário a criação de escolas de alfabetização para possibilitar a leitura da Bíblia, ao mesmo tempo que difundiam os ideais de educação e trabalho como forma de salvação do homem. Num primeiro momento, os missionários norte-americanos não pretendiam fundar escolas, para dedicar-se à evangelização dos nacionais. No entanto, devido ao descaso do Estado com a educação pública, e o alto índice de analfabetismo, a Missão Oeste do Brasil passa a se ocupar da alfabetização da população carente e do meio rural, e admitia em suas escolas crianças de outros credos religiosos. Os missionários protestantes adotaram concepções pedagógicas da Escola Nova.

OBJETO DE ESTUDO: Escolas de alfabetização criadas pela Igreja Presbiteriana nos municípios de Patos de Minas e Lagamar (1946-1966), na região do Alto Paranaíba, que na ausência da escola pública ou na falta de vagas para todas as crianças em idade escolar, passaram a alfabetizá-las e a instruí-las nos princípios morais e religiosos do protestantismo.

METODOLOGIA: Metodologicamente, a pesquisa está se fazendo através do estudo bibliográfico de obras referentes à História da Educação Brasileira, sobre o protestantismo, as missões protestantes no Brasil, o

pensamento educacional norte-americano no final do século XIX e início do século XX; e documentos referentes ao trabalho evangélico e educativo realizado pelos presbiterianos na Região do Alto Paranaíba. Será utilizada, também, a pesquisa histórico-oral, através de entrevistas com pessoas que estiveram ligadas à implantação da Igreja Presbiteriana e das escolas de alfabetização, nos municípios de Patos de Minas e Lagamar.

PERIODIZAÇÃO: O período que estudamos inicia-se em 1946, com a criação das primeiras e da mais importante escola do campo missionário: a Escola Evangélica de Pilar no município de Patos de Minas; e vai até 1966, ano de fechamento da última escola, a Escola Evangélica Chagas Reis em Lagamar.

FONTES UTILIZADAS: Bibliografia (inclusive livros escritos pelos próprios protestantes), documentos e atas que se encontram no Instituto Bíblico Eduardo Lane (IBEL) em Patrocínio - MG, e nas Igrejas Presbiterianas de Patos de Minas e Lagamar.

RESULTADOS FINAIS: A escolaridade vinculada às comunidades religiosas com fundamentação calvinista influenciou o processo de desenvolvimento social, político, econômico e cultural de diversas localidades na região do Alto Paranaíba – MG. A criação de escolas evangélicas nessas comunidades constitui-se fator de diferenciação, ao se considerar a marcante presença do catolicismo e sua influência na escolaridade no interior do Estado de Minas Gerais. Entretanto, as escolas confessionais católicas e mesmo a escola pública em geral se situavam nas grandes cidades e atendiam crianças de classe média e alta, excluindo aquelas que eram pobres ou do meio rural. O processo de escolarização nas escolas presbiterianas caracterizou-se pelo rígido controle comportamental dos alunos, pela difusão dos princípios religiosos protestantes e pela utilização dos ideais escolanovistas na orientação para o trabalho.

A ESCOLARIZAÇÃO FEMININA EM ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS ARACAJUANOS, NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX.

Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas
Departamento de Educação-UFS
NPSE-UFS-HISTEDBR

Esta comunicação corresponde a uma parte da minha Tese de Doutorado, defendida recentemente na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. Zeila de Brito Fabri Demartini e aborda aspectos acerca da configuração do campo educacio-

nal em Aracaju, nas primeiras quatro décadas do século XX, no tocante à oferta de ensino público a meninas e jovens. Neste período, funcionava em Aracaju grupos escolares e escolas isoladas que ministravam o ensino primário e o Colégio Atheneu Sergipense e a Escola Normal Rui Barbosa que ministravam o ensino secundário e o normal respectivamente. O ensino industrial oferecido no Instituto Coelho e Campos também criou uma seção feminina para o atendimento das jovens. Estes estabelecimentos públicos em Aracaju concorriam com as escolas particulares que desde o final do século XIX ministravam ensino primário e secundário, em regime de internato e semi-internato e atraíam alunos(as) de várias partes do Estado. As Mensagens dos Presidentes de Província e dos Presidentes do Estado, os Relatórios da Instrução Pública, os Anuários Estatísticos e as notícias veiculadas na imprensa local foram as principais fontes para este estudo. Percebe-se a expansão da oferta de vagas no ensino público, nas primeiras décadas do século XX, assim como o investimento na construção de prédios escolares e na formação de professores. Entre as tentativas do poder público de modernização da escolarização na capital e no Estado, neste período, foram enviados docentes do Atheneu e da Escola Normal, assim como normalistas para realizarem cursos de aperfeiçoamento fora do Estado, bem como foram contratados professores do Rio de Janeiro e de São Paulo para atuarem na Escola Normal. Os discursos liberais difundidos no Brasil, final do século XIX e início do século XX, apontavam para a necessidade de escolarização das mulheres, vinculando-a à modernização da sociedade, à higienização da família e à formação de futuros cidadãos. Aos papéis tradicionalmente impostos às mulheres como esposas dedicadas e mães exemplares é acrescida a função de educadoras do lar. A insistência na educação primária das jovens estava associada à resignificação do espaço doméstico como campo prioritário de atuação feminina. Apesar da co-educação ser condenada durante toda a Primeira República por muitos educadores e legisladores, geralmente baseados em argumentos morais, tendo em vista os riscos de aproximação entre os sexos, esta medida acabou sendo adotada por questões econômicas favorecendo a ampliação do acesso das meninas à educação pública e maior espaço para o exercício do magistério às professoras. Analisando os registros oficiais percebe-se ao longo das quatro primeiras décadas do século XX, em Aracaju, o aumento do número de matrícula das jovens no ensino primário e secundário públicos, a feminização do magistério primário e do ensino normal, e o pioneirismo de algumas mulheres sergipanas que deixam o Estado para realizarem cursos superiores, principalmente, na Bahia e no Rio de Janeiro.

O ESTADO NOVO: AS NOVAS PERSPECTIVAS NO PROCESSO EDUCACIONAL BRASILEIRO E OS REFLEXOS NA EXPANSÃO DO ENSINO FERROVIÁRIO (1937-1945)

Maristela Iurk Batista

*Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG,
GT Campos Gerais-PR e professora da rede municipal e estadual de Ensino, PR*

O objetivo norteador desse artigo foi entender como se deu a instalação das primeiras escolas profissionalizantes de ensino ferroviário na região sul do Brasil a partir do surgimento da primeira escola ferroviária implantada em Ponta Grossa – a Escola Profissional Ferroviária Cel. Tibúrcio Cavalcanti de Ponta Grossa, fundada em 1940 sob a égide do Estado Novo (1937-1945), num contexto de industrialização que se efetivou no país a partir da “ERA VARGAS” e que teve amplas repercussões no plano do processo educativo do país, no qual se exaltou o binômio “trabalho/educação”. Nesse processo procuramos analisar a implantação das leis Orgânicas de Ensino, a chamada Reforma Capanema na qual institucionalizou-se o ensino profissionalizante. O referencial teórico adotado está centrado nas discussões sobre a relevância, na época enfocada, do ensino profissionalizante e sobre a especificidade do ensino profissional ferroviário, em decorrência da importância do transporte ferroviário no período analisado. Foram utilizadas fontes escritas, orais e iconográficas. As fontes escritas são constituídas por jornais da época, revistas especializadas, como o Correio dos Ferroviários, documentos dos entrevistados e acervo preservado pela R.V.P.S.C. (Rede de Viação Paraná Santa Catarina), atualmente sob a guarda da América Latina Logística (ALL). As fontes orais são resultantes de entrevistas com ex-alunos e ex-professores das escolas. Procurou-se analisar as novas perspectivas no processo educacional brasileiro geradas a partir do Estado Novo e os reflexos na expansão do ensino ferroviário.

FACULDADES INTEGRADAS DE PALMAS : A MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ

Teresa Jussara Luporini

Madalena Margarida Mergen Lima

Mariná Holzmann Ribas

Rosilda Baron Martins

Faculdades Integradas de Palmas

O ensino superior marca presença em Palmas desde a década de 60 do século XX. Sua atuação está estreitamente articulada ao Centro Pastoral Dom Carlos da Paróquia do Senhor Bom Jesus. A constituição das Faculdades Integradas de Palmas resulta da iniciativa eclesiástica e, também, da intensa luta de diferentes segmentos da sociedade civil organizada local, junto às instâncias educacionais federais/estaduais e à esfera governamental do Estado do Paraná. Preservar a memória da Educação Superior em Palmas é o objetivo do projeto que pretende analisar a trajetória de criação, desenvolvimento e consolidação das Faculdades Integradas de Palmas, articuladas ao desenvolvimento sócio-econômico e ao panorama sócio-político da região. Para tanto, pretende-se localizar, arquivar e analisar fontes oficiais, material bibliográfico já produzido, como também, utilizando a história oral, permitir a pessoas-fonte, expressar como, sob sua ótica, se desenrolaram os acontecimentos que determinaram a trajetória da instituição. Constitui-se, portanto, a presente investigação tanto na perspectiva de pesquisa-meio ao localizar, preservar e arquivar fontes, quanto em construção de conhecimento ao analisar as próprias fontes, articulando-as aos contextos que determinaram a sua produção e compreensão.

GRUPO ESCOLAR “GENERAL OSÓRIO”: UMA HISTÓRIA DE LIDERANÇA EDUCACIONAL E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Luzia Borsato Cavagnari

Mestre em Educação, integrante do Grupo de Pesquisa Campos Gerais do PR, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.

Os grupos escolares criados pelo governo do Estado do Paraná a partir de 1911, faziam parte de uma nova estrutura administrativa e pedagógica à semelhança do que vinha ocorrendo em São Paulo desde 1890 com a instalação da primeira Escola-Modelo. Segundo MENESES (1972, p.46), a expressão “Grupo Escolar” apareceu pela primeira vez na legislação estadual paulista, em 1894 com a aprovação do Regimento Interno das Escolas Públicas. Na cidade de Ponta Grossa, no estado do Paraná, a primeira es-

cola oficial do Estado, instalada oficialmente como “Casa Escolar Senador Correia” em 1912, passa a se chamar Grupo Escolar “Senador Correia” a partir de 1917. Somente em meados da década de 30, outros Grupos Escolares foram construídos e instalados na cidade, dentre eles o Grupo Escolar “General Osório”. O estudo aqui empreendido tem por objetivo realizar o registro e a análise da história e organização do Grupo Escolar “General Osório” da cidade de Ponta Grossa, Paraná, no período compreendido entre 1938, quando de sua criação, até o ano de 1964. Esta fase da história da instituição foi extremamente relevante para a educação da comunidade do bairro de Uvaranas, onde se situa a escola (que contava até então com escolas isoladas bastante precárias), pela liderança educacional dos diretores e competência pedagógica dos professores. O trabalho se efetiva pela análise das fontes primárias localizadas nos arquivos da escola, como livros-ata, de termos de visita, portarias, avisos, exames, correspondências, fotografias, legislação, artigos de jornais e documentação do período encontradas no Museu Campos Gerais, Biblioteca da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Arquivo e Biblioteca Pública do Paraná. As entrevistas com ex-diretores, ex-professores e ex-alunos complementam os dados, considerando a escassez de fontes/registros que tratam da organização e desenvolvimento pedagógico no período. O fato da autora ter estudado o curso primário e ter sido por 27 anos professora e supervisora de ensino na instituição assim como o de ter desenvolvido projetos de dinamização do ensino de história e de memória histórica, reforça o interesse em analisar com maior profundidade as atividades administrativas e pedagógicas dos primeiros anos do Grupo Escolar “General Osório”.

GRUPOS ESCOLARES NA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS - PR: RESGATE DAS FONTES HISTÓRICAS

José Claudinei Lombardi

Universidade Estadual de Campinas -UNICAMP

Maria Isabel Moura Nascimento

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG

Este trabalho pretende ser uma contribuição para o estudo da escola pública no Brasil. Com o objetivo de compreender como as instituições escolares foram criadas na região dos Campos Gerais do Paraná e qual a relação com o projeto de modernização da sociedade brasileira, está sendo realizado o resgate das fontes históricas. A expansão da instrução pública foi idealizada no final século XIX e implantada em algumas capitais

do país, no início do século XX, com a criação dos grupos escolares. Nos Campos Gerais – PR, os grupos escolares foram criados e desempenharam papel fundamental para a consolidação das idéias republicanas na região. O estudo está delimitado aos primeiros grupos escolares públicos nos Campos Gerais no Paraná no período de (1900-1920), e procura compreender o esforço realizado nos Campos Gerais nos primeiros anos da República, para criar uma estrutura de ensino capaz de atender às aspirações do regime republicano. Com o levantamento das fontes primárias e secundárias das instituições escolares públicas da região, que estão sendo, catalogadas de forma digital para compor um acervo, que possa ser disponibilizada para outros pesquisadores em história da educação. O trabalho com estas fontes tem o objetivo de: - identificar e caracterizar o pensamento educacional que permeava as lideranças dos Campos Gerais, principalmente na fase da Primeira República;- Arrolar as instituições escolares dos Campos Gerais bem como relacionar, em grande parte, a sua documentação existente nos arquivos públicos, museus, escolas, secretarias de ensino, cartórios; - mapear o material coletado para formar um catálogo de informações com as fontes primárias e secundárias coletadas da região dos Campos Gerais - PR; - analisar os ideais pretendidos pelas lideranças dessa sociedade com a realidade factível; - identificar as formas e peculiaridades com as quais os diferentes grupos escolares, que ofereciam a educação elementar, se constituíram como instituições.- organizar as fontes primárias e secundárias da educação dos Campos Gerais, em um banco de dados de forma que outros pesquisadores possam utilizá-las;- enviar os resultados do levantamento para o HISTEDBR “História, Sociedade e Educação no Brasil,” sediado na UNICAMP com o propósito de colaborar com o catálogo nacional; - publicar um catálogo das fontes primárias e secundárias dos grupos escolares da região dos Campos Gerais. Quando a escola pública começa a se estruturar na região, paralelo à industrialização que irá reivindicar a formação do operariado, o problema da instrução pública estava na criação dos primeiros grupos escolares e na qualificação dos professores. O que surge como pano de fundo, na primeira república, era uma preocupação marcante em acabar com o analfabetismo através da escola elementar para as massas.

INTEGRALISMO, ANOS 30: MAIS UMA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL ?

Profa. Dra. Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

A educação integral e suas concepções não vêm se constituindo como objeto de investigação dentro da área educacional brasileira, seja por sua pouca visibilidade prática, seja pelo forte conteúdo político-ideológico que a reveste, quando implementada na educação nacional. Nesse sentido, o trabalho que apresentamos remete a pesquisa que tem, como objetivos, analisar a concepção de educação integral vigente no ideário integralista cotejando-a, quando possível, com a prática desenvolvida nas escolas criadas por esse movimento sócio-político. Limitamos nosso estudo ao período que compreende os anos de 1932 a 1937, marcos na ascensão e declínio do primeiro momento do Integralismo. Ainda em fase inicial, a investigação pretende avançar na área da história da educação utilizando, como metodologias, o campo da pesquisa em fontes primárias, basicamente periódicos, revistas integralistas e documentos oficiais ou particulares das escolas e/ou profissionais e alunos que freqüentaram aquelas instituições de ensino, bem como o caminho da transcrição e posterior análise de entrevistas com pessoas que, igualmente, mantiveram contato com as escolas integralistas, de alfabetização ou profissionais, à época. Em termos de fundamentação teórica, nosso estudo envereda pelas obras representativas do Integralismo, como por exemplo a Enciclopédia do Integralismo e as obras completas de Plínio Salgado, além de trabalhos consolidados na história da educação brasileira, como os de Héglio Trindade, Chassin, Medeiros e Marilena Chauí. Nossa perspectiva é, portanto, a de contribuir para com o debate acadêmico acerca da memória histórica da educação, optando pela reflexão sobre os movimentos que, ideologicamente, a constituíram e por desvendar um objeto pouco estudado pela educação brasileira – as concepções de educação integral.

O INTEGRALISMO EM SERGIPE: AS PROPOSTAS EDUCACIONAIS E A PROPAGAÇÃO DO IDEÁRIO (1933-1938)

Ademir da Costa Santos

Universidade Federal de Sergipe

Este trabalho se apresenta como um desdobramento das pesquisas iniciadas na graduação - O Integralismo em Sergipe: Os intelectuais e a ação da Igreja Católica (1933-1938). O objetivo que aqui se persegue é o resgate do processo histórico de propagação das idéias Integralistas, bem como

sua consolidação como partido político no contexto sergipano, enfocando seu Projeto Educacional como forma de mobilização política. Dados os limites Pautados, contemplamos as propostas educacionais integralistas, destacando as relações contraditórias entre Educação e Política, que estiveram presentes no contexto educacional brasileiro na década de 30. Neste sentido, a pesquisa segue a direção teórico-metodológica do materialismo histórico e focaliza as propostas educacionais impostas pelo Movimento Integralista como mecanismo de propagação de suas idéias, de sua consolidação e formação do Núcleo Provincial em Sergipe. Com base neste eixo temático, o estudo referenciado fornece elementos que possibilitam explicar algumas características e justificações do Autoritarismo, existentes no processo político brasileiro subsidiando a reflexão sobre o Contexto político sergipano, especialmente, pela possibilidade de reflexão a respeito dos Aspectos da prática de uma política autoritária, ainda muito presente, seja na atuação do Estado, seja na dissimulação de um Liberalismo abstrato fundado em conceitos autoritários Derivados de uma dominação oligárquica.

O JORNAL *A VOZ DA INFÂNCIA* (1936-50) - FONTE DE PESQUISA PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Azilde L. Andreotti

Doutoranda da Faculdade de Educação da Unicamp.

O objetivo deste trabalho é apresentar o jornal *A Voz da Infância* criado em 1936, compondo 169 números mensais produzidos até o início dos anos 50 e é parte de uma pesquisa em andamento sobre esse jornal como fonte de pesquisa para a história da educação.

O jornal em questão compôs um projeto educativo de complementação escolar promovido pela Biblioteca Infantil Municipal, unidade do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo e foi escrito por crianças e jovens frequentadores dessa Biblioteca, num total de 3698 participantes, a maioria entre 12 e 16 anos.

Fonte primária de pesquisa, pelo seu conteúdo e duração o jornal traz várias possibilidades de abordagem, mas de uma forma geral ele é representativo de um projeto educacional desenvolvido por uma instituição educativa extra escolar, a Biblioteca Infantil Municipal, nas décadas de 30 e 40, na cidade de São Paulo.

O jornal denominava-se *Órgão divulgador da Biblioteca* e com isso nos seus escritos há dados sobre o funcionamento dessa Biblioteca, apontando as atividades desenvolvidas no seu espaço como as datas comemorati-

vas, a prática da leitura, as visitas *ilustres*, os concursos e premiações e uma estatística mensal de livros mais lidos e os mais retirados, entre sessões literárias, matérias sobre fatos e personagens da história do país, sobre personalidades do momento e outras.

A proposta do estudo em questão é ir além do aspecto descritivo que uma fonte primária de pesquisa expressa, buscando, na interpretação de seus conteúdos, relações mais amplas.

Como atividade da Biblioteca Infantil o jornal traduzia seu perfil de atendimento à criança letrada, recebendo em seu espaço majoritariamente crianças e jovens das camadas médias da população.

A criação de uma biblioteca infantil nos anos 30, a expansão do mercado editorial com publicações para esse segmento e as reformas de ensino traduziram uma preocupação com a criança, reconhecida como o futuro da nação, personagem a ser educada e ilustrada, como também a ampliação do acesso à educação, considerada um valor importante para o desenvolvimento e a promoção social.

Na análise e interpretação de alguns escritos do jornal transparece o aspecto civilizador da educação na época, visando à formação para o progresso, atendendo aos ditames da sociedade que estava sendo estruturada nas décadas de 30 e 40, tendo em vista um determinado projeto de desenvolvimento do país.

“LIVRO PRETO” NAS ESCOLAS DA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS - PR

Neiva de Oliveira Moro

Universidade Estadual de Ponta Grossa UEPG

Dando continuidade à pesquisa, acreditando que a escola tem um papel fundamental na transmissão de valores, normas e regras que garantem a equidade nas relações interpessoais e organizacionais da sociedade, abordarmos sucintamente, neste texto algumas questões relativas à disciplina e indisciplina que permeiam essas relações no processo de ensino-aprendizagem e que apareceram nas fontes coletadas, nas escolas públicas pesquisadas nas cidades de Castro, Tibagi e Palmeira, que integram a Região dos Campos Gerais já catalogadas, pelo projeto de pesquisa *Catálogo de Fontes Primárias e Secundárias da História da Educação Brasileira, na região dos Campos Gerais*. Pretendemos constatar como se processavam as relações entre professores e alunos, dos alunos entre si, nos diferentes momentos do processo de ensino aprendizagem: em sala de aula, no recreio, nos horários de entrada e de saída das aulas, em ativi-

dades esportivas ou recreativas. Pretendemos registrar que recursos eram utilizados para garantir a disciplina na escola e como eram tratados os alunos indisciplinados, que agrediam física e moralmente seus colegas, desrespeitavam professores, funcionários, bem como, depredavam os equipamentos, os prédios públicos, não cumpriam as regras e normas da escola. Vamos nos deter na análise dos chamados “Livros Pretos”, encontrados em escolas das cidades citadas, objetivando estabelecer as relações de poder implícitas no processo ensino-aprendizagem, simultaneamente, procuramos detectar como as escolas, onde esses livros não existiam, atendiam os alunos indisciplinados e que infringiam suas normas.

OS PRINCÍPIOS POLÍTICOS E A PRÁTICA EDUCATIVA DO CESEP: PROCESSOS FORMATIVOS DE UMA ONG EM SERGIPE (1988-1998)

Acácio Nascimento Figuerêdo

NPSE – Universidade Federal de Sergipe

O presente trabalho analisa os Princípios Políticos e a Prática Educativa do Centro Sergipano de Educação Popular (CESEP) no período compreendido entre 1988 e 1998, bem como sua natureza institucional, seu papel sociopolítico de formação dos movimentos sociais em Sergipe e de assessoria a esses movimentos. Interpreta os Movimentos Sociais, Classe Social e Trabalho como categorias explicativas desse objeto investigado. A pesquisa enfoca os processos formativos desenvolvidos nos programas educacionais dessa ONG. Para tanto parte da interpretação das ONGs no contexto da globalização, destacando que na América Latina, no Brasil e especificamente, no Nordeste o apogeu do neoliberalismo na década de 1990 determinou as formas de políticas sociais. O trabalho segue os princípios da Ciência da História, e está calcado nos moldes da Pedagogia Histórico-crítica. Utiliza como procedimento metodológico as fontes documentais: atas de assembléia geral, de reunião do Conselho Político, projetos institucionais, pesquisas, entrevista oral. Concluiu-se que, o CESEP revela-se uma instituição sintonizada com o ideário neoliberal, no que se refere à inserção do Centro no movimento global das ONGs. Não obstante, apresenta avanços em direção à transmissão de uma “educação para a cidadania”, ainda que baseada na concepção de direitos sociais nos moldes liberais.

SÉCULO XIX, O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Dr. Ademir Gebara

Unimep

Joaquim Floriano de Godoy, nasceu em São Paulo em 4 de janeiro de 1826, formou-se em medicina no Rio de Janeiro em 1852, fixando então residência em Jacareí, onde a par do exercício profissional, iniciou sua carreira política. Deputado provincial e deputado geral em várias legislaturas presidiu a Província de Minas Gerais em 1872, elegendo-se posteriormente senador. Dentre outros trabalhos, voltados para a questão servil, em 1875 publicou *Província de São Paulo, trabalho estatístico, histórico e noticioso*, “oferecido a S. M. Imperial o Sr. D. Pedro II”. O propósito foi promover a Província na Exposição Industrial da Filadélfia de 1876, comemorativa do primeiro centenário de Independência dos Estados Unidos da América. Para nosso objetivo, merece especial atenção o capítulo *Instrução Pública*, no sentido de apresentar e discutir as propostas para a educação em São Paulo, ainda que em alguns momentos nos socorramos de outros capítulos do texto em análise. Alguns conceitos serão trabalhados tendo em vista sua historicidade. Público e privado tem um significado específico em cada momento, de tal maneira que o que é privado, é ainda hoje tomado como diferente do público. No caso dos sistema de ensino esse dicotomia esta nitidamente mal colocada posto que o ensino privado é necessariamente público. O objetivo central da discussão será demonstrar como esses conceitos são construídos já a partir da segunda metade do século XIX, no nosso caso o núcleo da discussão estará apoiada no texto de Godoy.

Nestes tempos de “transição” pretendemos observar criticamente a distinção entre posturas oposicionistas, quando confrontadas com a realidade da prática de políticas educacionais dos grupos quando no poder, e a formulação de análises propositivas voltadas para a implantação de novos modelos educacionais. A referência teórica fundamental são os padrões de interdependência em processo de mudanças, articulando relações de poder entre os indivíduos em sociedade, estas interdependências se estabelecem, portanto em sociedade, nunca bipolarizando a relação sociedade – indivíduo. A Sociologia tal qual Norbert Elías a concebe, refere-se a pessoas vivendo em interdependência nas mais variadas formas, a constituição destas figurações, nas quais se estabelecem múltiplas interdependências, modelam e envolvem o viver em sociedade. Estabelecem-se configurações sociais móveis, tanto interna quanto externamente a um determinado grupo, elas estão sempre em fluxo, em processos vivi-

do, as transformações decorrentes, algumas rápidas e efêmeras, outras de longo curso, mais duradouras, definindo e redefinindo a balança de poder entre pessoas e grupos. Estas configurações sociais são, desta maneira, consequências inesperadas das inúmeras possibilidades de interações sociais vividas, estando o poder, situado sempre como elemento fundamental de qualquer configuração. O poder não pode ser pensado enquanto componente de uma sociedade fragmentada (esferas, variáveis ou níveis, por exemplo), não existem proeminências ou generalizações, ou seja, o Estado, enquanto síntese de uma determinada concepção de poder, é estratégico nas sociedades industriais, não obstante, tendo em vista o longo e diferenciado processo de constituição e instauração de formas de poder, outras configurações de organização de poder institucional também se verificam, interagindo com processos não planejados, “cegos”, vividos no cotidiano e nas transformações de longa duração dos comportamentos e atitudes humanas.

08

*História da
Escola Pública*



ALBARY GUIMARÃES: UM POLÍTICO DE VISÃO EM TORNO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM PONTA GROSSA - PR, 1932 – 1945

Cirlei Francisca Gomes Carneiro

Joselfredo Cercal de Oliveira

Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG

Este tema teve o sentido de buscar a raiz histórica ou os elementos que melhor permitiram compreender a “gestão da coisa pública” (Foucault, 1982) sobre a educação primária em Ponta Grossa, Paraná. Refletindo, sobre a educação pública municipal, para a primeira metade do século XX, tornou-se imprescindível referir-se, inicialmente, ao político Albari Guimarães, que governou Ponta Grossa como Prefeito Municipal nomeado pelo Interventor do Paraná Manoel Ribas, em 1932. Com a promulgação da Constituição de 1934, que estabeleceu as “Eleições Gerais” no Brasil, foi, então, eleito para a casa em 1935. Com o advento do “Estado Novo” este político foi mantido no cargo por Decreto Interventorial, desde 1937 até agosto de 1945. Este marco simbólico na história da educação pública em Ponta Grossa traduziu-se pela consciência de uma identidade política, pois ao parafrasear Voillet - Le Duc (1869) entende-se por “consciência de identidade” um todo contínuo, que perpassa pela assimilação do passado, uma compreensão do presente e uma vontade em relação ao futuro. Nesta síntese, portanto, a análise encerrou a questão da preservação das edificações do passado escolar, pois, concomitantemente a este processo ocorreu a proteção das provas objetivas da individualidade transformando-se, Albari Guimarães, em referencial de “conhecimento” do que este político em seu “processo social produziu em qualquer momento do passado” (Custódio, 2000). A identificação deste político para a sociedade ponta-grossense encontrou-se articulada - passado, presente e futuro- de um lado, à manutenção do patrimônio edificado e à forma arquitetônica que resultou nos Grupos Escolares, do centro, Professor Júlio Teodorico; e, nos dos bairros, General Ozório - Uvaranas, “Professor Amalio Pinheiro” - Nova Rússia, “José Elias da Rocha” - Olarias, “Professor Collares-Oficinas e Becker e Silva” - Ronda (Oliveira, 2002); de outro, representou não só uma administração municipal com base em uma “consciência de identidade política” centrada à educação pública mas, também, na “percepção dos costumes, das idéias e da mentalidade” (Campos, 1986) vigente na Era Vargas, quando da construção desse “complexo escolar” em Ponta Grossa. O símbolo, Albari Guimarães, constituiu para a educação pública ponta-grossense um “momento educacional”, pois é representativo de valor para o conhecimento da cultura do passado histórico dos Campos Gerais do Paraná, cuja

metodologia de trabalho embasou-se no resgate biográfico deste político por meio de entrevistas orais (Mauad, 2001) e da técnica da fotografia, a qual se constitui em uma imagem privilegiada, porque retém e contém no fragmento da foto (Kossoy, 1985) a evidência do evento educacional em Ponta Grossa. Assim, ao articular as fontes orais e fotográficas às escritas, a partir da leitura de Decretos do Governo, dos Relatórios da Secretaria de Educação, do Planejamento da Gestão Educacional e dos Projetos de Lei da Câmara Municipal de Ponta Grossa tornou-se viável entender a educação pública enquanto espaço de participação social, de saber/poder e de saber “saber fazer” (Certeau, 1994) de um administrador. Albari Guimarães ao fundamentar-se em conceitos, princípios e teorias em torno da “gestão da coisa pública” idealizou a escola pública como uma identidade sólida com base numa educação de qualidade.

ALGUMAS REFLEXÕES COM BASE NA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA DE JOHN DEWEY

Claudemir Galiani

Maria Cristina Gomes Machado

Universidade Estadual de Maringá

O objetivo deste trabalho é fazer uma reflexão sobre as propostas educacionais de John Dewey (1859-1952) com base na sua concepção de educação e Democracia, exposta no conjunto de sua obra. Considera-se que os pressupostos fundamentais que embasam esta sua concepção vinculam-se a um modelo de sociedade marcada pela crise da produção capitalista na sua fase imperialista. A classe trabalhadora torna-se ameaçadora e busca instrumentos para superar as contradições da sociedade capitalista, de um lado uma burguesia enriquecida e de outro um operariado numeroso e miserável. Como solução para os impasses colocados, tem-se a defesa de duas tendências: uma propõe a revolução social e defende o socialismo; outra destaca a necessidades de reformas para a manutenção social, organizando-se um governo democrático. Dewey se insere neste último grupo e propõe a revisão do liberalismo clássico, porém, em seu discurso, mantém a defesa da sociedade baseada na propriedade privada. Pode-se dizer que sua visão de sociedade e de educação é formulada a partir de um contexto de crise do capitalismo e de impasses no interior da sociedade americana, na qual os trabalhadores também são explorados e sofrem as conseqüências da crise mundial. Diante de um contexto em que a sociedade passa a exigir certas “reformas” na sua organização, esse autor aponta

para a educação como um dos elementos fundamentais para que se processem as mudanças necessárias e, neste sentido, a educação adquire uma nova função: proporcionar os meios, as ferramentas para uma vida social mais humana e mais justa, pautada em uma forma de organização social democrática. Segundo ele, a educação deve ser desenvolvida num ambiente democrático, sendo a escola o ambiente ideal para este desenvolvimento e, ao mesmo tempo, ela deve permitir a troca das diferentes experiências individuais. O seu ponto de partida é de que a escola deva ser “uma sociedade em miniatura”. No conjunto de sua produção, é comum encontrar uma sistemática reflexão que privilegia a liberdade, a solidariedade, a busca pela harmonização da convivência entre os diferentes através da democracia e a valorização da experiência individual. Dewey sempre se coloca contra o autoritarismo, a imposição externa, o individualismo egoísta e a educação igualitária. As suas propostas educacionais fundamentam-se no princípio de que aprendizagem da criança deverá se dar num ambiente estimulador, de liberdade, organizado institucionalmente, voltado para as diferenças individuais e, acima de tudo, integrado com o próprio desenvolvimento da sociedade. A chave para o entendimento de suas propostas estão, exatamente, na evolução material da sociedade, sendo a educação situada, sob o ponto de vista histórico, como alavanca para o seu desenvolvimento cultural. Dewey, assim, defende a democracia como o único meio eficiente e pacífico de mudança social e acredita que o capitalismo poderá ser mais justo, mais humano e mais solidário. A análise aqui apresentada é o resultado preliminar dos estudos realizados para a elaboração de uma dissertação sobre o pensamento desse autor a partir de sua obra. Este estudo se justifica pela amplitude de sua produção teórica e pela repercussão que teve em diferentes países durante todo o século XX, inclusive no Brasil.

A ATUAÇÃO DA CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE-CNEC NA EDUCAÇÃO BAIANA (1953-1964)

Ronalda Barreto Silva
UNEB

Este trabalho insere-se na discussão sobre as esferas pública e privada na prática das políticas educacionais do Estado, questão historicamente analisada por diversos estudiosos, muitos dos quais têm buscado compreender como a relação entre essas esferas se manifesta ao longo do tempo, em consonância com vários contextos históricos do nosso País.

O trabalho pretende dar continuidade ao referido debate, realizado através do estudo da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade-CNEC, uma instituição que tem uma presença significativa na educação brasileira, atuando da educação infantil ao ensino superior, em todos os estados da federação, compreendendo 343 municípios, 376 escolas, 9.342 professores, com uma matrícula de 138.691 alunos.

A expansão da Campanha tem, como um de seus fatores determinantes, o fenômeno do clientelismo, o qual é significativo na atuação do Estado brasileiro. Para tanto, a instituição contou, ao longo da sua trajetória, com o apoio do poder público nos seus diversos âmbitos, além da presença de conhecidos representantes políticos na sua estrutura de poder, o que nos leva a entendê-la como uma via de privatização da educação, na medida em que o Estado lhe transfere, em alguma medida, a obrigação de expandir a oferta educacional.

Partindo desse entendimento, objetivamos, então, analisar a relação da CNEC com o poder público no estado da Bahia, buscando aprofundar elementos que evidenciam a utilização das escolas cenevistas como uma via de privatização da educação baiana, bem como obter um maior aprofundamento no estudo da sua organização e funcionamento, através das especificidades apresentadas por suas escolas; conhecer as suas fontes de financiamento no âmbito dos municípios a serem pesquisados; as atividades desenvolvidas pelas respectivas escolas e suas finalidades.

Tendo a Bahia tão significativa participação na rede de escolas cenevistas e, levando-se em consideração que a CNEC é uma via de privatização adotada pelo Estado brasileiro, entendemos que a sua trajetória no âmbito estadual se constitui em uma rica fonte de dados para a compreensão de como se efetiva a privatização da educação baiana.

O trabalho tem como finalidade reconstruir elementos da história da educação no estado da Bahia, visando preencher duas lacunas que se verificam na história da educação brasileira: as especificidades regionais relegadas por uma história oficial que retrata as regiões sul e sudeste do País e o pouco conhecimento que a mesma revela acerca de uma instituição que possui uma presença tão significativa na nossa educação e que tem demonstrado uma grande articulação política, como evidencia a participação de governantes na sua estrutura de poder.

Realizamos o estudo nos municípios de Alagoinhas, Catu, Entre Rios e Esplanada, localizados em um polo regional no qual há uma concentração das escolas cenevistas, utilizando as seguintes fontes documentais: relatório de atividades, atas e anais dos congressos estaduais e nacionais da CNEC, estatutos, atas das reuniões dos conselhos locais e de professores, atas das respectivas Câmaras de Vereadores; realização de entrevistas estruturadas com dirigentes e ex-dirigentes da referida instituição.

AVANÇOS E RETROCESSOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto
ISCA-Faculdades

O trabalho aqui apresentado é parte da tese defendida na FE/UNICAMP, momento em que se procurou discutir as permanências e rupturas das propostas de educação rural no Brasil, desde a tentativa de fixação do homem no campo, através da implantação das escolas normais rurais, até o desenvolvimento desta ideologia pelo MST.

Apesar da distância no tempo, visto que as propostas ruralistas remontam à década de 1920, o MST faz, ainda hoje, a apologia da mesma estratégia no sentido de buscar a “sedentarização” do trabalhador rural num ambiente tido como propício àqueles que nasceram no campo e dele vivem. Para tanto, a utilização de uma pedagogia adequada ao meio rural é considerado fator determinante do processo.

Assim como os ruralistas, o MST atribui à educação um peso demasiado, pois, entende que através dela poderemos alcançar maior equidade social, deixando de considerar em ambos os casos, que, as condições objetivas de fixação do trabalhador rural no campo dão-se por medidas econômicas que favoreçam a sua permanência na roça e não por meio de qualquer fator educativo. Através de uma leitura mais atenta da obra marxiana, poderemos constatar que são as condições reais de sobrevivência, ligadas à maneira como os trabalhadores se organizam para produzirem seus mecanismos de reprodução, que determinam suas formas de vida, pois são as bases materiais e não a ideologia que determina nossa existência.

CARNEIRO LEÃO E O DEBATE SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL

Josie Agatha Parrilha da Silva
Maria Cristina Gomes Machado
Universidade Estadual de Maringá

O presente estudo tem como objetivo conhecer as propostas educacionais do educador Carneiro Leão (1887-1966). Este autor produziu uma vasta obra constituída de artigos para jornais, conferências, textos acadêmicos, entre outras, bem como foi o fundador da Associação Brasileira de Educação (ABE) e organizou reformas no antigo Distrito Federal (1922-1926) e no estado de Pernambuco (1928). Delimitou-se para análise dois importantes livros que permitem conhecer as propostas educacionais de

Carneiro Leão, são eles: *O Brasil e a Educação Popular* (1916), elaborado a partir de conferências proferidas em São Paulo e no Rio de Janeiro; e *Problemas de Educação* (1918), organizado através de artigos publicados nos jornais *O Jornal do Comércio* e *O País*. Destaca-se, nesses livros, a crítica que Carneiro Leão fez ao modelo escolar literário e livresco. Criticou também a dualidade administrativa existente, na qual o ensino primário ficava cargo dos municípios e dos estados e o ensino secundário e superior eram mantidos pelo Governo Federal. Carneiro Leão denunciava que apenas vinte por cento da população tinha acesso à escolarização, evidenciando que a maioria estava excluída da escola. O autor defendia a propagação da educação popular e a adoção de um único modelo de escola para o país, direcionada para o ensino prático e profissionalizante. Acreditava que a frequência a esse novo modelo de escola prepararia o povo para inserir-se no processo de industrialização e urbanização que foi desencadeado no final do século XIX, a partir da abolição dos escravos (1888) e da Proclamação da República (1889). As primeiras décadas do século XIX apresentam um amplo debate que culmina com a redação do Manifesto dos Pioneiros da Educação (1932) do qual destacou-se, na elaboração deste texto, a participação de Carneiro Leão. Ele é citado em alguns manuais de história de educação, como: Nagle (1976), Niskier (1996), Paiva (1973) e Ribeiro (1986), utilizados nos cursos de Pedagogia, mas sem um maior aprofundamento sobre sua obra e pensamento e sem explicitar as suas contribuições para a educação brasileira. Considera-se que, para compreender as propostas educacionais de Carneiro Leão, é preciso conhecer sua vida e obra dentro do contexto sócio-político-econômico e educacional brasileiro. Parte-se, portanto, do pressuposto de que as idéias do determinado autor são resultado das transformações que se processam na sociedade. Carneiro Leão não era uma voz isolada na campanha pela organização da escola pública, somava-se um coro ainda pouco expressivo anterior às reformas da década de vinte. Através da obra de Carneiro Leão, é possível compreender o debate travado em torno da reforma do ensino brasileiro que antecede ao citado Manifesto, bem como as questões relacionadas à criação da escola para o povo sob a tutela do Estado e ao seu papel na sociedade. Através deste estudo, buscou-se mostrar que Carneiro Leão, ao discutir os problemas educacionais e sugerir propostas para os mesmos, teve papel de destaque e grande influência na educação brasileira. Pode ser considerado um importante marco na historiografia educacional do país na medida que a obra produzida aponta os problemas enfrentados pela educação brasileira e as soluções propostas no início do século XX.

O CECR: RESGATE DE UMA EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL NA BAHIA

Tracy Silva Picanço

Bolsistas e estagiárias

Universidade Federal da Bahia

Em 1950, Anísio Teixeira, Secretário de Educação e Saúde do Estado da Bahia, inaugurava o complexo escolar que pretendia nomear de Centro de Educação Popular, nomeado porém pelo Governador Otávio Mangabeira de CENTRO EDUCACIONAL CARNEIRO RIBEIRO (CECR). Materializava-se uma experiência que punha em prática concepções daquele pensador sobre a educação básica no país. Esta escola correspondendo ao Ensino Fundamental realizaria a formação do “homem comum brasileiro”, desenvolvendo educação integral, formação intelectual, aspectos de socialização e educação pré-vocacional, sendo de tempo integral. Do plano de trabalho de Anísio Teixeira constava a instalação de 10 desses complexos.

O CECR situava-se num bairro popular de Salvador e se compunha de 4 unidades de ensino denominadas de ESCOLAS CLASSE e uma ESCOLA PARQUE. Segundo seu projeto pedagógico, caberia às Escolas Classe a “educação intelectual”, ou seja, Língua Materna, Aritmética, Geografia, História e Ciências”, e à Escola Parque desenvolver artes, esportes, aspectos de socialização e educação pré vocacional pelo trabalho. O aluno passaria dois turnos diários no Centro, um deles na Escola Classe e, no outro, na Escola Parque.

Em 1950, foram inauguradas três escolas Classe, e em 1955, a Escola Parque, contando esta com biblioteca, teatro fechado, e arena, ginásio coberto, quadras ao ar livre, instalações para atividades socializantes, e administrativas e espaço construído para educação laboral, além de amplos espaços arborizados. O CECR tinha capacidade para receber 4.000 alunos.

Esta pesquisa, pretende desvelar os nexos do CECR com os acontecimentos que, na Bahia, proporcionaram seu surgimento, resgatando o significado dessa experiência educacional para o processo percorrido pela educação básica oferecida às camadas populares. Propõe-se identificar aspectos chaves do projeto pedagógico desenvolvido, estabelecendo as etapas percorridas até os dias atuais.

As perguntas das quais se partiu foram: em que consistia o projeto educativo do CECR? que significava o conceito de “HOMEM COMUM” para Anísio Teixeira? de que modo o projeto é visto por aqueles que o vivenciaram? pode-se admitir que o CECR, mesmo com variações, manteve idéias, concepções ou práticas pedagógicas que orientaram sua cria-

ção? A hipótese básica é de que o CECR, ainda que mantendo suas instalações físicas durante 52 anos, significou diferentes propostas pedagógicas em função do significado e sentido da educação básica nesse período. São etapas da pesquisa: estudo do pensamento de Anísio Teixeira sobre a educação básica; levantamento de dados e informações, quantitativas e qualitativas, realização de entrevistas que possibilitem a reconstrução do projeto(s) pedagógico(s) e das práticas pedagógicas que identificaram a experiência tal como concebida ou a perda desta diante dos determinantes que condicionaram e condicionam os processos educativos na sociedade

No momento, a equipe se encontra levantando dados de registros, realizando entrevistas estruturadas com uma amostra de ex-alunos do CECR. Além disso, foi trabalhada grande parte da literatura que dará suporte à análise do material coletado. O tempo previsto para realização da pesquisa é de 24 meses e tem financiamento do CNPQ (uma bolsista) e FAPESB.

CONFLITO E AMBIGÜIDADE ENTRE JESUÍTAS E PROTESTANTES NO BRASIL-COLÔNIA ATRAVÉS DA DEPREDÇÃO DOS PRÉDIOS ESCOLARES DA COMPANHIA DE JESUS

Rachel Silveira Wrege

UNESP - Presidente Prudente

O estabelecimento dos holandeses na Bahia entre 1623 e 1654 trouxe várias conseqüências para o Colégio da Companhia de Jesus que ali existia, dentre as quais pode-se destacar o fechamento do referido colégio em 1624 por tempo indeterminado e, assim sendo, a interrupção das aulas de educação elementar, de Humanidades, de Filosofia e Teologia. O colégio foi transformado em local de abrigo para os holandeses, havendo a improvisação das salas de aula em quartos para dormitórios dos holandeses. A destruição de grande parte de objetos simbólicos dos padres referentes à sua religiosidade e ao ensino pode ter expressado a reação protestante em face do contato direto com o simbolismo católico. O problema também da depredação deste prédio escolar constata-se na medida em que ele teve que ser reconstruído. Entre idas e vindas dos holandeses à capitania da Bahia, após a reconstituição do prédio escolar, em 1638 observa-se que o então colégio, não servindo mais como objeto de destruição, foi útil não para as atividades de ensino, mas para o acolhimento de alunos desta instituição que não eram jesuítas e que se dispuseram a atuar como soldados em prol da defesa dos interesses de Portugal quanto à manutenção da colonização portuguesa. Os alunos jesuítas, não sendo expostos direta-

mente no conflito, como o eram os alunos não jesuítas, ficavam com a incumbência de amparar aqueles que se encontravam machucados. Como o colégio dispunha de enfermaria e farmácia, os alunos jesuítas improvisavam os curativos. Ao lado de tais iniciativas, totalmente voltadas para o embate contra os protestantes holandeses, os jesuítas professores colocavam-se na função de organizarem trincheiras e de abaterem da fazenda do colégio, carne destinada à manutenção dos soldados em conflito. Desta vez, ao invés da depredação e destruição do prédio escolar, os holandeses atingiram a fonte que sustentava os alunos soldados, qual seja, a fazenda desta instituição educacional. É em razão da organização bastante sistematizada da Companhia de Jesus por toda a Colônia que os jesuítas conseguem vencer seus inimigos, contando com as fontes de recurso do Colégio do Rio de Janeiro, que porventura teve que enfrentar problema parecido, só que com os franceses em 16448 e 1711.

Em Sergipe tem-se como conseqüência das incursões holandesas sobre a atividade escolar jesuítica a não expansão do ensino local, que permaneceu doravante como casa de ensino, nunca vindo a se constituir como colégio. Em Pernambuco, neste íterim, o ensino se viu também interrompido, tanto é que houve até a organização de uma companhia dos estudantes com o intuito de preparar alunos soldados. De modo semelhante, Recife e Vitória sofreram retaliações da parte dos holandeses.

A CRISE DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA - DOIS EDUCADORES, DUAS VISÕES

Isabel Cristina Rossi Mattos

Universidade Estadual de Campinas

Ao analisar a educação é importante ter presente que ela se constitui em uma mediação entre o homem e a sociedade. Isto é, se constitui no processo pelo qual a sociedade forma seus membros de acordo com os interesses que a permeia. Na década de 30, o Brasil, passava a assumir características mais urbanas. Essa mudança colocou os brasileiros diante de novas formas de produzir, consumir, morar e divertir-se. Como tais alterações não ocorrem de um momento para o outro, juntamente com os acontecimentos e discursos políticos e econômicos que delineavam os novos rumos da nação, o Brasil enfrentava a crise da economia cafeeira e questões de seu recente passado, como colonização, escravidão, monarquia e imigração. Em outras palavras, havia um país sertanejo, pobre, messiânico misturando-se, mesclando-se ao presente e ao futuro incerto de seu ingresso na industrialização. Sud Mennucci relacionava a crise da

educação da época com as descobertas científicas e a ascensão da indústria que naquele momento começaria a chegar no Brasil modificando o regime de trabalho. O projeto educacional do Brasil, na concepção de Mennucci estava preocupado apenas com a vida urbana, não levando em consideração a “vocação agrícola brasileira”, fato esse que quebraria a “*harmonia entre a escola e o organismo social da na o*” (Mennucci, 1930: pp. 16-17), gerando uma crise educacional, pela qual passava o país. De acordo com sua concep o, o Brasil necessitaria de uma educa o nacional que levasse em conta a sua realidade, muito diferente da realidade dos países de onde eram importadas as idéias educacionais, além de organizar uma educa o voltada para o meio rural. Contemporaneamente, um outro educador – Anísio Teixeira, em meio a este período de grande turbulência e oscila es econômicas e políticas, expressava a inten o de criar um sistema de educa o no Brasil semelhante ao norte americano; observando que a sociedade vivia um “*interessante período de transi o*”, que exigiria uma nova perspectiva educacional. Neste aspecto, defendia a constru o de um novo sistema de ensino no Brasil, o qual pudesse eliminar todos os “*erros*”, “*vícios*” e “*ignorância*” do passado, para construir caminhos de melhoramento da sociedade brasileira e adequar o homem brasileiro às novas exigências sociais em curso com o desenvolvimento da indústria, da ciência e da democracia. A finalidade deste artigo   discutir os pontos de convergência e divergência destes dois educadores que buscavam uma soluço   crise da educa o brasileira que se instaurava.

DEBATE SOBRE A EDUCA O PÚBLICA NA DÉCADA DE 1920

Maria Inalva Galter

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Através dos Anais da Conferência de Educa o de 1927 e de outros escritos da época, procura-se situar o debate sobre a educa o pública realizado durante a Primeira República no Brasil, principalmente na década de 1920. O objetivo   mostrar que a discussão sobre a educa o nacional associada ao trabalho,   higiene,   política, entre outros aspectos, expressa a preocupa o da intelectualidade e de homens públicos do período em buscar respostas aos problemas de uma sociedade cujos parâmetros de organiza o social predominantes estavam em crise. O Brasil, do início do século XX, principalmente após o término da Primeira Guerra Mundial, vivia uma situa o bastante complexa. O setor industrial, por exemplo, ressentia-se dos efeitos das aceleradas transforma es técnicas da Segunda Revolu o Industrial, predominando um sentimento de “atraso” em rela o ao mundo

desenvolvido, como a Europa e os Estados Unidos. Por outro lado, a crise da economia cafeeira, ao mesmo tempo em que gerava uma sensação de “fraqueza”, despertava também a idéia de que era necessário rever os velhos parâmetros de organização social. Nesse contexto, apesar do clima de insegurança, setores importantes da sociedade defendiam enfaticamente a necessidade do país modernizar seu setor produtivo, suas instituições, sua cultura, sua educação, entre outros, de maneira que melhor se adequasse às novas tendências da economia capitalista. Em termos sociais verifica-se que, pelo menos nos maiores centros urbanos, fortalecia-se uma camada social que vivia dos seus próprios negócios ou da prestação de serviços. A Primeira Guerra Mundial, a imigração, o comércio, a indústria, o movimento operário, a ampliação das camadas médias, o capital estrangeiro, a crise da economia mundial revelam uma nova situação econômica e política em que os “tradicionais” personagens e instituições estavam perdendo representatividade social. A sociedade da década de 1920 exigia algo diferente da política de “valorização do café” e do mandonismo e/ou clientelismo regional. Nesse debate sobre os problemas da sociedade brasileira destacavam-se críticas ao seu passado, as quais, como não poderia deixar de ser, estendiam-se à educação nacional. Dentre as reformas propostas pelos conferencistas de 1927 e outros intelectuais da época, destacava-se a organização de um sistema nacional de educação que, segundo eles, contribuiria na correção dos “erros” e dos “vícios” deixados como “herança” do passado colonial e escravista. A preocupação principal daqueles homens voltava-se para a necessidade de organizar o trabalho nacional de acordo com a nova racionalidade exigida pelo mercado capitalista. Daí a exigência de uma formação que incluísse a preparação técnica e os cuidados mínimos com a higiene baseada no padrão sanitário internacionalmente aceitos. Também, uma formação que contribuísse para o desenvolvimento de um sentimento mais uniforme em torno das questões políticas nacionais obedecia a mesma direção. Em outros termos, as discussões educacionais do período propaladas em torno da necessidade de modernização do país, articulavam-se num movimento mais geral da sociedade expressando, portanto, as mudanças do mercado e da produção capitalista.

A DIMENSÃO POLÍTICA DA MEMÓRIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Maria de Fátima Felix Rosar

Universidade Estadual de Campinas

O presente trabalho constitui um recorte da pesquisa em andamento sobre as tendências historiográficas presentes nas obras de história da educação divulgadas, na última década, pelas editoras da área de ciências humanas. O objeto contemplado nesse recorte apresenta uma análise preliminar sobre o significado epistemológico e político atribuído à categoria memória em publicações recentes de história da educação. A partir do referencial da historiografia marxista compreende-se que a perspectiva de futuro requer a articulação com o passado, portanto olhar criticamente os tempos de globalização implica o resgate de dimensões do projeto de modernidade, que parecem sucumbir na prática reducionista, impingida à memória pela concepção pós-moderna do real. Aspectos superficiais das sociedades humanas, suas formas de existência e de práticas educativas obscurecem os nexos profundos entre o passado e o futuro, entre o individual e o coletivo. Sem a articulação entre as práticas sociais, conhecimentos sistematizados e projetos coletivos, dilui-se a dimensão política da memória, portanto, tendencialmente, são postergadas as possibilidades de resgate da educação como processo de desenvolvimento humano e de construção de um projeto social emancipador. O mapeamento do modo pelo qual se concebe e constrói a categoria – memória – e se reconstrói a história da educação contribuirá para o debate das tendências historiográficas em educação.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO COLONIAL: CONSIDERAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS

Anselmo Alencar Colares

Universidade Federal do Pará

O presente trabalho é resultado direto das leituras e reflexões dos últimos anos, em decorrência do exercício da atividade de professor de história da educação na Universidade Federal do Pará e, em especial, da pós-graduação desenvolvida na UNICAMP. Ao mesmo tempo, é parte de uma incessante busca, visando melhor compreender a ciência história e, no interior desta, a história da educação. O texto corresponde a uma parte da introdução da tese de doutorado defendida na Unicamp em fevereiro de 2003 e intitulada “Colonização, catequese e educação no Grão-Pará”, sob a

orientação do Prof. Dr. José Claudinei Lombardi. Apesar de a tese em referência não apresentar novas fontes, sua elaboração pautou-se pela sistematização e análise das diversas informações esparsas disponíveis em relatos dos cronistas da época objeto de estudo, como por exemplo os escritos dos padres jesuítas João Felipe Bettendorff e Antônio Vieira, assim como em trabalhos monográficos mais recentes, destinados à compreensão das origens e do desenvolvimento da escola pública no Brasil. Quanto à historiografia educacional brasileira colonial, *grosso modo*, pode-se afirmar que continua a merecer estudos mais aprofundados. Livros de caráter mais geral tratam daquele período de forma bastante sintética e praticamente não fazem referência a particularidades regionais. Geralmente, o Brasil é tratado de maneira uniforme. O longo período de colonização que se estende da chegada dos portugueses até a emancipação política é analisado, do ponto de vista da história da educação, basicamente em três momentos: o do predomínio quase absoluto dos jesuítas (1549-1759), o das reformas pombalinas (após a expulsão dos jesuítas) e o joanino (1808-1822). Considerando essa realidade, procurei incorporar as contribuições dos diferentes autores e, ao mesmo tempo, investigar as especificidades que marcaram os primórdios da educação no Grão-Pará. Estudar um período em que não há fontes vivas para confirmar ou refutar aquilo que ficou registrado exige do pesquisador que, de alguma maneira, faça uma viagem no tempo e penetre no mundo daquela época, para que se acerque dos embates, do posicionamento dos indivíduos e dos grupos sociais, a fim de que possa com maior segurança reconstruir a trama de relações que deram corpo aos acontecimentos. Apoiando-me na historiografia acerca da educação brasileira no período colonial, e demais fontes consultadas, procurei compreender o processo inicial de desenvolvimento da educação no Grão-Pará (1616-1777), articulada a um processo mais amplo, o do desenvolvimento e expansão do capitalismo e, concomitantemente, da sua “onda civilizatória”. Considero que a catequese tenha se constituído uma ação educativa, que buscava não apenas converter os habitantes nativos para a fé cristã, mas também adaptá-los aos comportamentos necessários para que pudessem corresponder aos interesses dos colonizadores. Na fase colonial, contemplada neste trabalho, a educação incluía diversas práticas, entre as quais a catequese e a instrução, onde os jesuítas foram exímios, implantando Colégios e Seminários. A instrução destinada aos índios voltou-se principalmente às crianças, através do ensino da língua e esporadicamente, também das letras.

A EDUCAÇÃO ESCOLAR PÚBLICA NA COLÔNIA BRASILEIRA

Sérgio E. M. Castanho

UNICAMP

O presente resumo diz respeito a trabalho que se insere no projeto global do Grupo de Estudos e Pesquisas HISTEDBR sobre a educação pública no Brasil. Sua especificidade é voltar-se para o período colonial, quando se estuda a questão da educação pública no período jesuítico (1549-1759) e no período que se lhe seguiu, compreendendo principalmente as reformas pombalinas (1759 e 1772), cujos efeitos perduraram até à Independência do país.

Durante quase todo o período colonial, a educação predominante no Brasil foi provida pelos jesuítas. A educação escolar inaciana constituiu “a nossa versão da ‘educação pública religiosa’”, segundo SAVIANI (1997, p. 4), que remete à classificação de LUZURIAGA (1959).

A “educação pública religiosa” é pública no sentido de que é mantida com recursos do erário e é religiosa no sentido de que seu conteúdo é religioso e sua operacionalização corre por conta das igrejas católica e reformada.

A preparação do professor para o ensino jesuítico estava prevista nas regras do *Ratio Studiorum*, de 1599, cujo texto integral, traduzido do latim para o português, com o título “Organização e plano de estudos da Companhia de Jesus”, encontra-se em FRANCA (1952).

Em suma, a “educação pública religiosa” na Colônia foi quase que inteiramente obra dos jesuítas, para uma clientela de elite, representada pela classe senhorial burguesa que liderava o empreendimento agro-industrial açucareiro para exportação, inserida no movimento do capitalismo comercial internacional de exploração colonial.

“Em 1759, com a expulsão dos jesuítas, o que sofreu o Brasil não foi uma reforma de ensino, mas a destruição pura e simples de todo o sistema colonial do ensino jesuítico (AZEVEDO, 1963, p. 539). Nessa avaliação, Fernando de Azevedo restringe-se ao sistema de ensino como um fenômeno isolado da totalidade econômico-social-política em que se insere. Já Luiz Antônio Cunha, ao examinar o mesmo fenômeno, faz a sua ligação a essa totalidade, mostrando que ele não era aleatório, mas derivava das mudanças no sistema capitalista mundial na segunda metade do século XVIII. A modernização de Portugal, com conseqüências em suas colônias, levada a cabo por D. José I e seu ministro o Marquês de Pombal, reflete essas transformações. Internamente, a burguesia se fortalece em torno do rei, no fenômeno conhecido por “regalismo”, em que há “a tentativa de submeter todas as instâncias de poder ao Estado, mais especificamente ao rei” (CUNHA, 1980, p. 42).

No reino português, e por conseqüência na colônia brasileira, a liquidação do sistema educacional jesuítico, por um alvará de 28 de junho de 1759 (cujo texto será analisado no trabalho, cf. CARDOSO, 2002, p. 292 e ss.), em que se tratou de reorganizá-lo criando aulas e classes em lugar das suprimidas e instituindo o cargo de diretor de estudos para centralizar estatalmente a fiscalização do ensino, não deu resultados de imediato. Esses resultados aparecerão a partir de 1772, como se verá através de fontes primárias coligidas por CARDOSO (op. cit.), como se verá no decorrer do trabalho completo.

EDUCAÇÃO E SENTIMENTO NACIONAL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA INTELLECTUALIDADE BRASILEIRA DA DÉCADA DE 30

*Aparecida Favoreto
Unioeste*

O objetivo deste trabalho é fazer uma reflexão histórica sobre o projeto de “reconstrução nacional” inserido na proposta educacional da intelectualidade brasileira na década de 30. Para isto, utiliza-se alguns teóricos do período, relacionando-os ao contexto histórico. Distanciando das análises ideológicas e políticas em torno do debate educacional, busca-se entender quais foram as questões históricas que levaram os intelectuais do período a idealizar uma educação que pudesse formar o homem com o espírito nacional e público. Ideais estes, justificados pela maioria dos autores como uma necessidade econômica, política e social, como uma condição para retirar o país do “atraso” e ingressá-lo na modernidade. Para concluir busca-se desmistificar a idéia de que o projeto escolanovista surge como algo abstrato, imposto à sociedade através de um grupo de intelectuais, mas mostrar que trata-se de um debate que surge em meio a um processo de luta, em meio a um tumulto de idéias heterogêneas e incertas, que aos poucos toma corpo diante do processo histórico, no qual o Brasil buscava novas alternativas de progresso.

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: UM DEBATE EDUCACIONAL NO FINAL DO SÉCULO XIX

Elenita Conegero Pastor Manchope

Unioeste

O presente estudo, baseado em uma fonte primária, os anais do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro de 1878, teve como objetivo explicitar as razões históricas da exigência da educação para o trabalho presente nos discursos congressistas. Frente aos problemas sócio-político-econômicos do período da transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre, a educação foi discutida neste congresso como uma das medidas contra a ignorância e como um meio de disciplinar para o trabalho, tanto os escravos libertos como homens livres. Nos anais do Congresso Agrícola, a educação fez parte do conjunto das possíveis saídas para os problemas produzidos pelas transformações nas relações de trabalho e de produção. As propostas elaboradas no decorrer do congresso expressaram a necessidade de uma educação prática e disciplinadora da força de trabalho, voltada, portanto, para um novo tipo de trabalho.

EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIA EM PIRACICABA-SP: DE 1900 A 1910

Prof. Dr. Ademir Gebara

Prof. Ms. José Luis Simões

Universidade Metodista de Piracicaba- CNPQ

Esta pesquisa tem como objetivo resgatar e interpretar a história da educação e das manifestações de violência na cidade de Piracicaba no período de 1900 a 1910. A principal fonte para realização da pesquisa é a utilização de reportagens jornalísticas do período em questão. Para tanto, optamos por recuperar notícias veiculadas pelo Jornal de Piracicaba.

O período investigado corresponde 'a época em que o Brasil encontrava-se ainda nos primórdios da industrialização, todavia, a economia e o estilo de vida predominantes eram marcadamente rurais. A educação no Brasil era privilégio das elites. A possibilidade de universalização de oportunidades de acesso à educação sequer era projeto político do governo. Na perspectiva da imprensa, a educação não se constituía uma demanda política ou um reclame popular. Nas reportagens jornalísticas desse período muito pouco se divulgava sobre educação e, quando isto acontecia, as manchetes e notícias quase sempre lançavam holofotes aos professores recém-integrados ao corpo docente do colégio normal superior e, 'as vezes, 'as solenidades de formatura dos alunos desse colégio.

Quanto ‘as manifestações de violência, constatamos que aconteciam diariamente e, segundo a imprensa, quase sempre protagonizadas pelos negros. A linguagem e o espaço dedicado pelo Jornal de Piracicaba para divulgar os atos de agressividade e violência em que se envolviam os negros enfatiza o peculiar espaço que cabia a este segmento humano no universo das configurações sociais da época. Essa atmosfera de discriminação, submissão e envolvimento com a violência possivelmente seja uma herança do longo período de escravidão por que passou o Brasil.

O referencial teórico principal de nossa análise assenta-se na perspectiva da teoria do processo civilizador, especialmente a produção teórica de Norbert Elias (1897-1990), que visualiza a história das sociedades humanas sob as lentes da longa duração, valorizando a pesquisa empírica e o estudo da sociogênese e da psicogênese do comportamento humano com o intuito de entender melhor as relações cotidianas, pois, mesmo que se assemelhem a um jogo de relações casuais, banais ou desprovidas de sentido, certamente simbolizam estágios específicos do desenvolvimento humano, da civilização.

A EDUCAÇÃO REPUBLICANA EM UBERABINHA, MG, NAS ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL ENTRE 1906 e 1915

Cristiane Nascimento Martins

José Carlos Souza Araújo

Universidade Federal de Uberlândia

As ‘luzes intelectuais’ se encontram referidas numa das atas da Câmara Municipal de Uberabinha, atual Uberlândia, de 1899, no sentido de que se suprimissem as luzes materiais, e privilegiasse acender as luzes intelectuais da juventude. Tal metáfora retrata a preocupação das camadas dirigentes de Uberabinha quanto à importância da escolarização neste município, revelando os anseios construídos em torno da educação escolar. É objetivo desta comunicar uma pesquisa que vem se realizando nas atas da Câmara Municipal de Uberlândia a respeito da educação escolar. Sua intenção maior é a de contribuir para a compreensão da dinâmica da educação escolar na cidade de Uberlândia no período entre 1906 e 1915, visando somar-se à compreensão das questões vinculadas ao campo político-educacional. Tematicamente, encontram-se nas referidas atas discussões e resoluções sobre o orçamento municipal, incluindo-se o da educação; a instituição e a implementação da coleta de um imposto escolar sob a responsabilidade do poder executivo, além de discorrer, por vezes minuciosamente, quanto aos gastos com a instrução pública municipal, relativos a

pagamento e gratificação de professores. É constante também nas sessões da Câmara a apresentação de requerimentos de professores quanto a seus salários e gratificações, bem como a isenção e a baixa de impostos escolares, dada a contratação particular de um professor para atuar na escola de uma fazenda. Considerando ainda a questão das petições à Câmara de Uberabinha, pode-se citar: redução da taxa escolar, verba para aquisição de mobília e livros para determinada escola, principalmente para alunos pobres que a freqüentavam, solicitação de auxílio para a reforma de uma casa para nela se instalar uma escola para meninos e nomeação de professores. Ressalta-se, também, a presença do professorado estadual nas petições à Câmara, com o objetivo de solicitar autorização para a utilização do patrimônio mobiliário do município para que houvesse funcionamento de aulas, compra de materiais essenciais para o funcionamento de escola e, o mais notável, a representação destes para criação de um Grupo Escolar na cidade. Tal tema se vincula à política mineira em torno da instauração dos grupos escolares, legislada em fins de 1906. As reivindicações por um Grupo Escolar em Uberabinha é objeto de várias discussões no âmbito da Câmara Municipal, ocupando-a a partir de agosto de 1908, ano em que três cidades do Triângulo Mineiro vão conseguir seu decreto de criação de grupos escolares: Prata em 08/07/1908, Araguari em 17/11/1908 e Ituiubata em 22/12/1908. Na verdade, o Grupo Escolar de Uberabinha terá seu decreto de criação em 20/07/1911, porém seu decreto de instalação somente dar-se-á em 01/07/1914. Quanto aos resultados, pode-se concluir que a dinâmica da educação escolar nesse município no período em apreço padece de dificuldades orçamentárias para ampliar a escolarização no município, demonstradas seja pela instituição do imposto escolar, seja pelos constantes requerimentos para a isenção do mesmo; a necessidade de ampliação do corpo docente sob os auspícios da municipalidade também parece ser uma constante, apesar das dificuldades orçamentárias; a defesa da educação pública também passa pela ajuda de custo mensal a escolas particulares, tendo em vista o financiamento de estudantes pobres, bem como sugere a necessidade de mobiliário e livros para a instalação de escolas. Espera-se com esta pesquisa preliminar restabelecer o elo existente entre passado e presente, bem como resgatar as práticas político-educacionais sob a responsabilidade da municipalidade uberlandense, reconhecendo a educação escolar como campo de disputa entre as dimensões pública e privada.

ESCOLA PÚBLICA, TRANSFORMAÇÃO SOCIAL EM QUIRINÓPOLIS, GO (1945-1971)

Maria da Felicidade Alves Urzedo

Universidade Estadual de Goiás

Décio Gatti Júnior

Universidade Federal de Uberlândia/Centro Universitário do Triângulo

(INTRODUÇÃO) Objetiva-se traçar um panorama histórico-educacional que se desenvolve na cidade de Quirinópolis, na perspectiva de verificar possíveis relações entre os aspectos que instituem e caracterizam duas Instituições Escolares criadas nas décadas de 1940 (grupo escolar) e 1960 (ginásio), voltadas para a geração de condições de desenvolvimento econômico e cultural da população e do município, finalizando o estudo com a edição da LDB de 1971, que altera a estrutura do ensino nacional. (OBJETO DO ESTUDO) A análise busca a apreensão de elementos que conferem identidade às Instituições Educacionais, Grupo Escolar Ricardo Campos e Ginásio Estadual de Quirinópolis, que lhes define um centro único no cenário social do qual fizeram ou ainda fazem parte, mesmo que o mesmo tenha se transformado no decorrer do tempo. (CATEGORIAS HISTÓRICAS) Temos percebido que nas últimas décadas a pesquisa histórica tem passado por significativas mudanças a partir de renovações teórico-metodológicas, considerando as diferentes maneiras de utilização dos aportes teóricos vindos do campo da História. Neste sentido, as pesquisas têm se valido não somente dos documentos escritos, mas de outras fontes resultantes de novos estudos sobre representações sociais, grupos e classes sociais. Também insere-se neste redimensionamento as contribuições historiográficas dos diversos campos do saber, tais como: história oral, história do pensamento educacional, história das idéias, dentre outros. (PERIODIZAÇÃO) Percebemos que a compreensão da história educacional da cidade deve ser buscada a partir do momento da redemocratização do país em 1945, passando pelo estudo do modelo de desenvolvimento implementado no Brasil e no estado de Goiás, pelas discussões sobre as Leis de Diretrizes da Educação que serão estabelecidas em 1961 e 1971 e pelo debate nacional em torno da educação no período. (FONTES) Está sendo executado um exercício de investigação, buscando a identificação, catalogação e avaliação de fontes primárias presentes nos arquivos das próprias escolas, nos arquivos públicos da Subsecretaria Regional de Educação de Quirinópolis, atas da Câmara Municipal voltadas para a temática educacional no período enfocado, documentações particulares, ou, ainda, nas informações fenecidas pelos/as entrevistado/as, (ex-diretores/as, ex-professores/as e ex-alunos/as das escolas estudadas). A ida às fontes deverá

propiciar a própria vida da história, ou seja, o contato com o próprio movimento da história local. Como fontes, também são consideradas as orientações previstas nas Leis de Diretrizes e Bases de 1961 e 1971, na legislação estadual e municipal e, ainda, nos Regimentos e Planos de Cursos disponíveis nas próprias Escolas ou na Subsecretaria Regional de Educação de Quirinópolis. (RESULTADOS FINAIS) Julgamos poder identificar ao menos parcialmente, as representações de cidade, de progresso, de educação, etc presentes na sociedade quirinopolina dos anos 1945 a 1971, concomitante ao processo de consolidação do ensino primário e ginásial na cidade, responsáveis pela ampliação da escolaridade dos jovens que almejavam uma formação universitária. O estudo resgata a história local, abrindo espaço para reflexões sobre o passado produzindo conhecimento e enriquecimento do acervo público de Quirinópolis.

ESTADO E IGREJA NA TRAJETÓRIA DO ENSINO NA CAPITANIA DE SÃO PAULO (1797-1802)

Ivana Verardo

Universidade Estadual de Maringá

Com o objetivo de avaliar as relações que se estabeleceram entre a Coroa Portuguesa e a Igreja na trajetória do ensino em São Paulo analisamos a correspondência e as duas memórias escritas pelo capitão general Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça (...-1812), governador da capitania de 1797 a 1802. Partimos da hipótese de que a instabilidade da harmonia das relações entre essas instituições tornou singular o modo como se configurou o ensino em São Paulo na virada do século XVIII para o XIX. Por esse motivo, demos amplo destaque às desavenças ocorridas entre o governador Mendonça e o bispo D.Mateus de Abreu Pereira. As duas autoridades disputaram a inspeção dos estudos, discordaram quanto ao exame e provimento dos professores, trocaram farpas acerca da ordenação de padres sem estudos e divergiram a respeito do ensino do latim. As características da capitania e a ambivalência que caracterizava a administração portuguesa, que combinava esclarecimento com obscurantismo, criaram clima propício para que proliferassem os conflitos de poder. Mas, se, por um lado, as relações entre os representantes do Estado e da Igreja podem ter dificultado a constituição do ensino em São Paulo, de outro ponto de vista e, numa perspectiva mais ampla, as mesmas relações e essas duas instituições também contribuíram positivamente nesse caminho. Com as reformas da instrução, a administração portuguesa pretendia formar o “civil cristão”, espalhando as civilidades necessárias para o mundo

urbano que crescia, sem perder de vista a subserviência à monarquia e aos preceitos da Igreja. A difusão do ensino tinha como meta civilizar costumes e tornar mais dinâmica e produtiva a sociedade colonial, mas, conjuntamente, espalhar o santo temor a Deus e a obediência ao Rei. Após a expulsão dos jesuítas, continuou viva a contribuição da Igreja para o ensino e a cultura em geral. Foram os eclesiásticos que assumiram a maior parte das aulas régias criadas na Colônia. A não difusão do ensino de Primeiras Letras de maneira uniforme fez com que não se modificasse o cotidiano vivido nas regiões interioranas: os párocos, mesmo que formados precariamente, continuavam a ser quase que os únicos intermediários entre a tradição oral e a autoridade da palavra escrita. As luzes foram ofuscadas, em Portugal e na capitania de São Paulo, pela preservação da monarquia e pelas relações, instáveis ou não, entre a Coroa e a Igreja. A combinação de costumes tradicionais (monarquia, religião) com as reformas pretendidas pelo espírito iluminista explica a não intervenção da Coroa portuguesa nas contendas entre o governador e o bispo da capitania de São Paulo. Dar fim aos conflitos significaria, ao nosso ver, exterminar não só os estranhamentos, mas também as aproximações e, nessas, a Coroa tinha marcado interesse, uma vez que contribuía para justificar o poder divino do rei.

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA E PRIVADA NA CIDADE DE CAMPINAS

Jorge Uilson Clark

Universidade São Marcos

Este trabalho se constitui em um estudo a respeito da evolução histórica das instituições educacionais da cidade de Campinas, tanto no âmbito público quanto no privado. A partir de 1869, Campinas ligava-se ao movimento republicano, tornando-se o centro de irradiação de seus ideais, sobressaindo-se a educação como principal elemento de propagação desse regime. Porém, apesar dos discursos em prol da instrução pública elementar, a estrutura oficial do ensino campineiro (como em todo o Brasil), mostrou-se deficiente. A falta de escolas para atender o povo campineiro e a certeza de que pouco se podia esperar do governo em matéria de educação, fez com que a iniciativa privada criasse escolas, resultando daí a difusão da instrução particular nesta cidade. As escolas particulares criadas a partir de 1860 cresceram não somente em número, mas também em importância social, atendendo tanto a clientela feminina que ficava à margem do ensino secundário, como também às minorias estrangeiras. Com o

monopólio da iniciativa privada no campo educacional e o apoio dado as idéias liberais pela sociedade, o Governo Provincial começa a ventilar a idéia de conceder liberdade ao ensino das escolas particulares. Esta idéia foi bem aceita tanto pelos liberais quanto por conservadores, sendo colocada em prática a partir de 1872, quando o ensino privado ganhou autonomia e permitiu aos donos de escolas abrirem suas instituições sem a necessidade da autorização da *Inspetoria Geral da Instrução Pública*. Concedia também liberdade aos professores de lecionar sem necessidade de apresentar atestado de moralidade e aptidão, como era exigido até então. Esta medida concedida ao ensino particular trouxe benefícios aos poderes públicos provinciais, que puderam dispensar maiores cuidados para a educação popular, resultando melhoria nessa modalidade de ensino, principalmente a partir de 1872, contribuindo para o seu desenvolvimento, mais notadamente nesse período que antecedia a implantação da República.

FLORESTAN FERNANDES E A DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA NOS ANOS 80

Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão
Unicamp/Uerj

Esse trabalho faz parte de meus estudos para minha tese de doutorado, e tem como questão central pesquisar as temáticas educacionais presentes na obra de Florestan Fernandes nos anos 80. As fontes utilizadas foram seus livros, jornais, intervenções no parlamento e conferências. Nos anos 80 Florestan foi um importante militante da educação pública e intelectual orgânico dos trabalhadores. Em seus escritos temáticas como greve, condições salariais, movimento estudantil, verbas públicas para escola pública, a desvalorização do ensino analisam o desafio educacional de uma sociedade capitalista periférica que deve ser enfrentado e protagonizado pelos trabalhadores organizados.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PRIMÁRIO NO BRASIL-1823-1996: AS AULAS DE ENSINO MÚTUO, A ESCOLA NORMAL E OS PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO À DISTÂNCIA

Ana Maria Moura Lins

Universidade Federal de Alagoas

Este trabalho se propõe a colocar em discussão a trajetória histórica da formação do professor primário no Brasil. Os documentos analisados vão desde as leis do Império à lei 9394/96. Pretende-se refletir sobre o caráter transitório e emergencial da preparação do professor primário antes da fundação das escolas normais e após a sua extinção através da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Em 1823, o governo de D. Pedro I instala uma Aula fundamentada no ensino mútuo, com a finalidade de treinar alunos maiores de 12 anos para a tarefa de “ensinar” aos menores. Era um rudimento de escola que improvisava auxiliares de ensino. Em 1854, o governo imperial institui os monitores remunerados para suprir a falta de professores. As escolas normais, aos poucos e lentamente, foram ocupando o espaço de instituição formadora dos futuros intelectuais da sociedade brasileira. Desde a Escola Normal de Niterói(1837) até a do Rio de Janeiro(1880), este tema fizera parte das discussões nas assembleias provinciais, de tal forma que todas as capitais de província acabaram por possuir pelo menos uma escola normal. Durante a república, inúmeros municípios fundaram escolas normais. O caráter efêmero, transitório e emergencial da formação do professor primário volta a se instalar no sistema educacional brasileiro com a lei 9394/96, ao extinguir a escola normal e delegar aos institutos superiores de educação a tarefa de formar esses profissionais, prevendo no artigo 87, §3º, que cada Município e, supletivamente, Estado e a União, deverá realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também para isto os recursos da educação à distância. Entre as fontes consultadas se destacam: (ALMEIDA, 2000); (VILELA, 1982); (BASTOS, 1999), dentre outros.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: DA DITADURA MILITAR À ATUALIDADE

Rita de Cássia Ribeiro Barbosa

Universidade Estadual de Campinas

Universidade São Marcos

O presente trabalho pretende realizar uma análise sobre os fundamentos teóricos da política educacional no Brasil, da ditadura militar à atualidade, considerando que as medidas governamentais adotadas no campo da educação, em diferentes épocas, foram apresentadas, na maioria das vezes, como estratégias necessárias à promoção do desenvolvimento harmonioso do nosso país. No entanto, as contradições existentes entre os objetivos proclamados nos documentos oficiais que traçaram as diretrizes para a educação brasileira e os resultados da prática destas disposições evidenciam os diversos mecanismos que contribuem para a perpetuação da seletividade da escola, isto é, a manutenção das camadas populares distantes do acesso à educação plena.

No período militar, a Educação Moral e Cívica, instituída em todos os níveis escolares, disseminava a idéia de “Brasil potência”, enquanto crescia a concentração de renda, a exclusão social e favorecia-se a privatização do Estado. Sob a égide da teoria do capital humano, argumentava-se que o investimento em educação possibilitaria a ascensão social dos indivíduos, através da conquista de melhores empregos, e permitiria o desenvolvimento dos países periféricos. Dessa forma, a Lei 5.692/71 conferiu caráter terminal ao ensino médio, decretando a profissionalização compulsória. Porém, a baixa absorção de mão-de-obra qualificada pelo capitalismo brasileiro dispensava grande parte da população do sistema produtivo, o que explica a falta de investimentos do Estado no ensino profissionalizante. Em 1982, diante do seu evidente fracasso, a profissionalização obrigatória foi revogada.

A década de 1980 foi marcada pelo agravamento da crise de acumulação no Brasil e do problema da dívida externa, em um contexto político de redemocratização que ensejava a luta dos setores organizados da população mobilizados em torno da questão dos direitos sociais. No entanto, a partir de 1990, os grupos conservadores obtiveram hegemonia política, fato que resultou na adoção gradativa de reformas orientadas pelos princípios econômicos liberais, impostas por instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. A atual apologia do “Estado mínimo” abalou a idéia de soberania nacional e desenvolvimento auto-sustentado. Os entusiastas da nova ordem enfatizam que a inserção social depende da atualização constante dos indivíduos, da sua capacidade de adap-

tação aos novos ritmos da economia global. Argumentam que as rotinas intermináveis, disciplina e sujeição, dentro de estruturas rigidamente hierarquizadas, que faziam parte do dia-a-dia do trabalhador, foram alteradas pelo acelerado desenvolvimento tecnológico. O saber correr riscos torna-se uma virtude. Assim, proclama-se que a transformação das relações entre capital e trabalho, exige, agora, um trabalhador flexível, ou seja, multifuncional, em oposição ao operário pouco qualificado.

Portanto, a educação, redentora, deveria formar sujeitos que pudessem atender a essas demandas. A escola não poderia continuar a promover um ensino baseado na pura transmissão de conteúdos que aos estudantes caberia assimilar. O aluno deveria não apenas conhecer, de acordo com os pilares estabelecidos para a atual reforma educacional, mas adquirir a capacidade de aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver em grupo e aprender a ser. À educação foi atribuída a tarefa de minimizar os efeitos da desigualdade e realizar a inclusão social em uma época em que se valoriza as ações filantrópicas para a redução da miséria.

GÊNERO E DESVALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO: O MITO E A REALIDADE HISTÓRICO-CULTURAL REPRESENTADO NA FALA DAS PROFESSORAS LONDRINENSES

Adriana Regina de Jesus Santos

Teresa Jussara Luporini

*Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Estadual de Londrina
Universidade Norte do Paraná.*

A presente pesquisa teve como finalidade levantar algumas pistas para elucidar inúmeras inquietações decorrentes em relação a questão do gênero e da desvalorização do magistério na cidade de Londrina, na década de 1980. Faz-se necessário ressaltar que para analisarmos se o sexo é a razão fundamental para a desvalorização da profissão docente, foi necessário recorrermos aos fatos históricos construídos ao longo do processo social. Tendo estes dados históricos como referência, foi possível constatar que desde a colonização, a maioria das escolas brasileiras estava ainda sob a administração dos jesuítas e que estes cuidavam apenas da educação dos homens. Infelizmente, durante todo o período colonial, a mulher brasileira sempre esteve afastada da escola em detrimento das atividades que lhes eram atribuídas como naturais para o seu sexo: costurar, bordar, cuidar da casa, do marido e dos filhos, entre outras. Assim, as oportunidades de instrução oferecidas às mulheres se restringiam apenas aos

ensinamentos oferecidos nos conventos religiosos. Entretanto a partir da segunda metade do século XX a mulher conquista sua inserção no espaço público, e o magistério começa a se configurar como profissão feminina por excelência. Diante disto, fez-se necessário analisar estudos sobre a feminização do magistério, tendo como parâmetro, analisar como as professoras se situam como pessoas e profissionais na área da Educação, tendo em vista sua identidade feminina, já que o processo de feminização é apresentado através de algumas literaturas como causador da desvalorização do magistério. Entre as muitas possibilidades de análise, foram privilegiadas as relações entre mulher-magistério-história-sociedade tendo como pano de fundo a interação entre o passado e o presente na tentativa de compreender as nuances dessa formação. Para o desenvolvimento deste estudo utilizamos a fonte oral, pois através desta técnica, o pesquisador descobre a concepção que o sujeito tem de seu papel e de seu status nos vários grupos de que é membro. Os resultados apontam que a inserção feminina na carreira não foi a única responsável pela desvalorização salarial de uma profissão que nunca foi bem remunerada; deve-se analisar e levar em conta as relações políticas e sociais. Aceitar esse fato possibilita não acatar concepções ancoradas na inferioridade que ressalta as relações de desigualdade de gênero e não privilegia a dinâmica social de uma dada sociedade. Contribuindo com esta reflexão podemos afirmar também, que à análise epistemológica demonstrou que ser professor no Brasil nunca foi profissão valorizada, sendo, aliás, alvo de péssima remuneração salarial. Para tanto, temos que superar a visão reducionista, positivista e fragmentada da sociedade que percebe somente a mulher como causadora da desvalorização, e perceber que esta, ao longo da História da Educação é consequência de uma sociedade que nunca investiu em políticas educacionais sérias e comprometidas com o processo educacional. Diante disto, a desvalorização do magistério não é consequência simplesmente do sexo: feminino ou masculino e sim dos aspectos sócio-político-econômico-cultural que regem a dinâmica social.

GRÉCIA ARCAICA: RITUAIS QUE EDUCAM

Mônica Regina Nascimento dos Santos
Universidade Federal de Alagoas

A pesquisa se propõe a estudar os rituais que permearam toda a civilização grega em sua fase arcaica, e que inseriam o jovem grego na cultura e na vida social, nos dando uma dimensão da educação da época. Nosso referencial, o Materialismo Histórico, tem um olhar para a História Nova

(REIS, IV HISTEDBR). O território grego em sua fase arcaica, e sua população são imprecisos e resultam da mistura de vários povos: cretences, jônios, dórios, aqueus e fenícios, e da influência de outros a exemplo dos etruscos. Essa mistura de povos e a imprecisão territorial decorrentes das lutas por terras e poder, ocasionaram uma riqueza cultural que projetou a civilização grega. Destacando-a das demais. A economia centrada na agricultura e no pastoreio era controlada por uma casta aristocrática representada pelo rei-sacerdote. Esta ligação entre o poder político e o religioso se estendia às diversas atividades da vida em sociedade, o que se comprova a partir das fontes literárias e bibliográficas que estudamos no primeiro semestre de 2003 (CAMBI e BRADLEY). Os rituais, expressão do modelo de educação, estavam presentes em todas as atividades sociais: dança, teatro, música, jogos etc., pois tinham regras e modelos de execução a serem seguidos: a música cantada não era espontânea, mas resumo de histórias ou fatos ocorridos com reis, exércitos etc. A dança, permitida só em festivais cerimoniais sacros ou não. O teatro simbolizava a personificação da vontade dos deuses, e os jogos seguiam rituais de bênção dos guerreiros e iniciação destes nos exércitos para trazer sorte nas batalhas. E assim, a educação se processava ritualística. No entanto, homens e mulheres tinham papéis diferenciados, às mulheres destinavam-se os rituais de plantio, fertilização, mortes, nascimentos, envios e recebimentos de guerreiros. As crianças então, restava a observação da prática dos adultos aos cuidados das mães, sob tutela oficial dos pais. Na idade de iniciação, os filhos passavam a viver em companhia dos pais e as filhas em companhia das mães, porém ainda sob a guarda dos pais. Desse modo o período de observação era seguido da prática gradativa dos rituais e nisso consiste a educação da Grécia arcaica: ritualística. Os rituais educam mitificam e garantem a manutenção da aristocracia que detém o poder político, econômico e religioso.

HESÍODO E A GÊNESE DA CONSCIÊNCIA INDIVIDUAL

Ana Lúcia Guidotti de Freitas Borghi

Jean Vincent Marie Guhur

Universidade Estadual de Maringá

Este estudo tem como propósito apreender, por meio da literatura clássica, as transformações nos conceitos, nas concepções e no pensamento, na transição do período homérico (séc. XII-VII a.C.) para o período arcaico (séc. VIII-VI a.C.). Em outros termos, busca-se compreender o momento em que a prática coletiva da guerra deixou de ser a forma predominante

de produção da vida lançando, assim, elementos para a gênese da individualidade. Por considerar que as obras clássicas permitem a compreensão das representações que os homens fazem de si mesmos e da realidade em que vivem, este estudo privilegiou o escrito “Os Trabalhos e Os Dias”, de Hesíodo. A literatura revela, de maneira singular, o modo de pensar e agir dos homens; explicita um conjunto de sentimentos e valores que não exclui a contradição do processo histórico. Por meio das obras literárias é possível perceber a educação que está sendo valorizada ou combatida em uma dada época, apreendendo, assim, o ideal de homem. Ainda que a gênese das transformações ocorridas entre o período homérico e o período arcaico possa ser percebida na poesia Homero, é Hesíodo quem a expressa com maior intensidade. O tempo que separa esses dois autores não é significativo, porém, a forma como cada um descreve os homens e as relações que esses mantêm entre si, aparece de forma bastante distinta. Por esse motivo considera-se pertinente utilizar, a princípio, A *Iliáda* de Homero para entender a organização social de um período anterior ao descrito por Hesíodo. No período a que se refere Homero a prática da guerra era condição fundamental para a sobrevivência; os homens se percebiam numa totalidade de sentimentos e ligados a ações coletivas intermediadas por vontade externa (os deuses); a educação, transmitida oralmente e direcionada para a formação do guerreiro, não se caracterizava como um ato intencional. Já na época descrita por Hesíodo, o trabalho passou a ser valorizado porque a sobrevivência já não era garantida pela prática da guerra, pela proteção da grande família; o homem passou a se reconhecer como indivíduo, separado das ações externas; a educação já não era apenas resultado de ações instintivas de sobrevivência, mas de atos intencionais. Foi possível observar que os valores e conceitos são questionados quando uma nova forma de viver começa a despontar. Assim, antigos princípios são rejeitados e outras concepções são produzidas para emergentes relações humanas. Nesse sentido, mais do que um simples relato da indignação particular de Hesíodo quanto às vantagens obtidas pelo irmão em uma partilha de herança, “Os Trabalhos e Os Dias” revela as inquietações e preocupações de toda uma época, momento em que se iniciavam as transformações do modo de vida tribal, de valores coletivos, para uma forma de organização social baseada, cada vez mais, em interesses individuais.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA: UM RELATO DAS PRIMEIRAS AÇÕES DE CATALOGAÇÃO DE FONTES

Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro

Livia Diana Rocha Magalhães

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB

O projeto de pesquisa para a “reconstrução histórica da escola pública” do HISTEDBR tem trazido à luz as questões mais polêmicas das teorias de História da Educação e re-interpretado temas conhecidos, sob novas perspectivas. A polêmica atual deu novo ânimo às pesquisas fazendo surgir novos grupos preocupados em responder às questões regionais e em estudar os casos pertinentes às suas comunidades. Assim, hoje já podemos falar dos grupos de pesquisas que estudam a História da Educação do Rio Grande do Sul, do Rio Grande do Norte, Minas Gerais e São Paulo, ou falar do grupo que rastreia fontes sobre a educação em Uberlândia, Santa Maria, no Recôncavo Baiano, em alguma cidade, bairro ou escola. Na Bahia, algumas iniciativas individuais fazem parte do programa de pós-graduação da Universidade Federal da Bahia, e já começam a se formar grupos de pesquisa em alguns centros de pesquisa das universidades estaduais, especialmente a UNEB (1999) e a UEFS (1999). Mas as iniciativas no nosso Estado ainda são bastante tímidas e os pesquisadores não chegam a formar um grupo interligado no âmbito estadual, apesar de alguns encontros já terem sido realizados para este fim. No Sudoeste da Bahia, em novembro de 1999, particularmente em Vitória da Conquista, professores e alunos da UESB reconstituíram uma equipe de trabalho que começara em 1988 para a elaboração e organização de um espaço que foi denominado de Museu Pedagógico. No Museu Pedagógico, é desenvolvida uma ação continuada de rastreamento e catalogação de fontes visando catalogar, musealizar e disponibilizar quaisquer fontes que digam respeito à educação, principalmente em âmbito regional. Foi elaborado um Projeto Diretor que norteará tanto as necessidades e iniciativas isoladas dos pesquisadores da educação como a atividades de grupos, em ações que visam a educação escolar e a educação não-escolar no Município de Vitória da Conquista. Esta pesquisa visa a sistematização e a divulgação de fontes documentais necessárias e indispensáveis para organizar o estudo, a reflexão, a produção de conhecimentos e saberes sobre a história da educação no município de Vitória da Conquista e região Sudoeste do Estado da Bahia. Desenvolve um conjunto de atividades sem perder de vista que a educação regional deve ser inserida no campo mais vasto da Educação Brasileira, objetivando organizar através do Museu Pedagógico uma produção

historiográfica, juntando iniciativas individuais a uma produção coletiva a partir do princípio da interdisciplinaridade e/ou transdisciplinaridade. Adota a perspectiva de Thompson (1981) que considera que o diálogo entre fontes documentais poderá desencadear interrogações às evidências, e Shaff (1978) que diz ser possível o acúmulo de verdades relativas; ou, ainda, do próprio Marx (1973) para quem é a partir do mais desenvolvido que pode se compreender o menos desenvolvido, portanto, no caso, como assinala Saviani (1999) é a partir da escola que é possível se compreender a educação em geral. O primeiro recorte, sobre a evolução dos mapas históricos da cidade contém importantes referências sobre o povoamento escolar do espaço urbano; o segundo recorte, sobre o estudo dos ofícios/ocupações, profissões, surgimento e desenvolvimento de escolas, está sendo estudado à luz de exemplares de jornais referentes aos anos de 1934 a 1937; 1943 a 1950 e 1957 a 1959 e trazendo à baila pistas importantes sobre a história do trabalho na nossa região. O terceiro recorte, sobre a localização e recuperação de arquivos e documentos de escolas extintas revelou a necessidade imediata de desenvolvermos uma intervenção imediata visando a preservação dos documentos, visivelmente ameaçados de desaparecimento.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: REFLEXÕES ACERCA DOS FUNDAMENTOS ORDENADORES DE UMA PEDAGOGIA

*Guaraciaba Aparecida Tullio
Universidade Estadual de Maringá*

Na atualidade, um significativo desenvolvimento das forças produtivas e um incontestável aumento do desemprego no mundo industrializado vêm colocando em questão a liberdade e o trabalho como categorias explicativas da sociedade em que vivemos. Paralelamente, os esforços para colocarem a vida dos homens no eixo de uma almejada ordem se fazem presentes não só nas discussões sobre o papel da escola, mas na sociedade de uma forma geral. Os mesmos podem ser constatados, dentre outros, nas atividades desenvolvidas por Ongs, nas revistas que circulam semanalmente no país e, sobretudo, nos documentos do Estado que têm por objetivo orientar o fazer dos professores voltados para a educação básica e obrigatória. A solidariedade traduz, com uma interpretação múltipla, uma máxima moral que vem sendo assumida como um dever ser no trabalho, na vida em coletividade e, conseqüentemente, na educação. Na história da escola pública brasileira, na fase republicana, esta é uma premissa que

aponta para seus objetivos. Entendemos que no conjunto dessa discussão fica a questão: regenerar o homem ou compreender um processo de transformação inexorável da sociedade? No processo de análise, duas observações parecem necessárias: a primeira, de ordem teórico-metodológica, é a de que o método de pesquisa, para ser científico, tem que investigar a gênese e o processo de desenvolvimento dos fatos estabelecidos para estudo. Isto significa não só partir do presente, mas buscar compreendê-lo nas suas estreitas relações com o passado buscando desvendar os nexos que existiram na realidade histórica concorrendo para que o presente tomasse a forma através do qual ele se revela aos homens. Em síntese: não só o presente tem sua base alicerçada no passado, mas um quanto significativo desse passado se expõe presente na atualidade. A segunda observação é a de que a filosofia da educação, na sociedade ocidental, deita raízes na filosofia política ordenada nos séculos XVII e XVIII e nas premissas das ciências humanas em geral. A análise da história da escola pública no Brasil ajuda e ao mesmo tempo solicita, para ser crítica, essa compreensão. Nesse sentido, o objetivo no presente texto é analisar as lições que o filósofo inglês John Locke (1632-1704) pretendeu passar, nos primórdios da sociedade moderna, através de cartas que escreveu sobre a educação do filho primogênito, e mais tarde publicou a pedido de amigos e homens comprometidos com as transformações em curso naquela época. Publicadas sem qualquer revisão, essas cartas, ainda sem tradução para o português, compõem uma de suas obras – a única diretamente envolvida com o que e como ensinar – que traz como título, em francês, “*Quelques pensées sur l’éducation*”. Entendemos que elas ajudam na compreensão histórico-filosófica dos fundamentos que norteiam a defesa da escola pública no Brasil, principalmente na medida em que a pedagogia moderna se mostra estreitamente vinculada com a pedagogia proposta pelo autor no século XVII. Dedicamos, para a presente exposição, atenção especial a duas dessas cartas: “*Des recompenses*” e “*Qualités nécessaires d’un gouverneur*”.

A HISTÓRIA DO ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA PÚBLICA: O CONFLITO ENTRE REPÚBLICA E IGREJA

Michelle Pereira Silva

Mestranda em Educação -UFU

Geraldo Inácio Filho - Orientador

Universidade Federal de Uberlândia

(OBJETIVOS) Trata-se de um estudo a respeito da história do Ensino Religioso no Brasil compreendendo a sua presença na escola pública, correspondendo, principalmente às três primeiras décadas da República. Nesse período, pesquisar esta relação religião-escola, permiti-nos configurar uma época de transição, onde percebemos conflitos ideológicos entre Estado e Igreja. Principalmente se considerarmos os seus propósitos ao excluir ou incluir tal disciplina nos currículos escolares, neste caso, na realidade da escola pública brasileira. O objetivo da pesquisa foi compreender a vida republicana em seu aspecto escolar e religioso, que por meio de estereótipos sacramentados pelos valores éticos e morais da Igreja Católica, desde os tempos coloniais, conseguiu consolidar e perpetuar todo um conjunto de valores que expressavam seu domínio e influência na sociedade brasileira. Este domínio religioso ao mesmo tempo em que sofreu os impulsos ideológicos republicanos (estabelecida a separação entre Igreja e Estado) é, ao mesmo tempo em momentos posteriores, propulsor da própria lei que estabelecia o ensino religioso obrigatório nos currículos escolares.

(METODOLOGIA) Metodologicamente, a pesquisa se ancorou numa análise das características históricas sobre a presença do Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras e como essa presença influenciou a vida escolar e as políticas educativas, observando dentro do contexto histórico a influência da cultura portuguesa do ideário católico, ao tomar a educação como lema de evangelização e controle, por meio de fontes bibliográficas.

(RESULTADOS) Como resultado da pesquisa, podemos afirmar que a presença do Ensino Religioso nas Escolas Públicas tinha o propósito de atender o controle e necessidades da Igreja em seus diversos aspectos, principalmente em relação à educação, evidentemente, ligadas ao ideário católico. Também, possibilita-nos compreender especificamente a trajetória da educação brasileira: difundida, preferivelmente, em função de aspectos religiosos, a educação no Brasil surgiu a partir dos jesuítas que, ao chegarem na terra da colônia portuguesa, desenvolveram objetivos definidos para a catequese dos índios adultos. Pois a sociedade Portuguesa era caracterizada por uma estrutura rígida, centrada na hierarquia, fundada

na religião. Hierarquia e religião eram princípios inseparáveis em qualquer situação. Este lema tornava imprescindível para esta instrução não somente a evangelização, mas a absorção da cultura portuguesa, em todos os âmbitos, dos religiosos aos sociais, com propósito de fazer perdurar o seu domínio e poder na colônia.

(CONCLUSÃO) Portanto, ao verificarmos a história do Ensino Religioso no Brasil, verificamos que a sua presença no cotidiano escolar amalgamava-se sob o ideário católico como forma de domínio e controle sobre a sociedade. Desta maneira, a escola não deixa de ser alvo destes objetivos, pois inculcaria desde as tenras idades dos alunos a submissão e a formação sob o próprio ideário católico, além de possibilitar à Igreja um espaço maior de poder e influência sobre a sociedade.

A HISTÓRIA ESCONDIDA: ANÁLISE DE DOCUMENTOS PRIMÁRIOS SOBRE AS ESCOLAS ALEMÃS NO INTERIOR DE SÃO PAULO

Maria Cristina dos Santos Bezerra
Doutoranda/UNICAMP

Ser pesquisador é uma tarefa muito interessante, cativante e à medida que vamos adentrando no universo da pesquisa, vamos nos encantando com as informações obtidas que nos conduzem a novas buscas que por sua vez despertam nossa curiosidade nos fazendo mergulhar ainda mais nesse infinito universo. Nesta perspectiva, trabalhar com dados historicamente construídos pela sociedade é algo que nos fascina, como é o caso do objeto da pesquisa de doutorado que estou desenvolvendo na UNICAMP, procurando adentrar no universo organizacional e institucional das escolas de imigração alemã no estado de São Paulo.

O trabalho aqui apresentado é uma reflexão sobre alguns documentos primários publicados na imprensa alemã, enfocando relatórios anuais sobre a situação das escolas alemãs no interior do estado de São Paulo, no final do século XIX e início do século XX, mostrando em diferentes momentos, como essa “*rede educacional paralela*” se articulava e se mantinha nesse período, mantendo características próprias de organização independentes das políticas educacionais brasileira, fato que vai se alterar a partir da Primeira Guerra mundial quando se intensificam as políticas nacionalizadoras com a posterior proibição do uso da língua alemã nas referidas escolas e a obrigatoriedade de manutenção do duplo currículo com a exigência da contratação de um professor brasileiro, ao lado do alemão. Este fato foi significativo para o fechamento das escolas menores

que não tinham condições financeiras para cumprir a lei. Objetiva-se, dessa forma, discutir as permanências e rupturas dessas propostas de educação que perpassam os citados documentos. Como os relatórios eram anuais e em decorrência da fase inicial da pesquisa, trabalharei com três documentos distintos: 1919, 1929 e 1940. Os demais documentos estão em processo de tradução para as análises posteriores.

HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO DE ADAM SMITH NA ORDENAÇÃO DA FILOSOFIA QUE EXPRESSA A DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL

Maria Estela Gozzi Camillo

Guaraciaba Aparecida Tullio

Universidade Estadual de Maringá

O presente texto é resultado de uma pesquisa realizada para a elaboração da dissertação no Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM), área de Fundamentos da Educação, defendida em dezembro de 2002. A mesma tem como objeto de análise dois textos de Adam Smith (1723-1790) intitulados “Teoria dos Sentimentos Morais”, de 1759 e “A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas”, de 1776. O fato de Smith ter escrito a “Teoria dos Sentimentos Morais”, publicada anos antes de sua obra mais conhecida, “A Riqueza das Nações”, não significa que ele estava a tratar de coisas adversas. Antes, essas duas obras apontam para uma totalidade social, revelando a compreensão e comprometimento do autor com as transformações em curso à sua época. As questões teóricas levantadas por Smith no terreno da filosofia e da economia política apontavam para preocupações de ordem prática como a luta humana pela ordenação social das relações de produção que se consolidavam. A partir destas obras buscou-se compreender a defesa do autor sobre a natureza humana. No século XVIII, um momento pleno da ordenação moral burguesa, ele estruturou a explicação da mesma como possibilidade de partilhar e comungar da situação do outro, através de um sentimento involuntário de simpatia. Smith priorizou esse sentimento no esforço de explicar a vida como harmonia e equilíbrio social. Na defesa da sociedade que estava a nascer, a dimensão atribuída pelo autor à liberdade econômica impondo o interesse pessoal como o comportamento mais adequado para o mercado livre traduz sua contribuição numa discussão desencadeada pelos filósofos de seu país de origem, a Escócia. O cerne dessas questões está, principalmente, na intenção traduzida por Smith de ver, no interesse próprio, o ponto de partida para determinar a natureza

das relações de afeto e obrigações, tanto na família como na vida cívica marcada pelo exercício de liberdade. Uma almejada unidade entre a solidariedade humana e a economia capitalista, defendida por ele, elimina a tirania como fundamento da ordem em favor da liberdade como forma política da vida. Pelo terreno da filosofia ele defendeu como natural no homem não só o interesse egoísta, mas também, um sentimento involuntário de simpatia pela sorte dos outros, marcando, de forma acentuada, a relação social. Em todos os seus escritos Smith afirmou que na sociedade de trocas o egoísmo humano e a simpatia, sentimentos traduzidos como naturais do homem, podem dar o traçado de um almejado equilíbrio social. Ampliou, assim, no século XVIII, uma discussão sobre o ser para além do que estava dado na defesa do individualismo. Desde o século XIX, este traçado da filosofia política deita raízes na ordenação da filosofia educacional traduzida pela historiografia da educação pública no Brasil. Entendemos que a compreensão histórica da filosofia política pode contribuir para uma análise crítica das formulações que regem, na atualidade, a defesa da educação pública no país.

A INFLUÊNCIA DOS IRMÃOS DA VIDA COMUM NA OBRA DIDÁCTICA MAGNA DE COMENIUS

Samira Saad Pulchério Lancillotti
UEMS/UNICAMP

O objetivo desse trabalho é evidenciar os elos de ligação presentes entre as ações dos Irmãos da vida comum - uma comunidade religiosa católica fundada em 1381 pelo ministro neerlandês Gerhard Groote, e que teria instituído as únicas reformas duradouras do século XV (Eby,1970, p.13), particularmente na Renânia e nos Países Baixos - e a obra Didáctica Magna de João Amós Comenius, bispo morávio considerado pela historiografia como o pai da pedagogia. A despeito de nunca haverem, os irmãos, intentado uma ruptura com a igreja católica e de terem a expressa aprovação papal reputa-se à irmandade haver exercido grande influência sobre a revolta protestante. Suas preocupações com as questões educacionais tiveram grande repercussão, particularmente sua defesa do uso da língua vernácula para a educação e a pregação. O elo de ligação mais evidente entre os dois trabalhos é a influência de João Sturm (1507-1589), reitor do ginásio de Estrasburgo, sobre o trabalho de Comenius. Sturm inspirou-se no plano de Liège, escola dos irmãos da qual foi egresso, para a proposição de reformas educacionais de amplo alcance. Entende-se que Comenius tenha dado a forma mais acabada à escola moderna favorecen-

do, em definitivo, sua universalização. Entretanto, evidenciar os traços da proposta dos irmãos da vida comum em sua obra favorece a compreensão do movimento histórico em curso na transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista e de como esse movimento impactou a educação.

A INSPEÇÃO ESCOLAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA: UM OLHAR ATRAVÉS DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL PARANAENSE

Vera Lucia Martiniak

Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG

A premissa desta pesquisa foi a análise do contexto político, econômico e social na primeira república, buscando investigar a atuação da inspeção escolar no Estado do Paraná. Buscou-se compreender as especificidades da função do inspetor escolar, bem como os ordenamentos do cargo e as suas influências no cotidiano escolar. Nesse sentido, a investigação permitiu especular que a reconstituição da História da Educação regional, articulada ao resgate da Memória da função do inspetor, enquadraram-se também, em um movimento de reinterpretação da realidade educacional paranaense. Tal operação inclui a redefinição da identidade da inspeção escolar, através da legislação educacional da época. Nesta linha, o enquadramento da memória corresponde a um esforço coletivo em prol da preservação da história local, segundo os procedimentos teórico-metodológicos definidos em função dos objetivos propostos para este estudo. Para o desenvolvimento do trabalho, utilizou-se a pesquisa bibliográfica permeada com o estudo das fontes primárias que abordavam e descreviam a atuação do inspetor no cotidiano escolar. Ao articular a atuação dos inspetores com o contexto sócio-político-econômico buscou-se reproduzir uma História da Educação crítica, capaz de propor um melhor entendimento da importância e da riqueza deste processo acumulado ao longo deste período histórico, fornecendo subsídios adequados para a compreensão do tema. Através dos resultados obtidos, concluiu-se que atuação da inspeção escolar no Paraná foi predominantemente marcada pela fiscalização das escolas e pelo controle do trabalho do professor, demonstrando a centralização do governo do Estado com a educação, procurando impor a legislação educacional vigente na época.

A INSTRUÇÃO PÚBLICA EM SOROCABA – 1850/1860

Jorge Luis Cammarano González

Wilson Sandano

Universidade de Sorocaba

O trabalho apresentado investiga o processo de formação do espaço escolar de Sorocaba e vincula-se à linha de pesquisa Instituição Escolar: políticas e práticas, do Mestrado em Educação da Universidade de Sorocaba. Sua prática investigativa articula-se à pesquisa, análise e sistematização de fontes documentais contributivas da história da educação com prioridade para Sorocaba e região. Os dados registrados derivam da pesquisa: Fontes para a história da educação escolar em Sorocaba, circunscrito ao período de 1850 a 1920, que referencia no âmbito da produção historiográfica correspondente à história de Sorocaba e região, a decadência do tropeirismo e o auge da industrialização. Diante da riqueza e da complexidade do tema-objeto proposto com base na caracterização do tratamento teórico metodológico dedicado ao processo de formação de Sorocaba e dos processos de escolarização correspondentes, procuramos informações que contextualizam o período circunscrito às fontes documentais: 1850 - 1920; concentrando nossa atenção, por exemplo, na formação do espaço histórico de Sorocaba; nas práticas produtivas subjacentes a esse período; nas relações entre Estado, política educacional e sistema escolar e nas práticas formativas dos professores e institutores. A apropriação do tema-objeto proposto busca responder à necessidade de superar o caráter lacunar da história da educação escolar, especificamente em Sorocaba e região, com base na leitura e a sistematização do acervo documental de Educação em Sorocaba, pertinente ao período de 1850 a 1920; e concentra seus esforços em elaborar um guia preliminar de fontes. A caracterização da natureza do acervo investigado circunscribe-se a documentação textual escrita num universo constituído por ofícios, cartas, memorandos, livros de registros, estatutos, regimentos, relatórios, etc. A problematização norteadora da investigação proposta é a que segue: quais os processos que originam, constituem e viabilizam a educação escolar em Sorocaba e região, no período de 1850 a 1920, considerando como agentes desses processos os Professores e Inspetores da denominada Instrução Pública? A pesquisa aqui proposta propicia duas dimensões essenciais: (a) de levantamento e sistematização de fontes documentais; (b) de tratamento teórico-metodológico das referidas fontes. Assim, preliminarmente, concentraremos esforços na elaboração de um guia preliminar de fontes considerando que essa diretriz norteadora do procedimento analítico de textos em pesquisa histórica não desconsidera a busca dos nexos

processuais que registrados no texto remetem ao contexto como base material da produção, da circulação, da apropriação dos discursos. Aqui buscamos a superação dos reducionismos e das dissociabilidades. Em outros termos, trata-se de superar a redução do processo histórico ao texto ou de reduzir essa à unicidade representativa do histórico, e no desdobramento desse princípio, a não dissociar a produção do texto dos condicionantes históricos de sua produção. Os documentos examinados neste trabalho são: 1 – Ofício ao Inspetor Geral da Instrução em Sorocaba, por Jacinto Heliodoro de Vasconcelos, Professor da 1ª Aula /1853. 2 - Regimento Interno das escolas de 1^{as}. Letras / 1862; e indicam a precária formação dos professores e a busca de sistematização na política educacional.

A INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA EM MATO GROSSO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: 1891 a 1927

Mara Regina M. Jacomeli

Doutoranda UNICAMP/SP

Professora do Centro Universitário Salesiano de São Paulo – Unidade de Americana/SP e da Faculdade de Educação Padre Anchieta/Jundiá/SP.

A pesquisa teve como objeto de estudo a instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República, entre 1891 a 1927. O período em Mato Grosso, como também em todo o Brasil, foi marcado por tentativas de adequação institucional, no âmbito da educação, do ideário republicano. Tal ideário era formado por bandeiras liberais que propunham a liberdade de ensino, a gratuidade, a obrigatoriedade e a laicidade para a instrução, além da adoção nas escolas do método pedagógico intuitivo. A análise da adoção das bandeiras republicanas por Mato Grosso leva em consideração o papel que esse Estado desempenhava na divisão regional do trabalho. Daí o entendimento porque não foi incorporado o ideário na sua plenitude ou mesmo, se foi, de que forma tal ideário não passou apenas de bandeiras de discurso político, pois na análise das implantações das reformas evidenciou-se que a prática era outra. Para as conclusões do presente trabalho, três objetivos específicos precisaram ser discutidos, quais sejam: a) descrição e análise das reformas da instrução pública em Mato Grosso, nos anos de 1891, de 1896 e de 1910, tomando por base os regulamentos correspondentes; b) registro das mudanças e das continuidades levadas à prática por esses regulamentos, a partir de princípios da obrigatoriedade, da gratuidade, da laicidade, da liberdade, que eram as bandeiras proclamadas pela proposta republicana para nortear a construção da escola pública burguesa e de seus conteúdos didáticos, expressos nos planos de estudo respectivos e; c)

descrição e análise do processo de implantação das reformas da instrução pública primária em Mato Grosso, levando em consideração o papel econômico que desempenhava o Estado na divisão regional do trabalho. Por fim, afirma-se que o ideário de educação proposto pelos republicanos teve sua expressão e concretização com a Reforma Paulista de 1892, empreendida inicialmente por Caetano de Campos. Esse ideário republicano esteve presente nas reformas da instrução pública mato-grossense desde 1891, sendo evidente nos seus respectivos regulamentos, que foram fontes primárias da pesquisa. Diferentemente de como foi abordada pela historiografia tradicional da região, a qual afirmava que a influência republicana só se deu com a Reforma de 1910, constatou-se que a reforma de 1891 já pleiteava a laicidade, a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino, além de evidenciar um caráter “condescendente” quando da abordagem da co-educação.

A INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO: LEI N. 310 DE 16 DE MARÇO DE 1846. PRIMEIROS APONTAMENTOS

Mauricéia Ananias

PPG/FE/UNICAMP, CNPq, SP.

Neste texto temos como objetivos a apresentação do levantamento, catalogação, transcrição e a análise das reformas educacionais, referentes à instrução pública primária, sancionadas entre os anos de 1834 a 1868, tanto pelos Presidentes da Província como pelos sucessivos mandatos da Assembléia Provincial de São Paulo.

Esse trabalho tem como constituição básica a análise da legislação educacional do período, que vem sendo realizada nos Arquivos Históricos da Universidade Estadual de Campinas, no Arquivo do Estado de São Paulo, na Biblioteca Central da Faculdade de Direito da USP, bem como na biblioteca da Assembléia Legislativa de São Paulo. A pesquisa bibliográfica, a partir de estudos sobre essa temática, também deverá ser utilizada como interlocutora da reflexão pretendida.

No levantamento inicial já realizado, arrolamos a primeira lei geral sobre a instrução pública primária sancionada em 1846 que será nesse momento objeto dessa apresentação.

A perspectiva de análise será resgatar essa iniciativa governamental da província de São Paulo na área educacional enfatizando a importância do aparato jurídico institucional para a sociedade oitocentista brasileira e da utilização da legislação educacional como um mecanismo por excelência para a realização das idéias do período.

JOSÉ AUGUSTO DA ROCHA LIMA (1897-1969): UMA BIOGRAFIA

Maria Neide Sobral da Silva

Departamento de Educação - Universidade Federal de Sergipe

Este estudo reconstrói a trajetória de vida do professor José Augusto da Rocha Lima, destacando a sua viagem a São Paulo para estudar os novos métodos e processos pedagógicos, a fim de serem adotados na Instrução Pública de Sergipe. Trata-se de uma biografia, expressa como narrativa histórica, ressaltando a importância do professor Rocha Lima na história educacional de Sergipe, como um dos difusores das idéias escolanovistas, quando assume a condição de primeiro assistente técnico da Instrução Pública. Buscou-se fazer uma montagem cronológica através de levantamentos documentais, como relatórios, circulares, atas, jornais e revistas, bem como depoimentos orais e outras fontes secundárias, de modo a produzir o que Jacques Le Goff chama de “efeitos do real” quando se pretende escrever uma biografia, como modo particular de fazer história. Assim, a trajetória de Rocha Lima só pode ser entendida na rede de relações diversificadas que estabeleceu durante sua vida, nos lugares em que esteve na condição de padre (1920-1930), na função de professor, nos cargos de Assistente Técnico da Instrução Pública de Sergipe, de Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e da Academia Sergipana de Letras, bem como no que escreveu em forma de sonetos, artigos, notas e discursos.

JOSÉ DE MELO E SILVA E OS PROBLEMAS DE DIVERSIDADE CULTURAL E EDUCAÇÃO NA FRONTEIRA DE MATO GROSSO (1930-1947)

Carla Villamaina Centeno

Universidade Para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal -

UNIDERP/Fundação Manoel De Barros-FMB

Universidade Estadual De Mato Grosso Do Sul - UEMS

Este trabalho procura discutir os problemas relacionados à diversidade cultural e educação na fronteira de Mato Grosso, segundo José de Melo e Silva, principal representante da historiografia nacionalista. Durante os anos 1930, José de Melo e Silva foi juiz de direito na fronteira de Mato Grosso com o Paraguai e escreveu duas obras acerca da região. Essas obras são significativas do ponto de vista histórico e ainda não foram suficientemente analisadas pela historiografia. Melo e Silva, foi a maior expressão

do pensamento nacionalista no estado e o único que se preocupou com uma análise mais sistemática sobre a problemática. Suas duas obras *Fronteras Guaranis* (1939) e *Canaã do Oeste* (1947) são expressão de um momento peculiar na história da educação brasileira. O pensamento deste autor reflete a idéia, comum à época, de colocar a educação a serviço do nacionalismo. As escolas, nesse sentido, deveriam impor no educando valores da nação e difundir uma cultura brasileira para criar um sentimento de nacionalidade. A educação moral passa a ser defendida como meio de controlar os maus hábitos, vícios, conter a criminalidade e incentivar o amor à pátria. Segundo seu pensamento, as características regionais deveriam ser eliminadas em favor do nacional. Numa região em que a maior parte da população falava uma “mistura do castelhana com o guarani e o português” ou seja, “um quase dialeto que falado na Avenida Rio Branco ninguém entenderia” e onde “a idéia do trabalho era quase sistematicamente repelida”, seria inviável uma educação no sentido de valorizar os costumes regionais. Defende a implantação de escolas agrícolas, e até mesmo de reformatórios, para instituir na população o “amor pelo trabalho”. Além da defesa do nacionalismo, a xenofobia aparece com muita freqüência em sua obra, pois se faz notório o preconceito etnocêntrico contra os paraguaios e gaúchos situados na fronteira sul do Estado. O autor sustenta a idéia de apuramento de raças sendo comum a utilização de expressões como laboratório humano, arianismo, transfusão de sangue novo, demonstrando que a influência da eugenia, ideologia defendida à época, era proposta deste autor. Silva domina ampla bibliografia de história, geografia, economia, política, sociologia e educação, referente ao Brasil; tem diálogo intenso com teóricos nacionalistas, evolucionistas e positivistas desse período. Sua proposta de homogeneização da cultura na região da fronteira com o Paraguai reflete em grande parte as propostas de vertentes do positivismo evolucionista. Na verdade, os hábitos e costumes dos trabalhadores eram um problema para Silva, que via neles um impedimento à racionalização do trabalho. O hábito de tomar tereré durante o trabalho, as músicas, danças, bailes, tão comuns para essa população trabalhadora, precisavam ser abolidas. Em sua opinião, somente um trabalho sistemático, através de uma severa disciplina poderia corrigir os maus hábitos adquiridos por essa população. O referencial teórico utilizado é o da ciência da história, tal como a entende Marx. Além das duas obras do autor foram consultadas obras da literatura regional, da historiografia e fontes clássicas.

LAZER-SKATE: SUA ORIGEM E RELAÇÃO COM O MODELO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR (1960-1970)

Tony Honorato

Ademir Gebara

PPGE/UNIMEP/CAPES

As décadas de 60 e 70 foram períodos de grande turbulência para sociedade brasileira. A transição do modelo político getuliano para o governo militar em 1964, implicou numa redefinição do jogo de poder político, logo nas funções do Estado, que se determinaram em parte, pelo fortalecimento do empresariado apoiado na própria modernização e na evolução dos interesses e fortalecimento das forças armadas. O regime instalado pretendeu segurar os avanços populares, impedindo o povo de eleger seus governantes, aumentou a concentração de renda e de propriedades na mãos de poucos, e ainda, sindicatos, escolas, universidades e outras organizações sociais foram invadidas e contidas suas mobilizações a força. As condições de vida ficaram precárias levaram ao empobrecimento e a marginalização da grande parte da população. Neste momento, imperava no país um nacionalismo desenvolvimentista e reconstrucionista, que privilegiará a macro política da internacionalização, estabelecendo expansão econômica não coincidente com as políticas de massa e com as reivindicações internas da grande nação. Já no final da década de 60, mais precisamente pós-68, é perceptível a presença e a força da ideologia dissimulada e ocultadora. Nestes períodos, ocorrem remanejamento das relações de poder, influenciando no desenvolvimento dos comportamentos de um povo, tanto político, econômico, educacional como em outros aspectos, como em especial nas práticas de lazer, mas precisamente em nossa pesquisa a prática do lazer-skate. Focando nosso trabalho na relação escola-lazer, nestas décadas, perguntamos: qual seria a perspectiva da educação? E qual seria a relação desta educação escolar com o surgimento do lazer-skate no Brasil? Para tais inquietações temos como objetivo compreender a surgimento do skate no Brasil, que se inicia nestas décadas sombrias que o país enfrentou, e também através desta atividade de lazer tentamos compreender uma possível relação entre o saber escolar e o saber produzido culturalmente nas ruas. Para tanto, usamos a literatura sobre a História da Educação no Brasil e sobre a origem do skate; ainda para o skate utilizamos fontes da Revista especializada: Tribo Skate. A orientação teórica/metodológica são os princípios da Sociologia Configuracional de Norbert Elias. As considerações preliminares, em relação a educação, apontam que ela foi conscientemente assumida como “braço armado” do Estado e como “aparelho ideológico”, vinculada a segurança nacional adequada ao

modelo econômico e, colocada a serviço do desenvolvimento econômico e de integração nacional. Desta forma, foi concebida como investimento, que proporciona eficácia, eficiência, produtividade, racionalização, operacionalização, plena utilização de recursos. O Projeto MEC-USAID alicerçava essa idéia em seu tripé educação-desenvolvimento, educação-segurança e educação-comunidade, como também, a Lei 5.692/71 referente ao Ensino de 1º e 2º Graus, que estabelecia a reformulação dos seus objetivos, passando assumir um caráter profissionalizante (uma decisão política e não educacional) visando o desvio da demanda social pela escola superior e, também, para lançar na força do trabalho boa parcela do contingente que procurava este nível de ensino. Em concomitância a essa configuração educacional e de conjuntura política nacional, urge no Brasil em meados de 60 a prática do lazer-skate que porta caráter de desrotinizador, expressado por comportamentos e tensões prazerosas que podem se dar pelo autocontrole dos descontrolados emocionais/motores controlados, que apresentariam uma forma de “subverter” os comportamentos policiados e reprimidos pelo modelo da velha ordem da oligarquia ditatorial.

LEGISLATIVO MUNICIPAL E EDUCAÇÃO: A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR EM UBERABINHA, MG, 1892-1899

Wenceslau Gonçalves Neto

Universidade Federal de Uberlândia

(INTRODUÇÃO) Em 1888 Uberabinha é promovida a município, sendo autorizadas eleição e posse dos vereadores, ocorrida em 1891, já no período republicano. Trabalho desafiador colocava-se para a edilidade: transformar uma vila em cidade e criar condições para o desenvolvimento material/espiritual da população. Tarefa enfrentada nos debates ocorridos na Câmara Municipal, relacionados a urbanização, administração pública, educação etc. (OBJETIVOS) Pretende-se contribuir para a discussão da História da Educação entre pesquisadores da região do Triângulo Mineiro, promovendo a necessária interligação entre o estudo regional e o nacional, identificando e descrevendo as principais idéias, representações, etc, relativas à educação e à ordem social, externadas pela elite da sociedade uberabinhense da época estudada. (PERIODIZAÇÃO) A proclamação da República e o debate que lhe sobrevém sobre a necessidade de se formar uma nova sociedade, implicava na determinação da educação como um dos elementos centrais da nova realidade política, procurando-se construir uma ordem caracterizada pela civilização e pelo progresso. Minas

Gerais, acreditando no potencial transformador da educação, promove, já em 1892, uma reforma na instrução pública. E outras mais lhe sucedem ao longo do tempo, até 1906, quando será implementada a reforma João Pinheiro, criando os grupos escolares em Minas Gerais. Em Uberabinha, semelhante debate se coloca, inclusive com a publicação de uma lei municipal para a instrução pública anterior em alguns meses à reforma estadual de 1892. Entre 1892 e 1899 (ano de crise econômica e fechamento de diversas escolas municipais) diversas peças legislativas são produzidas pelo legislativo: regulamentos escolares, ensino noturno, educação secundária aos alunos pobres, ensino rural, etc. (FONTES) Utiliza-se a documentação oficial, principalmente as atas da Câmara Municipal e os atos do executivo, complementados por bibliografia especializada, compondo um quadro inter-relacionado com o processo educacional em Minas Gerais e no Brasil. (METODOLOGIA) Inicialmente, foi feita a transcrição das atas da Câmara, com destaque para aquelas em que são identificados os debates sobre educação e ordem social. Em seguida, procurou-se agrupar essas anotações em torno de categorias explicativas, como abertura e organização de escolas, formação docente, cotidiano escolar, financiamento, infra-estrutura para a educação, etc, singularizando as temáticas que centralizaram as discussões da Câmara no período. Por fim, promoveu-se uma aproximação destas categorias com as análises sobre o tema e o período que encontramos na historiografia da educação brasileira. (CONCLUSÃO) Apesar da condição interiorana e das dificuldades de comunicação (a estrada de ferro chega a Uberabinha apenas em 1895), a Câmara Municipal demonstra atualidade em relação à discussão sobre educação que ocorria nos grandes centros do País, comungando do entusiasmo pela educação e acreditando em sua capacidade redentora. Diversos problemas, no entanto, travam o aprimoramento educacional da cidade, como a falta de apoio do Estado e de controle efetivo sobre o andamento das escolas, as divergências políticas, etc. E, ainda, da mesma forma que na administração central, um dos principais entraves era a falta de recursos destinados especificamente para esse fim, bem como a manutenção dos mesmos ao longo do tempo.

A LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO POPULAR

Manuel Brito Neto

UNICAMP

Este trabalho visa fundamentalmente demonstrar, como o processo de luta de libertação dos povos colonizados, conduziu para determinados fenômenos dos quais podem ser referenciados como históricos e elementos integrantes que por sua vez podem ser, hoje considerados significativos na contribuição de novas experiências acumuladas ao longo da história da educação dos diferentes povos. Tais experiências contribuem se analisados do ponto de vista teórico-metodológico, para a consolidação dos processos democráticos à escala global, que até certa altura estava circunscrita apenas às elites que pareciam eternas em seu poder hegemônico e ditatorial. O paradigma enunciado que revela “que ao mesmo tempo em que um povo luta para se libertar ele liberta outros povos e com isso modifica as condições de vida da sociedade”. E dessas mudanças se consolida a cultura, a filosofia e todas as demais manifestações da superestrutura da sociedade, que ao eclodir a mudança na estrutura de classe da sociedade, vai se extinguindo lentamente a cultura do dominador, impondo-se em seu lugar a cultura do dominado, não na razão inversa, mas de forma profícua. Assim é o processo de transformações levadas a cabo, pelo Movimento Popular de Libertação de Angola, que ao assumir ao poder realizou transformações, implantando uma democracia, longe da imaginação das populações de Angola se não fosse a dura luta de guerrilhas pela libertação nacional. As mudanças operadas na sociedade angolana, permitiram, harmonizar, em primeiro lugar, as diferentes nações, que se opuseram entre si, como resultado da política de divisão social fomentada pelo colonialismo português, e pela manutenção desses povos na maior ignorância face ao desenvolvimento atualizado da ciência da técnica e tecnologia Humanas. Outrossim, a educação desenvolvida no processo da luta de libertação nacional, assumiu novas características, isto é, dotou os angolanos de uma nova concepção de mundo e de sociedade.

A MEMÓRIA DO PATRIMÔNIO TOMBADO NO CURRÍCULO ESCOLAR

Maria Julieta Weber Cordova

Teresa Jussara Luporini

Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG/PR

O debate atual sobre os processos de tombamento do patrimônio histórico-cultural, tem suscitado alguns temas recorrentes como a necessidade de preservação da memória enquanto suporte identitário cultural das sociedades. Segundo NORA (1993), a massificação - ou o fenômeno pós-moderno também conhecido por globalização, acabou por contribuir para a “aceleração da história”, impulsionando uma busca incessante por se manter “lugares” que venham a representar a memória de nossa identidade cultural. Entretanto, quais os significados da cultura que se procura preservar com um tombamento? E em que medida tal preservação corresponde aos objetivos ideológicos de uma dada produção de memória? Segundo ORLANDI, as condições de produção “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação”, sendo que o “o trabalho ideológico é um trabalho da memória e do esquecimento” (2001, p. 30). O estudo sobre a memória do patrimônio tombado no currículo escolar da Lapa/PR, procurou abordar de forma articulada a relação entre o ensino de história, o processo de produção historiográfica e a construção de uma identidade regional. Percebeu-se que o estudo sobre a produção historiográfica que fundamenta tanto critérios para o ensino de história local/regional, como noções para o entendimento da memória patrimonial preservada, está diretamente vinculado à apreensão de suas respectivas produções curriculares. É dessa forma que se garante a eleição de signos para a memória do patrimônio tombado e estabelecem-se marcos historiográficos como conteúdos fundamentais a serem trabalhados em sala de aula. Utilizou-se para a análise curricular em questão, as abordagens referentes ao ensino de história local/regional contidas nos parâmetros curriculares nacionais, bem como no plano curricular do município e em apostilas confeccionadas pelo Departamento de Educação da Prefeitura Municipal da Lapa, implantadas para as séries iniciais do ensino fundamental. Foram abordadas também, questões referentes ao processo de tombamento na Lapa, atentando para o viés do memorável, atribuído como essencial pelos órgãos governamentais para o tombamento do Setor Histórico da Lapa. A presente pesquisa trata, portanto, da história especialmente pelo seu viés local e regional. Segundo SAMUEL (1990), a história local requer um cuidado especial do historiador, pela própria proximidade com tal história. Enfim, visando contribuir para o debate historiográfico local/

regional, que permeia ações curriculares do ensino fundamental, procurou-se questionar que a história da Lapa não se esgota somente pela história que cultua os heróis e o seu panteão, mas que pode traduzir-se por muitas histórias, quando reveladoras de costumes, cotidianos, culturas, identidades e currículos. Mas para tanto, é fundamental que se compreenda acerca da produção historiográfica, da memória patrimonial preservada e de seus envolvimento curriculares no ensino de história local/regional. Para a realização deste estudo, foram utilizadas fontes bibliográficas primárias e secundárias, e também documentos eletrônicos. Quanto à utilização de fontes orais, teve-se como ponto de partida os estudos de GARRIDO, indicando que a fonte oral não se constitui somente como uma fonte documental a mais no estudo que busca cientificidade, mas que sua utilização como fonte de pesquisa faz com que a estudo histórico torne-se “... mais completo, mais rico e complexo” (1993, p. 33).

AS METAMORFOSES DA MATRIZ IDEOLÓGICA DO CAPITAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DA DÉCADA DE 30

Lucelma Silva Braga

Universidade Estadual de Campinas – Unicamp

O texto reconstitui o processo de desenvolvimento da concepção liberal em educação no Brasil, e seus desdobramentos históricos na política educacional nas décadas de 30, 70 e 90, na perspectiva de evidenciar o processo pelo qual o liberalismo logrou atualizar seus princípios fundamentais às diferentes conjunturas do século XX apresentando-se sob uma aparência progressista, mas na verdade concretizando valores e propostas conservadoras presentes no ideário educacional brasileiro desde a década de 30.

MUSEU PEDAGÓGICO: A INTERVENÇÃO ACADÊMICA COMO AÇÃO DE PRESERVAÇÃO DE FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO SUDOESTE DA BAHIA

Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro

Livia Diana Rocha Magalhães

Ruy Hermann de Araújo Medeiros

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Nesta comunicação pretendemos relatar uma medida de intervenção que está sendo realizada em arquivos de escolas extintas sob a guarda da Diretoria Regional de Educação e Cultura da nossa Região – DIREC-20, de acordo com os objetivos fins do Museu Pedagógico: de rastreamento, catalogação, preservação e musealização de quaisquer documentos, sejam eles escritos, sonoros, filmicos ou fotográficos, considerados importantes para organizar o estudo, a reflexão, a produção de conhecimentos e saberes sobre a história da educação no município de Vitória da Conquista e região Sudoeste do Estado da Bahia. Quanto à metodologia básica, o mencionado Projeto adota a perspectiva de Thompson (1981) que considera que o diálogo entre fontes documentais poderá desencadear interrogações às evidências, e Schaff (1978) que diz ser possível o acúmulo de verdades relativas; ou, ainda, do próprio Marx (1973), que a partir do mais desenvolvido podemos entender o menos desenvolvido. Neste caso, especialmente, a equipe do Museu Pedagógico, a partir de referencial teórico-metodológico que privilegia os pensamentos de Jameson, SH. (1964) e de Schellenberg, e a partir da realidade empírica das suas ações de pesquisa, diagnosticou uma necessidade imediata de intervenção em importante arquivo que abriga os documentos escolares da Região Sudoeste, e pertencente à rede escolar estadual. O arquivo escolar da DIREC-20 encontra-se instalado numa pequena sala, que integra conjunto de outras, alugadas pelo Estado e abriga documentos de escolas públicas e particulares extintas. Trata-se de um depósito de documentos, provido de estantes de aço, cujo espaço não permite circulação ao mesmo tempo por mais de uma pessoa emparelhada nos dois corredores formados pelas prateleiras. A sala-arquivo referida não tem mais nenhum espaço para abrigar novos documentos. Considerando-se que não é possível a história sem fontes e os documentos ainda são as fontes históricas fundamentais, interferimos junto à Reitoria da UESB e Coordenação Geral da DIREC-20, e apresentamos uma proposta segundo a qual Equipe do Museu se compromete a acolher o arquivo da DIREC em seu próprio espaço. Caberá à DIREC-20 transferir seu pessoal para o local, como uma espécie de extensão do órgão, em espaço adequado cedido pelo Museu. A equipe do Museu deve organizar, musealizar e disponibilizar os documentos pertinentes para o público

interessado, pesquisadores ou pessoas da região, na demanda por sua história escolar. Contudo, é de suma importância o referido acervo tanto para os servidores, interessados, governo e sociedade. A preservação do Arquivo se faz necessária, principalmente porque: a) Quando o arquivo da DIREC-20 receber documentos não-correntes de estabelecimentos não extintos, sua finalidade será potencializada. O governo terá, centralizadas, informações necessárias e prontamente disponíveis; b) Alunos e professores, com a guarda, conservação, classificação e possibilidade de acesso aos dados documentais, poderão ter comprovantes de sua situação e direitos decorrentes de seus cursos. E mais que isso: Trata-se de deixar documentada parte da vida de pessoas, que têm Direito de ver preservado comprobatórios biográficos, documentos que integram suas vidas e de seus semelhantes; c) a História, especialmente a História Cultural ou Educacional tem no arquivo da DIREC-20 fontes essenciais para a pesquisa. Organizado o arquivo, estudiosos produzirão conhecimento, estudantes e professores poderão conhecer e fazer conhecer a história, e nos cursos de História e de Pedagogia será possibilitada e desenvolvida a finalidade de pesquisa e produção do conhecimento.

NOTÍCIAS DAS *GERAES*: O GRUPO ESCOLAR DE ITUIUTABA NO TRIÂNGULO MINEIRO COMO UMA REALIZAÇÃO REPUBLICANA

Profa. Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro

Profa. Dra. Elizabeth Farias da Silva

Prof. Dr. José Carlos S. Araújo

Universidade Federal de Uberlândia

O Império legou pesada herança sobre a sociedade brasileira, tendo-se como referência a parca realização da escolarização. A precária condição da educação escolar, vista como um dos pilares na construção do Estado-Nação em confronto com a presença marcante do catolicismo como constitutivo da cultura brasileira se entrechocavam. A presente proposta leva em conta a conjuntura da emergência do Grupo Escolar *João Pinheiro*, denominado em suas origens como *Villa Platina*, localizado na cidade de Ituiutaba no Triângulo Mineiro, efetivamente instalado em 1910, num momento em que a separação entre Igreja e Estado no Brasil era uma realidade desde janeiro de 1890. Por conseguinte, a educação religiosa, que veiculara livremente no período imperial, dada a oficialidade da relação entre Igreja e Estado, sofria reveses, em particular no Estado de Minas Gerais, dada a interferência de João Pinheiro, um republicanista, e então Presidente do referido Estado, em abolir a instrução religiosa nas escolas

públicas no ano de 1906. A política de instauração dos grupos escolares em Minas Gerais dessa data - cuja realização, em solo brasileiro, se iniciara em 1893 no Estado de São Paulo - aparece neste contexto como uma possibilidade de auto-afirmação estadual, como lugar de poder e como disseminação do republicanismo associado às idéias positivistas. Com relação às fontes de pesquisa, este estudo implica em documentos concernentes à cultura escolar, bem como à sua institucionalização: suas origens, características do prédio escolar, pedagogia escolar, planos de aula, boletins de frequência escolar, ditados, documentos de ordem financeira, legislação educacional, notícias veiculadas pela imprensa oficial do Estado de Minas Gerais. Além disso, conta com entrevistas, bem como realiza um necessário estudo bibliográfico sobre o período analisado. Pode-se concluir que o embate entre o público e o privado passava pela negação oficial da dimensão religiosa no campo da educação pública, laica e universal, constituindo-se o Estado como intermediador em busca do consenso entre o público e o privado, mas também como promotor do laicismo.

UM OLHAR SOBRE AS JUSTIFICATIVAS PARA O TRÁFICO DE ESCRAVOS AFRICANOS PARA O NOVO MUNDO, SÉCULO XVI

Carmelindo Rodrigues da Silva

Universidade Metodista de Piracicaba

Neste trabalho pesquisamos as justificativas levantadas pelos colonizadores portugueses, na África, para justificar o tráfico de africanos para o Novo Mundo a partir do século XVI e a resistência apresentada pelos mesmos contra a escravização. Através de uma pesquisa histórica obtivemos dados que nos permitem verificar até que ponto as justificativas utilizadas para escravização dos africanos pelos portugueses eram fundamentadas.

Durante o período colonial, para garantir os seus interesses e o poder sobre a massa escrava desde a África, os portugueses criaram um corpo teórico e “ético” que justificava suas ações e domínio sobre os africanos. Era preciso quebrar algumas alianças estabelecidas nos primeiros anos da chegada na África e passar a idéia de que os senhores portugueses não eram carrascos, mas ao contrário, benfeitores desses africanos exportados. Dessa forma, teriam sido criadas imagens do negro selvagem e pagão, apto apenas para trabalhos braçais.

A dualidade da política portuguesa nas relações com os africanos pode ser percebida logo no princípio dos primeiros contatos, e cresceu com o

passar dos anos. O Congo foi um dos primeiros grandes reinos com o qual os portugueses fizeram contato. O antigo reino do Congo situava-se onde é hoje a região norte de Angola. Os povos dessa região além dos congoleses, eram os Mbundo ou Ambundu, mais ao sul situava-se N'dongo. C.R. Boxer afirma que os portugueses ficaram admirados com o domínio que os congoleses possuíam na arte de trabalhar o ferro e cobre, tecer esteiras e artigos do vestuário a partir da ráfia ou de palma.

Os reis portugueses da Casa de Avis não tentaram, a partir de 1483, conseguir o controle político do reino do Congo nem conquistá-lo pela força das armas. Contentaram-se com reconhecer os reis do Congo como seus irmãos da aramas, trata-los como aliados e não como vassalos e tentar converte-los a e aos seus súbditos através do envio de missionários ao Congo e da educação de minorias escolhidas de jovens congoleses em Lisboa. As primeiras embaixadas e missões portuguesas ao Congo incluíram não só missionários e frades, mas também hábeis trabalhadores agrícolas(Boxer,107).

Segundo C. R. Boxer, mulheres portuguesas foram enviadas para ensinarem às senhoras congolesas a arte da economia doméstica, tal como se praticava em Portugal. O rei Nzinga Nvemba, após a sua conversão ao cristianismo, batizado como D. Afonso I, foi ardente defensor da religião e da civilização européia no século XVI. Considerado fervoroso e inteligente, fez o possível para implantar a nova religião através do ensino e do exemplo.

O novo rei de Portugal, que governou de 1521 a 1557, D. João III, não mostrou o mesmo entusiasmo de seus dois predecessores com o promissor campo missionário congolês. O procedimento econômico falou mais alto. O tráfico de escravos iniciado em 1442, ganhou maior intensidade no século XVI. Azurara na metade do século XV justificava o tráfico com os “grandes ideais” evangelizadores: “estes negros não vinham da linhagem de mouros, mas de gentios, pelo qual seriam melhores de trazer ao caminho da salvação”(Azurara,79). Outras justificativas se sucedem, no século XVII, Antônio de Oliveira de Cadornega (1681), apresenta mais uma novidade agora escorada em uma possível antropofagia.

Províncias e nações de diversas línguas, com as quais os portugueses fazem resgate de peças que servem de utilidade ao comércio, e muito mais ao serviço de Deus, e bem daquelas almas. Porque com estes resgates se evitam não haver tantos açougues de carne humana. E, instruídos na Fé de Nosso Senhor Jesus Cristo indo batizados e catequizados se embarcam para as partes do Brasil ou para outras que tem uso católico. Tirado-os da gentildade e redimindo-lhes as vidas, prestam-se serviço a Deus e bem ao comércio (Cadornega, 14).

A ÓTICA PÓS-MODERNA E A CONDIÇÃO FRAGMENTÁRIA DO CONTEÚDO HISTÓRICO: UM BREVE OLHAR SOBRE A HISTORIOGRAFIA NO CONTEXTO DA PÓS-MODERNIDADE

Raquel Pereira da Silva

FE – UNICAMP

O processo de fragmentação do trabalho concretizado no espaço fabril a partir da Revolução Industrial, é abordado nesta comunicação como preponderante para a fragmentação do conteúdo histórico e para a influência nas tendências historiográficas que se desenvolveram paralelamente ao processo de consolidação do capitalismo e concomitantemente ao processo de ascensão e estabilização da ordem burguesa. Considera-se a pós-modernidade como condição de acirramento dessa fragmentação promovida pelo advento da técnica. Objetiva-se discutir a possibilidade de reversão deste quadro que tem imprimido novas configurações ao conceito e ação das classes e conduzido o historiador à prática de um olhar micro-analítico, quando não, ao enfoque do exótico, em detrimento da visualização do todo.

A PEDAGOGIA EXPERIMENTAL E A EDUCAÇÃO FÍSICA EM SERGIPE (1947-1951)

Hamilcar Silveira Dantas Junior

Depto. de Educação Física - UFS

Após a 2ª Guerra Mundial, inicia-se um processo de reorganização sócio-política e econômica mundial. Concomitante a esse processo e em meio à reestruturação democrática brasileira, revelam-se as lutas por uma nova ordenação da hegemonia política em direção à modernidade, travadas na relação entre Estado e Educação. O governo eleito de Sergipe (1947-1951) revela, na figura de José Rollemberg Leite, uma administração emblemática. Apesar de eleito pelo conservadorismo-oligárquico, conduziu a Educação por princípios políticos sintonizados com o ideário pedagógico liberal modernizador. O objetivo deste trabalho foi verificar a direção dada à Educação Física pelas políticas educacionais no estado de Sergipe, nesse período, bem como seus vínculos com a concepção liberal de Educação. O estudo segue os princípios da Ciência da História, a partir da perspectiva da Pedagogia histórico-crítica. Concluiu-se que em meio à sociedade oligárquica, a direção dada à Educação em Sergipe teve como perspectiva a possibilidade de expansão do ensino público no estado, partindo de uma visão liberal; imprimiu-se à Educação Física o status de disciplina

obrigatória, com orientação e estímulo a cargo do Estado; em suas práticas, visualizam-se reflexos dos princípios teórico-metodológicos da Pedagogia Experimental, e o esporte passa a ser legislado pelo Estado, ganhando corpo nas ações educativas, sobretudo por sua expressão de modernidade.

A PEDAGOGIA REVOLUCIONÁRIA DE FREI CANECA (1779-1825)

Celina Midori Murasse – Orientadora

Ademir Quintilio Lazarini – Co-orientador

Elaine Albanes de Mello – Acadêmica participante do PIC

Universidade Estadual de Maringá - DFE

É um estudo sobre a educação brasileira nos primórdios do Estado Imperial que tem como objeto o pensamento do Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. Este educador, de sólida formação intelectual, iniciou seus estudos no Convento do Carmo do Recife os quais abriram-lhe, posteriormente, as portas do Seminário de Olinda, um centro difusor de idéias liberais radicais. A formação erudita que Caneca recebeu foi fortemente influenciada pelas obras dos iluministas disponíveis na biblioteca do Seminário.

Os primeiros contatos com a biografia e obra do carmelita indicam que uma das suas armas de luta era a informação que conduziu à formação da consciência crítica em relação à ordem social posta. Foi com esse intuito que participou da Revolução de 1817 e, ao final dela, foi preso e enviado a Salvador onde permaneceu até 1821. Durante o cárcere redigiu o Breve compêndio de gramática portuguesa organizado em forma sistemática, com adaptação à capacidade dos alunos. Ao retornar a Recife, escreveu a Dissertação sobre o que se deve entender por pátria do cidadão e deveres deste para com a mesma pátria, na qual tratava de assuntos que ele julgava úteis ao povo rude.

Em 25 de dezembro de 1823, iniciou a publicação do periódico Typhis Pernambucano através do qual procurou divulgar pedagogicamente suas perspectivas sociais a fim de mobilizar o maior número de pessoas e aglutinar forças para o enfrentamento social contra a ordem estabelecida.

A sua crescente insatisfação com o autoritarismo do Imperador D. Pedro I o levou a se tornar um dos principais líderes da Confederação do Equador, movimento republicano separatista desencadeado logo após a outorga da Constituição de 1824. Em virtude dessa participação, foi fuzilado em 1825.

Este educador atípico – visto que, além da sala-de-aula, utilizava a imprensa não-oficial, o púlpito da igreja e as reuniões políticas, para a difusão de seu ideário – foi um importante personagem da história brasileira, porém, pouco conhecido e menos ainda estudado. Este estudo presuppõe que para se efetuar uma discussão abrangente sobre a historiografia da escola pública é imprescindível ultrapassar os seus limites institucionais e resgatar temas e autores que extrapolaram e até mesmo se contrapuseram a tais limites. Embora alguns setores da historiografia geral e da historiografia da educação em particular – que desvinculam o processo educacional das determinações sociais nas quais o mesmo está inserido – os tenham colocado à margem de suas pesquisas, faz-se necessário reconhecer que esses homens deixaram legados educacionais profícuos à sociedade brasileira. Esta maneira fragmentária de tratar a educação contribui para mistificar o seu real significado em todos os períodos históricos em que ela for objeto de análise. Esta reflexão se contrapõe veementemente a este tipo de interpretação.

Esta pesquisa privilegiará as fontes documentais primárias impressas de autoria de Frei Caneca além de fontes secundárias impressas de autores contemporâneos que tratem da questão investigada e do período delimitado para este estudo. Pretende-se com esta investigação mostrar a atuação de Caneca na educação do povo brasileiro e, com isso, contribuir para uma melhor compreensão da história da educação brasileira.

A PESQUISA COM FONTES DOCUMENTAIS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: UMA POSSIBILIDADE DE INTERPRETAÇÃO

Prof^a Dr^a Maria Elisabeth Blanck Miguel

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

O trabalho, fruto das reflexões oriundas das pesquisas da História da Educação paranaense, privilegia a categoria da historicidade e toma como exemplo três leis que, embora não aprovadas, influenciaram os períodos posteriores: o Decreto nº 271, de 27 de janeiro de 1932 de João David Pernetta, o Anteprojeto do Código de Ensino de 1937 e o Anteprojeto de Lei Orgânica da Educação, de 1949.

Compreende-se por historicidade, o conjunto de fatores que constituem a história de um fato ou de um fenômeno e que contribuem de modo efetivo, para que tal fato ou fenômeno tenham ou não, influência no seu campo de ação.

Ao discutir a historicidade das fontes como categoria fundamental para sua interpretação, recorre-se a FURET e OZOUF (1974) citados por LE

GOFF (1996) e FOUCAULT (1969). Também NAGLE (1974) e MIGUEL (1992) são referências para o trabalho.

As reflexões são feitas a partir de três leis que, embora elaboradas com coerência de idéias, fins e meios bem claros, não foram aprovadas, no entanto, tiveram grande influência no desenvolvimento da educação, posteriormente.

A primeira propunha uma remodelação escolar na formação de professores das zonas rurais, na orientação das Escolas Normais, da Escola Normal Superior e da Sociedade dos Amigos da Escola. Embora não aprovada constituiu-se no núcleo das idéias implantadas em 1938, na Escola de Professores de Curitiba. Também a Escola Superior de Pedagogia foi retomada por PILOTTO, no período subsequente. Nestas propostas estavam contidas muitas idéias da Pedagogia da Escola Nova.

O projeto do Código de Educação de 1937 propunha a reforma do sistema educacional do estado e enfatizava a reformulação da Escola Normal, compreendendo a educação como ciência, fundamentada nos avanços da Biologia, da Psicologia e da Sociologia.

Tais idéias foram retomadas no período posterior. No entanto, este Código foi ponto de apoio para as medidas educacionais do interventor Manoel Ribas, de 38 a 45, no Paraná.

Para encontrá-lo foi necessário percorrer os jornais da época, bem como inseri-lo no contexto histórico paranaense. Ressalta-se a importância da contextualização dos dados que a fonte comunica e a necessidade de relacioná-la aos demais acontecimentos do período.

O Anteprojeto de Lei Orgânica da Educação de 1949, procurava dar organicidade a todo sistema educacional e cultural da responsabilidade do Estado, articulando as várias instâncias do mesmo; abrangendo vários níveis do sistema educacional, propondo autonomia administrativa às escolas, sem as ingerências políticas. Não foi aprovado, demonstrando que a educação sofre as interferências das políticas, sobretudo das externas à educação. Segundo LE GOFF (1996, p.545): “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”.

Conclui-se que é necessário considerar as fontes e o que elas comunicam em sua historicidade, questionando-as nas relações com outros fatos e entendendo-as naquilo que representam no momento de sua elaboração e no contexto no qual se inserem.

POR ENTRE OS REGISTROS E A HISTÓRIA SOBRE O TRABALHO E A EDUCAÇÃO EM JORNAIS DA ÉPOCA

Ana Elizabeth Santos Alves

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Este texto é parte integrante da pesquisa “A Educação na Cidade de Vitória da Conquista e região: as leis, os sujeitos, os espaços, suas representações e materiais – da formação da cidade ao século XXI”, do projeto do Museu Pedagógico, cujo objetivo é catalogar as notícias e o tratamento que é apresentado sobre o trabalho e a educação em jornais da época, seja de forma direta ou indireta. Utilizamos fontes de exemplares do jornal o Combate, de 1934 a 1959, tendo como fundamento o pressuposto do trabalho como um princípio educativo primeiro. Desse modo, buscamos apreender se as relações entre trabalho e educação são discutidas ou noticiadas como um processo que articula o saber produzido no mundo do trabalho com o saber produzido na escola, essencial para a formação da classe trabalhadora.

No exame dos textos do Jornal, atualmente extinto, observamos a ausência de notícias sobre o trabalho em quase todos. A referência sobre educação ressalta o princípio educativo humanista tradicional de formação de uma classe, segundo uma educação geral, apoiada no ensino da literatura e da cultura. A educação para o trabalho, cuja função é a geração de trabalhadores, parece fazer parte de outro universo. As notícias sobre a escola e a educação são apresentadas ora como anúncios sobre matrículas e cuidados dos mestres com a instrução de novos alunos, ora como defesa da criação de novas escolas primárias (aprender a ler, escrever e contar), ora como necessidade de se ter um soldado instruído nas fileiras do Tiro de Guerra, “garantia máxima da nação”, e, outras vezes, ainda, como comemoração de festas cívicas e homenagens a professores.

As referências sobre o mundo do trabalho aparecem em textos que tratam de cursos práticos ministrado por técnicos, sem qualquer relação com a escola, ou em textos que apresentam os serviços educacionais de uma escola noturna, dedicada à instrução intelectual da mocidade, oferecendo “lições de língua vernácula, matemática, história da pátria, civismo e outras disciplinas indispensáveis à vida prática”. Mesmo sem conhecer o conteúdo destas disciplinas que tratam da vida prática, estamos levantando a hipótese de que algumas delas estabelecem uma relação com o trabalho, entretanto, conforme o conteúdo da notícia, parece-nos que a proposta se caracteriza como algo totalmente prático, distante de uma preocupação teórica.

A primeira conclusão que se impõe, sobre os textos publicados no jornal, é que a relação entre o trabalho e a educação, na prática, reflete a divisão social e técnica do trabalho, condição fundamental para o desenvolvimento do modo capitalista de produção. O conteúdo dos textos é marcado por uma falta de comentários sobre formação profissional. Podemos depreender daí a constituição de uma ruptura entre educação e formação profissional como demonstração da divisão entre trabalho intelectual e manual.

POSITIVISMO E REFORMA EDUCACIONAL NO PENSAMENTO DE BENJAMIN CONSTANT

João Carlos da Silva

UNIOESTE/Cascavel,PR

Este artigo é resultado de estudos desenvolvidos no projeto de pesquisa intitulado Benjamin Constant e o projeto Republicano para a Educação Brasileira, junto ao grupo de pesquisa História e Historiografia na Educação. A pesquisa buscou compreender o projeto educacional de Benjamin Constant (1836-1891) e sua contribuição na constituição da escola pública no Brasil. Esta discussão prioriza os escritos de Teixeira Mendes em seu Esboço sobre a vida e obra de Constant e O Ideal Republicano de Benjamin Constant, além de buscar subsídios em alguns clássicos do positivismo, como Augusto Comte (1789-1857), cujo autor exerceu forte influência no pensamento de Constant. Partimos do pressuposto de que o processo educacional não tem suas próprias leis, mas se encontra imerso no contexto social, econômico e político. Comte julgava sua época como um tempo de desordem econômica, política, moral e intelectual. O final do século XIX foi um instante marcado pela afirmação de dois projetos de sociedade, portanto, de concepções de mundo: a burguesia e o proletariado. No Brasil a entrada e expansão da doutrina positivista, deu-se na imprensa, no parlamento, na literatura e nas escolas, em suas diferentes formas de adesão, em razão de seu conteúdo de modernização das idéias. Neste sentido o positivismo consolidou para a sociedade contemporânea um antigo mito: o do demiurgo educacional. Esta concepção, entre os positivistas no Brasil, também se fez presente em Benjamin Constant, ao expressar um profundo entusiasmo pelo processo educacional. O discurso republicano por suas vez, carregado de apelos salvacionistas defendia a educação escolar como sendo caminho necessário para a solução dos problemas da época. Assim apontava-se a necessidade de planejar um espaço físico longe da família e da nascente indústria, propunha-se a cons-

trução de edifícios com regras e funções específicas, apropriadas ao ensino e uma nova arquitetura do espaço urbano. O aparecimento das primeiras máquinas, ainda que rudimentares, indicava a necessidade de desenvolver cuidados com o corpo, com a disciplina e a higiene, componentes fundamentais no processo da criação de uma cultura escolar. O ideário positivista não consistia em restringir a liberdade, visava garantir sua ampliação. A defesa de uma educação pública, com a presença marcante da mulher, estava direcionada para a instalação de uma ordem livre, cujo conteúdo estava marcado pela formação da moral. Defendia que a mulher deveria ser o primeiro agente a educar os futuros cidadãos, ensinando hábitos de boa conduta e de boa higiene. Todos os indivíduos indistintamente deveriam passar pelos bancos escolares para incorporarem noções de ordem e progresso ideais tão caros ao projeto republicano. Neste sentido a organização escolar deveria atender a todos: ricos, pobres, jovens, adultos, crianças, homens e mulheres. Sua obra não consistiu num tratado exclusivo sobre educação, entretanto, seu conteúdo expressou uma profunda crença no processo educativo, ancorada no poder da ciência, como instrumento de salvação da sociedade, ideal característico na concepção moderna de educação.

AS PRIMEIRAS INICIATIVAS DO ESCOLANOVISMO EM ÂMBITO INTERNACIONAL E NACIONAL: A TRANSPOSIÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE CARÁTER PRIVADO PARA O PÚBLICO

Paulo Edyr Bueno de Camargo

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Pretendemos discutir nesse texto, ainda que de forma preliminar por tratar-se de pesquisa em andamento, as dificuldades que envolveram a concretização do ideário escolanovista no Brasil.

A historiografia educacional brasileira – através de alguns de seus principais representantes como Saviani (1983), Fernandes (1966), Lima (1974), Nagle (2001) e, até mesmo, em carta escrita por um dos principais representantes do escolanovismo no Brasil, Anísio Teixeira, endereçada a outro peso-pesado do movimento escolanovista, Fernando de Azevedo, presente em Vidal (2000) – afirmava que o movimento escolanovista brasileiro não conseguiu concretizar o seu ideal educacional. A materialidade das nossas escolas públicas, organizada para atender o ensino tradicional no período das primeiras iniciativas da Escola Nova no Brasil nos anos 20, não era compatível com a proposta pedagógica calcada nos métodos ati-

vos de ensino. Com isso, o movimento escolanovista ficou relegado ao plano das idéias e o trabalho pedagógico nas escolas públicas, pelo menos no caso brasileiro, não era nem carne e nem peixe, isto é, sobressaiu a discrepância entre a formação do professorado, baseado nos princípios escolanovistas, e as condições materiais das escolas em que iria atuar, oriunda da escola tradicional. Por outro lado, no entanto, não podemos atribuir ao movimento escolanovista todos os males, esquecendo-nos das importantes contribuições fornecidas à educação brasileira.

De acordo com a matriz teórica esposada, as formas mais desenvolvidas de um fenômeno são as chaves para a compreensão das formas menos desenvolvidas. No caso da Escola Nova, vale assinalar, que as primeiras iniciativas do movimento em suas origens e na dimensão universal foram de caráter privado, enquanto, no caso brasileiro, foram de caráter público. Não podemos, em hipótese alguma, realizar uma transposição mecânica da relação entre o universal e o singular. O trabalho de pesquisa representa justamente a articulação das mediações presentes nessa relação.

A nossa hipótese, baseado em Nagle (2001), para a deficiente implantação do ideário escolanovista, reside no fato de que as primeiras experiências, no caso brasileiro, ocorreram em escolas públicas de grande porte (vide a Reforma Fernando de Azevedo); enquanto, em nível internacional e na sua origem, as primeiras experiências ocorreram em pequenas escolas privadas. Além disso, o escolanovismo brasileiro procurava atender as necessidades da nossa sociedade que, na década de 20, passava por um acelerado processo de modernização e urbanização. As primeiras experiências da escola nova em âmbito internacional, por sua vez, de forma contraditória, falavam em escolas do meio rural e funcionamento em sistema de internato.

A Reforma Fernando de Azevedo (1927 – 1930), caso exemplar de implantação do escolanovismo brasileiro, também priorizou a formação do professorado e secundarizou as alterações materiais necessárias à implantação dos métodos ativos de ensino. Nesse sentido, confirmamos a análise de Saviani (1983), segundo o qual a cabeça dos professores era escolanovista, mas as condições em que teriam de trabalhar ainda eram as da escola tradicional.

O PRIVADO E O PÚBLICO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

Meire Terezinha Müller Soares

Mestranda em Educação pela FE UNICAMP

Coordenadora do GT HISTEDBR Paulínia/Universidade São Marcos

Paulínia é um município que até 1964 era bairro de Campinas, contando, portanto, com trinta e nove anos de emancipação política. Essa cidade apresenta uma singularidade: até o final da década de 90 possuía apenas escolas públicas em todos os níveis de ensino.

O pequeno município de economia agrária sofreu uma ruptura econômica sem precedentes quando da instalação, na década de 70, da maior refinaria de petróleo da América Latina, a REPLAN: mudanças no número de habitantes, na base econômica, nas relações de poder, na transformação das fazendas em capital, da transformação dos pequenos produtores rurais em operários para as inúmeras empresas que se instalaram no rastro da REPLAN. E mudanças também no sistema educacional.

Nosso trabalho analisa as rupturas e permanências no sistema escolar após a implantação da refinaria e ensaia uma análise dos motivos que fizeram com que esse sistema se mantivesse exclusivamente público até os últimos anos da década de 90 quando então se instalou a primeira escola de ensino fundamental ligada à Igreja Adventista.

500 ANOS DE DESCOBRIMENTO DO BRASIL: SUBTERFÚGIO PARA COMEMORAÇÃO OU ESPAÇO PARA REFLEXÃO?

Simone da Silva Negri Carrosi

Maria Rosemary Coimbra. C. Sheen

Universidade Estadual de Maringá

A partir da experiência de estágio supervisionado e ao reconhecermos que a história-disciplina transmite um saber histórico fundamentado na comemoração de datas e fatos nacionais, na disciplina de Metodologia e Prática de Ensino Médio, houve a preocupação, com a mobilização para uma reflexão histórica sobre os motivos que conduzem a escola a transmitir um conteúdo que não condiz com a verdadeira história. Para fundamentar esta análise, partimos da hipótese de que o professor não identifica e não conhece a concepção de história com a qual trabalha, ocasionan-

do-se, assim, confusões teórico-metodológicas. E ainda, no ensino de história apolítico, tanto professores quanto alunos permanecem neutros em relação ao movimento histórico. Diante desta realidade, nas aulas de história, observadas durante o estágio supervisionado, ficou evidente que as datas comemorativas não são trabalhadas a partir de uma visão histórica. Na presença desta problemática, verifica-se que existe significativa diferença entre uma postura docente, que concebe a história dos homens a partir do movimento real da luta pela vida, daquela postura baseada na hipótese de que o saber histórico se explica pelo processo factual, uma vez que esta concretiza um conteúdo escolar que só afirma os interesses minoritários da sociedade, ou seja, o individualismo, a competição e a iniquidade. Por meio da teoria materialista histórica, entendemos que o homem, na busca pela vida, produz a história da humanidade, portanto, para compreendê-la, investigamos as situações reais que o conduzem a construí-la, explicando, assim, o verdadeiro processo da história, aquele formado a partir de lutas e conflitos. Partiremos desse pressuposto, para dentro do contexto da comemoração dos 500 anos de descobrimento do Brasil, realizada por uma escola pública estadual, localizada no município de Maringá, Paraná, entender quais foram os motivos que conduziram os professores a transmitir conteúdos distantes da realidade dos alunos. Dessa forma, objetivamos trazer alguns elementos, subsidiados na concepção materialista-histórica, que desmistifiquem a explicação oferecida pelo professor, em relação à mudança dos homens asiáticos para as Américas, tema principal da aula de história, em uma turma de terceira série, do Ensino Fundamental. Para compreendermos os fatores que estavam impedindo o desenvolvimento do ensino de história a partir de homens reais, centralizamos esta pesquisa na preocupação em oferecer uma resposta à seguinte questão problematizadora: a maneira como foi abordada a data histórica em questão bem como a ênfase atribuída pela escola podem estar relacionadas à indefinição da concepção teórico-metodológica do professor? Para isso, fez-se necessária uma investigação das relações que construíram a concepção apolítica. Num segundo momento de discussão, buscamos relatar como foi trabalhado o tema “500 anos de descobrimento do Brasil” pela escola. Após, buscamos despertar, nos profissionais da educação, alguma reflexão a respeito de qual concepção de história devem adotar para promover a transformação da própria disciplina. Para finalizar, discutimos que espaço as datas nacionais devem ocupar nas escolas.

REFLEXÃO SOBRE OS PARADIGMAS HISTORIOGRÁFICOS PARA A PESQUISA HISTÓRICO-EDUCACIONAL SOBRE A ESCOLA PÚBLICA

Décio Gatti Júnior

Centro Universitário do Triângulo e Universidade Federal de Uberlândia

(Introdução) No território da historiografia há duas marcas que estão a influenciar o ofício dos historiadores brasileiros em geral e dos da Educação em particular. De um lado, a resposta dos historiadores franceses à historiografia política tradicional da Europa continental, via, de início, História Total e, em seguida, Nova História. Por outro lado, a resposta ao marxismo vulgar dada por historiadores ligados ao ideário comunista na Inglaterra dos anos cinquenta do Séc. XX, via materialismo cultural. Ambas correntes aportam no Brasil no final dos anos setenta, com frutos ao longo das três últimas décadas. A História da Educação, vista no Brasil inicialmente como disciplina formativa transformou-se, ao longo das últimas três ou quatro décadas, em uma área bastante promissora da pesquisa científica no âmbito da Educação em diálogo com essas novas correntes historiográficas do exterior. (Objeto de Estudo) Neste texto, procurar-se-á expor o movimento de institucionalização da pesquisa em História da Educação no país, por meio do exame dos principais grupos de pesquisa consolidados e emergentes, bem como descrever os canais mais sólidos de divulgação científica em nível internacional, nacional e estadual. (Categorias Históricas) A análise contemplará a idéia de tempo e de lugar, observando a historicidade e a espacialidade do fenômeno de constituição dos grupos de pesquisa e dos eventos de divulgação científica em História da Educação no país e no exterior (Periodização) O período coberto pela investigação prende-se as datas de início da pesquisa e da divulgação científica dirigida a área de História da Educação, tendo como marco inicial os anos setenta, com as pesquisas realizadas no âmbito do Mestrado da PUC-Rio, passando pela criação de uma série de grupos de pesquisa e de eventos da área de História da Educação no Brasil e no exterior, pela criação da Sociedade Brasileira de História da Educação, em 1999 e chegando a realização, em São Paulo, em 2003, da *XXV Internacional Standing Conference for the History of Education* (Fontes Utilizadas) A investigação organizou-se a partir de um olhar sócio-histórico, inserindo-se na modalidade de pesquisa bibliográfica. Para viabilizá-la foi necessário consultar diversos materiais históricos relacionados a discussão teórico-metodológica do campo e a produção de novos conhecimentos no âmbito da História da Educação, sobretudo a brasileira, incluindo o exame de livros, teses, artigos acadêmico-científicos e trabalhos completos publicados em anais de

eventos relacionados à História da Educação, bem como de diversos *sites* com informações importantes sobre sociedades, associações e eventos científicos da área. (Resultados Finais) De modo geral, constata-se a reprodução, no Brasil, de um esforço internacional de construção de uma História da Educação, mais próxima da área da História, com aproximação de temáticas e metodologias do trabalho investigativo, no qual conjugam-se, do ponto de vista onto-epistêmico, realismo e empirismo. Compreende-se, dessa maneira, a forma que tomou a produção historiográfica na atualidade, na qual novas temáticas fizeram-se presentes e introduziram-se uma gama bem mais ampla de materiais históricos nos procedimentos investigativos. Por fim, uniram-se fatores positivos de consolidação de grupos e de eventos científicos diretamente relacionados aos interesses de pesquisa e de produção e de divulgação de novos conhecimentos na área de História da Educação no país.

REFLEXÕES SOBRE A IDEOLOGIA NA HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO

Prof^a Dr^a Angela Maria Souza Martins
Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO

Nosso trabalho é parte de uma pesquisa que faz uma reflexão de caráter epistemológico sobre as categorias: ideologia, mentalidade, representações e imaginário social, mostrando a importância dessas categorias na historiografia da educação. Analisamos, neste trabalho, o papel epistemológico da categoria ideologia na historiografia da educação, entre as décadas de setenta e noventa. Nossos objetivos são: analisar criticamente a categoria ideologia, buscando ampliar a compreensão epistemológica dessa categoria e mostrar a importância da mesma para a historiografia da educação brasileira. Observamos que essa categoria aparece, com muita frequência, na historiografia da educação brasileira, principalmente nas décadas de setenta e oitenta, como uma categoria que servia para explicar a questão da dominação, da alienação e da mistificação do discurso. Mas a partir da década de noventa, com a inserção das categorias teóricas da Nova História na historiografia brasileira, a discussão sobre essa categoria se arrefeceu e entrou em cena uma forte discussão sobre as representações, tendo como pano de fundo principalmente a abordagem teórica da história cultural de Roger Chartier. Essa discussão também expressa um questionamento sobre a eficácia da teoria marxista no campo da interpretação histórica. Não se buscava mais uma história que tem como pressuposto a totalidade social, mas uma história que registrava

a especificidade de contextos sócio-históricos. De acordo com Roger Chartier, era preciso fazer uma história das representações coletivas, que mostrasse culturalmente as idéias e práticas partilhadas numa determinada época histórica. Era preciso compreender os sistemas de crenças, valores e representações, próprios de um determinado período histórico. A partir da segunda metade da década de noventa, a categoria ideologia gradativamente vai desaparecendo do discurso dos historiadores, sendo considerada, talvez, como uma categoria que não apresenta a força explicativa de determinados processos culturais. A partir dessa constatação, decidimos fazer uma releitura de autores consagrados no estudo dessa categoria: Marx, Gramsci, Poulantzas, Lukács e Althusser. Nossos estudos nos mostram que a ideologia é um modo de conhecer a realidade social e histórica, por isso ela tem uma participação ativa e efetiva numa formação social e histórica, apresentando uma eficácia na explicação ou ocultamento de uma determinada realidade histórica. Por isso, concluímos que essa categoria ainda tem força explicativa na historiografia da educação brasileira.

O SONHADO E O PENSADO: A ESCOLA DEFENDIDA PELO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) EM SEU 1º. e 2º. ENCONTROS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO

Tatiana Polliana Pinto de Lima

Mestranda em Educação/ Pesquisadora do HISTEDBR

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

O Partido dos Trabalhadores, partido constituído oficialmente em 1980, e atualmente exercendo o cargo majoritário da Presidência da República através de Luís Inácio Lula da Silva, desde sua origem possuiu uma preocupação pela temática educação. Esta preocupação foi expressa quando da elaboração de vários seminários com o intuito de discutir os problemas que na década de 80 assolavam a educação brasileira e propor alternativas que sanassem aqueles. Assim, a partir destes seminários e encontros localizados de menor porte, foram gestados encontros nacionais, na área educacional, de maior estruturação. São estes o objeto de nosso estudo. Entretanto neste momento trataremos somente do 1º. e do 2º. Encontros Nacionais de Educação do PT. O 1º. Encontro Nacional de Educação do PT ocorreu em 1989, tendo uma ampla participação de todos os diretórios petistas, fossem regionais ou locais, acrescentando-se aí o nacional, em um momento em que o partido encontrava-se concentrado para disputar as eleições presidenciais pela primeira vez em sua história. Por outro lado, o Brasil passava por um momento extremamente delicado com uma inflação descontrolada e as primeiras eleições dire-

tas para Presidente da República em 25 anos. Neste encontro, todas as discussões ocorridas nos grupos de trabalho giraram em torno da escola pública, gratuita, laica e de qualidade, da crítica à situação em que se encontrava a educação brasileira. Ao fim deste, saíram indicativas para a realização do 2º. Encontro Nacional de Educação do PT, que ocorreria três anos mais tarde, em 1992. Neste, os temas postos em pauta foram: a democratização da escola, seja para sua manutenção como ao seu acesso, a proposta pedagógica defendida pelo partido, a crítica aos CIACs e aos Centros de Excelência, a municipalização do ensino, o financiamento da educação no Brasil, o ensino superior. Dentre estes temas de discussão, praticamente quase todos mantiveram uma postura semelhante à defendida em 1989. Estas são: a defesa pela escola pública, a defesa pela democratização da escola, etc. Entretanto, as discussões em torno destas questões obtiveram muito menos destaque do que no ENEd/ PT de 1989. Podemos afirmar isto em decorrência da análise dos documentos dos dois encontros. Enquanto, o relatório final do 1º. ENEd/ PT continha detalhadamente todas as discussões, plenárias, moções; o do 2º. nada mais é do que uma cartilha publicada com as resoluções do encontro, postas resumidamente. No geral, estas detiveram-se em meramente expor um quadro acerca da educação no início dos anos 90. Em termos educacionais, o Brasil passava por um amplo processo de transição em decorrência da implementação das primeiras políticas neo-liberais. Desta feita, o que se pode perceber é que o partido não possuía consciência do quanto estas iriam influenciar a educação brasileira. Deteve-se, portanto, a reafirmar algumas posturas assumidas anteriormente, deixando o debate acerca das mudanças nas políticas econômica, social e educacional no Brasil em segundo plano.

A VALORIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA PELA NACIONALIZAÇÃO DAS ESCOLAS ALEMÃS NA REGIÃO DO CONTESTADO EM SANTA CATARINA

Nilson Thomé

Universidade do Contestado - Campus de Caçador - UnC

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Este ensaio, parte de tese de doutoramento em elaboração, insinua a valorização da escola pública na Região do Contestado somente com a aplicação das medidas repressoras às escolas estrangeiras existentes nas vilas e núcleos coloniais neste território, quando da Campanha de Nacionalização, durante o Estado Novo.

O estudo contempla resultado parcial de pesquisa em andamento, que objetiva levantar informações sobre a campanha de nacionalização na re-

gião, ocorrida entre 1937 e 1945 e influenciada pelos vínculos da ação integralista catarinense com o movimento nacional-socialista e o nazi-fascismo, durante o Estado Novo, que provocou o fechamento de dezenas de escolas de instrução primária nas áreas de colonização com imigrantes germânicos no Contestado, viabilizando sua substituição por dezenas de escolas públicas na região, até então inexistentes.

O Contestado localiza-se no Centro-Oeste do Estado de Santa Catarina, em área que, entre 1913 e 1916, foi cenário da Guerra do Contestado. Faz parte de área maior, que constituía o Território Contestado, geograficamente assim conhecido até 1917, quando da solução final dada à questão de limites entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina. No final do século XIX e nos primeiros anos do Século XX, começaram a chegar as principais levas de imigrantes, resultado dos planos paranaenses de colonização, compostas principalmente de alemães, russos-alemães, austríacos, suíços, poloneses, ucranianos e italianos. As escolas primárias alemãs – da mesma forma que as ucranianas, polonesas e italianas – preenchem a lacuna do ensino público e, seu fechamento, aliado às outras medidas impostas pela campanha de nacionalização, foi prejudicial ao desenvolvimento regional, onde a comunidade teuto-brasileira representou, no período estudado, mais de vinte por cento do seu contingente populacional.

Santa Catarina era o Estado que apresentava, proporcionalmente, a maior população de origem alemã no Brasil. Nas regiões que receberam imigrantes germânicos, muitas das escolas que os habitantes conheciam eram as alemãs, dirigidas por professores alemães e, onde se ensinava exclusivamente a língua alemã; nessas escolas, o português era uma língua cujo estudo era considerado facultativo... Em menos de três anos o Interventor Estadual, sr. Nereu Ramos, liquidou com esta influência estrangeira no ensino, nacionalizando completamente municípios de várias regiões, consideradas por muitos como irrecuperáveis. Quase que de um só gesto, fechou mais de 700 escolas de organização estrangeira (escolas paroquiais) ao mesmo tempo em que criou outras tantas, para serem dirigidas por professores nacionais, nos mesmos lugares onde antes funcionavam as primeiras, só que nem todas vieram a funcionar, por falta de professores.

O trabalho mostra que, acrescida aos efeitos da Guerra do Contestado, a nacionalização das escolas alemãs, em que pese a substituição por escolas mantidas pelo poder público, também foi um dos fatores mais importantes do retardamento da evolução da educação escolar no Centro-Oeste de Santa Catarina. Sobre este tema, praticamente não existem estudos completos no Estado de Santa Catarina, o que justifica a rara bibliografia exis-

tente. Há enfoques isolados, na maioria de âmbitos municipais, levados a efeito principalmente na região Nordeste, de maior colonização germânica, onde as medidas nacionalizadoras contra a língua alemã e a cultura alemã, foram mais fortes.

ÍNDICE REMISSIVO

Autores e Comunicações Científicas

- Acácio Nascimento Figuerêdo. **Os Princípios Políticos e a Prática Educativa do CESEP: processos formativos de uma Ong em Sergipe (1988-1998)** 152
- Ademir da Costa Santos. **O Integralismo em Sergipe: as propostas educacionais e a propagação do ideário (1933-1938)** 149
- Ademir Gebara. **Século XIX, o Público e o Privado na Educação brasileira** 153
- Ademir Gebara; José Luís Simões. **Educação e Violência em Piracicaba-SP: de 1900 a 1910** 172
- Ademir Gebara; Tony Honorato. **Lazer-Skate: sua origem e relação com o modelo da instituição escolar (1960-1970)** 198
- Ademir Quintilio Lazarini; Celina Midori Murasse; Elaine Albanes de Mello. **A Pedagogia revolucionária de Frei Caneca (1779-1825)** 209
- Admário Luiz de Almeida; Huagner Cardoso da Silva. **Projeto Veredas: um estudo do curso de formação de professores a distancia no estado de Minas Gerais** 130
- Adriana Regina de Jesus Santos; Teresa Jussara Luporini. **Gênero e desvalorização profissional do magistério: o mito e a realidade histórico-cultural representado na fala das professoras londrinenses** 181
- Alessandra Arce. **A naturalização da infância e a Pedagogia centrada na criança - uma análise do pensamento de Montessori e Claparède e de suas interfaces e filiações com o pensamento de Pestalozzi e Froebel para a Educação Infantil** 43
- Aluisio de Almeida Andriolli; Guaraciaba Aparecida Tullio. **Ensino Médio: as concepções de Max Weber e Karl Marx presentes na proposta de ensino de Sociologia da SEED/PR de 1994** 83
- Amélia Kimiko Noma; Ana Lucia Tomaz Cardoso. **A Educação e a qualificação profissional no Paraná** 90
- Amélia Kimiko Noma; Michel Marcelino Rodrigues. **A Educação Profissional Instituída no Brasil a partir dos anos 90: uma análise crítica do Planfor** 92

- Ana Carrilho Romero Grunennvaldt. **Preceitos Gerais de Higiene e Exercícios Físicos: uma matéria do Ensino Primário** 73
- Ana Cláudia Urban; Teresa Jussara Luporini. **Formação docente e proposta curricular: as possibilidades para o ensino de História nas séries iniciais** 121
- Ana Elizabeth Santos Alves. **Por entre os registros e a história sobre o Trabalho e a Educação em jornais da época** 212
- Ana Lúcia Guidotti de Freitas Borghi; Jean Vincent Marie Guhur. **Hesíodo e a gênese da consciência individual** 183
- Ana Lúcia Tomaz Cardoso; Amélia Kimiko Noma. **A Educação e a qualificação profissional no Paraná** 90
- Ana Maria Moura Lins. **A formação do professor primário no Brasil - 1823-1996: as aulas de ensino mútuo, a Escola Normal e os programas de capacitação à distância** 179
- Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro; Livia Diana Rocha Magalhães; Ruy Hermann de Araújo Medeiros. **Museu Pedagógico: a intervenção acadêmica como ação de preservação de fontes para a História da Educação do Sudoeste da Bahia** 153
- Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro; Livia Diana Rocha Magalhães. **História da Educação em Vitória da Conquista - BA: um relato das primeiras ações de catalogação de fontes** 185
- Analete Regina Schelbauer. **O Método de Ensino Intuitivo nos debates educacionais na Capital do Império: apropriações e entendimentos** 68
- Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas. **A escolarização feminina em estabelecimentos públicos aracaajuanos nas primeiras décadas do século XX** 143
- Ângela Mara de Barros Lara. **A História da Educação Infantil no estado do Paraná: 1904-1920** 41
- Ângela Mara de Barros Lara; Shirlene Vieira de Almeida. **Considerações sobre a legislação e as políticas públicas e sociais para a Educação Infantil** 39
- Ângela Maria Souza Martins. **Reflexões sobre a ideologia na historiografia da Educação** 219
- Anilde Tombolato Tavares da Silva. **A expressão do pensamento pedagógico brasileiro no Curso de Formação de Professores em Londrina-PR** 121
- Anselmo Alencar Colares. **A Educação brasileira no período colonial: considerações historiográficas** 168

- Antônia de Araújo Farias. **Memórias de professoras normalistas e discursos sobre qualidade na sua formação (1930/1990)** 122
- Antônio Carlos Ferreira Pinheiro. **A era das escolas primárias rurais na Paraíba (1935-1960)** 60
- Aparecida Favoreto. **Educação e sentimento nacional: uma análise histórica da intelectualidade brasileira da década de 30** 171
- Azilde L. Andreotti. **O Jornal A Voz da Infância (1936-50) - fonte de pesquisa para a História da Educação** 150
- Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro; Elizabeth Farias da Silva; José Carlos Souza Araújo. **Notícias das Geraes: o Grupo Escolar de Ituiutaba no Triângulo Mineiro como uma realização republicana** 205
- Carla Villamaina Centeno. **José de Melo e Silva e os problemas de diversidade cultural e educacional na fronteira do Mato Grosso (1930-1947)** 196
- Carlos Henrique de Carvalho; Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho. **Educação, Ordem e Civismo: as falas em torno da construção de nação na imprensa (Uberabinha-MG 1920-1930)** 138
- Carlos Henrique de Carvalho; Wenceslau Gonçalves Neto. **Educação e Modernidade: o problema do ensino público em Uberabinha-MG (1910-1920)** 137
- Carlos Lucena; Janio de Souza Alcantara. **A História do Senai e a Educação Profissional: capacitação, competência ou alienação (1942 - 2002)** 97
- Carlos Lucena; José Claudinei Lombardi; Cássia Ferri. **Educação, Trabalho e Qualificação profissional: considerações preliminares** 93
- Carlos Lucena; Leda Cíntia Assis de Souza;. **Os Vínculos históricos entre Educação e Sistemas de produção: características e perspectivas em redes de empresas de economia solidária** 101
- Carmelindo Rodrigues da Silva. **Um olhar sobre as justificativas para o tráfico de escravos africanos para o Novo Mundo, Século XVI** 206
- Cássia Ferri; José Claudinei Lombardi; Carlos Lucena. **Educação, Trabalho e Qualificação profissional: considerações preliminares** 93
- Celina Midori Murasse; Marli Maria Silva Quintanilha. **A Escola da vida e a formação intelectual do Visconde de Mauá** 94
- Celina Midori Murasse; Ademir Quintilio Lazarini; Elaine Albanes de Mello. **A Pedagogia revolucionária de Frei Caneca (1779-1825)** 209
- Charliton José dos Santos Machado. **Presença de educadoras paraibanas nos noticiários políticos de 1930** 128

- Cirlei Francisca Gomes Carneiro; Joselfredo Cercal de Oliveira. **Albary Guimarães: um político de visão em torno da educação pública em Ponta Grossa - PR, 1932 - 1945** 157
- Claudemir Galiani; Maria Cristina Gomes Machado. **Algumas reflexões com base na concepção de Educação e Democracia de John Dewey** 158
- Cláudia Engler Cury. **Programas escolares e métodos de ensino na documentação sobre instrução pública na Parayba do Norte de 1835 a 1864** 74
- Cristiane Nascimento Martins; José Carlos Souza Araújo. **A Educação republicana em Uberabinha, MG, nas atas da Câmara Municipal entre 1906 e 1915** 173
- Daniele Jaqueline Alves Ribeiro; Maria Cristina Gomes Machado. **Os Congressos Agrícolas de 1878 e o debate acerca da Educação Pública** 55
- Décio Gatti Júnior. **Reflexão sobre os paradigmas historiográficos para a pesquisa histórico-educacional sobre a escola pública** 218
- Décio Gatti Júnior; Maria da Felicidade Alves Urzedo. **Escola Pública, transformação social em Quirinópolis, GO(1945-1971)** 175
- Diane Valdez. **A infância nas Linhas e nas imagens dos Livros de Leitura (1890/1950)** 67
- Dilma Maria Andrade de Oliveira. **Reformas do Ensino e a construção da escola pública republicana - 1889/1930: o caso de Sergipe** 75
- Ednéia Regina Rossi. **Escola pública primária: identidades étnicas, memória e legitimidade republicanas - um recorte a partir do estado paulista (1912-1920)** 61
- Elaine Albanes de Mello; Ademir Quintilio Lazarini; Celina Midori Murasse. **A Pedagogia revolucionária de Frei Caneca (1779-1825)** 209
- Elaine Rodrigues. **Política de Educação para uma escola aberta: uma proposta curitibana para formação de professores** 126
- Elcia Esnarriaga de Arruda; Giovane Silveira da Silveira. **O Impacto da Expansão escolar no mercado de material didático-pedagógico** 66
- Elenita Conegero Pastor Manchope. **Educação e Sociedade: um debate educacional no final do século XIX** 172
- Eliles Regina Ribeiro; Hedmar de Oliveira Ferreira; Sônia Maria Ferreira do Nascimento. **Escola Honorato Borges:sua história e importância para a cidade de Patrocínio, MG** 140

- Elizabeth Farias da Silva; Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro; José Carlos Souza Araújo. **Notícias das Geraes: o Grupo Escolar de Ituiutaba no Triângulo Mineiro como uma realização republicana** 205
- Elizabeth Lannes Bernardes. **A Escola Normal e a feminização do magistério em Mato Grosso** 118
- Evelcy Monteiro Machado. **Influências do Iluminismo e do Liberalismo na organização da educação superior pública no Brasil** 107
- Flávio César Freitas Vieira; Wenceslau Gonçalves Neto. **A Profissão Docente nas reformas educacionais em Uberabinhana primeira república** 129
- Geraldo Inácio Filho; Michelle Pereira Silva. **A Mulher, o Público e o Privado: uma articulação necessária para a profissionalização feminina no magistério primário** 124
- Geraldo Inácio Filho; Michelle Pereira Silva. **A História do Ensino Religioso na Escola Pública: o conflito entre república e igreja** 188
- Geraldo Inácio Filho; Viviane Ribeiro. **Escola Pública X Escola Confessional: as escolas presbiterianas rurais na região do Alto Paranaíba, MG (1946-1966)** 142
- Gilberto Luiz Alves **O Ensino Mútuo no Brasil e a organização do trabalho didático** 139
- Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão. **Florestan Fernandes e a defesa da escola pública nos anos 80** 178
- Giovane Silveira da Silveira; Elcia Esnarriaga de Arruda. **O Impacto da Expansão escolar no mercado de material didático-pedagógico** 66
- Giseli Cristina do Vale Gatti. **História da Educação pública no Brasil: representações sociais sobre a escola estadual Uberlândia nos primeiros tempos (1929-1950)** 64
- Guaraciaba Aparecida Tullio. **História da Educação Escolar no Brasil: reflexões acerca dos fundamentos ordenadores de uma pedagogia** 186
- Guaraciaba Aparecida Tullio; Aluisio de Almeida Andriolli. **Ensino Médio: as concepções de Max Weber e Karl Marx presentes na proposta de ensino de Sociologia da SEED/PR de 1994** 83
- Guaraciaba Aparecida Tullio; Heloisa Toshie Irie Saito. **A Teoria Froebeliana e a Educação Infantil na defesa da escola brasileira** 48
- Guaraciaba Aparecida Tullio; Maria Estela Gozzi Camillo. **História, Sociedade e Educação: a contribuição de Adam Smith na ordenação da Filosofia que expressa a defesa da Escola Pública no Brasil** 190

- Hamilcar Silveira Dantas Junior. **A Pedagogia Experimental e a Educação Física em Sergipe (1947-1951)** 208
- Hamilcar Silveira Dantas Junior; Roger Carlos Ferreira Alves dos Santos. **Teoria e Prática na Educação Física: uma análise do trabalho pedagógico em Sergipe no período pós-LDB (1996-2003)** 76
- Hedmar de Oliveira Ferreira; Eliles Regina Ribeiro; Sônia Maria Ferreira do Nascimento. **Escola Honorato Borges: sua história e importância para a cidade de Patrocínio, MG** 140
- Heloisa Toshie Irie Saito; Guaraciaba Aparecida Tullio. **A Teoria Froebeliana e a Educação Infantil na defesa da escola brasileira**48
- Huagner Cardoso da Silva; Admário Luiz de Almeida. **Projeto Veredas: um estudo do curso de formação de professores a distancia no estado de Minas Gerais** 130
- Iara Augusto da Silva; Olga Maria dos Reis Ferro. **Análise do Trabalho Didático na Escola Pública Moderna: a expressão prática dos princípios e do método da Pedagogia Comeniana no século XVII** 53
- Iná Andrade Lobo. **O Programa Nacional de Educação Pré-escolar em Sergipe** 46
- Iracy Silva Picanço **O CECR: resgate de uma experiência educacional na Bahia** 163
- Ireni Marilene Zago Figueiredo. **A Universalização do Ensino Fundamental no estado do Paraná como resultado do processo de construção da “Centralidade da Educação Básica” nos anos 90** 80
- Isabel Cristina Rossi Mattos. **A Crise da Educação Brasileira - dois educadores, duas visões** 165
- Isaura Mônica Souza Zanardini. **Considerações sobre a Reforma da Gestão Escolar e as Políticas Públicas implementadas no Brasil na década de 1990** 56
- Ivana Veraldo. **Estado e Igreja na trajetória do ensino na capitania de São Paulo (1797-1802)** 176
- Janio de Souza Alcantara; Carlos Lucena. **A História do Senai e a Educação Profissional: capacitação, competência ou alienação (1942 - 2002)** 97
- Jean Vincent Marie Guhur; Ana Lúcia Guidotti de Freitas Borghi. **Hesíodo e a gênese da consciência individual** 183
- João Batista Zanardini. **Os Pcms como proposição de currículo do contexto histórico, político e econômico das Políticas Educacionais Neoliberais** 72

- João Carlos da Silva. **Positivismo e Reforma Educacional no pensamento de Benjamin Constant** 213
- Jorge Luis Cammarano González; Wilson Sandano. **A Instrução Pública em Sorocaba - 1850/1860** 193
- Jorge Uilson Clark. **A Evolução histórica da instrução pública e privada na cidade de Campinas** 177
- José Carlos Souza Araújo. **Os Grupos Escolares como expressão republicana: as especificidades no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba** 63
- José Carlos Souza Araújo; Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro; Elizabeth Farias da Silva. **Notícias das Geraes: o Grupo Escolar de Ituiutaba no Triângulo Mineiro como uma realização republicana** 154
- José Carlos Souza Araújo; Cristiane Nascimento Martins. **A Educação republicana em Uberabinha, MG, nas atas da Câmara Municipal entre 1906 e 1915** 173
- José Carlos Souza Araújo; Lilian Calaça. **A experiência na formação de professores da UFU/MG: 1960-1990** 119
- José Claudinei Lombardi; Carlos Lucena; Cássia Ferri. **Educação, Trabalho e Qualificação profissional: considerações preliminares** 93
- José Claudinei Lombardi; Maria Isabel Moura Nascimento. **Grupos Escolares na região dos Campos Gerais - PR: resgate das fontes históricas** 111
- José Cláudio Mota Porfiro. **O Perfil do Professor de Filosofia no estado do Acre** 125
- Joselfredo Cercal de Oliveira; Cirlei Francisca Gomes Carneiro. **Albary Guimarães: um político de visão em torno da educação pública em Ponta Grossa - PR, 1932 - 1945** 157
- José Luís Simões; Ademir Gebara. **Educação e Violência em Piracicaba-SP: de 1900 a 1910** 172
- Josie Agatha Parrilha da Silva; Maria Cristina Gomes Machado. **Carneiro Leão e o debate sobre a educação popular no Brasil** 161
- Karla Patrícia Resende; Vera Lúcia Abrão Borges. **Educação e Trabalho: a escola estadual Américo Renê Giannetti em análise (1977-1999)** 91
- Lalo Watanabe Minto. **O Público e o Privado na reforma do Ensino Superior brasileiro nos anos 90** 109
- Leda Cíntia Assis de Souza; Carlos Alberto Lucena. **Os Vínculos históricos entre Educação e Sistemas de produção: características e perspectivas em redes de empresas de economia solidária** 101

- Leonir Borges; Maria Rosemary Coimbra Campos Sheen. **Proposta Educacional da App-sindicato (1988-2002): primeiras aproximações ..** 131
- Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho. **Integralismo, anos 30: mais uma concepção de Educação Integral?** 149
- Lilian Calaça; José Carlos Souza Araújo. **A experiência na formação de professores da UFU/MG: 1960-1990** 89
- Lívia Diana Rocha Magalhães; Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro; Ruy Hermann de Araújo Medeiros. **Museu Pedagógico: a intervenção acadêmica como ação de preservação de fontes para a História da Educação do Sudoeste da Bahia** 153
- Lívia Diana Rocha Magalhães; Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro. **História da Educação em Vitória da Conquista - BA: um relato das primeiras ações de catalogação de fontes** 185
- Lourdes Margareth Calvi; Maria Cristina Gomes Machado. **As Transformações sociais e a Instrução pública: uma análise dos projetos de Reforma Educacional e dos relatórios ministeriais de 1868 a 1879 no Brasil** 77
- Luana A. M. Pampolha; Maria Angélica Cardoso; Sandino Hoff. **O Universal contido no manual “O Ensino Prático de Aritmética”** 78
- Lucelma Silva Braga. **As Metamorfoses da matriz ideológica do capital na educação brasileira a partir da década de 30** 203
- Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho; Carlos Henrique de Carvalho. **Educação, Ordem e Civismo: as falas em torno da construção de nação na imprensa (Uberabinha-MG 1920-1930)** 138
- Luiz Bezerra Neto. **Avanços e retrocessos da educação no Brasil ...** 161
- Luzia Borsato Cavagnari. **Grupo Escolar “General Osório”: uma história de liderança educacional e organização escolar** 146
- Madalena Margarida Mergen Lima; Teresa Jussara Luporini; Mariná Holzmann Ribas; Rosilda Baron Martins. **Faculdades Integradas de Palmas: a memória da educação superior na Região Sudoeste do Paraná** 109
- Manoel Nelito M. Nascimento. **Os Determinantes históricos do Ensino Médio no Brasil** 83
- Manuel Brito Neto. **A Luta de libertação nacional e sua relação com a Educação Popular** 201
- Mara Regina M. Jacomeli. **A Instrução Pública Primária em Mato Grosso na primeira república: 1891 A 1927** 194

- Marcília Rosa Periotto. **Educação, Imprensa, Moral e Religião: a educação das crianças na visão de Miguel do Sacramento Lopes da Gama, o Padre Carapuceiro** 40
- Maria Angélica Cardoso; Luana A. M. Pampolha; Sandino Hoff. **O Universal contido no manual “O Ensino Prático de Aritmética”** 78
- Maria Cristina dos Santos Bezerra. **A História Escondida: análise de documentos primários sobre as Escolas Alemãs no interior de São Paulo** 189
- Maria Cristina Gomes Machado; Claudemir Galiani. **Algumas reflexões com base na concepção de Educação e Democracia de John Dewey** 158
- Maria Cristina Gomes Machado; Daniele Jaqueline Alves Ribeiro. **Os Congressos Agrícolas de 1878 e o debate acerca da Educação Pública** 55
- Maria Cristina Gomes Machado; Josie Agatha Parrilha da Silva. **Carneiro Leão e o debate sobre a educação popular no Brasil** 161
- Maria Cristina Gomes Machado; Lourdes Margareth Calvi. **As Transformações sociais e a Instrução pública: uma análise dos projetos de Reforma Educacional e dos relatórios ministeriais de 1868 a 1879 no Brasil** 77
- Maria da Felicidade Alves Urzedo; Décio Gatti Júnior. **Escola Pública, transformação social em Quirinópolis, GO(1945-1971)** 175
- Maria de Fátima Felix Rosar. **A Dimensão Política da memória na História da Educação** 168
- Maria do Perpétuo Socorro Gomes de S. Avelino de França. **O Ensino de primeiras letras no Grão Pará: algumas referências históricas** 59
- Maria Elisabeth Blanck Miguel. **A Pesquisa com fontes documentais em História da Educação: uma possibilidade de interpretação** 210
- Maria Estela Gozzi Camillo; Guaraciaba Aparecida Tullio. **História, Sociedade e Educação: a contribuição de Adam Smith na ordenação da Filosofia que expressa a defesa da Escola Pública no Brasil** 190
- Maria Helena Candelori Vidal; Michelle Pereira Silva. **A Transnacionalização da Educação e a Escola Pública: uma abordagem histórica sobre o antigo conflito entre a escola assistida e a escola atribuída** 111
- Maria Inalva Galter. **Debate sobre a Educação Pública na década de 1920** 166
- Maria Isabel Moura Nascimento; José Claudinei Lombardi. **Grupos Escolares na região dos Campos Gerais - PR: resgate das fontes históricas ..** 147

- Maria José de Souza Martinelli. **A Escola Normal em Paulínia: história e concepção do saber/fazer docente** 119
- Maria Julieta Weber Cordova; Teresa Jussara Luporini. **A Memória do Patrimônio tombado no Currículo escolar** 202
- Maria Lúcia Melo de Souza Deitos. **As Políticas Públicas de Qualificação de Trabalhadores e a Legislação Educacional: uma breve revisão histórica da década de 1920 até a década de 1990** 101
- Maria Neide Sobral da Silva. **José Augusto da Rocha Lima (1897-1969): uma biografia** 196
- Maria Odete Pereira Mundim; Wenceslau Gonçalves Neto. **Origens da Escola Pública vocacional em Uberlândia: escola estadual Américo Renê Giannetti** 70
- Maria Rosemary Coimbra Campos Sheen; Leonir Borges. **Proposta Educacional da App-sindicato (1988-2002): primeiras aproximações** 98
- Maria Rosemary Coimbra Campos Sheen; Simone da Silva Negri Carrosi. **500 anos de Descobrimento do Brasil: subterfúgio para comemoração ou espaço para reflexão?** 162
- Maria Teresa Penteado Cartolano. **A produção acadêmica das dissertações de Mestrado em História da Educação Brasileira: leituras e interpretações da História** 108
- Mariná Holzmann Ribas; Madalena Margarida Mergen Lima; Teresa Jussara Luporini; Rosilda Baron Martins. **Faculdades Integradas de Palmas : a memória da educação superior na Região Sudoeste do Paraná** 109
- Mário Ferreira de Castro. **Educação e Imprensa 1875-1889** 137
- Maristela Iurk Batista. **O Estado Novo: as novas perspectivas no processo educacional brasileiro e os reflexos na expansão do ensino ferroviário (1937-1945)** 145
- Marli Maria Silva Quintanilha; Celina Midori Murasse. **A Escola da vida e a formação intelectual do Visconde de Mauá** 94
- Mauricéia Ananias. **A Instrução Pública primária na província de São Paulo: Lei N. 310 de 16 de março de 1846. Primeiros apontamentos** 195
- Meire Terezinha Müller Soares. **O Privado e o Público na História da Educação do município de Paulínia** 216
- Michel Marcelino Rodrigues; Amélia Kimiko Noma. **A Educação Profissional Instituída no Brasil a partir dos anos 90: uma análise crítica do Planfor** 92

- Michelle Pereira Silva; Geraldo Inácio Filho. **A Mulher, o Público e o Privado: uma articulação necessária para a profissionalização feminina no magistério primário** 124
- Michelle Pereira Silva; Geraldo Inácio Filho. **A História do Ensino Religioso na Escola Pública: o conflito entre república e igreja** 188
- Michelle Pereira Silva; Maria Helena Candelori Vidal. **A Transnacionalização da Educação e a Escola Pública: uma abordagem histórica sobre o antigo conflito entre a escola assistida e a escola atribuída** 111
- Mônica Regina Nascimento dos Santos. **Grécia Arcaica: rituais que educam** 182
- Nedina Roseli Martins Stein. **Universidade Estadual de Mato Grosso 1969-1979** 113
- Neiva de Oliveira Moro. **Livro Preto nas escolas da região dos Campos Gerais - PR** 151
- Nilson Thomé. **A Valorização da Escola Pública pela nacionalização das Escolas Alemãs na região do Contestado em Santa Catarina** .. 221
- Olga Maria dos Reis Ferro; Iara Augusto da Silva. **Análise do Trabalho Didático na Escola Pública Moderna: a expressão prática dos princípios e do método da Pedagogia Comeniana no século XVII**..... 53
- Ortenila Sopelsa. **Ensino de Ciências: para uma Pedagogia do Corpo Humano**..... 57
- Paulino José Orso. **A Criação da Universidade e o Projeto burguês de educação no Brasil - II** 105
- Paulo Edyr Bueno de Camargo. **As Primeiras iniciativas do Escolanovismo em âmbito Internacional e Nacional: a transposição das experiências de caráter privado para o público** 214
- Paulo Heimar Souto. **Práticas escolares no Jardim de Infância Augusto Maynard (1932-1934)** 44
- Polyana Aparecida Roberta da Silva. **Revivendo uma experiência de Educação Infantil em Uberlândia (1967-1972)** 47
- Rachel Silveira Wrege. **Conflito e ambigüidade entre Jesuítas e Protestantes no Brasil-Colônia através da depredação dos prédios escolares da Companhia de Jesus** 164
- Raquel Pereira da Silva. **A Ótica Pós-moderna e a condição fragmentária do Conteúdo Histórico: um breve olhar sobre a Historiografia no contexto da Pós-modernidade** 208



- Regina Tereza Cestari de Oliveira **A Educação Superior nos projetos de LDB - 1988 a 1996** 105
- Rita de Cássia Ribeiro Barbosa. **Fundamentos Teóricos da Política Educacional Brasileira: da ditadura militar à atualidade** 180
- Rivaldo Sávio; Sônia Cristina Pimentel de Santana. **A Universidade e a Diversidade de um novo público: PQD - Projeto de Qualificação Docente em Sergipe** 112
- Roberta Costa de Carvalho. **Influência de Froebel na educação da infância na capital da Paraíba** 42
- Roberto Antonio Deitos. **A História recente do Financiamento Externo para a educação brasileira** 98
- Roger Carlos Ferreira Alves dos Santos; Hamilcar Silveira Dantas Junior. **Teoria e Prática na Educação Física: uma análise do trabalho pedagógico em Sergipe no período pós-LDB (1996-2003)** 76
- Ronalda Barreto Silva. **A atuação da Campanha Nacional de escolas da comunidade - CNEC na educação baiana (1953-1964)** 159
- Rosana Cristina Kohls dos Reis. **Capitalismo, transformações sociais e educação** 117
- Rosana Nadal de Arruda Moura; Silvana Maura Batista de Carvalho. **Trajetória de Professoras Normalistas da década de 50 na região dos Campos Gerais- PR: um recorte histórico através da história oral** 134
- Roseni Ronchezelli Mariano. **Literatura e seu ensino** 85
- Rosilda Baron Martins; Mariná Holzmann Ribas; Madalena Margarida Mergen Lima; Teresa Jussara Luporini. **Faculdades Integradas de Palmas: a memória da educação superior na Região Sudoeste do Paraná** 146
- Ruy Hermann de Araújo Medeiros; Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro; Lívia Diana Rocha Magalhães. **Museu Pedagógico: a intervenção acadêmica como ação de preservação de fontes para a História da Educação do Sudoeste da Bahia** 204
- Samira Saad Pulchério Lancillotti. **A Influência dos irmãos da vida comum na obra *Didáctica Magna* de Comenius** 191
- Sandino Hoff; Maria Angélica Cardoso; Luana A. M. Pampolha. **O Universal contido no manual “O Ensino Prático de Aritmética”** 52
- Sérgio E. M. Castanho. **A Educação escolar públicana colônia brasileira** 170
- Shirlene Vieira de Almeida; Ângela Mara de Barros Lara. **Considerações sobre a legislação e as políticas públicas e sociais para a Educação Infantil** 39

- Silvana Maura Batista de Carvalho. **A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado na formação do professor de História na UEPG-PR: propostas curriculares e suas mudanças no contexto político-econômico nas décadas de 1950 - 2000** 127
- Silvana Maura Batista de Carvalho; Rosana Nadal de Arruda Moura. **Trajetória de Professoras Normalistas da década de 50 na região dos Campos Gerais- PR: um recorte histórico através da história oral** 99
- Silvia Helena Andrade de Brito. **A Organização do ensino primário na fronteira oeste do Brasil** 70
- Simone da Silva Negri Carrosi; Maria Rosemary Coimbra. C. Sheen. **500 anos de Descobrimto do Brasil: subterfúgio para comemoração ou espaço para reflexão?** 216
- Solange Zotti **Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos 80** 133
- Sônia Cristina Pimentel de Santana; Rivaldo Sávio. **A Universidade e a Diversidade de um novo público: PQD - Projeto de Qualificação Docente em Sergipe** 82
- Sônia Maria Ferreira do Nascimento; Hedmar de Oliveira Ferreira; Eliles Regina Ribeiro. **Escola Honorato Borges: sua história e importância para a cidade de Patrocínio, MG** 140
- Tatiana Polliana Pinto de Lima. **O Sonhado e o Pensado: a escola defendida pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em seu 1º e 2º Encontros Nacionais de Educação** 220
- Teresa Jussara Luporini; Adriana Regina de Jesus Santos. **Gênero e desvalorização profissional do magistério: o mito e a realidade histórico-cultural representado na fala das professoras londrinenses** 181
- Teresa Jussara Luporini; Ana Cláudia Urban. **Formação docente e proposta curricular: as possibilidades para o ensino de História nas séries iniciais** 121
- Teresa Jussara Luporini; Maria Julieta Weber Cordova. **A Memória do Patrimônio tombado no Currículo escolar** 151
- Teresa Jussara Luporini; Madalena Margarida Mergen Lima; Mariná Holzmann Ribas; Rosilda Baron Martins. **Faculdades Integradas de Palmas : a memória da educação superior na Região Sudoeste do Paraná** 109
- Tony Honorato; Ademir Gebara. **Lazer-Skate: sua origem e relação com o modelo da instituição escolar (1960-1970)** 198
- Valdelice Borghi Ferreira. **Municipalização do Ensino: primeiras leituras** 69

- Vera Lúcia Abrão Borges. **Civilização e instrução pública primária em Minas Gerais, no período de 1892 a 1898** 54
- Vera Lúcia Abrão Borges. **Estado Moderno e Instituições Profissionalizantes: o caso de Uberlândia-MG, de 1942 a 1983** 96
- Vera Lúcia Abrão Borges; Karla Patrícia Resende. **Educação e Trabalho: a escola estadual Américo Renê Giannetti em análise (1977-1999)** 91
- Vera Lucia Martiniak. **A Inspeção Escolar na primeira república: um olhar através da Legislação Educacional paranaense** 192
- Viviane Ribeiro; Geraldo Inácio Filho. **Escola Pública X Escola Confessional: as escolas presbiterianas rurais na região do Alto Paranaíba, MG (1946-1966)** 142
- Waleska Dacal Reis. **A Fotografia como suporte didático para professores do ensino fundamental** 62
- Wenceslau Gonçalves Neto. **Legislativo Municipal e Educação: a organização escolar em Uberabinha, MG, 1892-1899** 199
- Wenceslau Gonçalves Neto; Carlos Henrique de Carvalho. **Educação e Modernidade: o problema do ensino público em Uberabinha-MG (1910-1920)** 137
- Wenceslau Gonçalves Neto; Flávio César Freitas Vieira. **A Profissão Docente nas reformas educacionais em Uberabinhana primeira república** 129
- Wenceslau Gonçalves Neto; Maria Odete Pereira Mundim. **Origens da Escola Pública vocacional em Uberlândia: escola estadual Américo Renê Giannetti** 99
- Wilson Sandano; Jorge Luis Cammarano González. **A Instrução Pública em Sorocaba - 1850/1860** 193
- Wojciech Andrzej Kulesza. **Os aprendizes artífices da Paraíba (1909-1942): mais artífices que aprendizes** 89